



# HISTORIADORES CIVIS FALECIDOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

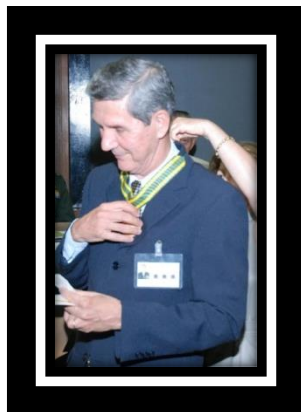
Cel Cláudio Moreira Bento

Capa de autoria da universitária Camila Karen C. S. Renê,  
secretária do autor e com sua orientação

## DEDICATÓRIA



**Dedico este trabalho ao meu filho  
Veterano Capitão de Mar e Guerra  
Carlos Norberto Stumpf Bento,  
especialista em navegação, entusiasta  
de história naval e artista gráfico 3D. É o  
criador e administrador do meu site  
[www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br), no qual tem  
colocado meus livros em meio digital  
disponíveis na Internet. Também é o  
elaborador de diversas capas de meus  
livros e plaquetas publicados.**



**Cel Carlos Roberto Peres**

### **Historiadores civis falecidos que contribuíram para a História militar do Brasil**

Em sua obra o autor, Coronel Cláudio Moreira Bento, trata com muita propriedade da contribuição prestada pelos historiadores civis já falecidos para a história militar do Brasil. Como ele mesmo destaca, seu trabalho presta, como historiador, uma homenagem justa e pioneira de gratidão, à memória dos historiadores civis já falecidos, que trabalharam intensamente, promovendo, com seus artigos, memórias e livros o desenvolvimento da História do Exército Brasileiro.

A seguir é destacada a imensa contribuição que foi dada pelos historiadores civis já falecidos, dos quais são destacados trinta e sete, em ordem alfabética, que ele enaltece, apresentando seus principais trabalhos, voltados para a História Militar Descritiva do Brasil e que serviram de base para o desenvolvimento da História Militar Crítica do Brasil, que é a verdadeira fonte geradora da Sabedoria Militar.

O Coronel Bento, valendo-se dos excelentes trabalhos sobre a História Militar Descritiva do Brasil, apresentados pelos autores destacados, enfatiza que ao longo desse período da História Militar vivenciado por eles houve uma grande evolução da Arte da Guerra e da Doutrina Militar. Os Estudos e Pesquisas de História Militar, desenvolvidos pelos citados historiadores foram uma grande contribuição para a História Militar Crítica, à luz dos Fundamentos da Arte e Ciência Militar, que acumula Sabedoria Militar, a matéria prima, a serviço do Cérebro do Exército, para desenvolver a sua Doutrina, a Instrução dos quadros e da tropa e a preservação do patrimônio histórico e cultural do Exército.

Assim, com muita propriedade o autor colocou nas páginas de sua obra os mais significativos trabalhos desenvolvidos pelos Historiadores Civis já

falecidos, que nos levam ao encontro do processo de valorização da História Militar Crítica, fonte primordial da Sabedoria Militar.

Carlos Roberto Peres – Cel Eng Reformado

Presidente da AHIMTB/Resende – Marechal Mário Travassos

### ARESENTAÇÃO

O presente trabalho é uma homenagem justa, pioneira e de gratidão a qual presto como historiador, a memória dos historiadores civis já falecidos, cujas vidas e obras aqui resgatamos. Eles trabalharam intensamente, com seus livros, artigos publicados e memórias, no desenvolvimento da História do Exército Brasileiro. E assim, contribuíram com seus trabalhos para o desenvolvimento da Doutrina do Exército, da instrução dos seus quadros e tropa e para a preservação do seu Patrimônio Histórico e Cultural. E também oferecer ao leitor e pesquisador interessados na História do Exército Brasileiro, uma vasta lista de assuntos sobre o tema, de autoria dos meus colegas historiadores aqui reverenciados.

Desde 1970, impulsionado por forte vocação tenho me dedicado à pesquisa, preservação e divulgação da História do Militar do Brasil e em especial a do Exército, instituição nacional permanente que integro desde 1950, há 72 anos.

Em 1978 ao assumirmos a função de instrutor de História Militar na AMAN, e já historiador militar consagrado, levamos junto os originais de meu livro **Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro**. Trabalho que foi publicado pelo Estado-Maior do Exército em 1959 e 1999 e por ele distribuído à AMAN, EsAO e ECEME, e a própria Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Trabalho hoje disponível para ser baixado em Livros e Plaquetas no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e no Google. Nele abordo o meu pensamento sobre a História do Exército.

AHIMTB, por nós fundada em Resende, em 20 de março de 1996 e acolhida inicialmente pela Associação Educacional D.Bosco pelo seu fundador, o saudoso Cel Antônio Esteves, e também o fundador do Ensino Superior Cível em Resende e por nós consagrado, até falecer como 4º Presidente de Honra da AHIMTB.

AHIMTB que a seguir foi acolhida pela Academia Militar das Agulhas Negras em suas instalações ao externas, a o lado da Casa do Laranjeira dos Cadetes do 4º anos, no comando do Gen Bda José Mauro Moreira Cupertino.

AHIMTB acolhida, em 2011 no Bicentenário AMAN e agora como Federação de Academia de História Militar do Brasil FAHIMTB, em suas instalações externas, no fundo de sua Biblioteca, no comando do Gen Div Edison Leal Pujol.

E desde que egresso da ECEME em 1969, na qual tivemos por mestre o saudoso Cel Art Veterano da FEB, Amerino Raposo Filho passamos a trabalhar

com História Militar crítica, à luz dos fundamentos da Ciência e Arte Militar, como foi o caso de nosso primeiro livro **As batalhas dos Guararapes descrição e Análise Militar**(crítica) já na 3ª edição e muito bem recebido pela crítica. E então já bem convencido de que a História Militar Descritiva, resgatada por historiadores, com apoio em fontes primárias de História (integras, autênticas e fidedignas), agrega Conhecimento Militar. E que a História Militar Crítica, com apoio na História Militar Descritiva, agrega Sabedoria Militar. Esta de grande valia na condução de um combate ou batalha. Pois entendemos que um combate ou batalha se assemelha a um jogo de xadrez, que exige das partes em confronto diversas jogadas, como em combate, diversas condutas de combate, até que um deles de o xeque mate, ou a Vitória.

Dai o nosso entendimento do General Humberto de Alencar Castelo Branco, veterano da FEB como Oficial de Operações, o qual, na qualidade de Diretor de Ensino do Exército introduzisse na AMAN o estudo de História Militar Crítica, a luz, em especial, dos Princípios de Guerra e da Manobra e seus elementos.

E confiou a execução deste ensino crítico a outro Veterano da FEB, o Tenente Coronel Inf Francisco Ruas Santos. Ensino visando a iniciação, em Arte e Ciência da Guerra, dos que tivessem potencialidade para um dia, comandarem ou acessorarem o comandante num combate ou batalha.

O marechal Ferdinand Foch, ao deixar a Escola de Guerra da França, onde ministrava História Militar crítica, dela saiu para comandar a Vitória Aliada na 1ª Guerra Mundial. E ele assim valorizou a História Militar.

"Para alimentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações do que o livro da História Militar."

O pensador militar e destacado professor de História Militar, Cel Mario Clementino, Jovem Turco, autor dos dois primeiros editoriais da **Revista a Defesa Nacional**, expressou os seguintes pensamentos sobre História Militar em suas aulas de História Militar há mais de um século.

"Arte da Guerra exclui qualquer esquematização. E não há maior perigo do que se pretender querer conduzir uma campanha com régua e compasso, como quem faz geometria ..." E prossegue: "Durante os períodos de paz mais ou menos longos, é do estudo meditado, (crítico) da História Militar que os comandos dos exércitos se preparam para as eventuais campanhas futuras. Esse estudo é de tal forma proveitoso que se têm visto exércitos que durante largo tempo só estudaram a guerra nos livros, baterem em campanhas recentes, exércitos aguerridos, porém que deram mostras de menosprezo ao estudo teórico dos princípios da Arte da Guerra.

De 1815-1866 o Exército da Prússia não tinha ido à guerra. Entretanto venceu com notável maestria em 1866, o Exército da Áustria que vinha de realizar campanha de 1859.

O Exército do Japão só aprendeu a Arte da Guerra com a experiência alheia, adquirida de missões militares alemã e francesa. E na Mandchúria revelou conhecimento completo da Arte da Guerra e fez campanha notável sob todos os pontos de vista.

Não se deve concluir disto que a mera acumulação na memória dos fatos da História Militar (História Militar Descritiva) confira a capacidade para comandar exércitos. Se assim fosse, seria fácil ser um general cabo de guerra. Mas não é isto! A Guerra é produto de um conjunto de circunstâncias múltiplas e várias, e o que se pode afirmar é que nenhuma campanha se reproduz da mesma forma no espaço e no tempo, de modo que possa ser copiada ou rigorosamente imitada de campanhas recentes. O que interessa no estudo da História Militar (Crítica), no mais alto nível, é a capacidade de discernir, destacar e isolar os princípios da Arte da Guerra que regem o fenômeno, da massa enorme de fatos que deles se depreendem, como uma emanção espiritual. (Nota é o que classifico como História Militar Crítica). E mesmo depois que se fez isso, depois que os Princípios da Arte da Guerra foram isolados, destacados e compreendidos, aqueles que aspiram as culminâncias da Arte Militar tem de ir um pouco além. Tem que penetrar-lhes (Princípios da Arte da Guerra) em seu senso filosófico e por vezes esotérico, sua extrema elasticidade diante das circunstâncias, o seu relativismo inflexível, os seus conflitos mútuo-arentes ou reais, os paradoxos a que eles por vezes conduzem e, ao lado disso, o seu caráter imutável e eterno, a sua incoercibilidade irreduzível em determinadas emergências, a implacabilidade de seus decretos, as consequências desastrosas que às vezes acompanham as suas mais elementares infrações. Tudo isto deve o general discernir e compreender em meio do tumulto e do entrelaço dos motivos, os mais diversos, que entram no fenômeno da guerra: motivos/psicológicos, biológicos, industriais, geográficos, topográficos, climatéricos, místicos, políticos e outros....”

Ao ser criado o Estado-Maior do Exército em 1898, a pesquisa, preservação e divulgação da História do Exército passou a ser sua atribuição, como apoio ao desenvolvimento e atualização da Doutrina do Exército que era o seu encargo, como nos demais estados-maiores das grandes potências.

E de 1898-1970 o desenvolvimento da História do Exército Brasileiro ela teve três interrupções e três recomeços assinalados em pesquisa do historiador e pensador militar Cel Francisco Ruas Santos

Em 1969, na Escola de Comando e Estado-Maior ECEME testemunhei sua grandeza e desenvolvimento da História do Exército, através de palestra feita por sua Seção de Geografia e História Militar, cuja chefia foi exercida por dois destacados historiadores e pensadores militares: o General Francisco de Paula Cidade e o Cel Francisco Ruas Santos.

Em 1970, por questões ligadas a necessidade de fazer frente a atuações adversas contra o Exército e a Contra Revolução Democrática de Março de

1964, a seção de Geografia e História Militar foi extinta. E em seu lugar criada uma Seção destinada a contrabater nos públicos interno e externo a propaganda subversiva e mais a oposição a Contra Revolução Democrática de 1964.

Em Recife chefiamos seção específica dentro do espírito da nova seção do EME, e tive como missão, o Planejamento, Construção e Inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e escrever meus primeiros livros **As batalhas dos Guararapes descrição e análise militar**, ora na 3ª edição. Reedições prefaciadas e com abas de autoria de dois oficiais generais que foram meus alunos de História Militar em 1978 e 1979.

A História do Exército, no EME passou a fazer parte da Seção de Doutrina e nela inserida a criada Comissão de História do Exército do EME (CHEB), chefiada pelo Cel Francisco Ruas Santos e tendo o autor, já historiador militar consagrado, como seu adjunto.

Sendo o Cel Ruas Santos mais antigo que o chefe da Seção de Doutrina, a Comissão de História do Exército do EME (CHEB) passou a atuar independente e subordinada direto ao Chefe do Estado-Maior, o então Gen Ex Alfredo Souto Malan.

Comissão de História com a missão principal de projetar e coordenar a **História do Exército Brasileiro – perfil militar de um povo**, como contribuição do Exército às comemorações do Sesquicentenário da Independência.

Todo o precioso acervo de História do Exército, acumulado em 72 anos foi transferido para a citada Comissão de História (CHEB). E por nos classificada, durante cerca de 3 anos, à luz do **Sistema de Classificação de Assuntos Forças Terrestres Brasileiras, do EME** elaborado pela citada CHEB, ou **Teoria de História do Exército**, a qual reproduzi mais tarde, no tocante ao Emprego de força militar terrestre nas mais variadas lutas internas e externas, em meu citado **Manual Como estudar e pesquisar a História do Exército**. Em 1974 a citada CHEB foi extinta, sob a minha direção provisória e com o meu protesto, disciplinado, naturalmente.

E no Centro de Documentação do Exército, para onde foi transferido todo o acervo do EME, foi abandonada a classificação do acervo de acordo com a **Teoria de História do Exército** e reclassificada à luz do Sistema de classificação usado por bibliotecárias formadas em Biblioteconomia...

E a História do Exército acumulado pelo EME em 72 anos e por mim classificado em cerca de 3 anos, à luz da **Teoria de História do Exército** do EME, foi se desfazendo e o Centro de Documentação mais voltado para a denominação histórica de unidades e com destaque especial para a atuação na sua chefia do acadêmico e historiador militar Cel Manoel Soriano Neto.

O citado C Doc Ex foi extinto e seu acervo transferido para o recém criado Instituto de Estudos e Pesquisas de História do Exército, mas que não trabalha, salvo melhor juízo, com a “jóia da coroa”, a História Militar Crítica, à luz dos Fundamentos da Arte e Ciência Militar, que acumula Sabedoria Militar,

a matéria prima, a serviço do Cérebro do Exército, para desenvolver a sua Doutrina, a Instrução dos quadros e da tropa e a preservação do patrimônio histórico e cultural do Exército, sendo de que deste último, a História Militar Crítica, ou Sabedoria Militar é a matéria prima à disposição do Cérebro do Exército.

Em 1978, depois de haver deixado a Comissão de História do Exército, há 4 anos, fomos procurados na AMAN pelo então Cel Alberto Lima Fajardo, o qual nos solicitou ajuda nos seguintes termos

Ten Cel Bento eu recebi a chefia de uma Seção de História no EME, que não possui livros nem pesquisadores. A cadeira de História poderia fazer algumas pesquisas para o Estado –Maior do Exército.?”

E desta cooperação surgiu a contrapartida do Estado-Maior de patrocinar a elaboração das seguintes obras, por mim coordenadas e enriquecidas, como o único historiador militar, da cadeira História de História e já consagrado e premiado - **História da Doutrina Militar**; - **História Militar do Brasil 2v**; - **Manual como pesquisar e estudar e pesquisar a História do Exército**.

Estes livros foram utilizados na Cadeira de História até 1998, por cerca de 20 anos, nos quais estudaram creio todos os oficiais gerais formados a partir de 1978. té 1999.

Neste ano, os citados livros foram aposentados, lamentavelmente, e substituídos por iniciativa do, Diretor da Biblioteca do Exército e do Chefe da Cadeira de História Militar, pelas seguintes publicações: **A Arte da Guerra**, do Cel Ruas Santos e a **História Militar** do General Cordolino. Esta última equivaleu a um retorno ao ensino da História Militar Descritiva, que vigorou até a introdução do estudo de História Militar Crítica, iniciativa do General Castelo Branco, como Diretor de Ensino do Exército.

Os instrutores de História Militar crítica, e não professores com o curso da ECEME, chegaram a numerar seis oficiais. Daí por diante, oficiais instrutores com o Curso de Estado-Maior foram retirados e substituídos por professores oficiais e tenentes oficiais com Curso de História em Faculdades Civis

A ECEME passou a subordinar-se ao Departamento de Educação e Cultura e não mais a EME, que perdeu a sua fonte de pesquisas em especial de História Militar Crítica ou de Sabedoria Militar.

As informações de História Militar explodiram exponencialmente e para tentar dominá-la, creio, salvo melhor juízo, que seria impositivo o Exército indexar e digitalizar o conteúdo de todas as revistas militares e disponibilizá-las em vídeos militares acessíveis, mediante senhas. E todos reunidos num Banco de Dados em Brasília, à disposição, em especial do Estado-Maior do Exército. Deste modo seria retirado da sepultura onde jazem, informações sobre a evolução do **Pensamento Militar Terrestre Brasileiro** e os nomes dos autores que a escreveram, hoje lamentavelmente sepultados e esquecidos.

Creio que o resgate da História Militar Terrestre do Brasil ou da História do Exército, hoje contida em Revistas sem índice disponíveis no Google à disposição, é impositivo, salvo melhor juízo, como medidas para o Exército

resgatar sua História sepultada em periódicos militares sem índice disponível sugiro, salvo melhor juízo:

1 – Voltar a História para o -Maior do Exército, como ocorreu durante cerca de 72 anos.

2 – Voltar a ECEME a ser subordinado ao EME, como ocorreu até a sua transferência para o Departamento de Educação e Cultura. Ou uma dupla subordinação, ao EME, para efeitos de Doutrina do Exército e ao Departamento de Educação e Cultura para o fim do Ensino e Instrução Militar.

3 – Colocar o Centro de Doutrina Militar subordinado ao Estado-Maior, como responsável pela Doutrina do Exército, como ocorre nos exércitos das grandes potências.

4 – Oficialização das Academias de História Militar Terrestre do Brasil, pelo Exército e subordinadas ao EME, que poderia dispor de todo o seu rico acervo, acumulado em 48 anos por seu Presidente e doada a AMAN e por ela recebido em Boletim Especial nº002 de 17 de novembro de 2014.

5 – Caso adotada esta linha de ação, o EME enviar oficiais com vocação para o estudo e pesquisa da História do Exército, à AMAN para que a AHIMTB-Resende através deste autor aos 91 anos possa lhes transmitir o que praticou.

A FAHIMTB foi extinta em 20 de Dezembro de 2019. Ela resistiu a durar apenas com o apoio da modesto da FHE POUPEX e, contribuição para desconto em folha de militares do Exército, no valor de 700 reais e acessos a instalações pelo Exército.

E o que ela realizou em 23 anos, em benefício de História do Exército consta do site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br). Fomos contratado por obra certa por cerca de 25 anos e nesta condição tenho escrito sobre a História do Exército, como por exemplo **A História do Exército no Rio Grande do Sul** constituída de 21 livros que começam a ser reproduzidos Ligado há mais de 50 anos a pesquisa, estudo, divulgação e ensino da História Militar Terrestre do Brasil. Nunca ouvi ou lí alguém negar sua relevância cultural na formação do chefe, do planejador e do pensador militar brasileiro e no desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre Brasileira, o que enseja reportar-se, por analogia, a seguinte afirmação do Senhor Presidente da República e Chefe Supremo das Forças Armadas, ao declarar em entrevista concedida a **VEJA** em 17 jan 1996.

“Penso que houve um erro estratégico das elites brasileiras que não levam a Educação no Brasil a sério. Falamos de sua importância mas é da boca para fora !...” Creio que isto se aplique a atual situação por que atravessa a História Militar Terrestre do Brasil, em que os historiadores militares terrestres estão se tornando categoria em extinção, por desestímulo a pesquisas e a edição de suas obras que seriam um dever de Estado, por não darem, por sua natureza, retorno editorial a editoras a procura de best sellers.

Constatar é obra de simples raciocínio e verificação. A situação se assemelha a encontrada em 1937 pelo Ministro da Guerra Marechal Dutra, em que os autores militares não conseguiam interessar editoras civis em suas obras e a Cooperativa de **A Defesa Nacional** que promoveu algumas, com

enormes sacrifícios, não dava conta da demanda, ensejando a criação,então, a semelhança da Biblioteca del Oficial do Exército Argentino,da BIBLIEX Editora ,destinada precipuamente a editar, de preferência,obras de autores militares. A BIBLIEX, também como Editora, veio complementar a estrutura das Fontes de História, com a criação do atual Arquivo Histórico do Exército em 1934, pelo Ministro da Guerra General Pedro Aurélio de Góes Monteiro e a de produção histórica, com a fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Assim as Fontes de História estavam no Arquivo ,a pesquisa e produção histórica no IGHMB, a Divulgação na BIBLIEx, na **Revista Militar Brasileira**, na **Revista A Defesa Nacional** e na **Revista do IGHMB**, todas impressas pela Secretaria Geral do Exército, através de sua Imprensa Militar, apoiada pelo Serviço Cine Foto e, mais a revista **Nação Armada**.

A esta infra-estrutura se deve expressiva produção historiográfica militar terrestre e o despertar de notáveis vocações de historiadores militares e,diga-se de passagem, nos postos de oficiais gerais e oficiais superiores.

.Produção historiográfica abundante que tornou possível, no início dos anos 60 na ECEME, valiosas pesquisas coletivas de História Militar Terrestre e, em 1972, a edição da **História do Exército Brasileiro perfil militar de um povo pelo EME**, consolidando a bibliografia produzida fundamentalmente no período 1937-72

.Constatar é obra de verificação do editorial da BIBLIEX ,dos índices das revistas citadas e inclusive a do Clube Militar.

Quem incentivou muito novas vocações como Diretor da BIBLIEX, foi o falecido General Humberto Peregrino encomendando trabalhos de oficiais com potencialidade para produzir obras fundamentais à Memória da Força Terrestre, como a **Coleção Bibliografica Militar** do falecido Cel Francisco Ruas Santos contendo índices de artigos e autores em nossas revistas militares e hoje, fundamental instrumento de trabalho do historiador militar que registra parte da **Evolução do Pensamento Militar Terrestre Brasileiro** ali expresso. Não se vê ou se ouve um militar de terra negar no caso,a relevância da História Militar Terrestre do Brasil, mas é incomum constatar-se efetivamente por atos, solidariedade, estímulo e prioridade, ações relativas a produção e publicação de obras de História Militar Terrestre novas e o surgimento de novas vocações de historiadores militares terrestres, hoje categoria em extinção,mas fundamental para realimentar o assunto com novas interpretações para realimentar a atualização da cadeia de ensino de História Militar nas Forças Terrestres do Brasil ..

O meu manual **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**,relaciona as páginas 21-22 ,os testemunhos dos maiores e mais bem sucedidos capitães da História Militar Universal, acerca da relevância dos estudos de História Militar (crítica) para a Profissão Soldado,onde se destaca o já citado do marechal Ferdinand Foch, o comandante da Vitória Aliada na 1ª Guerra Mundial :

**Frederico O Grande:** “Eu estudo toda a espécie de História Militar, desde Cesar até Carlos II, E as estudo com todas as minha forças.”

**Napoleão:** O conhecimento superior da Arte da Guerra só se adquire pelo estudo crítico da história das guerras e das batalhas dos grandes capitães...Façam a guerra como Alexandre, Anibal, Cesar, Gustavo Adolfo, Turenne, Eugênio e Frederico O Grande. Leiam e releam a história de suas campanhas e guiem-se por elas. Eis o único meio de fazer um grande general e aprender os segredos da Arte da Guerra.”

**General Patton:** “A leitura objetiva (crítica) da História Militar é condição de êxito para o militar. Deve ler biografias e autobiografias de chefes militares. Quem assim proceder concluirá que a guerra é simples.”

**Moltke o Velho:**” A história militar (crítica) por dominar completamente a conduta da guerra é uma fonte inesgotável de ensinamentos.”

Como cérebro de um Exército o Marechal Foch referia-se a uma minoria encarregada da formulação da Doutrina Militar (Regulamentação da Organização, Equipamento, Instrução, Motivação (Porque lutar e morrer se preciso for) e do Emprego e de sua constante atualização, coerente com esta afirmação de “que uma Doutrina Militar tem duas constantes o Homem e sua constante mudança.” Mudança constante na atualidade em função dos avanços da Tecnologia .

.Aqui de forma singela tentamos recordar para os historiadores civis e militares do presente e do futuro e aos leitores e pesquisadores interessados, a grande importância da História Militar Terrestre do Brasil. hoje em crise, por carência de historiadores militares e civis terrestres ,categoria em extinção repito.

E aos leitores e pesquisadores interessado guardem esta idéia dos Jovens Turcos da Revista a Defesa expressa no primeiro editorial e entendam esta minha apresentação aos 91, anos como historiador do Exército ha 52 anos cuja obra graças a Era Digital esta preservada no meu site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e também no Google.

“Nos estamos perfeitamente convencidos de que só se corrige o que se critica e de que criticar é um dever e de que o progresso é obra de dissidentes. **A Revista A Defesa Nacional** foi fundada para exercer o direito que todos temos de julgar o que nos afeta, segundo o nosso modo de ver e darmos a nossa opinião a respeito.”

E o que fazemos nesta apresentação pensando no futuro do nosso Exército, de um Brasil que aos poucos aumenta a sua projeção geopolítica no cenário internacional e creio precisa se ajustar a estas realidades.

Nota: As obras de historiadores civis falecidos que julgo de interesse da História Militar do Brasil serão assinaladas com letras em **Vermelho**. Na elaboração deste trabalho foi de muito utilidade a consulta a informações preservadas pela **Wikipédia a enciclopédia livre**,

E neste livro a minha homenagem aos historiadores civis falecidos com cujas obras contatei que contribuíram para o desenvolvimento da História Militar Descritiva do Brasil ,materia prima para o desenvolvimento da História militar crítica do Brasil a geradora de Sabedoria Militar.

HISTORIADORES CIVIS FALECIDOS QUE PUBLICARAM OBRAS DE INTERESSE DA HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

**SUMÁRIO**

Afonso Arinos de Melo Franco  
Aloísio de Almeida  
Américo Lacombe  
Antonio Pimentel Winz  
Arthur Cezar Ferreira Reis  
Arthur Ferreira Filho  
Barão de Studart  
Barão do Rio Branco  
Barão Homem de Mello  
Capristano de Abreu  
César Pires Machado  
Dante Laytano  
Eugênio Vilhena de Moraes  
Fernando Luiz Osorio  
Fernando Luiz Osorio Filho  
Francisco Adolpho de Varnhagem  
Gilberto Freire  
Guilhermino Cesar  
Gustavo Barroso  
Hélio Viana  
Herculano Gomes Mathias  
Hernani Donato  
João Simões Lopes Neto  
Joaquim Nabuco  
Jordão Emerenciano  
José Francisco da Rocha Pombo  
José Antônio Gonçalves de Mello Neto  
José Honório Rodrigues  
Luiz da Câmara Cascudo  
Marcos Carneiro de Mendonça  
Nilo Pereira  
Osvaldo Rodrigues Cabral  
**Nilo Pereira**  
Pedro Calmon  
Sérgio da Costa Franco  
Tarcísio Taborda

Walter Spalding

### AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO



**Afonso Arinos de Melo Franco.** Nasceu em Belo Horizonte em 27 de novembro de 1905 e faleceu no Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1990, com 84 anos. Foi um jurista, político, historiador, professor, ensaísta e crítico brasileiro. Destaca-se pela autoria da Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial em 1951. Ocupou a Cadeira 25 da Academia Brasileira de Letras, onde foi eleito em 23 de janeiro de 1958.

Filho de Afrânio de Melo Franco e de Sílvia Alvim de Melo Franco e sobrinho do escritor Afonso Arinos, casou-se com Ana Guilhermina Rodrigues Alves Pereira (neta do Presidente Rodrigues Alves), com quem teve dois filhos. Era ainda irmão de Virgílio Alvim de Melo Franco. Formou-se em 1927 na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (atual Faculdade Nacional de Direito da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro), começando a carreira como promotor de justiça da Comarca de Belo Horizonte. Viajou para Genebra, a fim de aperfeiçoar seus estudos. De retorno ao Brasil em 1936, iniciou a carreira de professor na antiga Universidade do Distrito Federal, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro ministrando aulas de História do Brasil. Atuou ainda como professor no exterior, ministrando cursos de História Econômica do Brasil na Universidade de Montevidéu em 1938; curso na Sorbonne, em Paris, sobre cultura brasileira em 1939 e cursos de literatura na Faculdade de Letras da Universidade de Buenos Aires, em 1944. Em 1946 foi nomeado professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco, instituto este responsável pela formação e aperfeiçoamento profissional dos diplomatas de carreira do governo brasileiro. Foi catedrático de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade do Brasil. Em 1943, Afonso Arinos foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, documento que circulou como carta aberta à população brasileira, pedindo a restauração da democracia e o fim do Estado Novo.<sup>1</sup> A carreira política de Afonso Arinos começou em 1947, quando foi eleito deputado federal por Minas Gerais em três legislaturas (de 1947 a 1958). Foi líder da União Democrática Nacional até 1956, e depois líder do bloco da oposição ao Governo Kubitschek até 1958. Dois fatos, sobretudo, marcaram fortemente a sua presença na Câmara dos Deputados: a autoria da lei contra a discriminação racial, que tomou o seu nome (Lei n. 1 390, de 3 de julho de 1951) e o célebre discurso, pronunciado em 9 de agosto de 1954, pedindo a renúncia do Presidente Getúlio Vargas. Quinze dias depois o presidente suicidou-se no Palácio do Catete. Em 1958 foi eleito senador pelo

antigo Distrito Federal, hoje Estado do Rio de Janeiro. Permaneceu no Senado até 1966, mas afastou-se duas vezes do cargo para assumir o Ministério das Relações Exteriores, no Governo Jânio Quadros, no qual implementou a Política Externa Independente (PEI) e no regime parlamentarista do primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha (1963). Foi o primeiro chanceler brasileiro a visitar a África, estando no Senegal do então Presidente Léopold Sédar Senghor (1961). Chefiou a delegação do Brasil nas Nações Unidas, durante as Assembleias Gerais de 1961 e 1962. Foi embaixador extraordinário, participando do Concílio Vaticano II (1962), terminando com a Chefia da delegação brasileira à Conferência do Desarmamento, em Genebra (1963). Durante a Contra Revolução Democrática de 1964, foi nomeado Secretário sem Pasta do governador de Minas Gerais José de Magalhães Pinto dos líderes civis deste movimento. Nessa função, representaria no exterior a sublevação em curso no estado, sendo o "primeiro chanceler da República fora do Itamarati". Desse posto, conseguiria o reconhecimento internacional do estado de beligerância no Brasil, o que permitiria o apoio logístico estrangeiro aos revoltosos. Esse papel foi admitido pessoalmente, com a promessa de que iria a fundo no terceiro volume de suas memórias, o que não chegou a fazer. Para o historiador Carlos Fico, esse seria um tópico constrangedor, ainda mais pela possibilidade de que o autor assumiu a responsabilidade sem saber que o apoio externo já estava previamente negociado. Ainda durante a Revolução Democrática de 1964, recebeu um telefonema de seu amigo San Tiago Dantas, integrante do círculo do presidente João Goulart, que buscava uma saída negociada para a crise. Dantas foi então informado que os Estados Unidos dariam reconhecimento a um governo paralelo formado pelos sublevados. Essa informação foi repassada ao presidente e influenciou na sua decisão de deixar o Rio de Janeiro. É de sua autoria o capítulo sobre declaração de direitos que consta da Constituição de 1967. Em 5 de abril de 1975 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo de Portugal. Foi nomeado pelo presidente José Sarney, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (denominada Comissão Afonso Arinos), criada pelo Decreto n. 91 450 de 18 de julho de 1985, com o objetivo de preparar um anteprojeto que deveria servir de texto básico para a elaboração da nova Constituição. E, em 1986, aos 81 anos, elegeu-se senador pelo Partido da Frente Liberal. Enquanto membro do Congresso Nacional, integrou a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, sendo o constituinte mais idoso. Em 5 de outubro de 1988, proferiu, como representante dos constituintes, o primeiro dos três discursos que marcaram a solenidade de promulgação da atual Constituição do Brasil. Foi membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro do Conselho Federal de Cultura (nomeado em 1967, quando da sua criação, e reconduzido em 1973) e também ocupou a cadeira número 34 da Academia Mineira de Letras. Foi também Professor Titular de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Morreu em pleno exercício do mandato de senador, em 1990. À época encontrava-se filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por defender este em seu programa partidário a implantação do parlamentarismo no país. Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Intelectual do Ano em 1973 (Prêmio Juca Pato, da Sociedade Paulista de Escritores); Prêmio

Luísa Cláudio de Sousa, do Pen Clube do Brasil, pela sua biografia de Rodrigues Alves. Recebeu o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, por duas vezes, quando da publicação de dois dos seus volumes de memórias: em 1969, por Planalto, e 1977, por Alto-mar maralto. Em 19 de julho de 1958 tomou posse da cadeira 25 da Academia Brasileira de Letras, recebido pelo acadêmico Manuel Bandeira.

**Índio brasileiro e a Revolução Francesa; as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Estudo da influência do indígena brasileiro sobre a crença, defendida por Jean-Jacques Rousseau, na bondade natural do homem (1937)**

**Síntese da história econômica do Brasil (1938)**

**Um soldado do Reino e do Império; vida do Marechal Callado. Biografia do bisavô João Chrisostomo Callado (1942)**

**Homens e temas do Brasil (1944)**

**Desenvolvimento da civilização material no Brasil (1944)**

**História do Banco do Brasil. Primeira fase: 1808-1835 (1944)**

**Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo (1955)**

**História do povo brasileiro; fase nacional. Em colaboração com Antonio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa, 3 vols. (1968)**

**História das idéias políticas no Brasil (1972)**

**Rodrigues Alves; apogeu e declínio do presidencialismo, 2 vols. (1973)**

**As leis complementares da Constituição. Tese de concurso à cadeira de Direito Constitucional apresentada à Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1948)**

**História e teoria do partido político no Direito Constitucional brasileiro. Tese de concurso à cadeira de Direito Constitucional apresentada à Faculdade Nacional de Direito (1948)**

**Curso de Direito Constitucional I. Teoria geral (1958)**

**I Formação constitucional do Brasil (1960)**

**Instituições políticas no Brasil e nos Estados Unidos. Direito comparado (1974)**

**Direito Constitucional. Teoria da Constituição (1976)**

**Introdução à realidade brasileira (1933)**

**Preparação ao nacionalismo (1934)**

**Conceito de civilização brasileira (1936)**

**Parlamentarismo ou presidencialismo? (1958)**

**Evolução da crise brasileira (1965)**

**Problemas políticos brasileiros (1976)**

**A alma do tempo (formação e mocidade) (1961)**

**A escalada (1965)**

**Planalto (1968)**

**Alto-mar maralto (1976)**

**Diário de bolso seguido de retrato de noiva (1979)**

**Amor a Roma (1982)**

**Espelho de três faces (1937)**

**Idéia e tempo (1939)**

**Mar de sargaços (1944)**

**Portulano (1945)**

**Algunos aspectos de la literatura brasileña. Aulas dadas no fim de 1944 na Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires, versão castelhana de Raul Navarro (1945)**

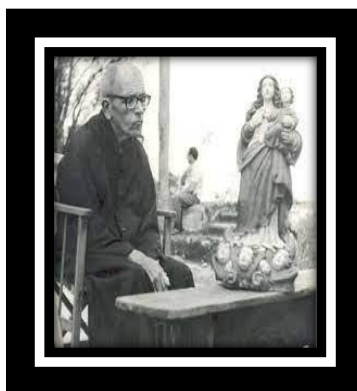
**O som do outro sino (1978)**

**Dirceu e Marília. Drama lírico em dois atos (1937)**

**Roteiro lírico de Ouro Preto, com ilustrações de Pedro Nava (1937)**

Estudamos seu trabalho **Um soldado do Reino e do Império; vida do Marechal Callado. Biografia do bisavô João Chrisostomo Callado (1942)** para escrevermos os seguintes trabalhos: **Estudo Militar dos Fatores da Decisão Militar em Passo do Rosario** publicado na **Revista A Defesa Nacional** nº 672, 1977, p.62/107 e **Marchas Estratégicas dos Exércitos para a Batalha do Passo do Rosário. Defesa Nacional** nº680 nov/dez 1978 p,71/88 e no meu livro **2003 Os 75 anos da batalha do Passo do Rosário**, todos disponíveis no Google Batalha na qual seu bisavô comandou a 1ª Divisão de Infantaria, Grande Comando que mais se destacou nesta batalha indecisa, na qual a frente de seus quadrados morreu impressionado pelo ataque argentino, junto com seus mal montados integrantes. Personagem que foi motivo da 1ª abordagem histórica do jovem e futuro Barão de Rio Branco.

#### **ALUIZIO DE ALMEIDA (Padre Alusio Cantanho de Almeida)**



**Luís Castanho de Almeida.** Nasceu em Guareí, em 6 de novembro de 1904 e faleceu em Sorocaba, 28 de fevereiro de 1981 com setenta anos foi um padre, escritor e historiador brasileiro. Filho do coronel Aníbal Castanho de Almeida e da professora Ana Cândida Rolim. Publicou vários livros com o pseudônimo de Aluísio de Almeida. Em 1918 entrou para o seminário e cursou Filosofia e Teologia. Ordenou-se no dia 8 de maio de 1927, na Catedral de Sorocaba. Após atuar como padre em Itararé, Itapetininga e Guareí, em 1933 transferiu-se para Sorocaba, onde fixou residência e assumiu a paróquia de Bom Jesus dos Aflitos, no bairro Além Ponte. Entre 1940 e 1944 foi reitor do Seminário Menor Diocesano de Sorocaba São Carlos Borromeu. Tornou-se conhecido a nível nacional por seus artigos que abordam sobre folclore, costumes, história, biografias, religião entre outros. Trabalhou devotadamente pela preservação da memória sorocabana. Deixou 22 livros editados e alguns inéditos, que se encontram no arquivo do Instituto Histórico, Geográfico e

Genealógico de Sorocaba - IHGGS, localizado na “Casa de Aluísio de Almeida”. A biblioteca da Universidade de Sorocaba leva seu nome. Suas obras:

**A Revolução liberal de 1842.** Coleção Documentos Brasileiros. Livraria José Olympio Editora. RJ. 1944

**História de Sorocaba.** I Volume (1589 – 1822) Sorocaba. 1951

**Vida e morte do tropeiro.** 2ª ed. Livraria Martins Editora Edusp. São Paulo. 1981.

Estes 3 livros acima são ricos em subsidios para a História Militar do Brasil, em especial a Revolução Liberal de 1842

**Contos do povo brasileiro.** Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ. 1949. Dom Lúcio. 2ª ed. Editora Vozes Ltda. 1956.

**História de Sorocaba.** Instituto Histórico de Sorocaba. 1969.

**História de Sorocaba para crianças.** 1ª ed. Instituto de Ciências e Letras de Sorocaba. 1968.

**História de Sorocaba para crianças.** 2ª ed. Prefeitura Municipal de Sorocaba. 1980.

**Luiz Matheus Maylasky, Visconde de Sapucaí** (em colaboração com Antônio Francisco Gaspar) São Paulo. 1938.

**Sorocaba, 1842.** São Paulo. 1938.

**O sacerdote Diogo Antônio Feijó.** Editora Vozes Ltda. 1951.

**O tropeirismo e a feira de Sorocaba.** Sorocaba. 1968.

**Velhas e novas anedotas.** Editora Vozes Ltda. 1953.

**50 Contos populares de São Paulo.** 1ª ed. Sorocaba. 1947.

**50 contos populares de São Paulo** 2ª ed. Conselho estadual de Cultura. São Paulo. 1973. Visitamos Aluísio de Almeida em sua casa em 1977 quando serviamos no Estado – Maior do II Exército. Ele se deslocava com dificuldade usando uma cadeira como andador e enxergava muito mal, encostando o texto para ler bem juntos as vistas. Nesta ocasião pesquisamos a contribuição de São Paulo a reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis e lhe enviamos consulta datilografada em letras maiúsculas para saber quantos e quais os locais de pouso das tropas paulistas enviadas por terra até Rio Grande do Sul com cerca de 2/3 partes sobre domínio espanhol desde 1774; E dele obtivemos respostas precisas que traduzimos em livro **A guerra de reconquista do Rio Grande do Sul pelos espanhóis 1774-1775 pelo Exército do Sul e suas guerrilhas e pela Esquadilha Naval do Vice Reinado do Brasil.** Obra disponível no Google, De longa data somos sócio correspondente do IHGG de Sorocaba por ele fundado, ao qual se associou a Academia de História Militar Terrestre do Brasil-São Paulo por nos fundada e desde 2020 atuando independente, sob a competente e dedicada presidência do historiador Professor Adilson Cesar. E ambas instituições sediadas na antiga Casa de Aluísio de Almeida.

**AMÉRICO JACOBINA LACOMBE**



Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 7 de julho de 1909, e faleceu em 7 de abril de 1993. Filho de Domingos Lourenço Lacombe e Isabel Jacobina Lacombe. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRJ (antiga Universidade do Brasil), onde fez o curso de doutorado. Foi secretário do Conselho Nacional de Educação (1931/1932). Diretor da Casa de Rui Barbosa e, depois, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (desde 1939), Secretário de Educação Cultural do Distrito Federal (RJ, 1959/1960), Diretor da Casa do Brasil em Paris (1962/1963), membro da Comissão de Textos de História do Brasil, MRE (desde 1951), Diretor da Comissão Brasileira (C.E.N) (1958). Professor Titular de História do Brasil da USU e da PUC/RJ, da qual é professor emérito. Lecionou nos colégios Jacobina e Pedro II, no Instituto Rio Branco, do M.R.E (como professor, coordenador e examinador), encarregado do Curso de Civilização Brasileira na École des Hautes Études de L'Amérique Latine (Univ. de Paris), examinador de concursos para o ensino médio do Estado, cátedra e livre-docência. Bacharel em Ciências e Letras Honoris causa do Colégio Pedro II. Pertenceu à Academia Portuguesa da História, ao Instituto de Coimbra, à Associação Brasileira de Educação (da qual foi presidente), aos Institutos Históricos do Rio de Janeiro, Petrópolis (fundador), São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Presidiu a Alliance Française (RJ). Foi do Conselho da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Grande Oficial das Ordens do Rio Branco e do Mérito de Portugal. Membro da Academia Brasileira de Letras, tomou posse em 21 de julho de 1974 na cadeira 19, cujo patrono é Joaquim Caetano da Silva, um dos fundadores do IHGB. Sócio efetivo do IHGB em 28 de setembro de 1945, benemérito em 27 de agosto de 1968 e grande-benemérito em 19 de maio de 1971 Exerceu cargos em Comissões, dirigiu a Revista, foi sucessivamente 3º, 2º e 1º vice-presidente. Foi presidente desde junho 1985, sucedendo a Pedro Calmon. Delegado do Brasil à Assembleia da UNESCO (1963) e no Conselho Cultural da OEA (1959), membro do Instituto Panamericano de Geografia e História, convidado especial ao Congresso de História do Sesquicentenário da Independência da Venezuela (1962) e a Mesa-redonda sobre o ensino da História na Universidade Autônoma do México (1972). Condecorado com a Ordem de Cristo e a da Instrução Pública (Portugal), do Santo Sepulcro (Santa Sé), do Mérito Bernardo O'Higgins (Chile), Rio Branco e Mérito Militar (Brasil), Legião de Honra (França). Além de prefácios, anotações e traduções, publicou inúmeros artigos em periódicos especializados, do Brasil e do Exterior, o primeiro dos quais, revelador de uma grande vocação, chamou-se "21 de Abril – o Sacrificio de Tiradentes", no Traço de União, jornal das alunas do Colégio

Jacobina, assinado Sumonimé. Autor dos livros: **Um Passeio pela História do Brasil**. RJ: Simões, 1943 (tradução inglesa em 1954). – **Brasil. Período Nacional**. México: IPGH, 1956. – **Paulo Barbosa e a Fundação de Petrópolis**. Petrópolis: 1941. – **Paulo Barbosa**, Biografia. Petrópolis: 1950. – **Introdução ao estudo da História do Brasil**. SP: C.E.N., 1974 (Brasília). – **História do Brasil**. SP: C.E.N., 1979. – **Elogio de Antonio da Silva Melo**. RJ: ABL, 1974. – **O clero no Parlamento Brasileiro. Documentos parlamentares**, Brasília: Câmara dos Deputados, 1979, 5 v. (em colaboração com o pe. Fernando de Bastos Ávila). – **Independência do Brasil**. Brasília: Min. das Comunicações, 1980. – **Obra Histórica do Pe. Hoornaert**. RJ: Agir, 1983. – **Organização e Administração do Ministério da Justiça no Império**. FUNCEP/Min. da Justiça, 1986 (com Vicente Tapajós). – **Afonso Pena e sua Época**. RJ: J.O., 1986. **Ensaio Brasileiro de História**. RJ: C.E.N., 1989. (Brasília). – **Introduções notas de Correspondência com Paulo Barbosa da Silva, de Araújo Porto Alegre**. RJ: ABL, 1990. **Sobre Rui Barbosa: Mocidade e Exílio**. SP: C.E.N. (Brasília). – **O Pensamento Vivo de Rui Barbosa**. RJ, 1949. – **Formação Literária de Rui Barbosa**. Univ. Coimbra, 1954. – **Ensaio Literários de Rui Barbosa**. RJ, 1949. – **Rio Branco e Rui Barbosa**. RJ, MRE, 1948. – **Rui Barbosa e a 1ª Constituição da República**. RJ, 1949. – **Presença de Rui na vida brasileira**. UFBA, 1967. – **Roteiro das Obras Completas de Rui Barbosa**, RJ, CRB, 1975. – **Rui Barbosa e a Queima dos Arquivos**. RJ: CRB, 1988 (com Francisco de Assis Barbosa e Eduardo Silva). Colaborou, com capítulos especiais, em obras coletivas: **História da expansão portuguesa no Mundo**, Lisboa, 1940 – **Os grandes portugueses**. Lisboa: 1961 – **História Geral da Civilização Brasileira**. SP: Difel, 1960 (dirigida por Sergio Buarque de Holanda). – **A Literatura no Brasil, de Afrânio Coutinho**, 1971. – **El catolicismo contemporâneo en America Latina**. Buenos Aires: 1951 – **El pensamiento constitucional en la Latino America**, Caracas – **Historia da Independência do Brasil**. RJ, 1972. – **Historia General de America**, Caracas (em curso de publicação), direção de Guillermo Morón – **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 150 anos**. RJ: IHGB, 1988. Importantes na sua bibliografia: a tradução, anotação, introdução de Maria Graham no Brasil, v. LX dos Anais da B.N. e a introdução de Dom Pedro II e a Cultura, RJ, A.N., 1977. Colaborou com este autor em artigo na Edição Histórica da **Revista do Clube Militar** em 1987, alusiva à fundação do Clube Militar, sobre assunto de interesse da História Militar do Brasil Convivemos no IHGB com Americo Lacombe de 1978-1990 e recordo seu valioso trabalho de revisão e copydescagem de artigos de sócioa na RIHGB. Inclusive de meus artigos .

De seus 49 artigos listados nas p.732/733 da RIHGB 157(400)pp,643-1563.1998 destaco os seguintes de interesse da Historia Militar do Brasil^:

**Afonso de Escrangnole Taunay**

**Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos**

**A Idéia de República na Inconfidência**

**Monumento a Estacio de Sá**

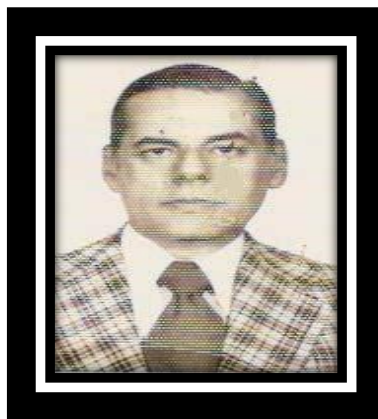
**A mui heróica e valorosa cidade do Rio de Janeiro**

Convivemos no IHGB com o ilustre confrade Américo Jacobina Lacombe de 1977/197, E recordo sua dedicação a copydescar artigos da Revista do IHGB. E de seu trabalho meticuloso me beneficieei nos meus 31 artigos publicados pela Revista. Com a morte do mestre Pedro Calmon em 1985 o

substitui na Presidência do IHGB.No Centenário do Clube Militar na qualidade de Diretor Cultural do Clube e de sua revista o convidamos para contribuir com artigo para a edição História da Revista doCentenário.

Em sua Presidência dirigimos o Arquivo Histórico do Exército, onde encontramos um cofre descarregado . E como o concurso do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro o adaptamos para receber a gloriosa espada de Campanha do Duque de Caxias, sócio honorário do IHGB e a doamos ao Museu do IHGB ,no qual ele foi colocado e dentro dele com segredo a a famosa reliquia da qual os espadins dos cadtes do Exercito são cópias fiéis em escala e símbolo da Honra Militar e não mais guardados inadequadamente no cofre do IHGB misturas por questões de segurança om documentos e valores do IHGB. Espada de Campanha do Duque de Caxias que levei duas vezes na Academia Militar das Agulhas Negras, no comando de uma guarda de Honra e segurança,integradas por Cadetes na s comemorações em 1979e 1980 , nas comemorações dos centenários de falecimento do Marechal Manoel Luiz Osório ( General Osório e do Duque de Caxias.Invicta espada da qual foi feita cópia fiel que usada pelos comandantes do Exército nas passagens de comando do Exercito.

#### **ANTONIO PIMENTEL WINZ**



Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 22 de agosto de 1924, e faleceu em 7 de fevereiro de 2001.com 76 anos Filho de Alfredo de Castro Winz e Clementina Pimentel Winz. Fez o curso primário no Colégio Guy de Fontgalland, o secundário no Colégio Santo Antônio Maria Zaccaria e no Colégio Santo Inácio. Formou-se em Museologia no curso do Museu Histórico Nacional (1950/1952). Foi Bacharelado e licenciado em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da U.B. (1955) e em Jornalismo, pela mesma Faculdade (1959). Fez cursos de extensão universitária e aperfeiçoamento na U.B., no Museu Nacional, no MEC, na Escola Superior de Guerra e na ADESG, na Sociedade Brasileira de Geografia, no Real Gabinete Português de Leitura, na ABL e outras instituições, entre os quais “História da América”, “Administração Escolar”, “Meteorítica”, “Antropologia Cultural”, “Cultura Peruana”, “Geomorfologia”, “História das Artes”, “Ecologia e Poluição”. Exerceu as seguintes funções públicas: secretário da Escola Técnica de Comércio da Fundação Getúlio Vargas (1947/1957) – Naturalista da Seção de Egiptologia e Arqueologia Geral e Brasileira, no Museu Nacional (RJ), 1953/1955 – Conservador do Museu Nacional (1955, até aposentar-se). Foi chefe da Seção de Condecorações e Filatelia – professor de 1º e 2º graus de

História e Geografia. Pertenceu ao Internacional Council of Museums (ICOM), desde 1956, à Associação Brasileira de Museologistas (sócio fundador, 1963) – Instituto dos Centenários (sócio fundador, 1965) – Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, sócio benemérito, foi Secretário-Geral, atualmente foi o 2º Vice-Presidente – Sociedade Brasileira de Geografia (sócio remido e integrou Conselho Fiscal) – Grêmio Cívico Floriano Peixoto (sócio remido e benemérito, também vice-presidente) – Liga da Defesa Nacional (benemérito) – Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (foi 1º Vice-Presidente em 1989/1990). Eleito sócio honorário do IHGB em 13 de dezembro de 1979; passou a efetivo em 25 de maio de 1983. E pertenceu a várias Comissões. Publicou o livro História da Casa do Trem. RJ: MHN, 1962 (Col. Estudos e Documentos do MHN). Colaborou com o capítulo “Incursões de corsários e piratas na costa do Brasil”. In **História Naval Brasileira**, SDGM, 1975, vol. 1. Escreveu: O Corso e a Pirataria na América Espanhola (Anais do MHN, vol. VIII, 1959) – Conhecimentos (Anais do MHN, vol. IX, 1958) – Iconografia do Rio de Janeiro, segundo a Coleção Fiduciária existente no MHN (vol. X, 1959) Bicentenário da Casa de Trem (Anais do MHN, vol. XIV, 1964) – **A prospectiva de Bobadela** (Anais do MHN, vol. XIV, 1965) – Notas históricas sobre N. Srª de Copacabana (Anais do MHN, vol. XV, 1964) – **Um consolidador da República (Marechal Antônio Gomes Pimentel)**, 1967 – Os terremotos e a teoria Wegeneriana (Boletim da S.B.G., 1978) – Proteção às Jazidas fossilíferas e arqueológicas (Boletim da SBG, 1978, afora artigos publicados na Revista do IHGB e na do IHGERJ). Na RIHGB 159(400):643-857,jul/set1998 na p.852 publicou 25 artigos dos quais destaco os seguintes artigos de interesse da História Militar do Brasil:

**Antônio Raposo Tavares**

**Jonas Correia e a Revolta da Escola Militar em 1922**

**Marechal Deodoro uma figura humana**

**Evocação de FlorianoPeixoto**

**Recordando Gustavo Barroso**

Convivemos com Pimentel Winz nos IHGB .IGHMB e IHGRJ de 1978/1990. E muito ligados aos generais Jonas Correia e Francisco de Paula Pondè fomos indicados por ambos como irmãos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e como eleitores de seu Provedor.

### **ARTHUR CESAR FERREIRA REIS**



Nasceu em Manaus, AM, em 8 de janeiro de 1906, e faleceu no Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1993 com 83 anos. Filho de jornalista e escritor

teatral Vicente Torres da Silva Reis e de Emília Ferreira Reis. Fez o curso primário em grupos escolares de Manaus e o secundário no Ginásio Amazonas. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, hoje UFRJ, em 1927. Sua atividade fundamental foi o magistério de História, iniciado em 1928 no Colégio D. Bosco, de Manaus, concluído no Curso de Mestrado da UFF. Lecionou também na Escola Normal do Amazonas, na Escola da América. Em 1929, foi eleito vice-presidente da Associação dos Empregados do Comércio do Amazonas. Com a Revolução de 1930, foi chefe de Gabinete da Junta Governativa Revolucionária do AM. Participou da Comissão encarregada de fixar os limites dos municípios do Estado, sendo o relator-geral (1934). Foi diretor da Instrução Pública do Estado, exonerando-se para ocupar o cargo de fiscal federal de Seguros Marítimos e Fiscalização. Inspetor de Seguros do Ministério da Indústria e Comércio. Diretor do Departamento de Educação e Cultura do AM. Representante, no Pará, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1940). Chefe de Divisão do Ministério do Trabalho (1946/1953). Representou o Brasil na Conferência de Comércio e Emprego da ONU, em Havana (1947). Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPEVEA (1953/1955). Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, IPEA (1950/1958). Diretor do Departamento de História e Documentação do Estado da GB (1961). Diretor do Departamento Nacional de Indústria do Ministério da Indústria e Comércio (1961/1964). Delegado do Brasil à Conferência do Comércio e Desenvolvimento da ONU, em Genebra (1964). Governador do Estado do Amazonas (1964/1967). Presidente e membro do Conselho Federal de Cultura. Membro da Comissão de Textos de História do Brasil do MRE. Foi cidadão honorário das cidades de Belém, Bragança, Tacoatiara, Parintins, Humaitá, Cidadão Honorário Acreano, Carioca e Petropolitano. Possui as medalhas do Mérito Universitário (UFAM), do Pacificador, a Ordem do Mérito Militar (Grã-Cruz), Ordem do Rio Branco, Mérito Educacional (MEC), Ordem do Mérito Naval, Ordem de José Bonifácio, Comenda Plácido de Castro (Gov. do PA), Mérito de Serviços Relevantes prestados ao Estado (Gov. do PA), Mérito Aeronáutico. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (presidente perpétuo) à União dos Moços Católicos de Manaus, à Sociedade Amazonense de Professores, à Sociedade dos Funcionários Públicos do Amazonas, ao Instituto de Estudos Genealógicos de SP, ao Centro de Estudos Arqueológicos do RJ. Em 4 de dezembro de 1936 foi eleito sócio correspondente do IHGB, passando, depois a efetivo, benemérito e, finalmente, grande-benemérito. Foi membro da Comissão da Revista e de Comissões Permanentes, 3º, 2º e 1º vice-presidente. Jornalista, foi redator-chefe do Jornal do Comércio, de Manaus, e colaborou em revistas especializadas, como a do IHGB (desde 1941), do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Cultura, Província de S. Pedro, Revista Brasileira (da ABL), Revista de História (da USP), Observador Econômico Ocidente (de Lisboa), Carta Mensal (da Confederação Nacional do Comércio). Além de mais de duzentos artigos, inúmeros prefácios e conferências e colaboração em obras coletivas, escreveu os livros: **História do Amazonas**, Manaus, 1931 – Manaus e Outras Vilas, Manaus, 1934 – A Política de Portugal no Vale Amazônico, Belém, 1939 – Lobo d'Almada, um estadista colonial, Manaus, 1940 – D. Romualdo de Souza Coelho, Belém, 1941 – **Síntese da História do Pará**, Belém, 1941; 2ª., 1973 – A Conquista Espiritual da Amazônica, SP, 1943 –

Paulista na Amazônia e Outros Ensaio, RJ, 1941 – O Processo Histórico da Economia Amazonense, RJ, 1944 – **História de Óbitos**, RJ, 1945; 2ª ed., 1971 – Limites e Demarcação na Amazônia Brasileira, RJ, 1947, 3 vols. – Estadistas Portugueses na Amazônia, RJ, 1948 – **Território do Amapá. Perfil Histórico**, RJ, 1948 – História da Imigração e Colonização do Continente Americano, RJ, 1948 – Monte Alegre. Aspectos de sua Formação, Belém, 1950 – O Seringal e o Seringueiro. Tentativa de interpretação, RJ, 1953 – O ensino da História do Brasil, México, 1953 (em colaboração com Virgílio Correia Filho, Hélio Viana e Eremildo Luiz Viana) – Guia Histórico dos Municípios do Pará, RJ, 1958 – A Amazônia e a Cobiça Internacional, RJ, com cinco edições (1960, 1965, 1968, 1972 e 1982) – Rotina e Dinâmica na Vida Brasileira, Manaus, 1965 – Súmula da História do Amazonas, RJ, 1965 – Tempo e Vida na Amazônia, Manaus, 1965 – A Amazônia e a Integridade do Brasil, Manaus, 1966 – Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia, Manaus, 1965 – A Amazônia e o Mundo Atual, RJ, 1968 – O Estado do Amazonas, RJ, 1979 – Santarém. Seu desenvolvimento histórico, RJ, 1978 – Aspectos da Formação Brasileira, RJ, 1982 – Temas Amazônicos, Manaus, 1983. É, sem dúvida, o maior dos amazonense de seu tempo. Conivemos com Arthur Cesar no IHGB de 1978/1990 e testemunhamos seus problemas de saúde que terminaram como o seu falecimento em 1993.

Publicou na RIHGB 159(400):643-854,abr/set 1998 as p.794/792 50 artigos do qual os seguintes de interesse da História Militar do Brasil:

**Cabanagem inéditos**

**O Conde de Arcos na Amazônia**

**O Regime vingente no Real Hospital de Barcellos**

**A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**

**As fortificações da Amazônia no período colonial**

**Gomes Freire Governador do Rio de Janeiro**

**Lobo D`Almada e a exploração do Alto Rio Negro**

**Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos**

**Porque ocorreu o 15 de novembro de 1889**

#### ARTHUR FERREIRA FILHO



Arthur Ferreira Filho Nasceu em São José do Norte em 20 de setembro de 1899 e faleceu em Porto Alegre em 25 de março de 1996 com 96 anos. Foi um engenheiro, militar, historiador, escritor e político brasileiro. tendo sido prefeito de Bom Jesus, Passo Fundo e de São Leopoldo. Estudou na Escola de Engenharia de Porto Alegre. Positivista, era filiado ao Partido Republicano

Rio-grandense, tendo sido prefeito de Bom Jesus, Passo Fundo e de São Leopoldo.

Era capitão da Brigada do Norte durante a Revolução de 1923, e chegou a tenente-coronel em 1925, durante a Guerra do Contestado.

Foi diretor da Biblioteca Pública do Estado e membro, entre outros, do Instituto Geográfico do Rio Grande do Sul, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Academia Rio-grandense de Letras e patrono de cadeira especial da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, cujo 1º titular foi Mário Gardelin, 2º titular D Francisco Euclides Aranha e o 3º e atual o Dr Amadeu Weinmann. Arthur Ferreira Filho é autor da preciosa **História Geral do Rio Grande do Sul.**, Coube a o ilustre amigo prefaciá-lo Album de nossa autoria patrocinado GBOEx **A História do Brasil através de seus fortes**, (hoje esgotado e obra rara) (Disponível menos o Prefácio no Google e como **A Fortaleza Brasil**) e também o nosso livro premiado pelo Biênio da Colonização e Imigração do Rio Grande do Sul, **Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre IEL, 1975 que a seguir transcrevo como homenagem ao prefaciador por seu poderoso estímulo a um jovem historiador há 42 anos passados, esperando não tenha decepcionado suas expectativas. Arthur Ferreira Filho foi meu mestre do autor em Doutrina Militar da Revolução de 1923 que complementarmente um século em 2023. E foi com ele que conheci as atividades de meu avô Genes Gentil Bento, paterno como Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, secretário de Governo de Borges de Medeiros e organizador da defesa de Porto Alegre na Revolução de 1923.

#### **Prefácio de Arthur Ferreira Filho do meu livro A História do Brasil através de seus fortes**

“O GBOEX, Instituição de tantos e tão valiosos benefícios vem dispensando a cultura nacional e, de modo especial, à riograndense, amparando entidades privadas e patrocinando publicações de indiscutível interesse ao conhecimento de nosso passado histórico, encerra suas atividades do ano de 82 oferecendo a seus associados, autoridades militares e civis, e a certos estabelecimentos educacionais, "A HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DE SEUS FORTES", obra que, a um tempo, reúne a dupla virtude de instruir e recrear.

Trata-se, como o próprio título está indicando, de um assunto que, não obstante envolver elementos básicos da formação territorial do nosso País, conserva-se ainda sendo privilégio dos poucos que se aprofundam no estudo da História Militar, circunstância esta que torna evidente a oportunidade de sua divulgação.

As ilustrações do volume foram confiadas ao artista Mário Neves e a redação do texto ao consagrado historiador Cel. Cláudio Moreira Bento, escolha que não poderia ser melhor, dado que recai sobre quem é, sem favor, um dos mais qualificados cultores de nossa história militar contemporânea.

Antigo componente da Comissão de História do Ministério do Exército e instrutor de História Militar da Academia das Agulhas Negras, sua bagagem bibliográfica é das mais opulentas, alinhando acima de uma dezena de livros publicados, além de grande número de conferências e artigos em jornais e revistas, o que importa num acervo suficiente para consagrar um historiador do mais alto padrão.

Sua estréia no campo das letras históricas foi a de um jovem, mas não de um principiante. **“As Batalhas de Guararapes”**,( disponível no Gogle e já esta na 3ª edição) editado em 1971, é obra de historiador amadurecido, seguro na avaliação dos documentos, na interpretação dos fatos e na conceituação dos personagens.A rigorosa análise daquelas batalhas, os confrontos estabelecidos e as conclusões extraídas revelam, não as vacilações de um principiante, mas o desembaraço e a firmeza de um veterano.Não seria sem motivo que o ilustre prefaciador daquela obra, o Gen. Ex. Arthur Duarte Candal Fonseca, salientou que “o quadro tático e o desenrolar de cada batalha são judiciosamente descritos” e “a análise crítica das batalhas, feitas em moldes cartesianos, é sóbria, imparcial e convincente”. E mais, sobre um aspecto que é pedra no caminho dos historiadores militares, a "identificação do terreno", que o Cel. Bento conseguiu realizar, “de forma magistral e irretorquível, após demoradas e cuidadosas pesquisas."Entre muitos outros trabalhos históricos desse autorizado historiador destaca-se, ainda, **"Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul"** (disponível no Google)abrangendo um denodo de dois séculos, obra premiada no Concurso de Monografias realizado por ocasião das comemorações ao "Biênio da Colonização e Imigração". Com o presente trabalho, o emérito historiador presta mais uma elevada contribuição à nossa história militar e a historiografia brasileira avança mais um passo no caminho de seu enriquecimento.”

**ARTHUR FERREIRA FILHO, jornalista e historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico do RGS, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Academia Brasileira de História, da Academia Rio-Grandense de Letras e outros.**

**O Prefacio de Coronel Arthur Ferreira Filho no meu livro Estangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul**

“ O Coronel Cláudio Moreira Bento, gaúcho de Canguçu, brilhante oficial de

Engenharia, vem se destacando, entre os historiadores da nova geração, de modo tão ascendente, que fácil lhe será preannunciar, em futuro próximo, um lugar ao lado dos maiores, como Tasso Fragoso, J. B. Magalhães, Paula Cidade, Souza Doca, Rinaldo Câmara, Riograndino da Costa e Silva.

Quando Major, pertenceu à Comissão de História do Exército do, Estado Maior do Exército tendo, tendo por vezes, exercido sua presidência.

Seus trabalhos, que se contam já por algumas dezenas, entre volumes, artigos publicados em jornais e revistas e conferências, dão testemunho de um pesquisador de aguda visão e infatigável atividade. Na elaboração dessa grande obra, no gênero, que é a **"História do Exército Brasileiro"**, Cláudio Bento foi um de seus mais eficientes pesquisadores, planejadores e redatores.

O presente ensaio sobre **Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul** é o mais completo até hoje publicado.( livro disponível no Google)

O trabalho divide-se em três partes: a primeira dedica-se aos alemães e seus descendentes; a segunda, a diversas outras nacionalidades: austríacos, dinamarqueses, franceses, ingleses, italianos, norte-americanos, suíços e suecos; a terceira ocupa-se dos africanos e seus descendentes.

Inicia o livro demonstrando que, em consequência do malfadado Tratado de Tordesilhas, o território que constitui o Estado do Rio Grande do Sul tornou-se um palco de porfiadas lutas entre lusos e espanhóis, a partir de 1635, quando a Bandeira de Raposo Tavares desceu para o Sul, em "missão nitidamente militar", para expulsar os jesuítas que aqui penetraram a serviço do Rei da Espanha, e arrasar as reduções guaraníticas, sujeitas ao domínio castelhano, que, transpondo o rio Uruguai, já ocupavam uma grande área de sua margem esquerda, ameaçando estender-se até o mar.

E acentua, com muita propriedade, que esse evento foi o marco inicial das lutas externas intermitentes que se prolongaram até 1870, que fizeram do Rio Grande do Sul uma região militarizada de maneira a imprimir à sua história, até 1932, uma feição predominantemente militar.

O gaúcho foi durante século e meio um soldado nato, talvez o melhor cavalariano da América.

Foi o que não escapou ao espírito lúcido e à experiência do Duque de Caxias, o maior dos nossos generais e um dos mais eminentes dos nossos políticos. Da tribuna do Senado do Império, esse grande brasileiro, depois de exaltar o valor militar da Guarda Nacional da Província, faz esta revelação, que vale pelo mais autorizado testemunho, sobre a vocação militar do gaúcho:

"No Rio Grande do Sul nenhuma honra se estimam tanto como os distintivos militares; qualquer outra remuneração pouco efeito produz; por conseguinte, os postos de oficiais honorários satisfarão muito a esses beneméritos, sem que tragam os inconvenientes que se receiam".

Caxias, o chefe incomparável, sabia que os gaúchos, mesmo os raros, que, acaso, alimentassem pendores caudilhescos, jamais se rebelariam por ambição de poder pessoal, nem nunca se associariam aos inimigos da Pátria.

E tão forte e contagiante foi essa vocação do gaúcho pelas lides militares, que se estendem ao ânimo de estrangeiros e seus descendentes, aqui vindos para as atividades pacíficas da agricultura, da indústria e do comércio, tal como aconteceu na Guerra do Paraguai. É isto o que esta obra demonstra, exaustiva e metodicamente.

Na primeira parte, tratando de alemães e descendentes, relaciona, caracterizando-os a todos, por suas qualidades e serviços prestados, desde o tenente-general João Henrique Bohn, o grande discípulo do Conde de Lippe, que comandou o exército luso-brasileiro na restauração do Rio Grande, até os teuto-brasileiros, onde são figuras de grande porte o coronel da GN João Niderauer Sobrinho e o Marechal Bernardino Bormann, heróis da guerra contra Solano Lopes, entre mais de uma centena de nomes, acrescidos de dados biográficos e desenvolvidas informações sobre a atuação que tiveram.

Seguem-se os franceses, como o marechal Pedro Labatut, antigo oficial de Napoleão, que teve destacado papel nas lutas da Independência, participando, mais tarde, da luta contra os farroupilhas, onde, não obstante o revés sofrido, confirmou suas qualidades de hábil chefe militar; o marechal Emílio Mallet, herói da Guerra do Paraguai e seus filhos, um dos quais, o Marechal João Nepomuceno, veio a ser Ministro da Guerra, reestruturador do Estado Maior o Exército e também o primeiro filho de imigrante a alcançar essa elevada posição; o guarda-marinha José de Paiva Magalhães Calvet e muitos outros.

Inglese, o tenente-general João Frederico Caldwell, que comandou as Armas da Província, o almirante João Greenfeld, que atuou ativamente contra a

Revolução Farroupilha, e o coronel Francisco Roscio, governador da Capitania, autor de interessante trabalho descritivo, **Compêndio Noticioso do Continente de São Pedro**, que constitui uma das melhores fontes primárias da nossa história; o capitão José Garibaldi, figura destinada à fama internacional, e seus companheiros de glórias na Revolução Farroupilha; o norte-americano John Griggs, comandante do navio Seivál, no ataque à Laguna; o sueco marechal de Campo Jacques Diogo Funck e o suíço brigadeiro Carlos Resin e seu filho, nascido no Brasil, o marechal de campo do mesmo nome.

O Autor inclui, muito acertadamente, os negros entre os descendentes estrangeiros. E foram muitos os filhos da sacrificada raça de Cam a contribuírem com seu sangue, sua bravura, sua lealdade, nas lutas do extremo Sul da Pátria brasileira. Aqui, nestas páginas era que se registram os feitos maiores da nossa história militar, empresta-se especial e justo relevo ao famoso 1º Corpo de Lanceiros Negros, do Coronel Joaquim Teixeira Nunes, cuja atuação nas forças farroupilhas esteve acima de qualquer elogio.

Espero sirva esta breve exposição para dar uma idéia do valor histórico do livro do cel. Cláudio Moreira Bento, trabalho alicerçado numa pesquisa profunda, que esgota praticamente o assunto, só deixando de lado minúcias e aspectos irrelevantes, sem interesse real para a elucidação histórica.

**Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul** é uma obra cuja utilidade para os estudiosos em geral ressalta à primeira vista. É um livro honesto, destinado a impor-se, como obra de consulta, entre os mais valiosos de nossa historiografia. Com ele se credenciam ao reconhecimento das letras históricas riograndenses, o autor, por escrevê-lo e o Instituto Estadual do Livro, ao editá-lo.”

Principais obras de Arthur Ferreira Filho.

**Revoluções e Caudilhos.** Passo Fundo: Berthier, s/d. **Legendas do Rio Grande.** Porto Alegre: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1950.. **História Geral do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. Globo, 1958. **Revolução de 1923.** Porto Alegre: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1973.

Durante minha atividade de historiador desde o o incio recebemos o apoio e incentivo dos seguinte historiadores Pedro Calmon presidente do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro, Arthur Ferreira Filho, presidente do Instituto Histórico e Geografico do Rio Grande do Sul, General Jonas de Moraes Correia Filho ,Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil de Dante de Laytano, presidente da Academia Brasileira de História, Jordão Emerenciano, Diretor do Arquivo Público de Pernambuco e de Mauro Mota Diretor da Fundação Joaquim Nabuco em Recife bem como de GylbertoFreire E com eles muito aprendemos e colocamos em prática seus ensinamentos na presidencias de entidades que fundamos e presidimos a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul( IHTRGS), Academias de História de Canguçu-RS, Resende-RJ e Itatiaia-RJ , as quais serviram de modelo as Academias de História de Barra Mansa-RJ, Piratini-RS e Itajubá-MG. Ecom eles alimentamos correspondência e me afeiçoamos e me tornei amigo e grande admirador. E com Arthur Ferreira Filho foi uma ligação muito especial de admiração e muito respeito e afinidade cultural. Respeito e admiração que muitos que conheci lhe votavam.

A seguir carta resposta ao autor do historiador Arthur Ferreira Fillhio

“ Porto Alegre,9 de Agosto de 1979

Meu caro Cel. Claudio Moreira Bento

Só hoje posso responder sua excelente carta de 14 de julho. É que no dia 2 daquele mês fui acometido por uma enfermidade, que só agora me permite retornar as atividades normais... Agradeço as generosas referências a meu trabalho "**Julio de Castilhos e o Positivismo**", depreendendo de suas expressões que o meu culto amigo e confrade apanhou, com muita precisão; o pensamento político do Castilhismo. Quanto a atitude de alguns positivistas ortodoxos, face a guerra do Paraguai e o pacifismo pregado por Augusto. Comte, deve ser entendido como conduta pessoal e nunca por imposição da doutrina positivista. O Positivismo adota o pacifismo como um nobre ideal da Humanidade e em termos relativos, sabendo que esse ideal não pode ser alcançado por uma ou por algumas nações apenas, dentro de um mundo belicoso. Creio que nenhum positivista desejaria desarmar as nações pacíficas, deixando-as expostas à senha carniceira desses Hitleres e Stalines que a cada geração, se renovam, conservando, porem a mesma ferocidade e o mesmo espirito de conquista, A guerra do Paraguai foi provocada pela megalomania de Solano Lopez. Parece que isso não comporta qualquer discussão séria. Sobre a ideia da devolução reciproca de trofeus de guerra, visando consolidar a paz entre Brasil e Paraguai, e certo que não só os positivistas têm se manifestado a favor, mas também muitos não positivistas. Como, por exemplo, o Presidente Emilio Medici, o que esta na memória de todos. As pessoas que assim pensam, fundam-se no princípio de que a guerra não foi contra a nação paraguaia, mas contra a agressão criminosa de Lopez. Voltando a Júlio de Castilhos, não sera demais repetir que ele foi sempre um dedicado amigo do Exército. Seu jornal "**A Federação** durante a chamada Questão Militar, abriu oolunas em favor dos militares punidos pelo governo monárquico, tendo apoiado vivamente Deodoro, quando o futuro proclamador da Republica exerceu a presidência da então, província do R.G.do Sul. Ilustres militares exerceram mandatos políticos no Partido Castilhista, podendo-se citar, entre muitos outros, os senadores marechais Julio Frota e Hermes Rodrigues da Fonseca e generais João Vespucio de Abreu e Luiz Soares dos Santos, os deputados generais, ou que vieram alcançar esse posto, Vespasiano de Albuquerque; A.A. da Fontoura Mena Barreto Setembrino de Carvalho, posteriormente: ministros da Guerra, M.T. Barreto Viana, Hipólito Ribeiro, Francisco Rodrigues Lima, José Carlos Pinto, e oficiais outros de diversas patentes, como Tomás Flores, J.T. dos Santos Filho, Jose Gonçalves de Almeida, Antônio Adolfo de Alencar Fabio Barreto Leite, Juvenal Miller, Waldomiro Lima, João Simplício de Carvalho, Antônio Chacha Pereira, Francisco de Paula Alencastro, João Jose Pereira Parobé: e Otávio Rocha. Na eleição do 1º presidente da República, pelo Congresso Nacional, em 1891, Castilhos bateu-se pela vitoria de Deodoro sobre Prudente de Moraes, e reside ai o primeiro desentendimento com seu cunhado Assis Brasil, que recusava a candidatura do Marechal. Não creio que o pacifismo positivista e, menos ainda, o presidencialismo forte de Castilhos possam ocasionar qualquer

incompatibilidade com as Forças Armadas. É grande o número de militares adeptos do Positivismo, entre eles, figuras exponenciais de sua classe, como o inesquecível Mestre Benjamim Constant, cujo nome é mantido no Almanaque Militar, o ínclito Marechal Rondon, legítima glória nacional, o General Jose Bevilacqua, o General Manoel Rabelo e inúmeros outros. Na Marinha o Positivismo sempre teve adeptos. O fundador do Clube Positivista de Porto Alegre, foi um almirante, vindo do Rio de Janeiro.. Foi nos exemplos de Castilhos e nos conselhos de meu Pai, ex-aluno de Benjamim Constant, que aprendi a amar o nosso glorioso Exército, amor que espero conservar até o fim de meus dias. Não conheço a obra que o prezado amigo e confrade se refere, sobre o famoso tribuno do do Império Gaspar Silveira Martins. De sua atuação como chefe civil da Revolução de 1893, não se pode inferir qualquer conhecimento da Arte da Guerra . Entretanto, como era homem de robusta inteligência e memória excepcional, pode ser que tenha assimilada leituras sobre o assunto”. Suas relações com o Duque de Caxias, seu colega no Senado, não eram boas, e, ultimamente, havia rompido com Osório, de quem fora amigo e companheiro de partido.. Não sei ate onde se poderia levar a serio o boato, de que o grande Tribuno era um dos chefes políticos do Partido Liberal que planejavam armar a Guarda Nacional, para enfraquecer o Exército. Como quer que seja. Silveira Martins foi um dos vultos mais eminentes da politica no regime Monárquico, tendo prestado como deputado e senador, serviços relevantes. Inimigo pessoal de Deodoro sofreu, com a queda do Império, um golpe tremendo. Quando, após a renúncia do Proclamador regressou de um breve exílio na Europa, teve prejudicada sua participação na politica republicana por discordar de presidencialismo radical de Floriano Peixoto e de Júlio de Castilhos. Resta-me uma palavra sobre sua referência à Revolução de 64. O eminente Castelo Branco talvez tenha sofrido influência positivista, através de seus professores, no curso militar. O certo é que ele no governo se conduziu como se fosse um castilhista autêntico.”

### **BARÃO DO RIO BRANCO**



Barão do Rio Branco (1845-1912) foi diplomata, advogado, historiador e político brasileiro. Foi Ministro das Relações Exteriores durante o governo de quatro presidentes. Foi o segundo ocupante da Cadeira nº. 34 da Academia

Brasileira de Letras. Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos Júnior) nasceu no Rio de Janeiro no dia 20 de abril de 1845. Filho de José Maria da Silva Paranhos o Visconde do Rio Branco e de Dona Teresa. Em 1855 ingressou no Colégio Pedro II. Suas melhores notas foram sempre em História e Literatura. Em 1862 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1866 vai para o Recife onde termina o curso de Direito e trabalha em pesquisas históricas. Depois de formado, viajou para a Europa onde viu as grandes capitais e se impressionou com as bibliotecas e arquivos, especialmente com a Torre do Tomo, em Portugal. De volta ao Brasil, passou a lecionar História e Geografia no Colégio Pedro II. Pouco tempo depois, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1868, José Maria da Silva Paranhos foi nomeado Promotor Público em Nova Friburgo. Ainda em 1868, acompanhou o pai, então Ministro dos Estrangeiros, em missão diplomática ao Rio da Prata e ao Paraguai. Em 1869 foi eleito deputado por Mato Grosso. Mostrou muito interesse pela campanha abolicionista e pela Guerra do Paraguai, questões que agitavam o Parlamento Imperial. Nesse mesmo ano, fundou o jornal “**A Nação**”. Lançou uma campanha em favor da Lei do Ventre Livre. Em 1876, depois de várias tentativas, José Maria foi nomeado cônsul geral do Brasil em Liverpool e iniciou sua carreira diplomática. Passava os finais de semana em Paris, onde instalou sua mulher, a atriz belga Marie Stevens e seus cinco filhos. Acabou morando em Paris durante 25 anos. Em 1905 sobre o Barão escrevemos o artigo BARÃO DO RIO BRANCO –UM DIPLOMATA COM ALMA DE SOLDADO o qual escrevemos sobre ele. Embora a paz mundial seja ideal perseguido, as nações procuram dispor, dentro das suas possibilidades, de forças armadas o melhor organizadas, equipadas e motivadas para um emprego eventual indesejado. No Brasil, poucos estadistas civis, como o Barão de Rio Branco, que passou à História do Brasil como o Chanceler da Paz, compreenderam e responderam em seu tempo, à altura, a esta pergunta de difícil resposta para quem não possuía perspectiva histórica brasileira: Forças Armadas Brasileiras para quê? Rio Branco respondeu adequadamente dizendo ser fundamental o Brasil dispor de forças armadas à altura de suas potencialidades e com os objetivos de servir: - De dissuasão a aventuras militares internas e externas; - De respaldo à política internacional do Brasil, como elementos de emprego em emergências imprevisíveis, internas e externas; - Como núcleos de expansão na eventualidade de uma guerra; - E, finalmente, como elementos de preservação e divulgação do patrimônio por elas acumulado, em Arte e Ciência Militar, ao longo do processo histórico, no caso do Brasil em quase cinco séculos de lutas vitoriosas, que contribuíram para delinear, consolidar e manter um Brasil de dimensões continentais. E desta última circunstância, Rio Branco adquiriu profunda consciência, através dos estudos de História Militar do Brasil que realizou. Constatar é obra de simples verificação de suas **Efemérides Brasileiras**, lidas sempre no início das sessões do sesquicentenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que ele presidiu e onde ingressou aos 22 anos, em 1866, na presença do Imperador D. Pedro II, quando ia acesa e viva a Guerra do Paraguai, em cujos estudos se assinalou, e à qual, a Europa conheceu, em parte, por seus escritos enviados a jornais de lá. Em sua posse no IHGB, biografou o **Marechal José de Abreu** “O Anjo da Vitória”, herói de nossas guerras cisplatinas, e que morreu em ação em 1827 na Batalha do Passo do Rosário. O Barão do Rio Branco foi um notável historiador militar brasileiro que a Academia de História Militar

Terrestre do Brasil consagrou, como ato de justiça na voz da História, como um dos historiadores civis patronos de cadeira. A vocação de Rio Branco para a História Militar foi compulsiva. Aos 16 anos biografou o **Capitão de -Fragata Barroso Pereira**; aos 19, escreveu **Episódios da Guerra do Prata**. A seguir, escreveu sobre o **Marechal José de Abreu**. Prosseguiu firme nesta linha de estudos que, segundo o historiador Roberto de Assunção: “desabrocharam nos magistrais estudos sobre a Guerra do Paraguai e nas memórias escritas em defesa dos direitos do Brasil nas questões de limites com a Argentina, França e Inglaterra.” Foi notável o seu interesse pelo nosso fortalecimento militar, que ele ajudou a impulsionar através da Reforma Militar nos governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Hermes da Fonseca, como ministro das Relações Exteriores, e sob o argumento: ...para que “o Brasil pudesse desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabia no convívio das nações”. Ajudou a recolocar o Exército no rumo do profissionalismo militar depois de um triste período de esforço equivocado no bacharelismo militar de 1873-1905, em decorrência dos regulamentos de ensino de 1873 e 1890, que minaram as possibilidades de operacionalidade do Exército, que haviam atingido níveis inferiores aos dos tempos da Guerra do Paraguai, para o cumprimento de missões de defesa interna e externa do Brasil. A ação de Rio Branco permitiu a incorporação pacífica ao território brasileiro, de milhares de quilômetros quadrados, fruto de sua superior ação diplomática “inteligente e sem vaidade, franca sem indiscrição e enérgica sem arrogância”, calcada no profundo conhecimento do processo histórico brasileiro e da sua história militar terrestre e naval, que desenvolveu e valorizou, como instrumentos de desenvolvimento do Brasil, como ninguém até hoje conseguiu fazer, salvo melhor juízo. Rio Branco conquistou a paz preparando a Nação para melhor enfrentar a alternativa indesejável de uma guerra. Em seus estudos sobre a Guerra do Paraguai manteve contatos estreitos com o Duque de Caxias, consagrado como o Pacificador e o maior de nossos generais, o patrono do Exército Brasileiro e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Em diversas oportunidades demonstrou consideração pelos militares: “minha simpatia e meu verdadeiro afeto pelos militares de terra e mar são muito antigos, pois vem dos tempos remotos da primeira mocidade. Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me por nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe pátria e de suas possessões nesta parte do mundo e, depois, na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil em sua vida independente... Tive a honra de conviver de perto com muitos de nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma e outros e, de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas de seus afetos e estimas... Os sentimentos de minha mocidade para com o Exército e Marinha não se arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições, sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz que ele tanto precisa e que precisam todos os povos”. Diplomata de escol com alma de soldado, assim definia a relação soldado-diplomata: “Eles são sócios que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade. O outro bate-se para vingar o direito agredido, respondendo à violência com violência”. O General Tasso Fragoso, ao retornar de Adido Militar na Argentina, a época da Questão de Palmas, foi encarregado de saudar Rio

Branco no Clube Militar. Ressaltou sua ação “na estabilização de nossas fronteiras, sem o recurso da força armada, por sustentar seus pontos de vista com o recurso de profundos e sólidos conhecimentos da História Militar do Brasil”. Tasso Fragoso, ao editar, em 1922, **A Batalha do Passo do Rosário**, a dedicou: “À memória do Rio Branco, cuja ação e escritos são exemplos de extremado amor ao Brasil e de intensa fé nos seus gloriosos destinos. Como testemunho de admiração e de saudade”. Na História atual temos exemplos de nações que preferiram acumular riquezas à gastá-las com forças armadas à altura de suas potencialidades. A primeira foi o Líbano, a outrora Suíça do Oriente, hoje curando as dolorosas feridas de uma prolongada luta fratricida por inspiração inclusive religiosa, que imolou milhares de inocentes e deixou marcas profundas em sua paisagem e nos corações de seus filhos. A segunda foi o Kuwait, riquíssimo, mas indefeso por opção, que acabou sendo invadido, e humilhado pelo Iraque e somente resgatado quase em ruínas após servir de palco à mais moderna e sofisticada guerra. Eis as lições que o historiador militar brasileiro Barão do Rio Branco cedo aprendeu e que assim traduziu o General Aurélio de Goes Monteiro Chefe do Estado – Maior do Exército( EME) durante a 2ª Guerra Mundial : “Na ordem internacional a melhor prova de sensatez e inteligência é amparar as boas intenções com as melhores armas possíveis”. Dedico este estudo como subsídio à reflexão dos brasileiros que sinceramente procuram resposta para a pergunta: Forças Armadas Brasileiras para quê? Se dúvidas persistirem, recorram à História como o fez um dia o hoje esquecido pela mídia – Barão do Rio Branco, o Chanceler da Paz. Fomos honrado pelo diplomata Roberto Assunção, quando em avançada idade dele recermos o precioso acervo que ele acumulou sobre o Barão. Acervo que doamos e depositamos na sede da Federação da de Academias de História Militar Terrestre do Brasil em sua sede na AMAN , no fundo de sua Biblioteca e por nós presidida de 2011 Bicentenário da AMAN até sua extinção em 2019, dando origem a 5 AHIMTBs por nós fundadas. Acervo que doamos a AMAN e foi por ela recebido por seu BI Nº 2 Especial de 14 de novembro de 2014 disponível para ser baixado no Google como **Boletim Especial da AMAN 002**.

BARÃO DO RIO BRANCO - ACERVO DO EMBAIXADOR ROBERTO LUIZ ASSUMPÇÃO DE ARAÚJO, NA AMAN Cláudio Moreira Bento, Cel Presidente da FAHIMTB e AHIMTB/Resende .

Em 1905, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), fui cumprimentado pelo confrade Embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo por meu artigo **Barão do Rio Branco – Um Diplomata com alma de soldado**. Artigo, intitulado Barão do Rio Branco – O historiador, Roberto Assunção trechos de seu discurso de posse no IHGB. E lhe mencionei que a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), que havia fundado em Resende, em 20 de março de 1996, junto à ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN), possuía uma cadeira em homenagem ao grande historiador militar brasileiro – o Barão do Rio Branco. Cadeira que fora inaugurada pelo acadêmico Cel J.V. Portella Ferreira Alves, veterano da FEB e nosso confrade no IHGB e no IHGMB. E no curso desta conversa consultou-me o Embaixador, perguntando se eu aceitava ficar com sua coleção de obras relativas ao Barão do Rio Branco. E então concordei com a idéia, visando um dia a colocar a mesma à disposição da Academia Militar das Agulhas Negras para que os futuros oficiais do Exército, interessados, melhor conhecessem a vida e a obra

do grande brasileiro. E logo em seguida chegaram à minha casa, no Bairro Jardim das Rosas, em Itatiaia, dois volumes contendo o acervo pessoal do Embaixador Roberto Luiz Assução, sobre Rio Branco. Desde então aguardo o momento ideal para colocar o precioso acervo, colecionado com tanto carinho por um dedicado estudioso do Chanceler da Paz, à disposição de leitores da AMAN. E no ano de 2011, dos 200 anos da criação da Academia Real Militar, chegou o momento para a concretização deste objetivo. Em 23 de abril de 2011, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), que fundamos há 15 anos, e com apoio do Comandante da AMAN, Gen Div Edson Leal Pujol, titular da cadeira Marechal José Pessoa, e acadêmicos da AHIMTB, esta instituição foi transformada em Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), tendo como filiadas quatro Academias (AHIMTB) em Resende, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Foi aceita pelo comandante da AMAN, a proposta da FAHIMTB se instalar, com todo o seu acervo, em dependência isolada no interior da AMAN, ao fundo da nova Biblioteca. Instalação iniciada com apoio do atual comandante da AMAN Gen Bda Júlio César de Arruda, nosso antigo cadete/aluno de História Militar na AMAN em 1980, nosso comandado em 1982 como destacado Aspirante e 2º Tenente no 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá /MG, então 3º Presidente de Honra da FAHIMTB e 1º Presidente de Honra da AHIMTB/Resende. O acervo que me foi doado pelo Embaixador Roberto Luiz, a seguir relacionado, foi colocado no armário nº 2 da Secção de Obras de Referências de História Militar Terrestre do Brasil, conforme a foto acima. Armário nº 2 da Secção de Referência da FAHIMTB na AMAN Na estante abaixo: - Obras do acervo do Embaixador Roberto Luiz sobre o Barão do Rio Branco e assim dispostas da esquerda para a direita: 1. RIO-BRANCO, Raul do. Reminiscências do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: José Olympio Ed; 1942; 3 Detalhe da prateleira com o Acervo Barão do Rio Branco . 2. BARRETO, Carlos Xavier Paes. Rio Branco – o geógrafo. Rio de Janeiro: Ed. Minerva, 1947; 3. CARVALHO, Afonso de. Rio Branco. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945; 4 e 5. ABRANCHES, Dunschee de. Rio Branco e a Política Exterior do Brasil. Rio de Janeiro: 1945. 2 v.; 6. CENTRO CÍVICO SETE DE SETEMBRO. À Memória do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942; 7. HERMES Jr. João Severiano da Fonseca. O Barão do Rio-Branco – Conferência. Rio de Janeiro: 1945; 8. RICÚPERO, Rubens. Rio Branco – o Brasil e o mundo. Rio de Janeiro: Petrobrás, s/d; 9. ARAGÃO, Muniz de. Como morreu o Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Liv. Freitas Bastos. 1967; Os números 8 e 9 estão encadernados juntos. 10. MARANHÃO, Jarbas. Barão do Rio – Branco: Recife, 1945. 11. GAI, Nair. Rio Branco, O Chanceler da Paz. Rio de Janeiro: 1982; 12. MRE. Brasil durante o Governo de Rodrigues Alves. 1902 – 1906. Rio de Janeiro: 1906; 13. \_\_\_\_\_. O Itamaraty e o Barão, 1906; 14. HERMES. Jr João Severiano da Fonseca. A política geográfica do Brasil. Rio de Janeiro: 1940; Os números 10, 11, 12, 13 e 14 foram encadernados juntos. 15. VILLAÇA, Antonio Carlos. Perfil de um estadista da República. Rio de Janeiro: 1945. Aqui acabam os livros mandados encadernar pelo Embaixador Roberto Luiz. Livros não encadernados: 16. SENADO FEDERAL. **Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco**. Brasília: 1999; 17. CIDADE, Francisco de Paula. Lutas ao Sul do Brasil com os espanhóis e seus descendentes. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1948; 18. LINS, Álvaro. Barão do Rio Branco – biografia. Rio de Janeiro: Ed. Alfa-Ômega, 1995.

19. MARANHÃO, Jarbas. Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002, 2ª Ed; 20. EDITORA TRÊS. Barão do Rio Branco, Rio de Janeiro: 1974; 21. CARVALHO, Afonso de. Rio Branco – sua vida e obra. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1995, 2ª Ed; 4 4 22 e 23. MELLO, Rubens Ferreira. Tratado de Direito Diplomático. Rio de Janeiro: MRE, s/d 2º v.; 24. BESOUCHET, Lídia. José Maria Paranhos - Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ano 1985 (Biografia do pai do Barão do Rio Branco). 25 e 26. CADERNOS DO CHADD. Nº 1 e 2 de 2002 e 2003; 27. REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO. t.1, LII, 1945 (Homenagem à memória do Barão do Rio Branco); 28. ROCHA, Pinto da. O Tratado do Condomínio. Porto Alegre: s/d; 29. A FARSA DE CUNHA. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1995; 30. PROBLEMAS MILITARES CONTEMPORÂNEOS (Em Francês – plaqueta); 31. COMBLIN, PE. José PH. Ideologia de Segurança Nacional – O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, 3ª Ed; 32. MRE. O Acre o direito da Bolívia. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. 1900 (plaquete); 33. THAKER, Charles W. Guerrilha. New York/London, s/d; 34. BARÃO DO RIO BRANCO. História do Brasil. Rio de Janeiro: 1930. Na estante abaixo dela: **Obras de História Oral do Exército: Revolução de 1964, Força Expedicionária Brasileira, Projeto Rondon e mais Histórias da Aeronáutica e da Marinha do Brasil.** Estas, em grande parte escritas pelo patrono em vida de cadeira especial da AHIMTB/Rio de Janeiro o Alte Hélio Leôncio Martins, pelo acadêmico que ora ocupa esta cadeira, o Alte. Max Justo Guedes, da Aeronáutica pelo patrono da Delegacia da Federação em Santos Dumont, o Brigadeiro Nelson Freire Lavanere Wanderley, atual patrono do CAN, a História da AERONÁUTICA pelo INCAER e mais nosso artigo na Defesa Nacional Operações da Aviação do Exército em Resende na Revolução de 1932. Nas histórias da Marinha e da Aeronáutica figuram as histórias dos Fuzileiros Navais e da Infantaria da Aeronáutica, forças terrestres que a FAHIMTB desenvolve. Na última estante, outras obras de Referência de História Militar Terrestre do Brasil, complementando obras em armário ao lado. A seguir, texto de meu artigo sobre o Barão de Rio Branco que originou a doação em tela do Acervo sobre o Barão do Rio Branco pelo Embaixador Roberto Luiz. Artigo em que insistia como lição da História a necessidade de, segundo interpreto, o Brasil dispor de poder militar dissuasório compatível, como exposto no Guararapes nº 2, de junho, da FAHIMTB.

BARÃO DO RIO BRANCO –UM DIPLOMATA COM ALMA DE SOLDADO  
Cláudio Moreira Bento (x) em 1905.

Embora a paz mundial seja ideal perseguido, as nações procuram dispor, dentro das suas possibilidades, de forças armadas o melhor organizadas, equipadas e motivadas para um emprego eventual indesejado. No Brasil, poucos estadistas civis, como o Barão de Rio Branco, que passou à História do Brasil como o Chanceler da Paz, compreenderam e responderam em seus tempos, à altura, a esta pergunta de difícil resposta para quem não possua perspectiva histórica brasileira: Forças Armadas Brasileiras para quê? Rio Branco respondeu adequadamente dizendo ser fundamental o Brasil dispor de forças armadas à altura de suas potencialidades e com os objetivos de servirem: - De dissuasão a aventuras militares internas e externas; - De respaldo à política internacional do Brasil, como elementos de emprego em emergências imprevisíveis, internas e externas; - Como núcleos de expansão

na eventualidade de uma guerra; - E, finalmente, como elementos de preservação e divulgação do patrimônio por elas acumulado, em Arte e Ciência Militar, ao longo do processo histórico, no caso do Brasil em 5 5 quase cinco séculos de lutas vitoriosas, que contribuíram para delinear, consolidar e manter um Brasil de dimensões continentais. E desta última circunstância, Rio Branco adquiriu profunda consciência, através dos estudos de História Militar do Brasil que realizou. Constatar é obra de simples verificação de suas Efemérides Brasileiras, lidas sempre no início das sessões do sesquicentenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que ele presidiu e onde ingressou aos 22 anos, em 1866, na presença do Imperador D. Pedro II, quando ia acesa e viva a Guerra do Paraguai, em cujos estudos se assinalou, e à qual a Europa conheceu, em parte, por seus escritos enviados a jornais de lá. Em sua posse no IHGB, biografou o Marechal José de Abreu “O Anjo da Vitória”, herói de nossas guerras cisplatinas, e que morreu em ação em 1827 na Batalha do Passo do Rosário. O Barão do Rio Branco foi um notável historiador militar brasileiro que a Academia de História Militar Terrestre do Brasil consagrou, como ato de justiça na voz da História, como um dos historiadores civis patronos de cadeira. A vocação de Rio Branco para a História Militar foi compulsiva. Aos 16 anos biografou o Capitão-de-Fragata Barroso Pereira; aos 19, escreveu Episódios da Guerra do Prata. A seguir, escreveu sobre o Marechal José de Abreu. Prosseguiu firme nesta linha de estudos que, segundo o historiador Roberto de Assunção: “desabrocharam nos magistrais estudos sobre a Guerra do Paraguai e nas memórias escritas em defesa dos direitos do Brasil nas questões de limites com a Argentina, França e Inglaterra.” Foi notável o seu interesse pelo nosso fortalecimento militar, que ele ajudou a impulsionar através da Reforma Militar nos governos de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Hermes da Fonseca, como ministro das Relações Exteriores, e sob o argumento: ...para que “o Brasil pudesse desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabia no convívio das nações”. Ajudou a recolocar o Exército no rumo do profissionalismo militar depois de um triste período de esforço equivocado no bacharelismo militar de 1873-1905, em decorrência dos regulamentos de ensino de 1873 e 1890, que minaram as possibilidades de operacionalidade do Exército, que haviam atingido níveis inferiores aos dos tempos da Guerra do Paraguai, para o cumprimento de missões de defesa interna e externa do Brasil. A ação de Rio Branco permitiu a incorporação pacífica ao território brasileiro, de milhares de quilômetros quadrados, fruto de sua superior ação diplomática —inteligente e sem vaidade, franca sem indiscrição e enérgica sem arrogância, calcada no profundo conhecimento do processo histórico brasileiro e da sua história militar terrestre e naval, que desenvolveu e valorizou, como instrumentos de desenvolvimento do Brasil, como ninguém até hoje conseguiu fazer, salvo melhor juízo. Rio Branco conquistou a paz preparando a Nação para melhor enfrentar a alternativa indesejável de uma guerra. Em seus estudos sobre a Guerra do Paraguai manteve contatos estreitos com o Duque de Caxias, consagrado como o Pacificador e o maior de nossos generais, o patrono do Exército Brasileiro e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Em diversas oportunidades demonstrou consideração pelos militares: “minha simpatia e meu verdadeiro afeto pelos militares de terra e mar são muito antigos, pois vem dos tempos remotos da primeira mocidade. Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me por nossas glórias militares conquistadas na

defesa dos direitos e da honra da antiga mãe pátria e de suas possessões nesta parte do mundo e, depois, na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil em sua vida independente... Tive a honra de conviver de perto com muitos de nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma e outros e, de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas de seus afetos e estimas... Os sentimentos de minha mocidade para com o Exército e Marinha não se arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições, sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz que ele tanto precisa e que precisam todos os povos”. Diplomata de escol com alma de soldado, assim definia a relação soldado-diplomata: “Eles são sócios que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade. O outro bate-se para vingar o direito agredido, respondendo à violência com violência”. O General Tasso Fragoso, ao retornar de Adido Militar na Argentina, a época da Questão de Palmas, foi encarregado de saudar Rio Branco no Clube Militar. Ressaltou sua ação “na estabilização de nossas fronteiras, sem o recurso da força armada, por sustentar seus pontos de vista com o recurso de profundos e sólidos conhecimentos da História Militar do Brasil”. Tasso Fragoso, ao editar, em 1922, A Batalha do Passo do Rosário, a dedicou: “À memória do Rio Branco, cuja ação e escritos são exemplos de extremado amor ao Brasil e de intensa fé nos seus gloriosos destinos. Como testemunho de admiração e de saudade”. Na História atual temos exemplos de nações que preferiram acumular riquezas à gastá-las com forças armadas à altura de suas potencialidades. A primeira foi o Líbano, a outrora Suíça do Oriente, hoje curando as dolorosas feridas de uma prolongada luta fratricida por inspiração inclusive religiosa, que imolou milhares de inocentes e deixou marcas profundas em sua paisagem e nos corações de seus filhos. A segunda foi o Kuwait, riquíssimo, mas indefeso por opção, que acabou sendo invadido, e humilhado pelo Iraque e somente resgatado quase em ruínas após servir de palco à mais moderna e sofisticada guerra. Eis as lições que o historiador militar brasileiro Barão do Rio Branco cedo aprendeu e que assim traduziu o General Aurélio de Goes Monteiro Chefe do Estado – Maior do Exército( EME) durante a 2ª Guerra Mundial : “Na ordem internacional a melhor prova de sensatez e inteligência é amparar as boas intenções com as melhores armas possíveis”. Dedico este estudo como subsídio à reflexão dos brasileiros que sinceramente procuram resposta para a pergunta: Forças Armadas Brasileiras para quê? Se dúvidas persistirem, recorram à História como o fez um dia o hoje esquecido pela mídia – Barão do Rio Branco, o Chanceler da Paz. Hoje, ao que nos parece, o Ministério da Defesa mobiliza através de seu projeto O Livro Branco da Defesa Nacional inteligências de vários setores da Sociedade Brasileira para a construção de um projeto de Defesa Nacional, esforço elogiável que constatamos em Porto Alegre. Creio que seja uma condição para o Brasil conquistar um assento no Conselho de Segurança na ONU; Roberto Luiz Assumpção de Araújo (1915-2007) Depois deste contato com o Embaixador Roberto Luiz e que resultou na vinda para a AMAN de seu precioso acervo sobre o Barão do Rio Branco, este um diplomata com alma de soldado, ao qual muito está a dever ao Brasil, era impositivo aprofundar na vida e obra de Roberto Luiz em seus detalhes mais expressivos, relacionados com a História do Brasil e o Barão do Rio Branco, cuja preservação e divulgação de

sua preciosa vida e obra tanto se dedicou desde os 29 anos. Roberto Luiz tomou posse como sócio do IHGB em 1989, tendo sido saudado pelo sócio Afonso Arinos de Mello Franco e como título de sua oração de posse „Rio Branco - o historiador’. Ao falecer, foi evocada sua vida e obra no IHGB pelo sócio Arthur Rios em 27 de fevereiro de 2007. 7 7 Como grande admirador e preservador da memória do Barão do Rio Branco atestada pelo precioso acervo sobre o grande brasileiro que nos doou e ora na AMAN, como patrimônio da FAHIMTB, ali instalada, ele foi o editor em 1990/1999, das „Obras completas do Barão do Rio Branco’, tendo sido professor e examinador de História do Brasil no Instituto Rio Branco, o formador de diplomatas do Brasil, e chefe de Gabinete do Itamaraty, bem como da Divisão de Assuntos Políticos da Escola Superior de Guerra, a qual cursara em 1955, tendo integrado antes, em 1944, aos 29 anos, a Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco. Como diplomata serviu em Paris, Milão e Moscou e foi embaixador em Argel, Praga, Damasco e Nova Délhi. Neste depoimento para o conhecimento de seus colegas historiadores do IHGB, diplomatas do Itamaraty e seus familiares, creio haver dado destinação adequada e digna ao seu acervo pessoal sobre o Barão do Rio Branco – Um diplomata com alma de soldado – colocando-o à disposição dos interessados na Academia Militar das Agulhas Negras, no ano de seu bicentenário e procurando reforçar a relação de soldados e diplomatas do Brasil, assim definida pelo Barão do Branco: “Eles são sócios que se prestam muito auxílio. Um expõe o Direito e argumenta com ele em prol da sua Pátria. O outro bate-se para vingar o Direito agredido respondendo à Violência com Violência”. Resposta com violência se necessário, caso o Brasil venha a construir Poder Militar Defensivo Dissuasório Compatível. Construção que se impõe coerente com este princípio universal: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra.” Construção que, ao que parece, o Ministério da Defesa do Brasil procura construir com o seu Projeto do Livro Branco da Defesa Nacional, envolvendo vários especialistas da Sociedade Brasileira, capazes de dar sua contribuição à Defesa Nacional e nele envolvendo a Universidade com seus mestres e universitários, como pude constatar no concorrido Seminário do Livro Branco da Defesa Nacional em 23 de abril de 2011, conforme relatamos no O Guararapes nº 2, tendo como tema A contribuição da História Militar Terrestre do Brasil no desenvolvimento do Livro Branco da Defesa Nacional- reflexões. Uma infiltração no teto da sede da FAHIMTB provocou o restauro da sala que perdurou por longo tempo. A COVID 19 também repercutiu negativamente . terminando que todo o acervo desorganizado foi transferido para sala menor com melhor exposição , onde a AHIMTResende tenta minorar os negativos reflexos daquela infiltração de água pelo teto da sala.Mas procurei honrar o legado do saudoso confrade Roberto Assunção.na AMAN ,onde o segundo monumento a defrontar-se ao entrar na AMANno seu 1 Conjunto Principal é o do Barão do Rio Branco.

## **BARÃO DE STUDART**



**Barão de Studart. Guilherme Chambly Studart,** Nasceu em Fortaleza, em 5 de janeiro de 1856 e faleceu em Fortaleza em de 1938 com 82 anos. Foi um médico, historiador e vice-cônsul do Reino Unido no Ceará. Filho de John William Studart, comerciante e primeiro vice-cônsul britânico no Ceará, e de Leonísia de Castro Barbosa Studart. Pelo lado paterno, era sobrinho de José Smith de Vasconcelos, primeiro barão de Vasconcelos. Pelo lado materno, era bisneto de Joaquim José Barbosa e de João Facundo de Castro Meneses.

Fez os primeiros estudos no Ateneu Cearense, transferindo-se, posteriormente, para o Ginásio Bahiano. Matriculou-se, em 1872, na Faculdade de Medicina da Bahia, onde formou-se em 1877. Exerceu, durante muitos anos, a atividade médica, principalmente no Hospital de Caridade de Fortaleza. Participou ativamente do movimento abolicionista no Ceará, como um dos membros da Sociedade Cearense Libertadora. Discordando dos meios defendidos por esta, desliga-se para fundar, ao lado de Meton de Alencar, o Centro Abolicionista 25 de Dezembro, em 1883. Católico militante, dedicou-se à caridade e à filantropia. Como reconhecimento, o então bispo do Ceará, D. Joaquim Vieira, solicitou a outorga do título de barão da Santa Sé, concedido, em 1900, pelo Papa Leão XIII. Participou da fundação do círculo de intelectuais católicos de Fortaleza e do círculo dos operários católicos de Fortaleza. Logo depois da morte do pai, em 1878, herdou o título de vice-cônsul britânico no Ceará.



Monumento com a efígie em medalhão de Studart no Passeio Público de Fortaleza.

Autor de inúmeros trabalhos nas áreas de Medicina, línguas (**Elementos da Gramática Inglesa, 1888, Geografia e biografia**). Foi na História, entretanto, que ele se destacou, publicando mais de uma centena de textos, entre artigos e livros, abordando, especialmente, a **História do Ceará**. Suas obras são, ainda hoje, essenciais para o estudo da matéria. A sua bagagem bibliográfica chega a 139 trabalhos de grande mérito e reconhecimento internacional. Sua batalha foi para que a memória do Ceará não se perdesse. Lutou e conseguiu desenvolver vários trabalhos, hoje fonte de pesquisas para vários historiadores do Brasil e de vários países. Suas obras principais enumeramos a seguir apresentando em vermelho suas obras que contem valiosos subsídios para a História Militar do Brasil Suas publicações :

**Família Castro, ligeiros apontamentos**

**Seiscentas datas para a história do Ceará na segunda metade do século XVIII**

**Climatologia, epidemias e endemias do Ceará: memória apresentada ao 4.º Congresso medico latino-americano,**

**Notas para a História do Ceará,**

**Datas e Factos Para a História do Ceará,**

**Notas sobre a linguagem e costumes do Ceará**

**Documentos para a historia de Martim Soares Moreno,**

**Três mil datas para a história do Ceará no presente século**

**Dicionário bibliográfico cearense**

**Documentos para a história do Brasil especialmente a do Ceará (1608-1625),**

**A diocese do Ceará ou Fortaleza**

Foi membro de inúmeras instituições, destacando-se a Academia Cearense de Letras, o Instituto do Ceará, o Centro Médico Cearense, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano, o Centro Literário, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o Instituto Histórico e Geográfico Fluminense, a British Medical Association, a Sociedade de Geografia de Paris e a Sociedade de Geografia de Lisboa. Uma importante avenida de Fortaleza foi nomeada em homenagem ao Barão de Studart. Muito jovem e apreciador da História e com o objetivo de ser historiador, tive em mãos o currículo cultural do historiador Barão de Studart e sonhei um dia possuir um currículo de historiador semelhante ao do ilustre cearense, o que creio aos 91 anos haver conquistado. Como sócio correspondente do Instituto do Ceará visitei esta casa histórica e constatei com forte nela era a presença do Barão de Studart.

**BARÃO HOMEM DE MELLO**



**Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo**, primeiro e único **barão de Homem de Melo**. Nasceu em Pindamonhangaba, em 1 de maio de 1837 e faleceu em Itatiaia –RJ em 4 de janeiro de 1918, com 80 anos, vítima da Gripe Espanhola. Foi um político, escritor, historiador professor e cartógrafo brasileiro.

Filho do visconde de Pindamonhangaba, o coronel da Guarda Nacional Francisco Marcondes Homem de Melo e de Ana Francisca de Mello. Muito jovem foi enviado para estudar no Seminário de Mariana em Minas Gerais. Concluídos os preparatórios, ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde se formou em 1858. Voltando para a terra natal, ingressou na política pelo Partido Liberal, elegendo-se vereador e logo presidindo a Câmara (1860 — 1861). Foi nomeado professor concursado de História Universal do Colégio Pedro II, na capital do império, Rio de Janeiro, onde lecionou até 1864, quando foi exonerado, a pedido, por ter sido nomeado presidente da província de São Paulo. Iniciou então sua vida pública, interrompida com a Proclamação da República. Retorna, então, para o magistério, à cartografia e à literatura. Foi professor de história e geografia do Colégio Militar do Rio de Janeiro e de mitologia na Escola Nacional de Belas Artes, lecionando depois história da arte. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1859 (tendo sido seu presidente), membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Geográfico Nacional (Argentina) e da Academia Brasileira de Letras, Homem de Melo também dirigiu a Biblioteca Nacional, dentre várias outras instituições.



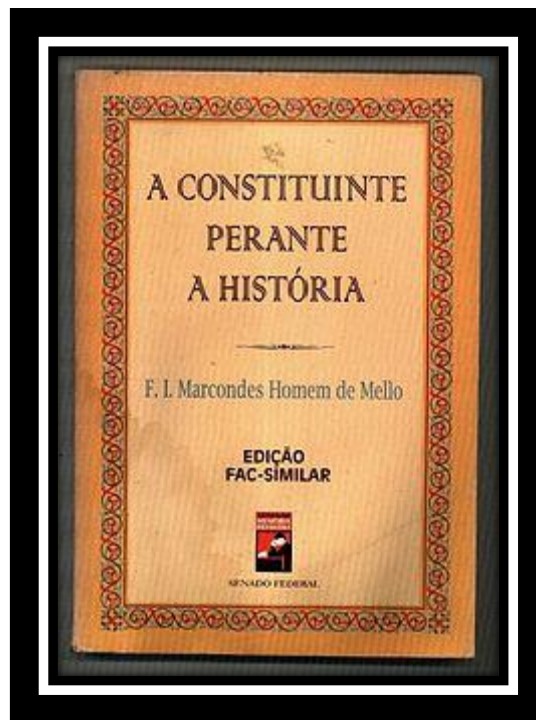
### Armas do barão de Homem de Mello.

Homem de Mello não teve filhos, nos seus dois casamentos. O primeiro, com sua prima Maria Joaquina Marcondes Ribas, da qual ficou viúvo, casando-se novamente com Julieta Unzer. Comendador da Imperial Ordem da Rosa - 1867; Barão de Homem de Mello – 1877, Major honorário do Exército Brasileiro e Patrono dos Colégios Militares.

Intensa e importante foi vida pública do Barão Homem de Mello. Além do cargo de vereador e do governo de São Paulo, presidiu ainda as províncias do Ceará (1865 — 1866), do Rio Grande do Sul (1867 — 1868) - quando ajudou a organizar o III Exército, sob o comando do general Osório, para a luta na Guerra do Paraguai - e a da Bahia, de 1878 a 1879. Foi diretor do Banco do Brasil em dois períodos, e ainda Inspetor da Instrução do Rio de Janeiro, cargo acumulado ao de presidente da Cia. Estrada de Ferro Rio-S. Paulo (Estrada de Ferro D. Pedro II). Foi enquanto presidente desta que recebeu o título de Barão, quando da inauguração da linha entre São Paulo e Cachoeira Paulista. Em 1880 integrou o Gabinete Saraiva (1880), como ministro de Negócios do Império. Barão Homem de Melo foi combativo abolicionista. Nunca fez-se republicano - o que provocou seu afastamento da política, quando da mudança de regime. Em seu relatório de governo, da Bahia apresentado à Assembleia Legislativa da província em 1º de maio de 1878, registrou o barão Homem de Mello: Nomeado para o cargo de Presidente desta Província por Carta Imperial de 19 de janeiro deste ano, prestei juramento perante a Câmara Municipal e tomei posse da administração no dia 25 de fevereiro último.

Felicito-me hoje de, em tão curto período, aqui encontrar-me no seio da Representação Provincial, tendo a vantagem de inspirar-me em vossos votos e receber o impulso de vossa iniciativa, para juntos promovermos a prosperidade da Província. Sua principal obra pública na capital foi a abertura da passagem na montanha - ligando as cidades Alta e Baixa (com extensão de 661,9 m e ligando a então "rua do Ourives" ao "Largo do Teatro" - conhecida em Salvador por Ladeira da Montanha, mas nomeada em homenagem ao Barão. Procedeu à reforma e melhoramento do Teatro Santo Antônio, reabriu o Hospital de Mont-Serrat (fechado meses antes e destinado ao tratamento da febre amarela. Sendo professor, manifestou grande preocupação com a melhoria das condições da Escola Normal, ouvindo de normalistas e professores reivindicações que julgava justas e acertadas, assinalando que da melhoria do ensino adviriam todas as outras. Em seu governo foi extinta a colônia alemã do Rio Branco, no sul da Bahia, cujos colonos pediram para ser transferidos para o Rio de Janeiro. Homem de Melo pretendeu estabelecer, na antiga colônia, os retirantes cearenses que então aportavam em Salvador. Em 1917 o Barão foi eleito para a Academia, mas não chegou a tomar posse, pois faleceu antes disso. Seria recebido por Félix Pacheco e ocuparia a Cadeira 18, que tem por Patrono João Francisco Lisboa, da qual teria sido o segundo imortal. Escrevemos sobre sua vida e obra que esta disponível em Lideranças em Livros e Plaquetas no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br)

### Obras



Uma das obras do Barão Homem de Melo

O Barão Homem de Melo escreveu algumas biografias, colaborava para as publicações do Instituto Geográfico e Histórico do Brasil e diversos jornais. Como geógrafo e cartógrafo, publicou um **Atlas do Brasil**, e outros. Dentre seus livros, destacam-se:

**Esboços biográficos (2 vols.) – 1858, Esboços biográficos (2 vols.) – 1862, Escritos históricos e literários – 1868. A Constituinte perante a história – 1863, Mitologia e Cosmogonia (identificação das divindades gregas e romanas, emblemas dos deuses) – 1896, Aula de História da Arte – 1897, Biografia de Hipólito José da Costa Pereira – 1871, A minha nebulosa - poesia – 1903, O Brasil de hoje – 1905 e Subsídios para a organização da Carta Física do Brasil - Cartografia - 1876**

Publicado em 1905, **O Brasil de Hoje** compõe-se de relatos que sustentam as opiniões do Barão, sem contudo deixar de conter um certo humor, ao mostrar a realidade. Na passagem abaixo narra com indignação algo que ainda é atual: o café brasileiro é completamente desvalorizado no exterior:

“O certo é que o nosso café continua, em Paris, Londres, Berlim, Roma, Nápoles, a ser exposto à venda, com letreiros bem visíveis que o dão como originário de Moka, Java, Guadalupe, México e até Mont Pellé! Em diversas localidades, constatando a falsa designação dada ao nosso café, a pretexto de comprar, pedíamos nos servissem gênero de procedência brasileira. Ninguém o conhecia, e algum negociante que dele tinha notícia não o vendia no seu estabelecimento, porque não era... bon marché. No mostrador de uma loja de Genebra, vi anunciado à venda Café Santos. Entrei e pedi - café brasileiro. O proprietário da casa respondeu-me que não tinha, nem conhecia essa marca.- Mas, este Café Santos de onde procede?- Ora, da República Argentina.”

História é Verdade e Justiça ! Desde 1992 temos atuado intensamente no setor de História em Resende e Itatiaia , tendo fundado em 1992 as academias Resendense e a Itatiaense de História. Escolhemos para na Academia Itatiaense de História a cadeira Barão Homen de Mello em 1996. No Centro de Recuperação de Itatiaia CRI, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil, no contexto do Encontro do Instituto de Estudos Valeparaibanos(IEV) do qual fomos o seu 3º Vice Presidente encarregado de sua direção cultural quando foi levantada a presença Militar no Vale do Paraíba.A Academia Itatiaense de História criou a Medalha Barão Homenm de Mello com a qual até o presente 2022, só a saudosa cadêmica Alda Bernardes Faria e Silva e o autor foram com ela agraciados.

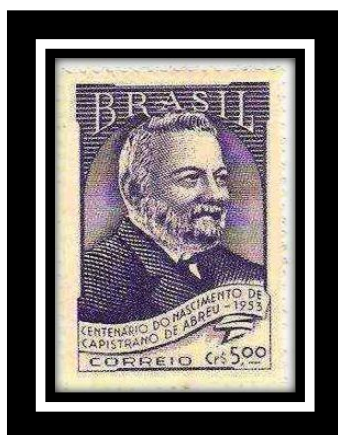
O Barão Homem de Mello passou seus últimos dias em Itatiaia, tendo falecido em 1918, vítima de Febre Espanhola, sendo atendido pelo jovem médico, avô do professor Marcos Cotrim Barcellos, e atual presidente da Academia Resendense de História e neto da notável personalidade local D Graciema Cotrim, a primeira vereadora de Resende. O Barão Homem de Mello residiu próximo do CRI em sua residência a direita da ponte que atravessa o rio na estrada que dá acesso ao Parque Nacional do Itatiaia findou seus dias vitima da Febre Espanhola,deixando em sua passagem pela terra uma brilhante constelação de excepcionais serviços prestados ao Brasil, na Paz e na Guerra. Como Presidente do Rio Grande do Sul, durante a Guerra do Paraguai, emprestou notável apoio ao General Osório na Mobilização do 3º Corpo de Exército. Finda a guerra tornou-se o primeiro biógrafo dos legendários Generais Osório e Andrade Neves dois grandes ícones da Cavalaria Brasileira. Foi Ministro da Guerra, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro e o orador de sua inauguração.E hoje consagrado pelo Exército como Patrono dos Colégios Militares.

Ao ele passar os últimos dias de sua profícua existência em Itatiaia se deve a indicação do local ideal para o Exército instalar o Sanatório Militar de Itatiaia que substituiu o frustrado Sanatório Militar de Lavrinhas em Piquete. Ao chegarmos em Resende em 1978 como acadêmico da Academia Brasileira de História e nela ocupante da cadeira 12 General Augusto Tasso Fragoso, criamos em Resende, na AEDB, a Delegacia Barão Homem de Mello, Delegacia que deu origem 14 anos mais tarde a Academia Resendense de História. Não conseguimos localizar o destino de seus restos mortais e acreditamos que tenham sido mantidos por sua jovem esposa Julieta Unzer e ao esta falecer, foram sepultados juntos em São Paulo.

**CAPISTRANO DE ABREU**



**João Capistrano Honório de Abreu** . Nasceu em Maranguape em , 23 de outubro de 1853 e faleceu no Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1927, com 73 anos Foi um dos primeiros grandes historiadores do Brasil, produziu ainda nos campos da etnografia e da linguística. A sua obra é caracterizada por uma rigorosa investigação das fontes e por uma visão crítica dos fatos históricos, sendo que suas pesquisas fazem contraponto à de Francisco Adolfo de Varnhagen. **Biografia**



Homenagem filatélica de 1953 alusiva ao centenário de Capistrano de Abreu.

João Capistrano Honório de Abreu nasceu na cidade de Maranguape, Ceará, em 23 de outubro de 1853. Fez seus primeiros estudos em rápidas passagens por várias escolas. Em 1869, viajou para Recife, onde cursou humanidades, retornando ao Ceará dois anos depois. Em Fortaleza, foi um dos fundadores da Academia Francesa, órgão de cultura e debates, progressista e anticlerical, que durou de 1872 a 1875. Neste último ano, viajou para o Rio de Janeiro e aí se fixou em um sobrado situado no bairro de Botafogo Na rua que hoje leva seu nome por homenagem póstuma, tornando-se empregado da Editora Garnier. Foi aprovado em concurso público para bibliotecário da Biblioteca Nacional durante a gestão de Ramiz Galvão. Em 1879, foi nomeado oficial da Biblioteca Nacional. Lecionou Corografia e História do Brasil no Colégio Pedro II, nomeado por concurso em que apresentou tese sobre **O descobrimento do Brasil e o seu desenvolvimento no século XVI**. Dedicou-se ao estudo da história colonial

brasileira, elaborando uma teoria da literatura nacional, tendo por base os conceitos de clima, terra e raça, que reproduzia os clichês típicos do colonialismo europeu acerca dos trópicos, invertendo, todavia, o mito pré-romântico do «bom selvagem». Morreu no Rio de Janeiro, aos 73 anos, em 13 de agosto de 1927. Estudo sobre Raimundo da Rocha Lima (1878); José de Alencar (1878); **O Descobrimento do Brasil (1883)**; A língua dos Bacaeris (1897); **Capítulos de História Colonial (1907)**; Dois documentos sobre Caxinauás (1911-1912); Caminhos Antigos e o **Povoamento do Brasil (1930)**; Ensaios e Estudos (1931-33, póstuma); Correspondência (1954, póstuma); Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção (1946, póstuma). Caminhos Antigos e Povoamentos do Brasil. Eleito para a Academia Brasileira de Letras, recusou-se a tomar posse. É patrono da cadeira nº15 da Academia Cearense de Letras. É patrono da cadeira nº23 da Academia Brasileira de Literatura de Cordel. Em 9 de dezembro de 2003 o Correio brasileiro edita o selo comemorativo aos 150 anos do nascimento de Capistrano de Abreu. Em 1953 o Correio Brasileiro também emitiu selo comemorativo ao centenário de nascimento do referido historiador. Uma rua em Fortaleza foi nomeada em homenagem ao escritor. Uma escola em Maranguape e outra em São Paulo foram nomeadas em homenagem ao escritor. Uma praça em Fortaleza foi nomeada em homenagem ao escritor. A cidade de Capistrano foi nomeada em homenagem ao escritor. É patrono de cadeira no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, da qual esta autor é o seu titular. Por ocasião do falecimento do Duque de Caxias estas foram suas palavras .ao saber que o Duque de Caxias havia dispensado as honras militares.

**“ O Duque de Caxias dispensou as honras militares! Acho que ele fez muito bem ! Pois as armas que ele tantas vezes conduziu à vitória, talvez tivessem vergonha de não terem podido libertá-lo da morte!”**

## O Duque de Caxias



Artigo publicado no Jornal **Hora do Povo**

por J. CAPISTRANO DE ABREU

Há um século, em Magé, na baixada do Rio de Janeiro, nasceu Luiz Alves de Lima, a 25 de agosto, dia de S. Luiz, rei de França, de quem tomou o nome. Descendia de notável família em que cruzavam o elemento francês, o elemento português e o elemento nacional; pelo lado paterno como pelo lado materno dela saíram onze generais, no decurso de três gerações. A 25 de novembro de 1908 sentou praça de cadete no regimento do seu avô José Joaquim de Lima e

Silva; aos quinze anos foi promovido a alferes; terminados vantajosamente os estudos na Real Academia Militar, passou a tenente, ainda no tempo de D. João VI. A retirada do velho rei para a Europa foi o despertar de um sonho agradável que durara treze anos. Metrópole e reino, o Brasil voltava a colônia. E as cortes portuguesas, com uma coerência democrática, honrada mas imprudente, começaram a obra de regeneração pelo trono e pelas cumeadas. No Brasil foram logo feridos em seus interesses os altos dignatários que circundavam o jovem príncipe regente, e em contato contínuo com este podiam incitar e incitaram seu temperamento impetuoso e impulsivo. Após breve hesitação, o representante de el-rei trabalhou contra o próprio pai; quem devia garantir obediência e fidelidade à metrópole, encabeçou o levante contra ela; a autoridade foi derrocada pelos órgãos da autoridade. Não seria a última vez na história da dinastia. Desde que tinha a dirigi-la o príncipe regente, afastados os elementos que podiam afrontá-la, a ideia de independência lavrou subitânea no Brasil inteiro. Na Bahia, as tropas da metrópole resistiram com vantagem por algum tempo aos filhos da terra, reduzidas a seus únicos recursos. Socorros mandados do Rio realentaram os espíritos dos patriotas; a esquadra começou o bloqueio do porto da capital; a 2 de julho de 23, desanimados e derrotados, partiram para além-mar os últimos defensores do poderio lusitano. A resistência na Bahia teve ainda o resultado do benefício de levar a esquadra às alongadas regiões do NE, evitando assim que, em nossa história, houvesse separação, como sucedeu geralmente na América espanhola, ou que ficasse ainda na grande colônia livre alguma pequena dependência da metrópole, como sucedeu à solitária Cuba até nossos dias. Na Bahia, Luiz Alves avistouse com guerra pela primeira vez. Seus assentamentos mencionaram feitos de 28 de março, 3 de maio e 3 de junho de 23. Ali conquistou um dos títulos que mais prezava, o de veterano da independência. A 22 de janeiro do ano seguinte teve a patente de capitão. Ao movimento de independência contra Portugal aderiram também as terras da banda oriental do Prata, incorporada ao Brasil pela força das armas, pelo cansaço dos motins e guerrilhas, pelas combinações diplomáticas e pelas afinidades geográficas. Em começo de 25 parecia resolvido de vez o litígio secular, levantado pela fundação da colônia do Sacramento, e sempre pendente e irritante, apesar de tantas campanhas e tantos tratados; quem só atendesse às manifestações oficiais juraria a indissolubilidade da união entre brasileiros e orientais. Como iludiam tais aparências verificou-se desde abril do mesmo ano. Trinta e três patriotas, entre estes João Antônio de Lavalleja, desembarcaram no porto das Vaccas, junto à Colônia, internaram-se, angariaram adeptos, e já em setembro e outubro ganhavam as batalhas do Rincón de las Gallinas e Sarandi sobre as tropas imperiais. Ao apoio quase unânime da população agregaram-se auxílios e socorros vindos do outro lado do rio, primeiro clandestina, mais tarde publicamente, depois do império declarar guerra às províncias platinas. O bloqueio de Buenos Aires, fruto desta declaração, teve em resposta a criação de uma esquadra de pequenos vasos, que zombou da nossa alterosa Armada, e dezenas de corsários que feriam a golpes redobrados e terríveis nosso comércio marítimo, desrespeitando nossos mares. O teatro da guerra passou

do Uruguai para o Rio Grande do Sul, e as operações bélicas poderiam prostrar-se indefinidamente, se a intervenção inglesa, em 1828, não trouxesse com a paz a criação da República Oriental, independente ao mesmo tempo do Brasil e da Confederação Argentina. Luiz Alves tomou parte nesta campanha do sul, ao qual devia depois tornar mais de uma vez, sempre com mais glorioso renome e prestando novos serviços à pátria. De lá voltou major. Como major, chegado a esta capital, comandou o batalhão do imperador, e assistiu bem de perto aos sucessos da abdicação de D. Pedro I. Embora seu pai fosse um dos chefes mais infensos ao fundador do império, ele conservou-se ao lado do soberano até o último momento. Compreendeu quanto havia de artificial na agitação, e sugeriu meios de jugulá-la; mas D. Pedro sentia-se contrafeito entre seus súditos, que lhe não perdoavam o pecado original de estrangeiro, nem acreditavam mais na sinceridade do seu constitucionalismo; via-se alheio, segregado do povo, tão outro das multidões entusiásticas do 22. Ao mesmo tempo ocorriam em Europa sucessos que lhe prometiam nova e mais brilhante carreira no velho mundo. Preferiu partir quando lhe seria fácil ficar, e talvez fosse melhor, tanto para ele como para o país. Com a partida de D. Pedro, desencadearam-se as forças revolucionárias desde o Amazonas ao Prata. Um dos lugares mais flagelados, senão pela amplitude, certamente pela frequência das convulsões, foi esta muito heroica e leal cidade. E ninguém mais fez para arrancá-la ao caos elementar do que Luiz Alves de Lima, comandante da polícia militar durante longos anos. Esta comissão espinhosa, desempenhada brilhantemente, deixou vestígios bem profundos em seu espírito. Aí aprendeu como é difícil governar, como qualquer pronunciamento, que se parece resolver uma dificuldade momentânea, na realidade acrescenta aos antigos novos problemas mais árduos. Sobretudo aprendeu a identificar-se com seus subordinados, a não querer para si glórias e triunfos de que a parte maior não lhes coubesse. Teve de abandonar algum tempo este posto para, já tenente-coronel, acompanhar em 39 o ministro da Guerra ao Rio Grande do Sul. Rebentara um movimento revolucionário em Porto Alegre a 20 de setembro de 35. O presidente, homem de incontestável coragem, não achou quem o ajudasse a resistir nem ali, nem na cidade do Rio Grande, onde, reconhecendo isto, embarcou sem demora para a corte. Os revoltosos tomaram conta da capital; a força pública passou para seu lado; os recursos do Governo caíram em suas mãos; a maior parte da província tácita ou explicitamente aderiu. Um novo presidente, mandado logo, chamou a si parte dos levantados, reocupou a cidade de Porto Alegre que nunca mais saiu da legalidade, e o combate de Fanfa (4 de outubro de 36) pareceu terminar a revolta, pois nele foram vencidos e presos alguns dos cabecilhas mais influentes. Desde o princípio os legalistas da província disseram que os sediciosos tinham em vista separar-se da comunhão brasileira e proclamar a república. Negou-o Bento Gonçalves uma e muitas vezes por documentos solenes em que aclamou a constituição e o jovem imperador. E parece que era realmente sincero, pois só depois dele preso em Fanfa, seus amigos e companheiros proclamaram a república em Piratini a 6 de novembro. É duvidoso se isto lhes deu novos elementos de vitalidade e resistência. Mas Bento Manoel, o vencedor de Fanfa, não achando

a seu gosto o novo presidente mandado para substituir seu parente José de Araújo Ribeiro, mais tarde visconde do Rio Grande, prendeu o presidente; Caçapava, evacuada pelas forças legais, foi tomada com os abundantes materiais bélicos que possuía, caiu em poder da República a cidade do Rio Pardo, chave da campanha, e a nova forma de governo, ou governicho, como então se dizia, consolidou-se por muito tempo. Bento Gonçalves, na ausência eleito presidente da república, fugiu das prisões da Bahia e novamente pôs-se à frente de seus partidários. Em manifesto de 25 de setembro de 35 declarou por único objeto “sustentar o trono do jovem monarca e a integridade do império”. Agora, a 29 de agosto de 38, exprimia-se de outro modo: “Desligado o povo rio-grandense da comunhão brasileira, reassume todos os direitos de primitiva liberdade, usa desses direitos imprescindíveis, constituindo-se república independente, toma na extensa escala dos Estados soberanos o lugar que lhe compete pela suficiência de seus recursos, civilização e naturais riquezas, que lhe asseguram o exercício pleno e inteiro de sua independência, eminente soberania e domínio, sem sujeição ou sacrifício da mais pequena parte dessa mesma independência ou soberania a outra nação, governo, ou potência estranha qualquer. Igual aos Estados soberanos seus irmãos, o povo rio-grandense não reconhece outro juiz sobre a terra, além do autor da natureza, nem outras leis, além daquelas que constituem o código das nações”. O ministro da Guerra, a quem Luiz Alves acompanhou, parece não ter achado particularmente grave a situação, pois, chegando na província em fins de março, já em fins de maio se retirava para esta capital. É de supor que esta visão rápida não fosse perdida para o jovem sábio tenente-coronel e desde já pensasse nos meios de desatar ou cortar o nó, se algum dia lhe coubesse tal incumbência. Hipótese aliás pouco provável então, pois ninguém pensava que o governicho durasse ainda muito tempo. Neste mesmo ano elevado a coronel, Luiz Alves foi encarregado de pacificar a província do Maranhão, no caráter de presidente e comandante das armas. A 13 de dezembro de 38, na vila da Manga de Igará, o vaqueiro Raimundo Gomes, vulgo *Cara Preta*, “figura insignificante, quase negro, a que chamamos fula, baixo, grosso, pernas arqueadas, testa larga e achatada, olhar tímido, humilde” que tinha a habilidade de fazer pólvora, arrombou a cadeia da vila e soltou os presos. A 2 de janeiro de 39, no Brejo, Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, vulgo *Balaio*, coloca-se à frente de rebelados e começa a semear destruições e mortes. Um preto Cosme, que se assina “D. Cosme, tutor e imperador das liberdades bemtevis”, chega a aliciar três mil escravos. Tais os cabeças mais salientes desta conclusão conhecida por *Balaiada*, de nome de um dos seus chefes. D. Cosme, intitulando-se “tutor e imperador das liberdades bemtevis”, como negro pernóstico fugido das cadeias da capital, insinuava-se representante do partido que tinha por órgão na imprensa o periódico *Bemtevi*. Mas a desordem só teve alguma coisa de política no Piauí, onde encarnou sérios esforços para sacudir o jugo de ferro do barão da Parnaíba. No Maranhão foi obra social ou, se a palavra parecer muito ambiciosa, etnográfica. Era um protesto contra o recrutamento bárbaro, começado desde a guerra da Cisplatina em 25, contra as prisões arbitrárias, contra os ricos prepotentes, contra todas as violências

que caíam sobre os pobres desamparados negros, índios, brancos miseráveis. Duas filhas de *Balaio* tinham sido defloradas por um oficial da força pública, e daí sua avidez de vingança, a sanha de desagravo. O *Cara Preta* levantou-se para libertar um irmão preso. Gente desta não se inspira em política, porque sua ação é contra a política. Podem os Balaio pedir que se acabe com as prefeituras, que se respeite a Constituição, que se expulsem portugueses, tudo isto não passa de oitavas mal decoradas. Sua verdadeira inspiração é matar, destruir, queimar e deixar-se matar como tinha sido na Cabanagem do Pará e entre os Cabanos de Pernambuco, como ia sucedendo com os Quebra-kilos da Paraíba e ainda não há muito se verificou nos santos de Canudos. Entretanto, essa massa caótica por duas vezes tomou Caxias, cidade opulenta e populosa situada a meio caminho dos que viajam do Maranhão a Bahia, e eram muitos naquela época, pois a navegação de vela não oferecia segurança na costa de N. E., graças ao regime dominante de ventos; esta massa caótica invadiu duas províncias, intimidou a tal ponto a cidade de S. Luiz que o presidente mandou encravar as peças de artilharia para não caírem em seu poder. “Meu ilustre antecessor”, escreveu mais tarde Luiz Alves de Lima, “entregando-me a presidência desta província, assegurou-me que seis mil rebeldes naquela época a devastavam, número sempre crescente, e nunca maior antes daquela data, porque se alguns se entregavam ou eram capturados, outros em maior cópia se levantavam e os substituíam; e isto mesmo se deduz de sua correspondência oficial, que na secretaria deste governo se acha. Mostrou-me depois a minha própria experiência que bem longe estava de ser exagerado este cômputo, como a princípio julguei, a ponto de acreditar que só existiam três a quatro mil. Se calcularmos em mil seus mortos pela guerra, fome e peste, sendo o número dos capturados e aprisionados, durante o meu governo, passante de quatro mil e para mais de três mil os que reduzidos à fome e cercados foram obrigados a depor as armas depois da publicação de decreto de anistia, temos pelo menos oito mil rebeldes; se a estes adicionarmos três mil negros aquilombados sob a direção do infame Cosme, os quais só de rapina viviam, assolando e despovoando as fazendas, temos onze mil bandidos, que com as nossas tropas lutaram e dos quais houve completa vitória. Este cálculo é para menos e não para mais: toda esta província o sabe.” Partindo do Rio a 22 de dezembro de 39, só a 5 de fevereiro do ano seguinte pôde Luiz Alves chegar a seu destino, por causa de contratempos de diversa ordem, que o detiveram. A 7 tomou posse e começou logo a reparar os numerosos abusos que encontrou, dispôs as forças em três colunas principais, de que deviam separar-se colunas volantes para atacar os diversos pontos onde os Balaio aparecessem. A 7 de março saiu pela primeira vez da capital, indo por Icatú até Vargem Grande. Mais outras viagens fez sempre que lhe pareceu necessário, ora a um, ora a outro ponto, como em Itapecuru-Mirim onde reprimiu, severamente, parte da força pública levantada, por atraso em pagamento de soldadas. A mais longa de suas excursões foi a Caxias, a antiga princesa do Itapecuru, duas vezes violada, que o recebeu como um salvador. Graças à mobilidade das forças avulsas, à habilidade com que harmonizou seus movimentos, à providência com que impediu a passagem dos Balaio para o

Pará e Goiás, foi por toda a parte vitorioso e em pouco tempo foram aparecendo os lineamentos da nova ordem. A deserção, o desânimo se estabeleceu entre os combatentes do desespero; a anistia facilitou o desfecho. A 29 de janeiro de 41, Luiz Alves proclamou a província pacificada. No meio destas labutações não se esqueceu que além de chefe militar era também chefe civil. Reuniu a Assembleia e com ela colaborou, começou edifícios, mandou explorar rios. A 13 de maio entregou o poder ao seu sucessor com um relatório em que se lê: "Posto seja a guerra uma calamidade pública, e ainda mais a guerra civil, também é às vezes um meio de civilização para o futuro, e a par de seus males presentes alguns germens de benefício deixa. Pela rapidez dos movimentos e contínuas marchas comunicam-se os homens, estreitam-se as relações e os ânimos inertes se vigoram. Algumas pontes se levantaram no teatro das operações militares; citarei por exemplo a de Páulica, de mais de cem pés de comprimento, feita toda pelos soldados da 2ª coluna, sem nada despender a fazenda pública. As vilas se entrincheiraram e a faxina limpou as matas de vegetação ociosa que as invadia e sobre ela acumulava os vapores contrários à saúde; ativaram-se os correios, aumentou-se a necessidade de correspondência, e esta repartição rende hoje mais que em outros tempos." Diz ainda melancolicamente: "Não me ufano de haver mudado os corações e sufocado antigos ódios de partido, ou antes de famílias, que por algum tempo se acalmam e como a peste se desenvolvem por motivos que não prevemos ou que não nos é dado dissipar". Entretanto, ocorreu nesta capital um sucesso das mais graves consequências. O regente, eleito por um quadriênio, devia governar até 42; o herdeiro da coroa, pela Constituição, só podia subir ao trono aos dezoito anos, isto é, em 43. Isto pareceu muito tempo ao partido inimigo do regente e começou a agitar a ideia de reconhecer-se a maioria do imperador antes do prazo legal. Neste sentido foi apresentado um projeto ao parlamento, que o rejeitou; mas os maioristas souberam captar o assentimento do jovem monarca, e adiadas as Câmaras, quando o lance parecia irremediavelmente perdido, de chofre, como por mágica, tudo saiu à medida dos desejos dos conspiradores. A 23 de julho de 40 D. Pedro II começou a reinar. O ministério organizado, como é natural, de maioristas, entre os quais avultavam os dois irmãos Andradas, figuras lendárias da independência e do primeiro império, tinha a esperança e julgava-se capaz de serenar os ânimos, sempre agitados no Rio Grande do Sul. Enganara-se o ministro da Guerra em 39, se pensou com sua aparição fugaz ter modificado vantajosamente a situação. Em julho, com a tomada de Laguna, a república rio-grandense conquistava afinal um porto de mar, que até então não conseguira, graças à esquadra legal; proclamada a república catarinense, encontrava outro sócio de aventuras: uma marinha aparelhada às pressas por José Garibaldi, desfraldou seu pavilhão no oceano. No interior, Porto Alegre continuava cercada. Em diversos recontros, como em Forquilha e Taquari, os legalistas levaram a melhor; nem por isso a posição do governicho se tornara precária, e o fato de tanto tempo haver resistido ao império, dava-lhe força, e uma confiança extraordinária no futuro. Só em Santa Catarina a legalidade se restabeleceu facilmente de uma só vez; a república extinguiu-se mais depressa ainda do que

nascera. O ministério maiorista mandou ao Rio Grande do Sul um emissário, o benemérito paulista Francisco Álvares Machado, incumbido de encarecer a maioria, os novos homens que se achavam à frente da governança e pregar a boa nova da conciliação e da paz. Pondo-se em correspondência e depois em contato direto com os inimigos do império, Álvares Machado convenceu-se de que passara a era da intransigência, e voltou com um ramo de oliveira. Para levar a termo sua missão pacificadora, foi nomeado presidente da província, ao mesmo tempo que o general João Paulo dos Santos Barreto seguia para comandar em chefe o exército legal. Tomaram ambos posse em novembro de 40. Logo as felicidades começaram a sumir-se, os equívocos se desfizeram, as promessas ficaram burladas. Bento Gonçalves desejou sinceramente voltar à comunhão, mas, como tantas vezes se observa, o chefe só era obedecido porque obedecia às vontades dos que se diziam seus subordinados. Por detrás do velho militar agitava-se um elemento novo e insofrido, que queria a república ainda antes de Fanfa, e este elemento triunfou. Já a 7 de dezembro Álvares Machado declarava rotas as negociações e preparava-se para lutar. João Paulo pisou o território ocupado pelos rebeldes, mostrando que podia fazê-lo sem ser aniquilado imediatamente como eles blasonavam. A esta primeira decepção do ministério maiorista juntou-se logo outra ainda mais mortificante, a de ser despedido depois de apenas oito meses de exercício e ver chamado ao poder o partido contra o qual montara o golpe de Estado. Foi este o verdadeiro motivo das sedições que no ano seguinte rebentaram em S. Paulo e Minas Gerais e foram encomendadas para Pernambuco e Ceará. De esmagá-la em S. Paulo foi incumbido o barão de Caxias que, desembarcando em Santos, transpôs a serra de Cubatão, dirigiu-se a Sorocaba e aí de um só golpe restabeleceu a ordem. Mais devagar andou em Minas Gerais, onde o incêndio tivera tempo para se propagar; mas aí a batalha de Santa Luzia mostrou breve que passara o tempo das revoluções fáceis e que, se a regência fora a tempestade, o império podia e queria ser a bonança. Estas duas campanhas tão rapidamente ganhas legitimaram a promoção do barão de Caxias a marechal de campo, e indicaram seu nome como o do homem capaz de chamar novamente os rio-grandenses ao seio da pátria grande pela qual tantas vezes derramaram seu sangue desde a época colonial. A situação era em suma a mesma que deixara Álvares Machado. As tropas mandadas pelo interior sob o comando do encaiporado Labatut, general de Napoleão, não deram o que se esperava. Os combates tanto tinham de numerosos como de pouco decisivos. Se a gente da legalidade não desanimava, os defensores do governicho não se sentiam exaustos; aqueles não podiam ser desapossados do litoral, estes continuavam a dominar na campanha. Caxias tomou posse da presidência e do comando do exército a 9 de novembro de 42. A 11 de janeiro do ano seguinte, atravessa o rio S. Gonçalo sob os olhos de Neto, que não o pôde impedir. Bento Manoel, o vencedor de Fanfa, volta ao serviço e em Ponche Verde mostra que a vitória continuava sua fiel companheira. A discórdia se introduz entre os fundadores da república. A fronteira ocupada tira ao inimigo os recursos de que se alimentava; encerrado dentro do próprio território é por fim obrigado a bater-se.

O combate de Porongo, em novembro de 44, produz o desejado efeito sedativo. Começam a sério as negociações. A 1 de março de 45 Caxias proclamava pacificada a província do Rio Grande do Sul. Abrindo a assembleia provincial, assim apreciava o que tinha feito: “Em 9 de novembro de 1842 tomei posse da presidência desta província e do comando em chefe do exército em operações, para que tinha sido nomeado por carta imperial de 28 de setembro daquele ano. A revolução que nesta província fizera sua explosão em 20 de setembro de 1825, por motivos que a história um dia relatará, adquirira na sua já tão longa duração novos incrementos, redobrava suas expectativas e refazia suas forças, sem que nada anunciasse o fim de sua torrente, apesar do muito que para isso se fazia.” Assim achei a província como bem o sabeis. “No campo era o pleito, e o exército imperial me chamava à sua frente para abrirmos a campanha.” Depois de dar todas as providências para que minha ausência da capital da província não transtornasse a marcha dos públicos negócios, saí no dia 25 de janeiro de 1843 para o exército, e desde logo encetei as operações, não como o único meio de chamar os dissidentes à ordem, mas como um meio auxiliar da política de conciliação que empregava e que sempre empreguei em iguais casos para poupar sangue de irmãos; porquanto repetidos exemplos nos têm mostrado que nascendo a divergência e a desordem das ideias e das paixões do tempo, o tempo as gasta, e a palavra e a persuasão que as propagam também por sua vez as destroem e por fim reúnem-se os homens em uma mesma crença, abjurando seus passados preconceitos, filhos do tempo e da falta de experiência, e muito mais ainda quando os ligam os santos laços da confraternidade. “Com este pensamento fiz a guerra, que durou ainda dous anos da minha presidência; e com este pensamento desenvolvido e posto em ação sem jamais ser desmentido, está em paz esta parte do império; e em tão boa e consolidada paz, que após nove anos e meio de uma guerra que apenas terminou em 28 de fevereiro de 1845, francamente se pode atravessar toda esta vasta campanha, sem se encontrar um só homem armado que ainda dispute sobre exageradas ideias, que já o tempo consumiu.” Todas as autoridades civis estão restabelecidas no exercício de suas funções constitucionais; a paz reanima todos os ramos da pública felicidade; e o espírito novo, nascido do seio da desordem, enriquecido com a dolorosa experiência do passado, apregoa as vantagens da monarquia constitucional representativa. “Esta tão extraordinária metamorfose é devida em parte ao caráter franco e leal da maioria do povo rio-grandense, caráter que sempre conservaram os legalistas e os dissidentes. No campo os conheci; gente brava, digna de fazer parte da união brasileira! Além de que são todos os brasileiros humanos, sinceros, entusiastas e aferrados ao seu país, fáceis em perdoar, em esquecer e em conformar-se com as ocorrências do tempo.” Os serviços feitos na pacificação do Rio Grande tiveram como galardão ser elevado a conde de Caxias e promovido a marechal de campo efetivo. A província elegeu-o na lista tríplice para senador, e desde 46 até a morte representou-a no Senado. Em junho de 51 o conde de Caxias foi nomeado novamente presidente e comandante do exército do Rio Grande do Sul. Não se tratava agora de luta civil, mas de garantir a independência do Uruguai, ameaçada por Manoel

Oribe, instrumento de Rosas, o ditador e tirano argentino. Tomando posse de seus cargos em Porto Alegre a 30 do mesmo mês, começou os preparativos para invadir a fronteira. Pôde transpô-la a 4 de setembro. No quartel general de Cunhaperu assim definiu a seus soldados a missão que iam cumprir: "Não tendes no Estado Oriental outros inimigos senão os soldados do general D. Manoel Oribe, e esses mesmos enquanto iludidos empunharem armas contra os interesses de sua pátria; desarmados ou vencidos, são americanos, são nossos irmãos e como tais os deveis tratar. A verdadeira bravura do soldado é nobre, generosa e respeitadora dos princípios de humanidade. A propriedade de quem quer que seja, nacional, estrangeiro, amigo ou inimigo, é inviolável e sagrada; e deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do exército imperial como a sua própria honra. O que por desgraça a violar, será considerado indigno de pertencer às fileiras do exército, assassino da honra e reputação nacional e como tal severa e inexoravelmente punido." Continuou a marcha para Montevidéu; não foi, porém, preciso que entrasse em ação, porque as forças de Oribe foram se rendendo a Justo Urquiza, governador de Entre Rios, criatura de Rosas, agora revoltada contra o criador. A esta rápida campanha na banda oriental do Prata, seguiu-se a guerra contra Rosas, que, desde anos, cobria de sangue e ruínas as terras argentinas, de que se constituirá tirano, defendendo-as contra os "imundos e asquerosos unitários". Justo Urquiza, declarado "louco, traidor e selvagem unitário", em lei promulgada pela "Honrada Sala de Representantes", conhecia bem a fragilidade do colosso, nas aparências inabalável, e mais prestigioso e forte ainda depois de ter burlado a intervenção armada de França e de Inglaterra. Bastaram a passagem de Toneleros, realizada por nossa esquadra, e a batalha de Montes-Caseros (3 de fevereiro de 52), onde combateu uma divisão brasileira mandada por Marques de Souza, futuro conde de Porto Alegre, para apeá-lo. Rosas fugiu para bordo do vapor inglês *Centaur*, acolheu-se à hospitaleira Inglaterra e aí, anos mais tarde, terminou placidamente sua negregada existência. Hoje procuram reabilitá-lo. Tão rápidas andaram as duas campanhas libertadoras que já a 4 de junho de 52 o conde de Caxias entregava em Jaguarão o comando interino do exército ao barão de Porto Alegre. Neste mesmo ano foi elevado a marquês de Caxias e a tenente general. A nova situação resultante da derrota de Oribe e Rosas liquidou-se sem dificuldades particulares na Confederação Argentina; o mesmo se não deu no Uruguai, terreno apropriado à caudilhagem e guerrilhas por sua situação entre dois países, donde lhe vêm incitamentos incessantes para novas perturbações, para onde se recolhem os guerrilheiros quando se vêm mal amparados em sua desditosa pátria. O combate de Quinteros (28 de janeiro de 58) assegurou por algum tempo o predomínio dos Blancos, pois todos os chefes colorados feitos prisioneiros foram sumariamente degolados; mas o general Flores, que emigrara para a Argentina e lá parecia esquecido de suas antigas ambições, renovou a façanha dos Trinta e três, desembarcando com poucos partidários no Rincón de las Gallinas a 14 de abril de 63. A revolução rebentou violenta. O governo oriental denunciou ao do Brasil a parte ostensiva tomada por brasileiros na empresa de Flores. Novas queixas, recriminações de

parte a parte, o avivamento de antigas feridas levaram a uma situação tensa que terminou pelo *ultimatum* Saraiva, a aliança do Brasil com Flores, o bombardeamento de Paisandú, a queima acintosa em Montevidéu de todos os tratados e convenções assinados entre o Brasil e a Banda Oriental, a vitória de Flores e a entrega de Montevidéu. Foi o prólogo do drama sanguinolento que ia começar. Francisco Solano López, ditador do Paraguai, interveio a favor da República Oriental, e vendo desprezada sua intervenção, apossou-se do vapor *Marquês de Olinda* que ia para Cuiabá, invadiu o sul de Mato Grosso, penetrou pelo território argentino de Entre Rios e Corrientes e, atravessando o Uruguai, apossou-se de parte do Rio Grande do Sul. Foi declarada a guerra, em que o Brasil, a Argentina e o Uruguai entraram aliados. A batalha naval do Riachuelo, o combate de Yataí e a tomada de Uruguaiana prenunciaram campanha rápida, cheia de encontros decisivos. Puro engano: o tratado da tríplice aliança é de 1º de maio de 65; a morte de López e o fim da guerra só ocorreram em março de 70. Desde o começo foi lembrado o nome do marquês de Caxias para o comando em chefe das forças brasileiras. Considerações políticas da parte dos governantes, melindres pessoais da parte do velho general arredaram esta solução. Foi preciso o desastre de Curupaiti para impô-la. O marquês se apresentou em Tuiuti em novembro de 1866, e desde logo foi fazendo o que lhe permitiam sua situação de subordinado ao comando em chefe do general Mitre (fruto do tratado da tríplice aliança), o cólera que devastava o exército, a natureza traiçoeira do terreno inóspito, o mais fiel e seguro aliado do ditador sanhudo. Quando o general Mitre, chamado à pátria pela morte do vice-presidente, o deixou comandante geral do exército aliado, pôde continuar a obra com maior vigor. De seu comando dos Permanentes na mocidade ficara-lhe a convicção de que mais vale organizar vitórias do que ganhá-las, e é preferível ser Carnot a ser Bonaparte. Mas sabia também ganhá-las: Itororó, Lomas Valentinas bastariam para prová-lo, se restasse alguma dúvida possível. A 24 de dezembro de 68 os comandantes do exército aliado escreviam a López: “O sangue derramado na ponte de Itororó e no arroio Avaí devia ter persuadido V Ex. a poupar as vidas dos seus soldados no dia 21 do corrente, não os forçando a uma resistência inútil. Sobre a cabeça de V Ex. deve cair todo esse sangue, assim como o que tiver de correr ainda, se V Ex. julgar que o seu capricho deve ser superior à salvação do que resta do povo da República do Paraguai. Se a obstinação cega e inexplicável for considerada por V Ex. preferível a milhares de vidas que ainda se podem poupar, os abaixo assinados responsabilizam a pessoa de V. Ex. perante a República do Paraguai e o mundo civilizado pelo sangue que vai correr a jorro e pelas desgraças que vão aumentar as que já pesam sobre este país”. E o ditador respondia-lhes: “VV. EEx. Julgam dever recordar-me que o sangue derramado em Itororó e Avaí deveria ter-me determinado a evitar o que correu no dia 21 do corrente. VV. EEx. esqueceram sem dúvida que estes mesmos atos podiam de antemão provar quão certo é o que acabo de ponderar sobre a abnegação de meus compatriotas, e que cada gota de sangue que cai em terra é uma nova obrigação contraída pelos que vivem. VV. EEx. não têm o direito de acusar-me perante a república do Paraguai, porque a defendi, a defendo e

continuarei a defendê-la. Ela me impõe este dever e eu me orgulho de levá-lo até à última extremidade, e de mais, legando à história meus atos, só a meu Deus devo contas".Depois desta tentativa frustrada, rendida Angostura, ocupada a capital do Paraguai, o marquês de Caxias deu sua missão por terminada. Continuar a guerra era colaborar com López para o aniquilamento da nação. Prendê-lo, era tarefa somenos, de capitão do mato, para quem tinha atrás de si o seu passado altivo. A rato velho gato novo, diz a sabedoria popular e que seria difícil achar um, e de fato se achou.A 14 de janeiro de 69 Caxias mandou seguir uma expedição para Mato Grosso; a 19 tomou o vapor; a 24 chegou a Montevideú. No dia 9 de fevereiro escreveu a ordem do dia de despedida, a 15 chegou a esta capital. Foi nomeado duque de Caxias pelos relevantes serviços prestados na guerra do Paraguai. Já era marechal do exército efetivo.Eleito e escolhido senador pelo Rio Grande do Sul, Caxias alistou-se no partido de Vasconcelos, Paraná e Euzébio. Convidado para entrar em mais de um gabinete, recusou sempre, até Paraná conseguir fazê-lo ministro da Guerra a 6 de junho de 55.Foi um decênio memorável o de 50. O imperador contava vinte e cinco anos e a nação sentia-se igualmente moça. Terminara o período revolucionário, guerras estrangeiras felizes varreram a atmosfera, a extinção do tráfico tolhia novos insultos da soberania nacional, encurtava a distância do velho mundo com a navegação a vapor do Atlântico. Mauá canalizava milhões esterlinos, silvavam as primeiras locomotivas; as letras rasgavam os clássicos andrajos coloniais; falava-se em ópera nacional, em teatro nacional. João Caetano figurava de novo Moisés; três poemas épicos andavam em elaboração, havia quem escrevesse tragédias; na comissão científica do Norte não se admitiu um só estrangeiro, porque brasileiros bastavam e haviam de fazer melhor obra que os pobres Martius e Saint-Hilaire; o Instituto Histórico fitava sem acanhamento o Instituto de França; afinal deliasse a mácula original da nossa gente, a "apagada e vil tristeza", de que já se queixava o épico lusitano, e Paraná, o político realista e prático, se empenhava em conciliar os partidos políticos.Paraná pensava em conciliação de partidos e parecia desejá-la realmente. Caxias ajudou-o por sua parte, fazendo na pasta da Guerra todo o bem que pôde a seus camaradas, reformando as partes carunchosas do exército, procurando torná-lo realmente eficaz.Depois da morte do poderoso marquês, assumiu a presidência do conselho e presidiu às novas eleições, em que pela primeira vez foi executada a lei dos círculos, essa lei de que esperava maravilhas a ingenuidade nunca escarmentada de nossos estadistas de boa fé.Pela segunda vez organizou gabinete com Paranhos em março de 61 e esteve à frente dos negócios até abrirem-se as Câmaras, em maio do ano seguinte. Na realidade era tão pouco político que, ao começar a guerra, interrogado por um ministro liberal se queria partir para o Rio Grande do Sul, declarou estar pronto a seguir sem demora, se fosse nomeado ao mesmo tempo presidente da província, porque só com este título teria competência para mover a guarda nacional, sem a qual nada poderia.Encarregado do comando do exército, esqueceu-se inteiramente da política, mas seu exemplo não foi seguido, nem por amigos, nem por inimigos. Principalmente a partir de 68, quando com a queda inesperada do partido

liberal rebentou uma intemperança de linguagem, um fogo de paixão que se propagou até a Sibéria senatorial, não lhe pouparam golpes; contrista ler o discurso em que se defende das misérias que lhe assacaram. Antes anos de dura guerra do que meses de gabinete, — dizia amargamente, resumindo experiências dolorosas. Nem mesmo a vaidade poderia levá-lo a voltar de novo a governar, pois a nada mais poderia aspirar depois da morte da duquesa, D. Ana Luísa Carneiro Viana. “Perdi o maior bem que neste mundo gozava, a minha virtuosa companheira de 41 anos, no dia 23 de março de 1874”. Entretanto, em 1875, depois da queda do gabinete que com o voto de Caxias libertou o ventre escravo, teve de organizar ministério por instância do Imperador, ansioso para ver e ser visto nos Estados Unidos, e que dizia não fazê-lo com segurança se não deixasse o Estado nas mãos firmes do pacificador de quatro províncias, do lidador da libertação de três nações vizinhas. Enquanto o Imperador andou por fora, montava guarda ao Trono. À sua chegada, pediu para ser rendido, pois suas enfermidades não lhe permitiam mais tais serviços. O modo por que o soberano exigiu a retirada “do resto do ministério” foi a afronta final. Desde então, não fez mais que vegetar. Mas na agonia lenta, que terminou na fazenda de Santa Mônica a 7 de maio de 1880, ele que assegurara ou verberara ser mais militar que político, quis provar que ao menos uma vez podia ser mais político do que militar: rejeitou todas as honras e pompas oficiais, quis ser enterrado como obscuro paisano.

### **CESAR PIRES MACHADO**



Ocorreu neste sábado em Porto Alegre aos 73 anos, o sepeense, César Pires Machado, ex-presidente da Cotrisel. César Pires Machado era Engenheiro Agrônomo formado pela URS. Foi historiador, escritor e poeta. César Machado foi Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Presidiu e foi diretor da Cooperativa Triticola Sepeense Ltda, foi secretário Municipal da Agricultura em São Sepé no Governo Volnei Teixeira, presidente do MDB e PMDB de São Sepé. Autor de diversos livros e também colaborador dos jornais impressos de São Sepé com crônicas e artigos. Atualmente César residia em Porto Alegre com a esposa Vânia, mas boa parte de sua trajetória de vida foi em São Sepé. César Machado era casado

com Vânia Pacheco Machado e tinha dois filhos, Juliano e Mariana. Os atos fúnebres vão ocorrerem no Crematório Metropolitano em Porto Alegre, onde o corpo foi A família comunicou que pretende trazer as cinzas para São Sepé. Cesar Pires Mavhado frequentou cursos primário e secundário nas cidades de São Sepé, Santa Maria e Porto Alegre. Graduiu-se em Agronomia pela UFSM. Concluiu Mestrado na UFRGS. Foi proprietário e produtor rural.Há mais de duas décadas, dedicava-se à atividade de Historiador. Integrava a Academia de História Militar Terrestre do Brasil e o Instituto Histórico e Geográfico do RS. Publicou em torno de 20 livros, sendo os mais conhecidos Combate do Passo da Juliana, Buona Gente, Jananeco: da lenda para a história, Simões Pires: revisão bibliográfica documental, O ataque de Porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente.Também publicou texto A Guerra de 1801 e a Conquista das Missões em na obra coletiva **Guerras dos Gaúchos** (coord. Gunter Axt). Foi velado no Crematório Metropolitano de Porto Alegre no dia 03 de fevereiro e cremado às 17h no mesmo local e data. Suas cinzas foram trasladadas para o Cemitério Municipal de São Sepé.Muito ainda poderia ter feito pela História do Rio Grande do Sul . Seu artigo O ataque de Porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente foi primoroso e providencial, rebatendo críticas infundadas querendo a tribuir ao lendário guerrilheiro imperial Chico Pedro ou Moringue, futuro Barão de Jacui e ao Barão de Caxias e a Davi Canabarro uma traição no Combate de Porongos. O Genral Morivalde Calvet Fagundes em seu livro **Forças secretas da Revolução Farroupilha**. Obra de repercução intencional que aborda o demônios de todas as revoluções os quais se voltaram contra Davi Canabarro, que teve a missão de comandar o Exército Farroupilha na fase final da Revolução , o intrigando como traidor do Lanceiros Negros no combate de Porongos,junto com o Barão de Caxias , quando em realidade outras lideranças farroupilhas estavam acampadas com Canabarro em Porongo e junto com Canabarro, escaparam de Porongos junto com diversos lanceiros Negros que continuaram na luta até a Paz de D.Pedrito selada em 1º de Março de 1945 pelo Barão de Caxias em seu acampamento nas margem do Santa Maria , quando recebe os lanceiros Negros e os incorpora como livres no Regimentos de Cavalaria do Exército, evitando sua ida para o Rio de Janeiro como escravos estatais cumprindo esta clausa da Pacificação de D.Pedrito. São considerado livres todos os escravos que serviram a Revolução. E foi esta a grande contribuição do historiador Eng Agro Cesar Pires Machado, combatendo os efeitos dos demônios da Revolução Farroupilha que atacaram o seu líder militar Canabarro e também o Barão de Caxias e o Ten Cel GN Chico Pedro ou Moringue

**DANTE DE LAYTANO**



Foto do autor e de Dante de Laytano quando fomos por ele recebido em São Paulo em 1977 como titular da cadeira 13, General Augusto Tasso Fragoso da Academia Brasileira de História, da qual ele era o Presidente. **Dante de Laytano** (Porto Alegre, 23 de março de 1908 — Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2000) foi um juiz, professor, jornalista, folclorista, historiador e escritor brasileiro. Era filho de José Laitano e Maria Arone, naturais de Morano Callabro, na Itália. Quando iniciou a sua carreira literária passaria a adotar a forma de Laytano como seu sobrenome. Fez os seus primeiros estudos no Colégio Júlio de Castilhos, recebendo a influência de professores positivistas. Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi nomeado juiz distrital e designado para a cidade de Torres, depois transferido para Sobradinho. Em Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul e Quaraí desempenhou a função de promotor público. Mais tarde foi consultor jurídico da Secretaria da Agricultura em Porto Alegre e chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura. Como diretor do Museu Júlio de Castilhos, em 1954 redefiniu os objetivos da instituição, que passou a museu histórico, priorizando o folclore e o estudo das tradições. Assim desvinculou-se do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, e desmembra as suas coleções de História Natural e Arte Moderna, dando origem ao Museu de Ciências Naturais e ao Museu de Arte do Rio Grande do Sul, criados no mesmo ano. Foi ainda professor catedrático de História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), presidente da sua Comissão de História e Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Também lecionou História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no Seminário Maior de Viamão e na Universidade de Caxias do Sul. Na Faculdade Palestrina mantinha um curso de Especialização em Folclore. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do Conselho Estadual de Educação e do Conselho Estadual de Cultura, presidente da Academia Rio-Grandense de Letras, da Academia Brasileira de História, da Academia de Letras de Brasília, da Comissão Nacional do Folclore e da Comissão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco-Ibec) no Rio Grande do Sul, e governador do Lions Club. Foi o primeiro diretor-presidente do jornal **Zero Hora** e durante

muitos anos colaborou como articulista. Grande incentivador do tradicionalismo gauchesco, organizou conferências e promoveu estudos sobre o tema. Foi um dos fundadores da Comissão Gaúcha de Folclore. Representou o Rio Grande do Sul em eventos científicos e acadêmicos no país e no exterior. Recebeu grande quantidade de homenagens e condecorações, destacando-se o título de Professor Emérito da UFRGS e da PUCRS, o Troféu Gauchesco do Grupo Universitário de Tradição e a Ordem Nacional do Mérito da República Francesa no grau de oficial. Seu nome batiza a Medalha Dante de Laytano, concedida pela Comissão Gaúcha de Folclore a quem prestou relevantes serviços para a preservação, promoção e pesquisa do folclore do Rio Grande do Sul. Dante de Laytano casou-se duas vezes, primeiro com Ilha Lopes de Almeida e depois com a portuguesa Teresa de Jesus. A sua carreira intelectual iniciou quando ainda era juiz, escrevendo crônicas para jornais e fazendo crítica de cinema. Já como promotor passou a se dedicar à História e ao Folclore, e no final da vida tornou-se memorialista. Deixou uma obra rica e multifacetada, em vários aspectos inovadora, que veio a se tornar uma referência para outros estudiosos. É tido como importante historiador e um dos principais folcloristas do estado, e contribuiu significativamente para o estudo da cultura regional e para a preservação de tradições em vias de desaparecimento. Resgatou parte do cancionário farroupilha; foi um dos primeiros a pesquisar a formação histórica do Rio Grande do Sul em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais; traçou a história de Rio Pardo e seus monumentos arquitetônicos; compilou compêndios de folclore e sistematizou regionalismos culturais e linguísticos; estudou a República Rio-grandense, a conquista da Região das Missões, a história dos negros, dos imigrantes, dos gaúchos e estancieiros, e as figuras de Bento Gonçalves, Sebastião Xavier do Amaral Sarmiento Mena, Martim Afonso de Sousa e Antero Ferreira de Brito, entre outros temas. Para o folclorista Paixão Cortes, "se alguém usar a palavra folclore para traduzir hábitos e costumes do gaúcho deve citar Dante de Laytano. Ele trouxe uma nova conotação ao estudo, dando caráter científico aos aspectos que eram apenas orais. Seus livros são fonte obrigatória de consulta sobre literatura e a cultura gaúcha". Antônio Hohlfeldt disse que "não há como se pensar os estudos sul-rio-grandenses sem referir sua contribuição fundamental e às vezes genial", e o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso expressou sua "imensa admiração pelo Dante. Ele foi um intelectual de grande expressão e valia para o Brasil, e sua obra exerceu forte influência em meus estudos no Rio Grande do Sul". Segundo Moacyr Flores, "Dante de Laytano foi um historiador que buscou a documentação, procurando traçar relações, demonstrando uma grande erudição. Em nenhum momento travou polêmica ou atacou outro historiador, mesmo aqueles que o criticaram. Não se deixou levar pelos modismos teórico nem pelo linguajar mecanicista, preferindo a História como uma arte de contar fatos e de trazer o novo e o inesperado. Sua obra principal é a **História da República Rio-grandense**, onde pela primeira vez é analisada

a economia e a produção cultural dos farroupilhas. Outro mérito seu é o de ser um dos primeiros a estudar a contribuição do negro à nossa história, numa época em que os intelectuais positivistas consideravam que o negro é um ser inferior e que em nada contribuiu para a cultura rio-grandense". Sua contribuição para o folclore ocorreu num momento histórico em que a figura do gaúcho era reconstruída pela oficialidade com base em uma ideologia ufanista que tinha algo de artificial, buscava-se sintetizar nele as qualidades atribuídas ao povo rio-grandense de coragem, independência e liberdade, e combater ao mesmo tempo a ameaça da perda das raízes e especificidades locais diante da rápida internacionalização dos costumes. Criava-se, com efeito, um mito fundador que, não obstante seu caráter de construção deliberada, desempenhou papel importante no processo de auto-afirmação política e cultural do estado diante do Brasil e acabou por tornar-se parte essencial da cultura popular contemporânea rio-grandense. Apesar das críticas que sua abordagem hoje às vezes recebe, ainda é vista como um legado valioso. Na opinião de Daisy Barcellos, "Seu envolvimento com o regionalismo teve o caráter de institucionalização dos princípios formadores do Rio Grande do Sul e da tradição gaúcha a nível dos poderes públicos, o que favoreceu a divulgação dos estudos regionais sulinos, sua legitimação e a construção da hegemonia das bases fundamentadoras do regionalismo/tradicionalismo, muito embora certos aspectos de sua obra sejam desconsiderados na mística da composição do gaúcho pelo tradicionalismo pelos empréstimos platinos que este apresenta. [...] Sua presença levava ao plano oficial o discurso acerca do Rio Grande e de sua realidade histórica. [...] O conteúdo do seu trabalho enfatiza, a par das raízes históricas, dos traços fundamentais que marcam a identidade da região gaúcha com a multiplicidade de influências culturais que recebeu, o elo lusitano da cultura do sul, configurando-a como uma totalidade. Afirma o pertencimento do Rio Grande, por esta via, ao Brasil, cuja diversidade regional é também destacada. [...] Essa leitura da realidade, a lógica que lhe é subjacente vai, ao longo da história política riograndense e nacional, cumprir papel de relevo na condução das disputas pelo poder local e no confronto das demais forças políticas do país. [...] O papel do professor Dante de Laytano teria sido não só o de pesquisador interessado, mas principalmente de agente motivador da institucionalização do folclore como disciplina e do tradicionalismo como prática. A via oficial acompanhou o movimento e seu crescimento. A presença de Dante parece marcante nesse processo. [...] Sua trajetória, seus vínculos políticos e institucionais fizeram dele, em diversos momentos, o centro de legitimação dos acontecimentos culturais voltados à tradição no âmbito oficial".

**Principais publicações;**

**Uma Mulher e Outras Fatalidades. Casa Editora de Autores Modernos, 1931**

**Sebastião Xavier do Amaral Sarmiento Mena** - Obras completas. Papeleria Velho, 1933

**História da República Riograndense (1835 – 1845)**. Globo, 1936

**As Congadas no Município de Osório**. Textos Musicais e Versos coligidos por **Enio Freitas e Castro**. Associação Riograndense de Música, 1945

**Açorianos e Alemães**. Globo, 1948

**Fazenda de criação de gado**. Imprensa Oficial, 1950

**A Estância Gaúcha**. Ministério da Agricultura, 1952

**Barão de Tramandai**. Prefeitura Municipal de Tramandai, 1971

**Torres, resumo de sua história de terra e mar**. Prefeitura Municipal de Torres, 1978

**Guia histórico de Rio Pardo**. Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979

**Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul**. UFRGS, 1979

**Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul**. EST/Martins Livreiro, 1983

**Mar absoluto das memórias**. EST/Martins Livreiro, 1986

**Folclore do Rio Grande do Sul**, Martins Livreiro, 1984

**Arquipélago dos Açores**. EST/Nova Dimensão, 1987

Fomos indicados por Dante de Laytano para ingressar como sócio correspondente da Academia Riograndense de Letras

#### EUGENIO VILHENA DE MORAIS



Nasceu em Campanha, MG, em 2 de fevereiro de 1887, e faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1981, próximo de completar 94 anos. Estudou, desde os 10 anos de idade, no Colégio Anchieta, de Nova Friburgo (RJ), bacharelando-se em Ciências e Letras em 1902. Fez o curso de Direito, iniciado na Faculdade do Largo de S. Francisco, em SP, concluindo-o na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, hoje integrante da UFRJ (1907). Tentou a advocacia, que entretanto, não era sua vocação. Lecionou no Colégio Santo Inácio e na Escola Normal (RJ), que, em 1930, veio a ser o Instituto de Educação, as disciplinas: Latim, Francês e História. Haroldo Valadão, na sessão magna de 1982, quando lhe fez o elogio histórico, disse: “Tenho sempre na memória o exemplo de competência e de dignidade reveladas no seu magistério”, lembrando ter sido seu aluno no primeiro daqueles estabelecimentos. Examinou em várias bancas no Colégio Pedro II. Foi inspetor de Ensino do MEC, com exercício em diversos colégios

particulares. Sua atividade maior, porém, aquela a que mais intensamente se dedicou, foi a de diretor do Arquivo Nacional (1938/58). Fraco, desde menino, quando foi levado a Aparecida do Norte, recuperou-se da doença, o que considerou milagre da Virgem, “com pouco mais de 40 anos – disse Tarcísio Padilha em homenagem que o IHGB lhe prestou por ocasião de seu centenário – Vilhena se viu acossado por uma enfermidade à época quase sempre fatal: a tuberculose. Seu ânimo não se abateu. Lutou com raro vigor de espírito para afastar a sombra da morte de sua vida pujante”. Era a fé que o fortalecia. Seus ideais de vida, atestava-o Pedro Calmon, foram a família, a religião e a pátria. Pertenceu ao IGHMB, ao Centro D. Vital. Eleito sócio efetivo do IHGB em 6 de agosto de 1921 passou a benemérito em 1951. Possuía muitas condecorações e medalhas, principalmente das Forças Armadas e do Vaticano. Publicou: **“Qual a influência dos jesuítas em nossas letras. Decaíram depois da saída dos discípulos de Santo Inácio de Loyola?”** (IHGB, 1º Congresso de História Nacional, 1921) – Pela Cartilha de Comitê. **Questões pedagógicas, 1920 – “O patriotismo e o clero no Brasil”.** (R. IHGB, 153, 1926) – **“Segundo Centenário de nascimento de frei José de Santa Rita Durão** (R. IHGB, 152, 1926) – **“Caxias e o Jornal do Commercio”,** 1927 – **O gabinete Caxias e a Anistia aos Bispos na Questão Religiosa.**, RJ: Briguiet, 1927. – A Padroeira do Brasil. RJ: Centro D. Vital, 1929. – **O Duque de Ferro. Aspectos da figura de Caxias,** 1933. – **Caxias em São Paulo. A revolução de Sorocaba,** 1934 – **“Caxias e a defesa nacional”** (Rev. Militar Bras., 1936 – **Momentos Eucarísticos da Figura de Caxias.** RJ: Leuzinger, 1937. – Resenha Geral dos Trabalhos do Arquivo Nacional. RJ: A.N., 1941. – Bíblia de Guttenberg. Notícia ilustrada, 1955. **Caxias. Ensaio crítico biobibliográfico,** RJ, Briguiet – Três Figuras: o Frade Poeta, o Padre Voador, o Frade Preceptor, Petrópolis, Vozes. Como instrutor de História Militar da AMAN em 1978/1980 e pesquisando sobre o Duque de Caxias e o Espadim de Caxias dos Cadetes, o visitamos em 1978 em sua casa no Rio de Janeiro. Durante a entrevista de espaço em espaço voltava-se para uma imagem de N.S. da Conceição, rezava um Ave Maria e prosequia na sua entrevista dizendo que voltaria ao local do nascimento do Duque de Caxias para completar uma pesquisa. Local este que pesquisávamos para nele criarmos o Parque Histórico Duque de Caxias, que não foi concretizado em razão do local estar completamente descaracterizado. Era um projeto do então Gen Ex Silvío Frota, comandante do atual CML. Ao historiador Eugênio Vilhena de Moraes se deve a intermediação entre um herdeiro da espada de Campanha do Duque de Caxias e a doação da mesma em 1925 ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, local de onde o Coronel José Pessoa tirou o modelo do Espadim dos Cadetes do Exército, bem como a ele se deve a doação a AMAN, da imagem de N.S. da Conceição que existia no quarto onde o Duque de Caxias faleceu. Vilhena de Moraes e sem dúvida o maior biógrafo do Duque de Caxias. Vilhena de Moraes sofreu de tuberculose e várias vezes esteve a beira de morte e recebia a Extrema Unção, ao ponto de alguém referir que Vilhena de Moraes” –Era viciado em Extrema Unção.” Mas ele superou a doença e faleceu próximo a completar 94 anos e ainda muito lúcido.

**FERNANDO LUIZ OSÓRIO**



**Fernando Luís Osório. Nasceu em Bagé-RS, 30 de maio de 1848 e faleceu — Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1896 com 48 anos .** foi professor, escritor, jornalista diplomata, maçom e advogado brasileiro. Filho do Marques de Herval o Marechal Manoel Luiz Osório, cursou seu ensino preparatório em Pelotas, depois seguiu os estudos na Faculdade de Direito de São Paulo. Ainda estudante apresentou-se para lutar na Guerra do Paraguai, apesar de ter começado o treinamento militar, foi dispensado por ordens de seu pai. Retornou aos bancos escolares, estudante do 4º ano, participou do movimento acadêmico em 1871, causado pela reforma da metodologia de exames. Foi punido com a perda de dois anos de estudo, tendo então se dirigido à Pernambuco, onde formou-se na Faculdade de Direito do Recife. Enquanto estudante, prestava assistência jurídica àqueles que não podiam pagar e participava do movimento abolicionista. Depois de formado, retornou ao Rio Grande do Sul, instalando-se em Pelotas, onde instalou aulas noturnas para adultos e fez campanha contra os jesuítas. Em Santana do Livramento criou uma associação literária para conferências populares. Deputado provincial eleito em 1874, tomou partido de seu pai nas disputas com Gaspar da Silveira Martins. Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1880. Foi o único representante gaúcho a votar a favor da proposta de Joaquim Nabuco para a abolição da escravidão no Brasil, também foi a favor do serviço militar obrigatório.<sup>1</sup> Foi presidente da União Republicana de Pelotas e depois da Proclamação da República, em 1891, foi eleito à Assembléia Constituinte estadual. Foi redator dos jornais **A Tribuna Liberal** e **O Acadêmico**, ambos de São Paulo; **Diário de Pelotas**, onde encarregou-se da seção de política, a partir de 1874; fundou **A Discussão**, Pelotas, 1881, órgão do Partido Liberal. Foi membro da Sociedade Partenon Literário. Em 1891 escreveu a letra do **Hino Republicano Riograndense**. Em 25 de abril de 1894, foi nomeado, pelo marechal Floriano Peixoto, ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires e 5 meses depois foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Nos últimos anos de sua vida escreveu a biografia de seu pai **História de Manoel Luiz Osório, o Marquês do Herval, por seu filho**, com mais de 700 páginas, que lhe valeu o acesso ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para onde destinou toda a correspondência do pai da qual este era muito zeloso .Casou-se com Ernestina de Assunção,<sup>1</sup> filha do barão de Jaraú e sobrinha do visconde da Graça. É pai de Fernando Osório Filho. Ele e seu pai são nomes de ruas em Canguçu, terra natal do autor. Ao fundarmos em 1996 em Resende –RJ a Academia de Históri

Militar Terrestre do Brasil AHIMTB, o consagramos como patrono de sua Delegacia em Bagé-RS

### FERNANDO LUIZ OSORIO FILHO



**Fernando Luís Osório Filho.** Nasceu em, Bagé, em 3 de novembro de 1886 e faleceu em Pelotas, 25 de fevereiro de 1939 com 53 anos, falecendo jovem como seu pai. Foi um escritor, historiador e político brasileiro. Filho de Fernando Luís Osório e de Ernestina de Assunção, além de neto do marquês do Erval e do barão de Jaraú, e sobrinho-neto do visconde da Graça. Ainda criança foi residir com a família em Pelotas, onde fez seus estudos iniciais. Seguiu então para o Rio de Janeiro, onde formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1910. Logo depois seguiu para a Europa, onde foi admitido na Sociedade Internacional de Ciências Sociais de Paris, retornando para o Brasil em 1912, se fixando em Pelotas. Foi um dos defensores do Tiro de Guerra, criou a Escola Prática de Comércio, onde foi seu primeiro diretor. Foi também presidente da Bibliotheca Pública Pelotense, professor da Faculdade de Direito de Pelotas, professor de filosofia do Ginásio Pelotense (atual Colégio Municipal Pelotense), fundador do primeiro núcleo de escoteiros de Pelotas.<sup>1</sup> Positivista, pertenceu ao Partido Republicano Rio-Grandense, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e ao Instituto de Advogados Brasileiros. O meu primeiro contato com a História Militar do Brasil foi com cerca de 8 anos ao compulsar seu livro **Espírito das Armas Brasileiras**. Obra que o autor havia doado a meu pai Conrado Ernani Bento, e por este mantida em seu escritório de Tabelaio em Canguçu-RS. Fiquei encantado com as ilustrações. Mais tarde adulto ao iniciar minhas atividades de historiador em especial sobre a História de Canguçu muito recorri a seu livro **A Cidade de Pelotas**, nele obtendo valiosas informações e **Sangue e alma do Rio Grande**, (Porto Alegre-Pelotas: Liv. Globo, 1937), nesta, tratando do Rio Grande esquecido, Repelindo infâmias, Reparação a um Osório do primeiro Rio Grande e de seus leais comandados na Trincheira de Castilhos. Trabalho em defesa da memória do Cel de Dragões Thomaz Luiz Osório, defensor em 1763 da Fortaleza de Santa Teresa no Uruguai atual, quando ela foi conquistada pelo General espanhol D. Pedro Cebalios. Defesa que continuou a fazer ao abordar trabalhos focalizando a atuação do Cel Thomaz Osório na **Guerra Guaranítica**, como comandante do Regimento de Dragões do Rio Grande. Tese que defendemos em 1976 no IHGB, da qual enviamos exemplar ao Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, cuja inauguração havíamos registrado no livro **A Grande festa dos**

**lanceiros.** (Recife: UFPE, 1971, (disponível no Google) e lançado em 19 de abril de 1971, na inauguração do Parque Histórico Nacional do Guararapes, de cujo projeto, construção e inauguração fomos o coordenador pelo então comando IV Exército atual Comando Militar do Nordeste, em cujo Estado-Maior do Exército servimos e iniciamos nossa atividade como historiador militar do Exército, pois de longa data atuávamos no sentido de resgatar a perdida História de Canguçu. Assim Pelotas, através de J. Simões Lopes Neto e de Fernando Luiz Osório, prestaram notável concurso ao culto de nossa História Militar e à Educação Cívica do Rio Grande do Sul e sem esquecer, o saudoso historiador Major Angelo Pires Moreira nosso primo irmão com suas obras e a historiadora Heloísa Assunção do Nascimento, esposa de militar e correspondente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em seus 3 volumes sobre Pelotas: **Nossa cidade era assim** (1989.1999). Historiadora a quem deve o resgate do batismo em Pelotas de meu bisavô Professor Antônio Joaquim Bento do qual descendem numerosos canguçuenses das famílias Bento, Aguiar, Rodrigues e Amaral. É patrono de uma das cadeiras da Academia Rio-Grandense de Letras. Entre seus livros registro **Mulheres Farroupilhas**, publicado em 1935, no centenário do início da Revolução Farroupilha. A fundamos em 1996 a Academia de História Militar Terrestre do Brasil HIMTB, o consagramos como Patrono de sua Delegacia em Pelotas Baseado grande parte na sua obra e DNA e seu pai escrevemos o livro sobre o General Osório **General Osório um herói e líder popular brasileiro**, em 2008 (obra disponível no Google) por ocasião de seu Bicentenário integrante do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul que executamos em parcerias num total de 21 livros dos quais 3 já reeditados Livro sobre o qual encontramos na internet este comentário.

“ Esta obra apresenta um conjunto de preciosos exemplos de patriotismo, de liderança militar e de sublimação das virtudes militares, úteis à formação dos jovens integrantes das Forças Armadas e das Forças Auxiliares. O autor buscou inspiração, realizando intensa e profunda pesquisa na ampla bibliografia já existente sobre a legendária saga do heroico Patrono da Cavalaria. De modo especial garimpou fatos na história do General Osório escrita por seu filho doutor Fernando Luiz Osório, prematuramente falecido aos 48 anos de idade: sua obra foi concluída por seus filhos e toda ela está baseada em relatos ao vivo em documentos originais do próprio Marechal de Exército Osório. Além disso, esta obra chama a atenção pelas 140 efemérides, 179 ilustrações e respectivas legendas e cerca de 50 opiniões selecionadas entre as proferidas por instituições e autoridades brasileiras que destacam a excepcional projeção histórica de Osório. Esta obra apresenta detalhado sumário que permite ao leitor localizar, com rapidez, o assunto desejado Assim Pelotas, através de J. Simões Lopes Neto e de Fernando Luiz Osório, prestaram notável concurso ao culto de nossa História Militar e à Educação Cívica do Rio Grande do Sul e sem esquecer, o saudoso historiador Major Angelo Pires Moreira nosso primo irmão com suas obras e a historiadora Heloísa Assunção do Nascimento, esposa de militar e correspondente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em seus 3 volumes sobre Pelotas: **Nossa cidade era assim** (1989.1999).

**FRANCISCO ADOLFHO VARNHAGEM**



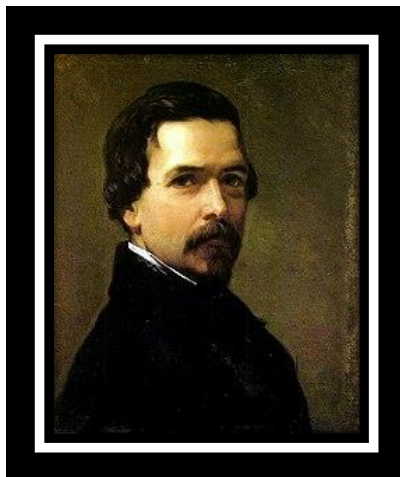
**Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, Nasceu em Vila de Sorocaba, 17 de fevereiro de 1816 e Faleceu em Viena, 26 de junho de 1878 com 62 anos .Militar e diplomata e historiador brasileiro, foi “um renovador da metodologia de pesquisa histórica e autor de vários estudos, onde se destaca a primeira grande obra de síntese sobre a história do Brasil: **História Geral do Brasil**, publicada em dois volumes entre 1854 e 1857, que apesar de ultrapassada em muitos aspectos permanece até hoje como um marco referencial incontornável. Sua contribuição seminal e monumental lhe valeu o apelido de "Heródoto brasileiro". Também deixou relevante trabalho na historiografia e crítica da literatura.”**

Foi o sétimo filho da portuguesa Maria Flávia de Sá Magalhães e de Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, um engenheiro militar alemão contratado pela Coroa para construir os altos fornos da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, na região de Sorocaba, na então Capitania de São Paulo. Fez seus primeiros estudos de Letras no Rio de Janeiro, e em 1823 seu pai, já em Portugal, o chamou para juntar-se à família.

Em Lisboa, a partir de 1825 estudou Matemáticas no Real Colégio Militar da Luz, Diplomática na Torre do Tombo, na Academia de Marinha, e terminou seu preparo como engenheiro militar em 1839, na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho. Iniciou a carreira militar à época das Guerras Liberais, como voluntário nas tropas de D. Pedro IV de Portugal que lutavam contra D. Miguel I de Portugal, obtendo a patente de 2º tenente de artilharia. Seu engajamento na política portuguesa dificultaria seu reconhecimento oficial como brasileiro nato.

Escreveu **Notícia do Brasil**, seu primeiro trabalho de história, entre 1835 e 1838. Suas pesquisas na matéria levam-no a localizar o túmulo de Pedro Álvares Cabral na Igreja da Graça, em Santarém. Foi admitido como sócio-correspondente na Academia de Ciências de Lisboa em 1838, mediante a submissão das Reflexões críticas sobre o escripto do seculo XVI impresso com o titulo de Noticias do Brazil, cujo manuscrito ele descobriu e cuja autoria ele identificou como sendo de Gabriel Soares de Sousa. O mesmo estudo lhe franqueou a entrada, em 1840, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Retornou ao Brasil ao saber do projeto legislativo que possibilitava a repatriação de brasileiros que viviam no exterior. Enquanto esperava a aprovação da lei, iniciou uma viagem pelos sertões do Brasil, quando sua simpatia inicial pelos índios se dissolveu, segundo declarou, diante de seus hábitos bárbaros, passando a ser um crítico veemente do

movimento indianista. Voltou a Portugal em junho de 1841, solicitando uma promoção no exército, que lhe foi negada, o que provocou sua demissão. Em 24 de setembro de 1841 obteve a nacionalidade brasileira através de decreto imperial, podendo ser admitido na carreira diplomática. Foi indicado adido de 1ª classe na legação brasileira de Lisboa em 19 de maio de 1842, recebendo a missão de realizar pesquisas sobre a geografia, legislação e história do Brasil nos fundos documentais portugueses e espanhóis. Ao mesmo tempo, foi nomeado segundo-tenente do Imperial Corpo de Engenheiros do Exército Brasileiro. Em 1847 recebeu uma medalha de ouro do IHGB pelo seu trabalho sobre o Caramuru e foi promovido a primeiro-secretário da Legação brasileira, sendo transferido para Madri e continuando seu trabalho de pesquisador nos arquivos locais. Aproveitou seus contatos para coletar documentos sobre o Brasil em numerosos arquivos e bibliotecas da França, Inglaterra, Bélgica e Alemanha. Em 1850 publicou o primeiro dos três volumes do **Florilegio da poesia brasileira**, um dos textos fundadores da historiografia da literatura nacional.

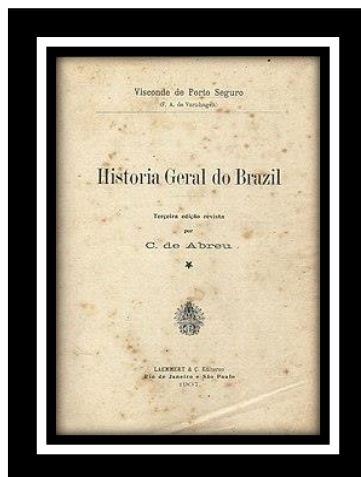


Retrato de Varnhagen pintado por Federico de Madrazo y Kuntz em 1853.

No ano seguinte estava de volta ao Brasil, convocado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Sousa para servir de consultor nas negociações sobre os limites das repúblicas hispano-americanas com as Guianas, e ainda em 1851 foi eleito primeiro-secretário do IHGB, sendo responsável por uma reorganização da biblioteca, do arquivo e do museu do instituto e pela criação do primeiro catálogo alfabético da **Revista do IHGB**. No mesmo ano retornou a Madri, sendo promovido a encarregado de negócios da Legação brasileira. Entre 1854 e 1857 publicou os dois volumes de sua obra-prima, **História Geral do Brasil**. Seu amor pela terra natal levou-o a registrar, embaixo do nome da obra, a expressão "natural de Sorocaba". Em 1858 foi promovido a ministro e destacado para o Paraguai, e em 1859 o IHGB o tornou sócio honorário, "em reconhecimento de sua ilustração e dos valiosos serviços prestados ao instituto". Serviu como diplomata também na Venezuela (1861, ministro residente), incumbindo de resolver um conflito de fronteira, no qual não teve sucesso; no Peru (1863), acreditado também junto ao Equador e Chile (onde conheceu sua futura esposa, Carmen Ovalle y Vicuña), e na Áustria (ministro residente em 1868, ministro plenipotenciário em 1871), sempre dividindo seu tempo entre a diplomacia e a pesquisa, viajando

incansavelmente. Neste período participou do Congresso de Estatística de São Petersburgo de 1872 como um dos vice-presidentes da Comissão Permanente, e no mesmo ano recebeu o título de barão de Porto Seguro, sendo elevado a visconde dois anos mais tarde. Foi um dos vice-presidentes do júri da Exposição Universal de Viena de 1873. Em 1877 publicou a segunda edição da **História Geral**, e empreendeu viagem ao interior de Goiás com objetivo de explorar a região entre as lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas próximas da atual cidade de Formosa. Varnhagen defendia a interiorização da capital do Brasil e havia realizado estudos cartográficos acerca do Planalto Central. Faleceu em 29 de junho de 1878 em Viena, aos 62 anos, sendo sepultado em Santiago do Chile. Parte de sua biblioteca foi adquirida pelo bibliófilo José Mindlin, que era membro da Academia Brasileira de Letras.

Como historiador foi um dos protagonistas da renovação do método de pesquisa histórica na cultura lusófona, preocupando-se com a utilização de fontes originais a fim de obter um maior rigor científico, mas também valorizava o aspecto literário da escrita histórica, que se bem desenvolvido poderia atrair potenciais leitores e formar um público mais amplo. Neste sentido, foi colaborador e membro do Conselho Editorial do jornal **O Panorama**, publicado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, que tinha como objetivos promover a educação do povo, melhorar os costumes e fortalecer a civilização, ajudando Portugal a se modernizar. Ali publicou, em forma de folhetim, a **Chronica do descobrimento do Brazil**, onde os típicos vazios da narrativa histórica puramente baseada em documentos são preenchidos e romanceados com elementos ficcionais como recurso persuasivo para aumentar a verossimilhança, esperando "contribuir para facilitar a elaboração de futuras epopeias que tivessem como tema o descobrimento do Brasil e Pedro Álvares Cabral como herói". Esse expediente de constantemente apelar para a imaginação onde os documentos falhavam em prover informação era uma estratégia de convencimento comum entre os historiadores de sua geração. Segundo Pedro Telles da Silveira, "a literatura convivia entre uma concepção retórica e uma nascente concepção romântica. Essa dubiedade ajudava-a especialmente a conviver com a história em termos pacíficos, fazendo com que uma e outra se tornassem, em alguns momentos, complementares. A literatura, em certos momentos, precisava do apoio da história ou da ciência para se validar – algo que acontecia tanto no ambiente do IHGB como no de *O Panorama*."



Capistrano de Abreu.

Em sua obra maior, **História Geral do Brasil**, procurou dar mais valor ao estudo do processo global de desenvolvimento da civilização brasileira, em detrimento da antiga concepção da história como uma coleção de feitos notáveis de figuras isoladas. Segundo Evandro Santos, "marco determinante da identidade nacional, então fruto de esforço historiográfico, ao lado da produção ligada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a *Historia Geral* reuniu e organizou quase duas décadas de pesquisas e tornou-se, à revelia de sua fria recepção, título imprescindível à história da historiografia no país". Em sua teoria da historiografia enfatizava a necessidade do pesquisador se manter imparcial, mas em sua prática afastou-se consideravelmente dessa meta, e neste aspecto sua produção em parte foi um fruto do pensamento do seu tempo e dos círculos eruditos e cortesãos que frequentava. Seus trabalhos relevam suas inclinações pessoais em favor da monarquia, do catolicismo e do nacionalismo, seu romantismo idealista, seu anti-indianismo, sua defesa da herança portuguesa, a contaminação das suas narrativas com a moral e a política, os limites imprecisos entre a reconstituição da história e sua reinvenção programática, e seu enaltecimento da cultura dominante de matriz europeia, que julgava a única capaz de promover a civilização. Por isso suas contribuições em parte estão ultrapassadas, mas mesmo assim são notáveis pelo seu vulto, abrangência e importância em seu momento histórico. O obituário publicado por Capistrano de Abreu no **Jornal do Commercio** já antecipava alguns dos principais pontos criticados modernamente em sua personalidade e obra científica:

"Também ele tinha muitos pontos vulneráveis. Era dos homens inteiriços, que não apoiam sem quebrar, não tocam sem ferir, e matam moscas a pedradas, como o urso do fabulista. Em muitos pontos em que a sua opinião não era necessária, ele a expunha complacientemente, com tanto maior complacência quanto mais se afastava da opinião comum. Suas reflexões às vezes provocam um movimento de impaciência que obriga a voltar a página ou a fechar o volume. Muitos assuntos sem importância, ou de importância secundária, só o ocupam por serem descobertas suas. A polêmica com João Lisboa, em que tinha talvez razão, porém em que teve a habilidade de por todo o odioso de seu lado. Homem de estudo e de meditação, desconhecia ou desdenhava muitas das tiranias que se impõem com o nome de conveniências; sensível ao vitupério como ao louvor".

Na opinião de Temístocles Cezar, apesar das suas fraquezas e inconsistências, "Ele consegue impor-se, tornar-se imprescindível, irrecusável. Mesmo para aqueles que não o apreciam (e não parece, nem ontem nem hoje, que sejam poucos) ele se converteu em uma figura incontornável para o entendimento da história da história do Brasil. [...] Ele é datado, localizado, visível, preso ao tempo dos homens e da ciência. E como todo discurso científico tem necessidade de um marco fundador, de um início, Varnhagen é adaptado a essa condição primordial. O que houve antes dele, dispersa-se diante do gigantismo de sua obra. No melhor dos casos tornam-se fontes históricas, no limite crônicas, no pior, esquecimento. Varnhagen passa a desempenhar para a história do Brasil o mesmo papel que Cícero atribuiu

a Heródoto em relação à história: pai. A historiografia do fim do século XX, quer dizer, a historiografia acadêmica, não se preocupou muito em desmentir ou desqualificar essa analogia".

Nos altos do Morro de Ipanema há um monumento a Varnhagen, construído por disposição testamentária, e que foi visitado pela Família Imperial em 11 de novembro de 1884. Nesse monumento há a inscrição: *A memória de Varnhagen Visconde de Porto Seguro nascido na terra fecunda descoberta por Colombo. Iniciado por seu pai nas couzas grandes e uteis, estremeceu sua patria escreveo-lhe a historia. Sua alma immortal reune aqui todas as suas recordações.*



Monumento no Rio de Janeiro.

Em 1903 Oliveira Lima o escolheu como patrono de sua cadeira na Academia Brasileira de Letras. Em 1916 o IHGB publicou o trabalho inédito sobre a **História da independência do Brasil**. Nesse mesmo ano, quando se comemorava o centenário do seu nascimento, Pedro Lessa proferiu um discurso no IHGB enfatizando a relevância da sua obra, e Remigio de Bellido publicou uma detalhada biografia. Um retrato foi instalado em 1919 na biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e em 1944 outro foi instalado na galeria dos historiadores no Arquivo Nacional. Um outro monumento com uma herma foi construído pelo IHGB no Rio, comemorando o centenário da fundação do instituto em 24 de outubro de 1931. Seus restos mortais deveriam ter sido depositados no monumento no morro Araçoiaba da Serra, local onde ele nasceu na Real Fábrica de Ferro - Vila São João de Ipanema, porém o monumento ainda recebeu seus restos mortais. Permaneceram até 19 de janeiro de 2016 no terceiro monumento a Varnhagen, situado na Avenida General Osório, em Sorocaba, em cuja placa constavam os dizeres: *Estão aqui depositados os restos mortais de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Paulista de Sorocaba, o Pai da História do Brasil \*17-2-1816 † 29-6-1878. Transladados de Santiago, Chile, no*

*centenário do falecimento. Prefeito Municipal Theodoro Mendes. Sorocaba, 29-6-1978.* Atendendo antiga reivindicação da população, que demandava que seus restos fossem colocados mais ao centro da cidade, próximo à estátua de Baltasar Fernandes, fundador de Sorocaba, e como parte das comemorações do bicentenário do nascimento do Visconde, deu-se novo traslado em 19 de janeiro de 2016. O processo de exumação obedeceu procedimento científico conduzido pelos especialistas em arqueologia e medicina legal, professora Valdirene do Carmo Ambiel, médico legista Luiz Roberto Fontes e perito criminal odontológico Flávio Veras Nunes de Oliveira, acompanhados pelos dirigentes das principais instituições de história e de ensino de Sorocaba e do estado. Na cerimônia cívico-fúnebre, com honras militares, foi cantada missa de réquiem na Capela do Mosteiro, seguida de discurso do porta-voz da família imperial brasileira, Bertrand Maria José de Orléans e Bragança. Sob o toque de silêncio, flores foram depositadas, e finalmente os restos mortais do "Pai da História do Brasil" foram inumados em monumento tumular agora situado no Jardim do Largo do Mosteiro de São Bento.

Ainda em 2016 a Academia Paulista de História, a Fundação Visconde de Porto Seguro, a Fundação Ubaldino do Amaral, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba e o Instituto Martius-Staden promoveram o colóquio *Bicentenário de Nascimento do Visconde de Porto Seguro*, que incluiu palestras, uma exposição, a inauguração de um busto do historiador em Ipanema e o lançamento do livro infantil **Um visconde no tempo das magnólias**. No mesmo ano o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba criou a comenda Colar de Visconde de Porto Seguro, como forma de destacar personalidades dedicadas à pesquisa da história de Sorocaba e do Brasil.

Lista de suas obras.

1838 — **Reflexões críticas sobre o escripto do seculo XVI impresso com o titulo de Noticias do Brazil**

1840 — **Chrônica do descobrimento do Brazil**

Nesta obra ele dá como o local do Descobrimento do Brasil como Porto Seguro na Bahia. Com a descoberta da Carta de Pedro Caminha ao Rei de Portugal o local da Descoberta do Brasil passou a ser considerada como tendo sido em Bahia de Cabralia. Assunto que opinamos como membro da Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército, por solicitação do Ministro dos Transportes Coronel Davi Andreazza. Conclusão confirmada por trabalho sobre o assunto do Almirante Max Justo Guedes. Assunto que abordamos no livro **Do Monte Pascal a Cabralia** publicado pelo Ministério dos Transportes, cujo exemplar que possuíamos doamos a Biblioteca da Associação Educacional D.Bosco, em Resende-RJ. 1841 — **Corografia cabo-verdiana ou descrição geográfico-histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné** (coautoria de José Carlos Conrado de Chelmicki)

1845 — **Epicos brasileiros**

1850-1870 — **Florilegio da poesia brasileira ou collecção das mais notaveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio historico sobre as letras no Brazil**, 3 vols.

1851 — **Amador Bueno ou a Coroa do Brasil em 1641**

1854-1857 — **Historia geral do Brazil**, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda por um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba

1855 — **Sumé**

1858 — **Examen de quelques points de l'histoire geographique du bresil comprenant des eclaircissements nouveaux sur le seconde voyage tentrionales du bresil par hojida et par pinzon, sur l'ouvrage de navarrete, sur la veritable ligne de demarcation de tordesillas, sur l'oyapoc ou vincent pinzon, sur le veritable point de vue ou doit se placer tout historien du bresil, etc, ou, analyse critique du rapport de m. d'avezac sur la recente histoire generale du bresil**

1859 — **O Caramuru perante a história**

1872 — *Cancioneirinho de trovas antigas* colligidas de um grande cancionero da biblioteca do vaticano: precedido de uma noticia critica do mesmo grande cancionero, com a lista de todos os trovadores que compreende pela maior parte portuguezes e gallegos: edição mais correcta

1871/2 — **Historia das lutas com os hollandezes no Brazil: desde 1624 a 1654**

Este livro foi publicado como um estimulo a as forças brasileiras que lutavam na Guerra do Paraguai. E sobre este assunto publicamos em 1972, no Sesquicentenário da Independência o artigo **Guerras Hollandesas**, como Capitulo da obra **Exército Brasileiro- Perfil Militar de um Povo**, contribuição do Exercito às comemorações so Sesquicentenário da Independência. Tendo antes em 1971 publicado livro pela Universidade Federal de Pernambuco a obra **As Batalhas dos Guararapes descrição e análise militar** (Textos e mapas). Obra já em sua 3ª edição

1872 — **Da litteratura dos livros de cavallarias**. Estudo breve e consciencioso: com algumas novidades acerca dos originaes portuguezes e de várias questões co-relativas, tanto bibliographicas e linguisticas como historicas e biographicas, e um fac-simile

1877 — **A questão da capital: marítima ou no interior?**

1877 — **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**, 2 vols, 2ª ed.

1916 — **História da Independência do Brasil** (póstuma)

Encontram-se colaborações da sua autoria no jornal *O Panorama* (2ª série, 1842-44) e na *Revista universal lisbonense* (1841-1859).

**GUILHERMINO CESAR DA SILVA**



**Guilhermino César da Silva.** Nasceu em Eugenópolis em 15 de maio de 1908 e faleceu em Porto Alegre, 7 de dezembro de 1993, com 85 anos. Foi escritor, crítico literário, administrador público, jornalista, professor e historiador. Fez parte da geração modernista de Minas Gerais, divulgando seus princípios em artigos, poemas e ensaios publicados em jornais e revistas, e ao mesmo tempo ocupou várias funções públicas como administrador e professor. Na década de 1940 transferiu-se para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde continuaria a desenvolver ativa carreira no magistério, na política e na cultura. Deixou obra referencial na literatura, na crítica literária, na crônica jornalística e na historiografia, ganhando renome no país e no estrangeiro e recebendo muitas homenagens. Guilhermino César nasceu em Pinheiros, antigo distrito de Eugenópolis, filho de José Cesar da Silva, farmacêutico prático e escrivão do Registro Civil que se interessava pela poesia e publicava um jornal, e Isaura da Fonseca, filha de fazendeiros. Ainda pequeno sua família mudou-se para Tebas, Minas Gerais, onde recebeu as primeiras letras de uma professora particular, Zizinha Negreiros. Com oito anos escreveu seus primeiros versos. Em 1920 foi matriculado no Grupo Escolar Astolfo Dutra, em Cataguases, onde permaneceu pouco tempo, transferindo-se para o Ginásio Municipal e participando também do Grêmio Literário Machado de Assis, do qual foi diretor. Em 1926 já estava em Belo Horizonte estudando Medicina, e ao mesmo tempo fazendo curso de música no Conservatório Mineiro. No ano seguinte, aos 19 anos, foi um dos fundadores da **Revista Verde**, de caráter modernista, juntamente com Rosário Fusco, Ascânio Lopes, Francisco Inácio Peixoto e outros, já publicando contos, crônicas, poesias e crítica literária. Segundo Lygia Averbuck, "era um grupo de jovens que, apaixonados pela literatura e pelo Brasil, lançava um manifesto, fundava uma revista e uma editora, em um movimento que viria a estabelecer vinculações com os principais centros do modernismo brasileiro e latino-americano". A revista lançou apenas seis números e dissolveu-se com a morte de Ascânio Lopes, mas teve colaboradores do quilate de Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Milliet e Marques Rebelo, entre outros. Em 1928 trocava o curso de Medicina pelo de Direito. Enquanto isso empregou-se em folhetins e em 1929 foi admitido no jornal **Estado de Minas**, que acabaria encampando o tabloide **Leite Criolo** que Guilhermino fundara com Achilles Vivacqua e João Dornas Filho para divulgar os princípios modernistas. Formou-se em Direito em 1932, e como orador da turma fez um discurso criticando o ensino universitário. No ano seguinte casou-se com Wanda Belli de Sardes, com quem teria os filhos Guilhermino Augusto e João José. Em 1935 passou a trabalhar como oficial de Gabinete da Secretaria do Interior de Minas Gerais, foi também chefe

de Gabinete da Chefatura da Polícia de Belo Horizonte, mantendo paralelamente ativa participação na vida jornalística, literária e universitária, publicando no **Estado de Minas, n'A Tribuna, na Folha de Minas e no Diário de Minas Gerais**, e dando aulas de Filosofia na Universidade de Minas Gerais e dirigindo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entre 1941 e 1943. Mudou-se em seguida para o Rio Grande do Sul, chamado para assumir a chefia do Gabinete do interventor federal no Estado, o general Ernesto Dornelles. Sucessivamente ocupou as funções de ministro do Tribunal de Contas (1945), presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS, 1950-1958), secretário de Estado da Fazenda (1953-1956), e professor de Literatura Brasileira, História do Brasil e Estética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lecionando nos cursos de Economia, Letras e Arte Dramática. Entre 1962 e 1965 viveu em Portugal, lecionando Literatura Brasileira na Universidade de Coimbra, que lhe outorgou o título de doutor honoris causa. Voltando a Porto Alegre, reassumiu sua cátedra de Literatura Brasileira na UFRGS, aposentando-se em 1978, mas continuou a escrever ensaios e poesia e publicar crônicas no **Correio do Povo**. Em 1977 havia sido empossado como vice-presidente do IHGRGS, posição que ocuparia até 1986, fazendo parte também do Conselho Fiscal e da Comissão Editorial da **Revista do IHGRGS** por diversos anos. Em 1989 foi nomeado sócio-benemérito do IHGRGS e em 1990, patrono da Feira do Livro de Porto Alegre. Também foi membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico do Uruguai e membro da Academia Mineira de Letras. Quando recebeu o título de sócio-benemérito do IHGRGS, Laudelino Teixeira de Medeiros disse sobre ele:

"A nossa cultura regional, que é integrante da cultura brasileira, se enriqueceu apreciavelmente com suas produções literárias. A sua contribuição no campo do ensino, da literatura, da história, do jornalismo, da administração pública, é enorme. Muitas gerações de alunos e seus colegas de universidades usufruíram de sua competência profissional e de sua rica experiência humana. Ninguém, como ele, realizou tão extensa e profunda pesquisa no campo da história literária do Rio Grande. O seu trabalho não foi somente uma classificação de estilos literários: foi também uma lúcida história das ideias. Ainda no campo da História, esquadrinhou as áreas da história econômica, da história política e militar, da história do povoamento. Em todas as áreas em que atuou, operou com competência, com senso crítico, com espírito humano".

Recebeu muitas outras homenagens em vida e postumamente, destacando-se os títulos de Professor Emérito da UFRGS e Cidadão Honorário de Porto Alegre, a Palma Acadêmica da Academia Francesa, a Legião de Honra no grau de oficial, a Medalha do Pacificador, a Medalha da Inconfidência e a Medalha Simões Lopes Neto. Em 1995 uma praça de Porto Alegre foi batizada com seu nome, em 1999 a UFRGS criou no Instituto de Letras o Núcleo de Literatura Brasileira Guilhermino César, e a Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre instituiu o Prêmio Guilhermino César para homenagear personalidades nascidas fora do Rio Grande do Sul que deram destacada contribuição para a cultura da cidade.<sup>1</sup> Sua intensa atividade em várias esferas públicas e sua qualificada produção intelectual e artística o colocam em um lugar de destaque na cultura brasileira, sendo muito respeitado também em Portugal. Como poeta deixou uma obra inquieta, que procura os

meios de articular e expressar as mudanças generalizadas trazidas pela modernidade e afirmar uma voz pessoal em meio ao coletivo. De acordo com Beatriz Weigert, Guilhermino queria ser lembrado acima de tudo como poeta. Seu primeiro volume de poesias foi **Meia-Pataca** (1928), em parceria com Francisco Peixoto, depois seguem-se **Ladrão de Cavalo** (1964), **Lira Coimbrã e Portulano de Lisboa** (1965), **Arte de Matar** (1969), **Sistema do Imperfeito e Outros Poemas** (1977), **Banhados** (1986) e **encerra com Cantos do Canto Chorado** (1990). Sua obra mais importante neste campo talvez seja **Sistema do Imperfeito e Outros Poemas**, publicada quando já estava consagrado. Para Vivian Albertoni da Silva, na sua escrita transparece "a procura por uma expressão poética que permitisse preservar a linguagem da verdadeira devastação a que ela é submetida na chamada Era da Comunicação — a segunda metade do século XX". Ele pode ser lúdico, experimental, imprevisível, paradoxal; ora espontâneo e direto, ora sofisticado e cerebral; ora inquisitivo, ora afirmativo ou mesmo hesitante; quebrando muitas regras consagradas pela tradição e abrindo novos caminhos, e por isso ele se coloca em lugar de destaque entre os poetas modernos brasileiros. Diz Weigert que "Guilhermino César transmite lições da composição literária pela própria composição literária. Modo expressivo e impressivo, as imagens poéticas sabem elaborar musicalidade e conceitos, muitas vezes constituindo significado, o próprio significante". Seus poemas revelam ainda sua formação e atuação multifacetada de literato, economista, professor, historiador, jornalista e político, bem como uma forte fé nas capacidades da poesia e da linguagem como expressão de liberdade e instrumento de libertação. Nunca perde de vista o humano e o social, mas se rebela contra a degradação da humanidade, a opressão do homem pelo homem e a transformação da vida em um espetáculo vazio de sentido, assumindo uma consciência de que é preciso haver uma mudança, que garantirá ao mesmo tempo a sobrevivência da poesia. Na opinião de Marlon de Almeida, sua poesia é um "espaço de resistência; a poesia, negação da lógica mercantil que prostitui até mesmo a beleza; a poesia, pela retomada das causas humanas. Jamais a poesia pela poesia, a linguagem e o humor a serviço apenas do lúdico e da vaidade. Não, a poesia que se quer afeto usa a palavra para provocar, afagar, afogar, afetar. A palavra é mistério, enigma, obstáculo ao espetaculismo circense da mass-mídia, jamais hermética, ensimesmada". Almeida acrescenta que o seu modernismo está construído "sobre o alicerce do pensamento visionário-vanguardista segundo o qual a arte deve estar comprometida com a mudança, com o novo. Ou seja, a arte vem depois: não é o homem que deve servir a arte e à arte; é a arte que deve servir o homem e ao homem".

Deixou grande número de textos publicados desde sua juventude em vários jornais, mas avulta sua regular contribuição ao "**Caderno de Sábado do Correio do Povo**", que por muitos anos foi um suplemento cultural de alto nível, contando com afamados colaboradores. A produção de Guilhermino foi volumosa e variada, transitando pela crítica literária, o ensaio histórico, a crônica de costumes e o comentário dos fatos do dia, demonstrando sua vasta cultura de maneira informal, sem se tornar pedante, e sem excluir o humor e uma fina ironia. Mesmo seus textos mais despretensiosos são ricos em informação e agradáveis à leitura, não perdendo a oportunidade de mesmo a partir de eventos banais extrair um sentido histórico, humano ou social. Disse Silva que sua escrita desperta a curiosidade e o fascínio, instigando e

provocando a reflexão, procurando, mais do que informar, educar seu público, sempre preocupado com os destinos da humanidade e os movimentos sociais. "Da mesma forma, os textos sobre Literatura não são artigos acadêmicos: são convites à fruição da prosa e da poesia; são elogios generosos a quem merece ser divulgado, e reparos honestos a quem precisa repensar; mais do que tudo: são explorações que conduzem o leitor a um mundo de ludismo que toca no social de forma insuspeitadamente eficiente. [...] Milagres da Literatura ao alcance de todos, sem academismos desnecessários, sem análises estruturalistas, sem hermetismo – só o verbo como espelho". Em suas críticas, "estava ciente de que poderia ser chamado de quadrado, careta, nostálgico e que, ao mesmo tempo, incomodaria censores, colegas e alunos. No entanto, não se percebe recuo ou covardia: mesmo em seus artigos mais brandos e analíticos, escritos a partir dos setenta anos (completados em 1978), percebe-se a chama da expectativa, da esperança de chegar ao ouvido certo. A produção de Guilhermino César como historiador do Rio Grande do Sul se insere em um momento em que os estudiosos locais, muito pela influência de Moysés Vellinho, ainda tendiam a priorizar a contribuição lusa à formação do estado, descartando a contribuição jesuítico-espanhola presente na Região das Missões, que só tardiamente foi incorporada ao domínio português. Contudo, ele acompanhava o constante surgimento de novas fontes históricas, que começavam a mudar o panorama consolidado anteriormente. Destacam-se nesta área os livros **História do Rio Grande do Sul no Período Colonial (1970)**, **O Contrabando no Sul do Brasil (1978)** e **Origens da Economia Gaúcha (o boi e o poder)**, publicado postumamente em 2005. Também valorizou a emergência do tradicionalismo gauchesco, dizendo que era um movimento representativo de importante setor da cultura local. Para Maria do Carmo Campos, "Guilhermino deixou à posteridade um importante legado sobre especificidades histórico-culturais da formação do estado, que examinou à luz de sua experiência europeia". Seu foco como historiador, no entanto, foi a história da própria literatura e da crítica literária, produzindo obras como **O Criador do Romance no Rio Grande do Sul** (estudo sobre Caldre e Fião), **A Primeira Geração Romântica na Literatura Rio-Grandense — Araújo Porto Alegre, O Barroco e a Crítica Literária no Brasil, O Brasileiro na Ficção Portuguesa** (com Pereira Filho), **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul** e **A Visão Prospectiva de Euclides da Cunha**, mas seu texto mais importante provavelmente é **História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737 - 1902)** (1956). Nele o autor procura estabelecer as origens da tradição literária local a partir do surgimento da sociedade Partenon Literário em 1869, que para ele constitui um divisor de águas e o momento do primeiro amadurecimento dos autores gaúchos. Porém ele não restringe sua análise histórica ao campo especificamente literário, mas esclarece como a literatura e seus agentes interagiram com a sociedade e influíram sobre ela e foram por ela influenciados, e ao mesmo tempo traça as relações da produção local com a brasileira, enfatizando os regionalismos como características distintivas que contribuíam para a riqueza do panorama nacional e identificando pontos em comum com a produção de outras regiões, rejeitando o separatismo encontrado em certas correntes da crítica de seu tempo. Também ressaltou o papel fundamental exercido pelos estrangeiros e pela imprensa na renovação estética e difusão da literatura. Para Vinícius Estima a obra é "sem dúvida, fonte incontornável para aqueles que se dedicam ao estudo da literatura sul-rio-

grandense". Também importante é o seu estudo biográfico e crítico e a sua edição da obra integral para o teatro de Qorpo Santo mas segundo Janer Cristaldo seu papel foi mais o de organizador e divulgador, trabalhando sobre material reunido por Aníbal Damasceno. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul** foi relevante para restaurarmos a história da Guerra de 1801, abordada como um iniciativa de aventureiros a conquista dos Sete Povos das Missões em realidade ideia de Patricio Correia da Câmara o Comandante da Fronteira do Rio Pardo.e sua **História do Rio Grande do Sul Período Colonial. Porto Alegre Edttora: Globo, 1970.** Foi muito consultada para produzir meu livro **A guerra de Reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis 1774/1776, pelo Exército do Sul e suas guerrilhas e pela Esquadilha Naval do Vice Reinado do Brasil.** Obra disponível no Google.

### GILBERTO FREYRE



**Gilberto de Mello Freyre. Nasceu no Recife em 15 de março de 1900 e faleceu nesta cidade em 18 de julho de 1987 com 87 anos.** Foi um sociólogo, escritor, jornalista e polímata (conhecedor de muitas ciências). Foi um polímata brasileiro. Como escritor, dedicou-se à ensaística e à interpretação do Brasil sob ângulos da sociologia, antropologia e história. Foi também autor de ficção, jornalista, poeta e pintor. É considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX. Gilberto Freyre foi o intelectual mais premiado da história do país; laureado com o **Prêmio Aspen**, honraria que consagra "indivíduos notáveis por contribuições excepcionalmente valiosas para a cultura humana", e com o prêmio italiano **La Madonnina**. Dentre outros prêmios e honrarias, recebeu a Ordem do Império Britânico, o Prêmio Jabuti de Literatura, o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, o Prêmio de Excelência Literária da Academia Paulistana de Letras, medalhas de Portugal e da Espanha e a Ordem Nacional da Legião de Honra da França. Sagrou-se ainda imortal da Academia Pernambucana de Letras e foi consagrado patrono de cadeira especial da Academia de História Militar Terrestre do Brasil AHIMTB a qual foi inaugurada pelo consagrado arqueólogo Marcos Cavalcanti em cerimônia no Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial, no aterro do Flamengo. Filho de Alfredo Freyre, juiz e catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito do Recife e de Francisca de Mello Freyre, Gilberto Freyre é de família brasileira antiga, descendente dos primeiros colonizadores portugueses do Brasil. Em suas palavras: "um brasileiro que descende de gente quase toda ibérica, com algum sangue

ameríndio e fixada há longo tempo no país". Tem antepassados portugueses, espanhóis, indígenas, holandeses e judeus (cristãos-novos). Custou a aprender a escrever, fazendo-se notar antepassados portugueses, espanhóis, indígenas, holandeses e judeus(cristãos-novos). Custou a aprender a escrever, fazendo-se notar pelos desenhos. Teve aulas particulares com o pintor Teles Júnior, que reclamava de sua insistência em deformar os modelos. Em 1909, faleceu sua avó materna, que vivia a mimá-lo por supor que teria problemas sérios de aprendizado, pela sua dificuldade em aprender a escrever. Nessa época, ocorrem suas primeiras experiências rurais de menino de engenho, quando passa uma temporada no Engenho São Severino do Ramo, pertencente a parentes seus. Quando jovem, tornou-se protestante batista, chegando a ser missionário e a frequentar igrejas batistas norte-americanas. Foi estudar nos Estados Unidos, mas quando desencantou-se com o protestantismo batista tornou-se sem religião, embora esposando uma cosmovisão cristã e vendo com simpatia o catolicismo popular e o xangô do Recife. Foi casado com Madalena Guedes Pereira Freyre, mãe de seus dois filhos, Sônia e Fernando. Gilberto Freyre iniciou seus estudos frequentando, em 1908, o jardim da infância do Colégio Americano Batista Gilreath, que seu pai havia ajudado a fundar. Aos dezoito anos, com bolsa da Igreja Batista, vai estudar na Universidade Baylor no Texas, onde se formou bacharel em artes liberais. Estudou na Universidade de Columbia nos Estados Unidos, onde conheceu Franz Boas, referência intelectual para ele.<sup>1</sup> Em 1922 publica sua tese de mestrado **Social life in Brazil in the middle of the 19th century** (*Vida social no Brasil nos meados do século XIX*), dentro do periódico **Hispanic American Historical Review**, volume 5. Com isto, obteve o título Masters of Arts. Gilberto Freyre morreu em decorrência de uma isquemia cerebral, por infecção respiratória e insuficiência renal a 18 de julho de 1987 em Recife. Seu primeiro e mais conhecido livro é **Casa grande & senzala**, publicado no ano de 1933 e escrito em Portugal. Nele, Freyre rechaça as doutrinas racistas de branqueamento do Brasil. Baseado em Franz Boas, demonstrou que o determinismo racial ou climático não influencia no desenvolvimento de um país. Ainda, essa obra foi precursora da noção de democracia racial no Brasil, com relações harmônicas interétnicas que mitigariam a influência social do passado da escravidão no Brasil, que, segundo Freyre, fora menos segregadora que a norte-americana. Embora seja sua obra mais importante, também recebeu críticas por diversos aspectos do livro, como críticas à linguagem da obra, considerada vulgar e obscena<sup>1</sup> e críticas ao que é chamado por parte dos estudiosos de "mito da democracia racial", que segundo a filósofa Djamila Ribeiro é uma "visão paralisa a prática antirracista, pois romantiza as violências sofridas pela população negra". Muito embora Freyre seja considerado o ideólogo da democracia racial, esse conceito não foi abordado diretamente em **Casa-grande & senzala**. Em Recife, chegou a ter seu livro queimado em praça pública, ato apoiado por um colégio religioso da cidade. Ao contrário do que popularmente se imagina, **Casa-grande & senzala** não é um estudo sociológico ou antropológico. Baseado em fontes históricas e suas reflexões, Gilberto Freyre se apresentou como um "escritor treinado em ciências sociais" e não como sociólogo ou antropólogo, como refletiu em seu **Como e porque sou e não sou sociólogo** (1968). Além disso, por influência de Franz Boas sabia da necessidade de pesquisas empíricas para validar um estudo como

sendo sociológico ou antropológico. Em 1930, após a tomada do poder por Getúlio Vargas, Freyre viaja aos Estados Unidos e Portugal. Em Pernambuco, Gilberto Freyre ocupou vários cargos comissionados e chegou à presidência da UDN pernambucana. Em 1942 foi preso e espancado, junto de seu pai, após escrever um artigo no **Diário de Pernambuco** acusando um monge beneditino de Olinda de ser racista e pró-nazista. Em 1946, foi eleito pela própria UDN para a Assembleia Constituinte. Em 1964, defendeu a queda de João Goulart, e em 1969 passou a integrar o Conselho Federal de Cultura a convite do presidente general Emílio Médici. Gilberto Freyre foi também reconhecido por seu estilo literário. Ele escreveu um longo poema inspirado por sua primeira visita à Cidade de Salvador: **Bahia de todos os santos e de quase todos os pecados**. Impresso no mesmo ano em reduzidíssima edição da recifense **Revista do Norte**, ocupou a cadeira 29 da Academia Pernambucana de Letras em 1986. Portugal ocupou um lugar importante no pensamento de Freyre. Em vários de seus livros, como em "**O Mundo que o Português Criou**", "**O Luso e o Trópico**" demonstra o importante papel que os portugueses tiveram na criação da "primeira civilização moderna nos trópicos". Freyre foi um dos pioneiros no estudo histórico e sociológico dos territórios de colonização portuguesa como um todo. Suas reflexões sobre temas como iberismo, hispanismo, latino-americanismo, relações entre as Américas e diversidade cultural do continente estão fortemente relacionadas e imbricadas às suas interpretações sobre a formação social e cultural do Brasil. Em sua visão do passado escravocrata e a coexistência dos povos no Brasil, Freyre antecede as questões contemporâneas do multiculturalismo como política de uma ideal inclusão harmônica. O historiador George Reid Andrews sumariza a posição de Freyre frente à questão:

"Os proponentes do branqueamento tinham buscado europeizar o Brasil e torná-lo branco; Freyre, em contraste, aceitou que o Brasil não era nem branco nem europeu, e que nunca o seria. Em vez de a Europa dos trópicos, o Brasil estaria destinado a ser um novo mundo nos trópicos: um experimento exclusivamente americano no qual europeus, índios e africanos tinham se juntado para criar uma sociedade genuinamente multirracial e multicultural". A visão que Freyre tinha para acomodar as diferenças étnicas no Brasil, por vezes chamada de democracia racial brasileira, como citado, previa um ideal político de coexistência da diversidade. Todavia, ao contrário da acepção do termo erroneamente atribuído a ele, Freyre não via o **Brasil como uma "democracia racial" no sentido de ausência de racismo.**

**Casa-Grande & Senzala, 1933**

**Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife, 1934**

**Sobrados e Mucambos, 1936**

**Nordeste: Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem..., 1937**

**Açúcar, 1939**

**Olinda, 1939**

**Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira, 1940 e 1942 (2ª edição)**

**O mundo que o português criou, 1940**

**Um engenheiro francês no Brasil, 1940 e 1960 (2ª edição)**

**Região e Tradição, 1941**

**Ingleses, 1942**

**Problemas brasileiros de antropologia, 1943**

**Continente e ilha, 1943**

**Sociologia, 1945**

**Interpretação do Brasil, 1947**

**Ingleses no Brasil, 1948**

**A Propósito de Frades, 1957**

**Ordem e Progresso, 1959**

**O Recife sim, Recife não, 1960**

**Talvez Poesia, 1962**

**Vida, Forma e Cor, 1962**

**Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX, 1963**

**Vida social no Brasil nos meados do século XIX, 1964**

**Dona Sinhá e o Filho Padre, 1964**

**Brasis, Brasil e Brasília, 1968**

**Como e porque não sou sociólogo, 1968**

**O brasileiro entre os outros hispanos, 1975**

**Tempo morto e outros tempos, 1975**

**Oh de Casa, 1979**

**Homens, engenharias e rumos sociais., 1987**

**Assombrações do Recife velho, 1955**

**Discurso de Gilberto Freyre como Deputado Federal na Câmara Federal em que afirmou**

**“Em Guararapes escreveu-se a sangue o destino do Brasil. O de ser um só e não dois ou tres hostis entre si”.**

Convivemos com Gilberto Freyre no Recife em 1970/1971 quando tivemos a missão militar, como oficial do Estado-Maior do VI Exército, de coordenar o Projeto, Construção e Inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapee e de escrever o livro **As batalhas dos Guararapes descrição e análise militar**. lançado na inauguração do Parque em 19 de abril de 1971 e que mereceu dele em artigo no **Diário de Pernambuco de 21 de maio de 1971**. ao comentar a inauguração do Parque.

**“ Ao sensibizar-se como se sensibillizou para as comemorações dos Guararapes para cujo brilho concorreram entre outros o Major Moreira Bento, autor de bom trabalho técnico sobre as famosas batalhas e o Dr Ayrton Carvalho...”**

Registraram as cerimônias de Inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes, entre outros o **Caderno do Moinho Recife nº 9** no qual registramos o histórico discurso e de Gilberto Freyre na Inauguração do Parque com sua foto no momento em que realizava o seu histórico discurso. Caderno em cuja capa figuram minha foto ao lado das de Gilberto Freyre e de Jordão Emerenciano caderno que publicou minha mensagem **O Espirito Sagrado de Guararapes**, que foi lida por locutor da cerimônia em presença do Presidente Médici, o grande estimulador da construção Parque. Discurso de Gilberto Freyre publicado em Plaqueta da UFPE da qual recibi exemplar do autor com esta dedicatória.

**“Ao Major Claudio Moreira Bento,organizador admiravel de boa parte das comemorações da Batalhas dos Guararapes em 19 de Abril de 1971.”**

Ao e convidá-lo em companhia do Cel do Exército Antonio Gabriel Duarte , comandante da Polícia Militar de Pernambuco para ser ele ser orador da Inauguração do Parque Histórico dos Guararapes em Companhia do Cel do Exército Gabriel comandante da Polícia Militar de Pernambuco fomos muito bem recebidos por ele por sua gentil esposa e em sua residência no Apicucos. Mostrou-nos sua casa e a decoração da mesma com seus trofés e medalhas bem expostos e nos ofertou um licor de pitanga Curioso como ele escrevia .Deitado numa poltrona, tendo com auxilio de uma tábua para suportar o papel ele escrevia e entregava seus escritos a uma equipe de copydecação e revisão que lhe entregavam seus trabalhos prontos para publicação.

Secretariamos uma comissão por ele presidida que promoveu Concurso entre Arquitetos para escolher um monumento sobre as Batalhas dos Guararapes no Parque. Mas nenhum dos monumentos atendeu o desejo da Comissão por ele presidida. Durante a construção do Parque Guararapes tivemos forte apoio da Fundação presidida Mauro Mota, a qual Gilberto Freyre era intimamente ligado. E em companhia do Gen Ex comandante do IV Exército Gen Ex João Bina Machado fomos agradecer o apoio da Fundação Joaquim Nabuco a construção do Parque. E lá se encontrava para recebermos Gilberto Freyre, E junto com General Bina Machado, Gilberto Freyre, Mauro Mota e eu posamos para uma foto numa cadeira para conversar lá existente. De Mauro Mota Diretor da Fundação Joaquim Nabuco e imortal da Academia Brasileira de Letras ,recebi este poderoso estímulo a um jovem historiador em seu primeiro livro.

**“O Major Claudio Moreira Bento Gaúcho Pernambucano, pois vivendo pois vivendo pouco mais de um ano em Pernambuco, foi como se aqui tivesse vivido mais de um século, tal a sua integração nos temas da História de Pernambuco.. O Major Bento tomou a peito, dirimir uma vez por todas, as numerosas dúvidas existentes.E conseguiu de forma irretorquível e magistral após demoradas e cuidadosas pesquisas...!”** Foi da fundação Joaquim Nabuco que seu ilustre pesquisador Waldemar Valente, escreveu as abas de meu livro *A Grande Festa dos Lanceros*,reportagem sobre a inauguração do Parque Histórico Marechal Manóel Luiz Osório em Tramandai –Rio Grande do Sul e providencias iniciais para a construção do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes que coube a honra, como missão militar coordenar seu Projeto,Construção e inauguração. Missão militar felismente bem cumprida.

Retornando 31 anos depois ao Recife escrevi um relato de como encontrei Recife. Relato que consta das 2ª e 3ª edição de meu livro sobre as **Batalhas dos Guararapes**. E visitei a casa onde Gilberto Freyre residiu. E Ao entrar na sala de jantar fui surpreso com um boneco representando Gilberto Freyre deitado numa poltrona escrevendo sobre uma tábua. Na visite para convidá-lo para ser o orador do Inauguração de ofertou com dedicatória um exemplar de sua obra prima **Casa Grande e Senzala**, obra que me inspirou a produzir um livro de certa forma Casa de Estância e Galpão,que denominei **O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul**, obra que

conquistou o 1º lugar no Biênio da Colonização do Rio Grande do Sul. Obra disponível no Google

### **Prêmios e títulos**

#### **Prêmio da Sociedade Filipe d'Oliveira, Rio, 1934**

Prêmio Anisfield-Wolf, USA, 1957

Prêmio de Excelência Literária, da Academia Paulistana de Letras, 1961

Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras (conjunto de obras), 1962

Prêmio Moinho Santista de "Ciências Sociais em Geral", 1964

Prêmio Aspen, do Instituto Aspen, USA, 1967

Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo de Portugal (4 de Julho de 1967)

Prêmio Internacional La Madonnina, Itália, 1969

"Cavaleiro-Comendador da Ordem do Império Britânico" (Honorary Ordinary Knight Grand Cross Division of the Order of the British Empire), distinção conferida pela Rainha da Inglaterra, 1971

Medalha Joaquim Nabuco, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1972

Troféu Novo Mundo, por "obras notáveis em Sociologia e História", São Paulo - Troféu Diários Associados, por "maior distinção atual em Artes Plásticas" - Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, 1973

Vencedor do Prêmio Esso em 2005

Medalha de Ouro José Vasconcelos, Frente de Afirmação Hispanista de México, 1974

Educador do Ano, Sindicato dos Professores do Ensino Primário e Secundário em Pernambuco e Associação dos Professores do Ensino Oficial, 1974

Medalha Massangana, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1974

Grã-cruz Andrés Bello da Venezuela, 1978

Grã-cruz da Ordem do Mérito dos Guararapes do Estado de Pernambuco, 1978

Prêmio Brasília de Literatura para Conjunto de Obras, Fundação Cultural do Distrito Federal, 1979

Prêmio Moinho Recife, 1980

Medalha da Ordem do Ipiranga do Estado de São Paulo, 1980

Medalha Biblioteca Nacional, 1984

Grã-cruz de D. Alfonso, El Sabio, Espanha, 1983

Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada de Portugal (25 de Outubro de 1983)

Grã-cruz da Ordem do Mérito Capibaribe da Cidade do Recife, 1985

Grande-Oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra, França, 2008 .



**Ilustrações nas quais aparecemos junto com Gilberto Freyre. A primeira na Fundação Joaquim Nabuco junto com Mauro Mota e o General João Bina Machado, Comandante do IV Exército onde fomos agradecer o apoio da Fundação Joaquim Nabuco à construção do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes, do qual tive a missão militar de coordenar o Projeto, Construção e inauguração. A segunda parte da capa da revista dos Moinhos do Recife nº 9. Onde figuramos como autores de artigos no mesmo**

### **GUSTAVO BARROSO**



**Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodt da Cunha Barroso** Nasceu em Fortaleza em, 29 de dezembro de 1888 e faleceu no Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1959 aos 71 anos incompletos. Foi um advogado, professor, museólogo, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista brasileiro. É considerado mestre do folclore brasileiro. Foi o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional e um dos líderes da Ação Integralista Brasileira, sendo um dos seus mais destacados ideólogos. É considerado o mais antissemita intelectual brasileiro, cujas ideias se aproximavam das dos teóricos nazistas Barroso escreveu que não concordava com o antissemitismo de Hitler e justificou seus ataques aos judeus com um suposto combate ao racismo. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 8 de março de 1923, para a cadeira 19, na sucessão de Dom Silvério Gomes Pimenta, e recebido em 7 de maio de 1923 pelo acadêmico Alberto Faria. Barroso foi Presidente da ABL em 1932, 1933, 1949 e 1950. Foi ainda membro da Academia Portuguesa da História; da Academia das Ciências de Lisboa; da Royal Society of Literature de Londres; da Academia de Belas Artes de Portugal; da Sociedade dos Arqueólogos de Lisboa; do Instituto de Coimbra; da Sociedade Numismática da Bélgica, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de vários Estados; e das Sociedades de Geografia de Lisboa, do Rio de Janeiro e de Lima. Filho de Antônio Filinto Barroso e da alemã Ana Guilhermina Dodt Barroso, fez os seus estudos nos externatos São José, Partenon Cearense e Liceu do Ceará. cursou a Faculdade de Direito do Ceará vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), bacharelado-se em 1911 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi redator do **Jornal do Ceará** (1908-1909) e do **Jornal do Commercio** (1911-1913); professor da Escola de Menores, da Polícia do Distrito Federal (1910-1912); secretário da Superintendência da Defesa da Borracha, no Rio de Janeiro (1913); secretário do Interior e da Justiça do Ceará (1914); diretor da revista **Fon-Fon** (a partir de 1916); Deputado federal pelo Ceará (1915 a 1918); secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de Versailles (1918-1919); inspetor escolar do Distrito Federal (1919 a 1922); diretor do Museu Histórico Nacional (a partir de 1922); secretário geral da Junta de Jurisconsultos Americanos (1927); representou o Brasil em várias missões diplomáticas, entre as quais a Comissão Internacional de Monumentos Históricos (criada pela Liga das Nações) e a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal (1940-1941). Estreou na literatura aos vinte e três anos, usando o pseudônimo de João do Norte, com o livro Terra de Sol, ensaio sobre a natureza e os costumes do sertão cearense. Além dos livros publicados, sua obra ficou dispersa em jornais e revistas de Fortaleza e do Rio de Janeiro, para os quais escreveu artigos, crônicas e contos, além de desenhos e caricaturas. A vasta obra de Gustavo Barroso, de cento e vinte e oito livros, abrange história, folclore, ficção, biografias, memórias, política, arqueologia, museologia, economia, crítica e ensaio, além de dicionário e poesia. Entre os pseudônimos utilizados por Gustavo estão João do Norte, Nautilus, Jotanne e Cláudio França. Com a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, pelo presidente Epitácio Pessoa, Gustavo Barroso foi nomeado o seu primeiro diretor, ficando à frente da instituição até 1930, quando foi afastado do cargo pelo presidente Getúlio Vargas. Entretanto, voltou à direção do museu em 1932, permanecendo nela até 1957, ano de sua morte.

### Integralismo e antissemitismo



Gustavo Barroso em uniforme da Ação Integralista Brasileira.

Gustavo Barroso foi membro da Ação Integralista Brasileira (AIB) e sublinhava que o Integralismo põe o interesse da nação acima de todos os interesses parciais ou partidários e se guia por uma doutrina, não por um programa. Barroso tomou contato com o integralismo em 1933, quando presenciou um discurso de Plínio Salgado sobre o livre-arbítrio, o determinismo e o providencialismo à luz da Doutrina Integralista, naudatório da Associação dos Empregados do Comércio, no Rio de Janeiro. Logo ao dar por findo o discurso, levantou-se e pediu ao orador um distintivo do movimento que ele havia fundado. Plínio Salgado entregou-lhe, perguntando ao homem qual seria seu nome. A plateia exclamou: "É Gustavo Barroso, Presidente da Academia Brasileira de Letras". Segundo Barroso, tornou-se antissemita logo após ingressar na Ação Integralista Brasileira, quando teve uma conversa profunda sobre a questão com Plínio Salgado. Até então, não tinha ainda uma "atitude espiritual" ou conhecimentos mais amplos sobre o judaísmo. Em seguida, leu a edição francesa do livro Os Protocolos dos Sábios de Sião, uma das mais impactantes obras de teorias conspiratórias antissemitas, que afirma a existência de uma conspiração judaica para conquistar o mundo. Barroso ainda não conhecia o trabalho, que lhe foi emprestado pelo integralista José Madeira de Freitas. Foi através dos seus estudos para a escrita do livro Brasil, Colônia de Banqueiros que se aprofundou no combate à questão judaica, "baseado na doutrina e na palavra de Plínio Salgado". Posteriormente, seria responsável por traduzir e comentar os Protocolos dos Sábios de Sião. Entre 1933 e 1938, publicou 12 livros em defesa do Integralismo, além de um curso de história dado à Milícia Integralista. Embora não concordasse com o rumo dos acontecimentos a partir de 1937, continuou adepto à doutrina integralista. Há muitas divergências sobre o antissemitismo na obra de Barroso. Segundo Cícero João da Costa Filho, a maior parte dos historiadores entendem que o antissemitismo de Barroso é puramente moral. A bibliografia sobre o antissemitismo de Barroso, em geral, não o toma num sentido racista. Segundo Barroso, "Hitler comete um erro, todavia, na sua campanha anti-judaica. Ele combate os judeus em nome do racismo ariano". Barroso dizia que o

Integralismo poderia combater os judeus apenas "nesse caso, e só nesse caso": o de os judeus organizarem forças paralelas ao Estado, que entravam a ação deste e o levam a medidas favorecedoras de grupos políticos, econômicos e financeiros, ou de realizarem "propagandas subversivas" contra o "bem geral da Nação". Em seu livro **História Secreta do Brasil**, publicado em três volumes a partir de 1937, são narrados episódios como a participação por parte dos judeus em rituais de sacrifício no sertão baiano no século XIX até a sociedade secreta da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (chamada "Bucha"). Profundamente nacionalista, ele defendeu a integridade do Brasil contra dominação estrangeira e de grupos de banqueiros internacionais. Para se aprofundar na doutrina integralista, baseada no tomismo, Gustavo Barroso estudou de forma rigorosa a obra de Santo Tomás de Aquino, orientado pelo Padre Leonel Franca. Isso foi de grande importância para seu pensamento integralista e sua Fé Católica, que, a partir disso, tornou-se sólida.<sup>1</sup> O Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira chega a afirmar que esse estudo integralista de Tomás de Aquino por Gustavo Barroso foi sua verdadeira conversão ao catolicismo.

#### Atividade acadêmica



Retrato de Gustavo Barroso com o fardão da Academia Brasileira de Letras.

Sua atividade na Academia Brasileira de Letras também foi das mais relevantes. Em 1923, como tesoureiro da instituição, procedeu à adaptação do prédio do Petit Trianon, que o governo francês ofereceu ao governo brasileiro, para nele instalar-se a sede da Academia. Exerceu alternadamente os cargos de tesoureiro, de segundo e primeiro secretário e secretário-geral, de 1923 a 1959; foi presidente da Academia em 1932, 1933, 1949 e 1950. Em 9 de janeiro de 1941 foi designado, juntamente com Afrânio Peixoto e Manuel Bandeira, para coordenar os estudos e pesquisas relativos ao folclore brasileiro.



Busto de Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional.

Era membro da Academia Portuguesa da História; da Academia das Ciências de Lisboa; da Royal Society of Literature de Londres; da Academia de Belas Artes de Portugal; da Sociedade dos Arqueólogos de Lisboa; do Instituto de Coimbra; da Sociedade Numismática da Bélgica, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e de vários Estados; e das Sociedades de Geografia de Lisboa, do Rio de Janeiro e de Lima. Em 27 de junho de 1919 foi feito Oficial da Ordem Militar de Cristo, no dia 7 de junho de 1923 foi elevado a Comendador da mesma Ordem de Portugal, a 5 de Fevereiro de 1941 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública e a 22 de Maio de 1950 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada de Portugal. Morreu na cidade do Rio de Janeiro - então capital federal do Brasil - em 3 de dezembro de 1959

#### Obras

**Terra de Sol (1912);**  
**A Balata (1913);**  
**Praias e Várzeas (1915);**  
**Ideias e Palavras (1917);**  
**Heróis e Bandidos (1917);**  
**A Ronda dos Séculos (1918);**  
**• Tradições Militares (1918);**  
**Vocabulário das crianças (1920);**  
**Mosquita Muerta (1921);**  
**Casa de Marimbondo (1921);**  
**Ao Som da Viola (folk-lore) (1921);**  
**Mula sem cabeça (1922);**  
**Pergaminhos (1922);**  
**Coração da Europa (1922);**  
**Uniformes do Exército (1922);**  
**Alma Sertaneja (1923);**  
**Inteligência das coisas (1923);**  
**Antes do Bolchevismo (1923);**  
**O Sertão e o Mundo (1923);**  
**Mapirunga (1924);**  
**O Anel das Maravilhas (1924);**  
**Livro de Milagres (1924);**  
**En el Tiempo de los Zares (em espanhol) (1924);**

Comédias e provérbios (1924);  
 O Ramo de Oliveira (1925);  
 Tição do Inferno (romance bárbaro) (1926);  
 Através dos Folclores (1927);  
 Apólogos orientais (1928);  
**A Guerra do Lopez: contos e episódios da campanha do Paraguai (1928);**  
**A Guerra do Flores: contos e episódios da campanha do Uruguai (1929);**  
**A Guerra do Rosas (contos e episódios relativos à campanha do Uruguai e da Argentina) (1929);**  
 Almas de Lama e de Aço (Lampião e outros cangaceiros) (1930);  
 Mythes, contes et légendes des indiens. Folklore brésilien (em francês) (1930);  
 Inscrições primitivas no sertão do Ceará (1930);  
**A Guerra de Vidéo (1930);**  
**A Guerra de Artigas (1930);**  
**O Brasil em Face do Prata (1930);**  
**Inscrições Primitivas (1930);**  
 A ortografia oficial: considerações sobre o acordo luso-brasileiro, as reformas ortográficas de 1907, 1917, 1924, 1929, o acordo de 1931 (1931);  
 O Bracelete de Safiras (1931);  
 Aquém da Atlântida (1931);  
 A Ortografia Oficial (1931);  
 As Colunas do Templo: erudição, folclore, história, crítica, filologia (1933);  
 A Senhora de Pangim (romance) (1932);  
 Luz e Pó (1932);  
 O Integralismo em Marcha (1933);  
**Osório, o Centauro dos Pampas (1933);**  
 Mulheres de Paris (1933);  
 O Santo do Brejo (romance) (1933);  
**• Tamandaré, o Nelson brasileiro (1933);**  
 O Integralismo e o Mundo (1933);  
 Brasil - Colônia de Banqueiros (1934);<sup>[41]</sup>  
 O Integralismo de Norte a Sul (1934);  
**História Militar do Brasil (1935);**  
 O Quarto Império (1935);  
 A Palavra e o Pensamento Integralista (1935);  
 O que o Integralista Deve Saber (1935);  
 Quando Nosso Senhor andou no mundo (1936);  
 O Espírito do Século XX (1936);  
**História Secreta do Brasil, 3 vols. (1936, 1937, 1938);**  
 A Sinagoga Paulista (1937);  
 Judaísmo, Maçonaria e Comunismo (1937);<sup>[42]</sup>  
 Reflexões de um Bode (1937);  
 Integralismo e Catolicismo (1937);  
 Pequeno Dicionário Popular Brasileiro (1938);  
 Comunismo, Cristianismo e Corporativismo (1938);  
 O Livro dos Enforcados (1939);

Coração de Menino (1939);  
 Pero Coelho de Souza (1940);  
 O Brasil na Lenda e na Cartografia Antiga (1941);  
 Liceu do Ceará (1941);  
 Consulado da China (1941);  
 Portugal - Semente de Impérios (1943);  
 • **Caxias (1945);**  
 As Sete Vozes do Espírito (poesias) (1946);  
 Seca e Meca e Olivais de Santarém, descrições e viagens (1946);  
 Introdução à técnica de museus (1946)  
 Fábulas Sertanejas (1948);  
 Quinas e castelos (1948);  
 Duas conferências cervantinas (1949);  
 O Brasil dos brasileiros (1950);  
 Cinza do tempo (contos) (1951);  
 Conferências na Bahia (1951);  
 D. Pedro I (teatro) (1951);  
 História do Palácio Itamarati (1953);  
**Segredos e Revelações da História do Brasil (1955);**  
 Nos Bastidores da História do Brasil (1955);  
 Letra do Hino de Fortaleza (1957);<sup>[43]</sup>  
 Mississipi (romance, obra póstuma) (1961).

#### Traduções

Tratado de Paz de Versalhes (1919);  
 Fausto, de Johann von Goethe (1920);  
 Lições de moral e instrução cívica, de L. Jarach (1920);  
 O enigma de Bagschott, de Oscar Gray (1934);  
 Lyautey, de André Maurois (1934);  
 A viagem submarina, de Jules Rengade (1934);  
 A Batalha, de Claude Farrère (1935);  
 Jesus Desconhecido, de Dimitri Merejkovsky (Merezhkovskii) (1935);  
 O continente aéreo, de Jesús de Aragón (1936);  
 A destruição de Atlântida, de Jesús de Aragón (1936), 2 vols.;  
 Os homens novos, de Claude Farrère (1936);  
 A castelã do Líbano, de Pierre Benoit (1937);  
 Os civilizados, de Claude Farrère (1938);  
 Jesus Cristo, de Karl Adam (1939);  
 A madona dos trens noturnos, de Maurice Dekobra (1939);  
 Marat, o amigo do povo, de Gerald Walter (1941);  
 Pequena história do mundo, de H. G. Wells (1941).  
 Coordenação **Anais do Museu Histórico Nacional (1940-1949)**, vols. I a IV; Os melhores contos históricos de Portugal (1941).

#### Outros trabalhos

**Os Protocolos dos Sábios de Sião:** Tradução do livro original, dos capítulos adicionais e do apêndice, edição, introdução, e notas de rodapé (1936);

**A Maçonaria, Seita Judaica - Suas origens, sagacidade e finalidades anticristãs,** de Isidore Bertrand: Tradução, introdução sobre A Maçonaria e o Brasil, notas de rodapé, e Apêndice sobre o Talmud (1938);

O Rio de Janeiro como ele é, de Carl Schlichthorst: Tradução, introdução e notas de rodapé (1943). Em que pese restrições às suas atividades como liderança integralista e antisemitismo, sua contribuição à História Militar do Brasil foi muito expressiva, seja através da coleção que reuniu de patrimônio histórico militar do Brasil, seja através de seus livros sobre nossas lutas externas no Rio da Prata, seja sobre nossas principais lideranças no Exército e na Marinha de Guerra. Quando cadete viajamos especialmente de Resende ao Rio de Janeiro para visitar o Museu Nacional. A primeira vez ele estava fechado e a segunda vez realizamos nosso sonho de historiador militar potencial. Uma maravilha. Lembro da coleção sobre o General Osório que conseguimos levar para exposição na Academia Militar, nas comemorações em 1979 do Bicentenário de falecimento do herói e junto com dois óleos do herói, época em que o Museu Nacional não era como na época de Gustavo Barroso e de seus auxiliares os historiadores Pedro Calmon e Antonio Pimentel Winz. Tanto que estes quadros permaneceram na AMAN e os dentes do Osório, retirados em consequência do grave ferimento a bala em seu queixo na batalha de Avaí, foram levados para Porto Alegre para o Regimento Osório. Outro trabalho notável de Gustavo Barroso em parceria com o pintor J. Wash Rodrigues foi o álbum publicado em Paris **Uniformes do Exército Brasileiro 1730-1922**, Publicação Oficial do Ministério do Exército Comemorativa do Centenário da República. Obra da qual possui exemplar que doei, por insistência, ao historiador gaúcho Flávio Camargo. Álbum que reproduziu e me devolveu exemplar por ele impresso às cores, junto com alguns CDs do mesmo. Álbum cujos exemplares não distribuídos foram guardados impropriamente tendo em decorrência sido inutilizados. Assim o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco por ocasião de visita ao Brasil, adquiriu num cebo uma exemplar que fez doação ao Marechal Charles De Gaulle, em visita ao Brasil.

### HÉLIO VIANA



**Hélio Viana.** Nasceu em Belo Horizonte, 5 de novembro de 1908 e faleceu no – Rio de Janeiro em 6 de janeiro de 1972 com 63 anos. Foi um jornalista, professor e historiador brasileiro. Filho do comendador Artur Viana e de Querubina Martins, chegou ao Rio de Janeiro no fim da década de 1920 para cursar Direito, obtendo o Bacharelado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1932. Ainda como estudante participou, em 1931, da reunião convocada por Plínio Salgado para organizar uma corrente em defesa das ideias integralistas. Passou a integrar a

chamada "ala intelectual" da Ação Integralista Brasileira, ministrando o curso de História do Brasil, escrevendo nos veículos do movimento e publicando textos de história política e social do Brasil. Com o Estado Novo em 1937 e a dissolução da AIB, afastou-se da atividade militante para dedicar-se à prática docente e à pesquisa histórica. Em 1939 tornou-se o primeiro catedrático de História do Brasil, na Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), assumindo ainda a cátedra de História da América na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Nesta fase, durante a década de 1940, associou-se a diversas instituições de pesquisa histórica, aos institutos militares de formação e à academia diplomática brasileira, quando se intensificou a sua produção intelectual. Desse modo, tornou-se membro da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores e da Comissão Diretora de Publicações da Biblioteca do Exército. Foi ainda membro da Academia Portuguesa de História. Formou-se pela Faculdade Nacional de Filosofia em 1946. No ano seguinte, um curso ministrado na Escola de Estado-Maior do Exército permitiu a publicação, em 1948, da obra **História das Fronteiras do Brasil**, e do qual resultaria, dez anos mais tarde, a consagrada **História Diplomática do Brasil**. Como jornalista, foi redator da revista **Hierarquia**, de tendência radical de direita, juntamente com Lourival Fontes e Francisco San Tiago Dantas (1931). Foi secretário do jornal **A Ofensiva**, e escreveu ainda no **Jornal do Commercio do Rio de Janeiro**. Após a sua morte, a sua biblioteca e demais documentos foram divididos entre diversas universidades brasileiras. Foi autor de clássicos da historiografia brasileira, muitos deles adaptados como livros didáticos para o ensino médio. A sua área de especialidade era o Brasil Império.

**1935 - "Formação Brasileira"**

**1938 - "A Contribuição de Portugal à formação americana"**

**1938 - "A Educação no Brasil Colonial"**

**1940 - "O Brasil Social: 1500-1640"**

**1943 - "Visconde de Sepetiba: Biografia"**

**1944 - "Matias de Albuquerque: Biografia"**

**1945 - "Da Maioridade à Conciliação: 1840-1857"**

**1945 - "Contribuição à História da Imprensa brasileira: 1812-1869"**

**1945 - "História do Brasil Colonial"**

**1945 - "História do Brasil: 1822-1937"**

**1948 - "História das Fronteiras do Brasil"**

**1948 - "Estudos de História Colonial"**

**1950 - "Estudos de História Imperial" (Coleção Brasileira)**

**1951 - "História Administrativa e Econômica do Brasil"**

**1952 - "História da América"**

**1955 - "Capistrano de Abreu: Biografia"**

**1949 - "História da Aviação Brasileira"**

**1968 - "Vultos do Império"**

Dos seu 65 artigos publicados na revista do IHGB e relacionados as p.843/844 de seu numero 159(400):643-854, jul/set 1998 são de interesse da História Militar do Brasil os seguintes:

**Acréscimos a biografia de Matias de Albuquerque.**

**Afonso de Escagnolle Taunay**

**Apelidos na História do Brasil**

**Bicentenário de Gomes Freire de Andrade 1º Conde de Bobadela.**  
**Capitães e navios da frota de Pedro Alvares Cabral**  
**Carta de D.Pedro II ao Ministro da Guerra Polidoro Quintanilha**  
**Jordão**  
**Desarmamento da Escola Militar em 1897**  
**História das Bandeiras de James Cortesão**  
**Honório Hermeto Carneiro Leão , visconde e Marques de Paraná da**  
**Da Inndependência à Maioridade**  
**A Idependência e o Império**  
**José Bonifacio eos imperadores d.Pedro I e D.Pedroll**  
**A maior e melhos História de Minas Gerais**  
**O Pensamento militar do Marechal Castello Branco**  
**Pretensões inglesas a ilha de Santa Catarina**  
**Recusa do Imperador a auxílios pecuniários da república**  
**A última crise ministerial no Segundo Reinado**

### HERCULANO GOMES MATHIAS



Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 23 de dezembro de 1916, e faleceu em 1º de janeiro de 2002, na mesma cidade com 82 anos. Filho de José Mathias e Olinda Gomes Mathias. Cursos primário e secundário no colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói (1925/1933). Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do RJ (1939). Advogado. Foi chefe da Divisão de Documentação e Divulgação do Museu Histórico Nacional (1960/1977). Bolsista em Portugal (1968) pela Fundação Calouste Gulbenkian, quando realizou pesquisas, especialmente no Arquivo Ultramarino. Assessor bibliográfico da Bloch Editora (1977/1982). Consultor e redator da **Revista Geográfica Universal** (1981/1982). Diretor do Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (1963/1966). Consultor do **Almanaque Abril** (1988/1989). Sócio efetivo do IHGB em 20 de julho de 1966 e benemérito em 20 de julho de 1985. Pertenceu a Comissões Permanentes, e foi presidente da Comissão de História. Tem vasta produção histórico-literária, que inclui trabalhos em jornais e revistas. Apaixonado enxadrista tem publicações que versam o jogo de xadrez, de que foi campeão universitário e presidente da Federação de Xadrez do RJ (1976). Escreveu: **Autos da Devassa da**

**Inconfidência Mineira.** BH: Câmara dos Deputados/Impr. Ofic. de MG, 1976/1983, 10 vols. (supervisão, planejamento, coordenação e redator da introdução, bem como das explicações introdutórias de todos vol. e anotador) – **A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Rio de Janeiro,** RJ, 1961 (Suplemento da “Notícia Histórica”) – Viagem pitoresca ao Velho e ao Novo Rio. RJ: Brasiliense, 1965, 2ª ed. (Col. Vieira Fazenda) – **A Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto,** RJ, A.N., 1966 – **Um Recenseamento na Capitania de Mina Gerais.** RJ: A.N., 1969. – **História do Brasil.** Prefácio do Pedro Calmon. Lisboa: Ed. Verbo, 1972. – **História do Brasil.** SP: Ed. Verbo, 1986. – Machado de Assis. Cronologia, bibliografia e iconografia. Lisboa: Ed. Verbo, 1972 (em colaboração com Josué Montello). – João Francisco Lisboa. RJ: ABL, 1986 (em colaboração com Arnaldo Niskier) – **ARQUIVOS Presidenciais, 1. Prudente de Moraes,** IHGB, 1990 – **Arquivos Presidenciais, 2. Rodrigues Alves,** IHGB, 1990 – **Historia do Brasil.** RJ: Bloch Ed., 1972 (Introdução geral, introdução e redação dos capítulos sobre a Inconfidência Mineira e o período republicano) – Rio de Janeiro. RJ: Bloch Ed., 1976 (Col. Nosso Estado) – **História do Brasil/Banco do Brasil.** RJ: Bloch Ed. 1976; 2ª ed., 1988 (em colaboração com Afonso Arinos de Melo Franco). Cada uma das edições com 2 milhões de exemplares – **A questão do Contestado.** RJ: Index, 1987 – O algodão no Brasil, RJ, Index, 1988 – Gente do Aç. RJ: Index, 1989 (em colaboração com Afonso Romano de Sant’Anna, Antonio Houaiss e fotos de Jamie Stewart-Granger) – As Docas de Santos. RJ: Agir, 1991. Pela Ediouro/Tecnoprint, RJ, teve editados: **História Ilustrada do Rio de Janeiro, 1965 – J.B. Debret e a Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil,** 1960; edição álbum em 1979 – João Maurício Rugendas e a Viagem Pitoresca através do Brasil, 1969; edição álbum em 1979 – **Tiradentes através da imagem,** 1969 – D. Pedro I, 1982 – História Ilustrada da Cidade do Rio de Janeiro, inteiramente refundida e atualizada, 1983 – **Getúlio Vargas,** 1983 – **D. Pedro II,** 1984 – A Revolução Francesa através da Imagem, 1989.

Publicou na Revista do IHGB listado em seu número 159(400):643-854 as p. 754/755 7 artigos dos quais destaco os seguintes de interesse da História Militar Terrestre do Brasil:

**Bicentenário da inconfidencia Mineira**

**A Documentação da Inconfidência Mineira**

**Novos documentos sobre a Inconfidência Mineira**

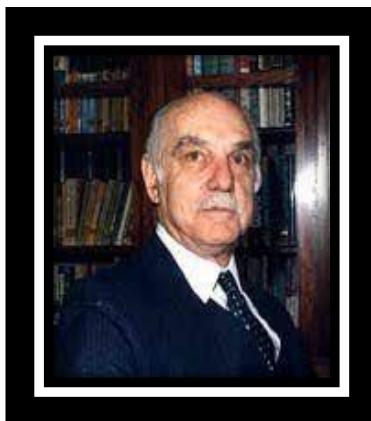
**O primeiro decênio da República do Brasil**

**Saudação a Umberto Preregrino ( General)**

Privamos com Herculano Mathias no IHGB. Quando eramos diretor cultural e da Revista do Clube Militar em 1987, no Centenário do Clube ele propoz escrever uma História do Clube mas, a Diretoria não aceitou por não possuir recurso para patrocinar a obra e por dispor de obras sobre a História do Clube Militar. EM 1992 nos baseamos muito em trabalhos seus sobre a Inconfidência Mineira para escrevemos na **Revista do IHGB** 153(375):abr/jun

1992 nosso artigo **Conde de Resende o fundador do ensino militar acadêmico nas Américas e do Ensino Superior Civil no Brasil e criação da cidade de Resende**, Assunto que convidados pela Câmara de Vereadores de Resende nela o abordamos e conseguimos conciliar O Conde de Resende com a cidade de Resende que ele foi o criador e ele ser acusado de matar enforcado Tiradentes, cuja condenação, à força foi decretada por juizes enviados de Portugal.Pena que poderia ser abrandada pela Rainha D.Maria I,mas não fez ,como fez com os demais inconfidentes.Minha palestra terminou por ser criada pelo Povo de Resende,através de seus representantes dos Poderes Executivo e Legislativo ,com a criaçãood a Comenda Conde de Resende, a mais alta distinção do Povo de Resende, com a qual fui condecorado. História é Verdade e Justiça!

### HERNANI DONATO



Ernâni Donato Nasceu em Botucatu, 12 de outubro de 1922 e faleceu em São Paulo-SP em 22 de novembro de 2012 com 90 anos. Foi, historiador, jornalista, professor, tradutor e roteirista brasileiro. Ocupou a cadeira nº1 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e, desde 1972, a cadeira 20 da Academia Paulista de Letras. E a Cadeira nº 9 na Academia de História Militar Terrestre do Brasil AHIMTB, a qual foi por ele inaugurada,Aos 11 anos, escreveu (a quatro mãos com Francisco Marins) o romance infantil O Tesouro, publicada em capítulos no suplemento literário de um jornal dos Diários Associados.Em São Paulo, estudou dramaturgia (na Escola de Arte Dramática) e sociologia, curso que abandonou para se aventurar em uma expedição que desbravaria uma antiga trilha indígena até o Paraguai (chamada Peabiru).Foi presidente, em duas gestões sucessivas, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Foi membro da Academia Paulista de História, sócio-correspondente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil AHIMTB. Colaborou com várias revistas — entre elas, a Veja — e jornais, e atuou na TV Tupi, TV Record, Nacional (antecessora da TV Globo). Foi funcionário público municipal e federal. Participou da comissão organizadora dos festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1954) e de outros programas culturais.Trabalhou por muitos anos na Editora Melhoramentos, na capital paulista, até quase sua morte.Suas obras:

Histórias da Floresta  
 Apuros do Macaco Pium  
 Façanha do João Sabido  
 Novas Travessuras de Pedro Malasartes  
 Histórias dos Meninos Índios  
 O Tesouro, em folhetim  
 A Maravilhosa História dos Presentes de Natal  
 A Maravilhosa História do Presépio de Natal  
 A Palavra Escrita e Sua História  
 História do Calendário  
 A Longa História dos Transportes  
 Biografias  
**Raposo Tavares, o Vencedor dos Andes**  
 Vital Brasil, o Domador de Serpentes  
 José de Alencar  
**Plácido de Castro**  
**Casimiro de Abreu**  
 Vicente de Carvalho  
 "Schliemann, Desenterrador de Cidades" (para o livro Os descobridores)  
 Manzoni  
 Cervantes, para o livro Os Escritores  
 Galileu Galilei  
 Contos Muito Humanos  
 Grandes Amores da História e da Lenda  
 Babel  
 Conto dos Meninos Índios  
 Filhos do Destino  
 Chão Bruto (adaptado para o cinema em 1958 e 1976, ambas dirigidas por Dionísio Azevedo)  
 Selva Trágica (adaptado para o cinema)  
 O Rio do Tempo – romance do Aleijadinho  
 Núpcias com a Morte (publicado no jornal Última Hora)  
 Ensaios  
 "Darwin e seu 'A Origem das Espécies'" e "Einstein e sua Teoria da Relatividade", ambos na obra Os Livros que Abalaram o Mundo  
 Roteiros cinematográficos  
**O Caçador de Esmeraldas (1979), de Oswaldo de Oliveira (cineasta)**  
 Chão Bruto (1958), de Dionísio Azevedo  
**Os Irmãos Leme**  
**José do Patrocínio**  
 Achegas para a História de Botucatu  
 Peabiru  
**Paulistas nas Guerras do Sul**  
 Provérbios Rurais Paulistas  
**Dicionário das Batalhas Brasileiras**  
**A Revolução de 1932**  
 Traduções principais  
 A Divina Comédia, de Dante Alighieri (integralmente, anotada, em prosa moderna);  
 Delito no Campo de Tênis, de Alberto Moravia

Prêmios principais

Prêmio Afonso Arinos da ABL

1977 - Babel

Prêmio Joaquim Nabuco da ABL

1988 - Dicionário das Batalhas Brasileiras

Prêmio Saci do jornal O Estado de S. Paulo

Roteiro para o filme “Chão Bruto” (co-autoria)

Prêmio Governador do Estado de São Paulo

Chão Bruto - roteiro (co-autoria)

Prêmio Câmara Municipal de São Paulo

1955 - pelos diálogos do filme Se a Cidade Contasse

Prêmio Prefeitura Municipal de São Paulo

A Batalha do Alumínio - roteiro (co-autoria)

Prêmio Clio da Academia Paulistana de História

**1983 - Dicionário das Batalhas Brasileiras**

**1983 - A Revolução de 1932**

Prêmio Fernando Chinaglia da União Brasileira de Escritores

1979

Prêmio Especial da Associação Paulista de Críticos de Arte

**1987 - Dicionário das Batalhas Brasileiras**

Solicitamos ao academico Professor Adilson Cesar que substituiu o Hernani Donato na Cadeira nº9 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil , informações sobre a vida e obra de nosso amigo comum Hernani Donato ,as quais aqui sintetizamos.



Um dos roteiros do “Peabiru” do litoral, até Cusco no Peru.

“Trata-se de um dos nossos mais celebrados escritores, cuja observação da história era vista sempre com um viés atrativo e permitia que o leitor penetrasse nesse mundo e o visualizasse através de seus próprios olhos. Quem não se debruçou por exemplo, sobre seu livro **“A Revolução de 32”** e não se tornou participante dessa epopeia? Esse é em nosso modo de ver, sua principal atração e que motivava as mais leituras. Não se trata de um autor especialista em determinada área, embora tivesse formação para tal, mas é sim sobretudo, excelente escritor, concentrando seus trabalhos em História, Sociologia, na Literatura, mormente a infantil e ficcionista. Tivemos a oportunidade e o prazer de conviver alguns períodos com esse homem.

Recordo-me de algumas de suas colocações, quando, indo juntos para a reunião do Conselho Estadual de Honrarias e Mérito (SP.), ao passarmos pela Praça da República em certa oportunidade, saltou-nos à vista a sujeira que tomava conta da calçada e tendo ainda algumas pessoas deitadas enroladas. Disse-me, fosse à década dos anos trinta, e tudo isto era diferente, os homens todos de terno e gravata, as senhoras, com vestidos muito bem arrumados, e o cheiro era todo perfume. Não eram apenas saudades, mas a percepção de mudanças na própria sociedade – infelizmente para pior. Possuía este acadêmico, não a soberba que encontramos em muitos, era sempre simples, acessível, jeitoso, disponível, enfim pronto para auxiliar. Intelectual de primeira linha e para reforçar essa nossa posição, valorizando-o ainda mais, devemos lembrar a sua origem humilde e como geralmente acontece obriga a qualquer tarefa. Situação por vez bastante ingrata, mas em nenhum momento este se referiu de forma desgostosa, sempre esteve de “bem com a vida”. Hernani Donato nasceu na cidade paulista de Botucatu, instalada na serra, onde descansa o “gigante”, local pelo qual sempre teceu os maiores encômios. A data era 12 de outubro de 1922, a mesma que marca a efeméride de Cristóvão Colombo, descobrindo a América. Por esses fatos, poderíamos em expressão literária afirmar “ele é toda história. Não somente pelo gostar de História, mas também pelo fazer história”<sup>1</sup>. Era filho de Antonio Donato e de Dona Adélia Leão Donato. Casou-se com Dona Nelly Martha Donato. A necessidade obrigou a começar a trabalhar ainda criança, assim aos sete anos auxiliava em uma sapataria, logo depois se tornou auxiliar do sapateiro e à medida que crescia, conseguia se adaptar a outras situações mais exigentes, atuando como balconista de loja, porteiro de cinema, colhedor de algodão, sitiante, funcionário dos correios. A medida em que progredia em seus estudos, passou também a atuar como redator de jornais de sua cidade, editor, jornalista e publicitário, dentre outros. Como desde muito cedo demonstrou sua aptidão às letras, sendo que com apenas 11 anos, quando cursava a 2.<sup>a</sup> série ginasial, equivalente hoje a 6.<sup>a</sup> série do ensino fundamental, escreveu o romance infantil – a novela “**O Tesouro**” que seria publicado em capítulos no rodapé, do suplemento literário de um jornal dos Diários Associados. Importante lembrarmos que esse primeiro destaque não o fez sozinho, mas junto com outro futuro escritor Francisco Marins, era, portanto, uma obra a quatro mãos. Assinalamos como curiosidade, mas que mereceria um estudo mais aprofundado, da amizade destes dois meninos – pois ambos serão destacados escritores. Os dois extremamente motivados, ainda pequenos, conseguiram estimular outros colegas e instalaram em sua cidade, uma sociedade literária com biblioteca aberta ao público de bairro operário. Como anteriormente já destacamos seu espírito empreendedor, não o mantinha fixo, sedentário, mas sentia uma extrema necessidade de experimentar a realidade onde estivesse e para isso aceitava todos os encargos necessários, não importava a rudeza e os sacrifícios para seus empreendimentos. Interessado pelo folclore e as formas diferenciais de tratamento social, viajou por vários Estados e Países Vizinhos.

De seu trabalho como colhedor de algodão, em erval sul-mato-grossense, em garimpos, e na região praieira dos Parecis, tudo fazia parte não apenas por questões de manutenção, mas queria a experiência para bem fundamentar seus contos e romances.



Trecho ainda hoje existente do “Peabiru”, calçado com pedras para facilitar o percurso.

Mudando-se para São Paulo, se matriculou na Escola de Arte Dramática, pois desejava se aprofundar em dramaturgia e em sociologia. Lembramos de que era dono de um ímpeto as vezes irrefreável e certamente a atenção que precisava dar às necessidades desta advinda, o faziam mudar de rumos.

Embora posteriormente haja trabalhado como professor e sociólogo, ainda sem concluir esses cursos, seu ímpeto juvenil foi seduzido pelas histórias que se contavam

da existência de um caminho indígena que partia do litoral ((mormente da região de São Vicente) e penetrava para o interior e apesar de possuir inúmeras ramificações, estes todos levavam a Potosí (Minas de Prata do Peru)) era o Peabiru. Não teve dúvidas, participou de um grupo que se propôs a retrazar o percurso desse caminho pré-cabralino. Relatamos esse fato, para acentuar o que anteriormente afirmamos, isto é, a pessoa cujo ânimo é sempre desprendido e busca com vigor extraordinário os seus interesses. Este não teve dúvida, reuniu-se com amigos e abandonando todas as atividades, rumou em busca desse caminho, e da experiência colhida, publicou o livro “**Sumé e Peabiru**”. Dessa experiência perguntaram-lhe como poderia explicar esse caminho, ao que respondeu “Peabiru – nome dado na América portuguesa a um caminho que bem antes do ano 1500 ligava São Vicente (SP) a Assunção (Paraguai) e daí a Cusco (capital do império inca) e daí à cidade do México (com ramais para Venezuela, Chile e Argentina, onde alguns trechos ainda são utilizados). Oito palmos de larga calçada com pedras especiais em áreas mais úmidas, coberta por grama especial que impedia o crescimento do mato. Foi intensamente transitado nos primeiros anos de Brasil até ser vedado e proibido por Tomé de Sousa, sob pena de morte. Havia ramal importante em Santa Catarina e na Bahia, onde estão sendo descobertos trechos conservados em florestas.” Deste relato e outras tantas experiências que fez em vida, ocorre-me compará-lo com Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) o “pai da história do Brasil”, pois este como Hernâni, além das bibliotecas, gostava sim de participar das aventuras e examinar não apenas com a inteligência, mas ter o prazer, na medida do possível, de sentir. Assim será ainda em outras tantas oportunidades. Interessante é que sempre de bem com a vida, não restringia suas experiências apenas a questionamentos históricos,

ia muito além. Já proprietário de um sítio em Águas de São Pedro / Botucatu e entusiasmado com teorias filosóficas, em especial o pensamento de Tolstoi, resolveu empregá-lo nessa área. A transformou em uma comunidade rural, com uma duração de dois anos. Questionado mais tarde sobre o resultado a esse respeito, apenas lembrou, que se o período foi esse, o **“das dívidas muito mais”**. Terminando o Curso de Dramaturgia da Escola de Teatro, produziu o texto **“Irmãos”**, utilizado para exame final de autores da Escola. Sempre disposto e bem animado, conseguiu ser professor de sociologia, jornalista, historiador, roteirista, escritor bastante diversificado e tradutor. Para sobreviver, desempenhou uma diversidade de funções, sempre com aquele ânimo agradável e de bem com a vida. Destas funções lembramos que foi funcionário público municipal e federal. Colaborou com artigos e entrevistas de forma graciosa bem como remunerada por exemplo: integrando a Comissão Paulista de Folclore, secretariou a revista **Folclore**; dirigiu o jornal **“Rumos Operários”**; a agência noticiosa “Labor”, da Federação dos Círculos Operários, da qual foi vice-presidente; trabalhou na redação dos jornais: **Correio Paulistano**; **A Gazeta** e no **Diário Latino**; para a **Revista Veja** e diversos jornais. Foi um dos pioneiros da Televisão, atuando na TVs Tupi, Record e Nacional (antecessora da TV Globo), produzindo os primeiros campeões de audiência: **“Do zero ao infinito”**. De seus inúmeros livros, desejo destacar aquele que descreve a história de sua cidade natal “Acheegas para a História de Botucatu”, não apenas pelo conteúdo, mas e principalmente pelo espírito de valorização. Oxalá, outros tantos escritores desenvolvessem a história de sua cidade de nascimento ou de adoção e teríamos uma grande fonte de matéria prima, para o melhor entendimento de nós mesmos. Com outros escritores, fundou e ajudou a dirigir a Editorautores Reunidos, primeira instituição nacional de cooperativa de autores de ficção. Representou o Brasil em reunião setorial da ALALAC sobre publicações; no item livros da Brasil Export de Bruchelas; na reunião da WAPOR em Puntadel Este. Passou pela direção criativa de algumas agências de propaganda. Temos a obrigação de destacar uma das características de seu comportamento, que era a de chamar a atenção das crianças, era notável em seu gosto de “contar histórias”, de tal forma que lhe concederam o título de Contador de Histórias de Parques Infantis e com Cassiano Ricardo, o de patrono da Academia Juvenil de Letras, da Biblioteca Monteiro Lobato de São Paulo. Presidiu a Editora Propaganda, editando a revista do mesmo título; a regional paulista da Associação Brasileira de Relações Públicas; a Comissão Nacional de Ética da Propaganda. Integrou o Conselho de Cultura do Município de São Paulo e também do Estado. À medida em que publicamente se qualificava, era chamado para pertencer a associações e ou instituições de cultura, onde podia interagir com maior facilidade entre seus pares. Evidentemente, não poderia atender ao apelo de todas essas associações, então além do simbólico significado de sócio correspondente ou de qualquer outra categoria, certamente era interessante para figurar em seu “curriculum vitae”. Por outro lado, aqueles Silogeus que

lhes são mais próximos geograficamente, chegou mesmo a ocupar cargos na Diretoria, tornando significativa a sua presença. Para ser bem explícito, lembramos que foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo



Brasão d'Armas de Botucatu  
A autoria de Hernâni Donato e desenho pelo Prof. Gastão Dal Farra.

por duas gestões, e depois elevado à condição de Presidente de Honra. Do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, tornou-se associado correspondente em 04 de julho de 1993. Destacamos ainda que esteve em Sorocaba, no dia 07 de agosto de 2004, ocasião em que assumi na condição de acadêmico uma cadeira junto à Academia de História Militar Terrestre do Brasil, cujo patrono era o Tenel Diogo Arouche de Moraes Lara o acadêmico Dr. Hernâni Donato, era transferido à condição de emérito. Devido aos seus conhecimentos e facilidade de contatos dos mais diversos, o Governo do Estado de São Paulo o nomeou como um dos membros de seu Conselho Estadual de Honrarias e Mérito, no qual chegou a desempenhar a condição de Vice-Presidente. Aliás por oportuno é interessante destacar, que Hernâni também se aventurava nos conhecimentos Heráldicos. Poucos sabem que idealizou o Brasão d'Armas de Botucatu e que o mesmo apesar de pequenas incorreções, vigorou por 26 anos, de 1952 a 1978. Para conhecimento, o mesmo foi criado pela Lei Municipal n.º 273, de 28 de agosto de 1952, elaborado por ele sendo que o desenho foi feito pelo Prof. Gastão Dal Farra, na gestão do então prefeito Emílio Peduti. Como resultado desse profícuo trabalho, recebeu das instituições, associações das mais diversas bem como de organismos estatais, inúmeras condecorações, das quais sem dúvida a mais importante foi a da Ordem do Ipiranga, em seu mais alto grau – Grã-Cruz. Destacamos ainda o “Colar Ibrahim de Almeida Nobre – o Tribuno dos Paulistas, do Governo do Estado de São Paulo; a Medalha “Rosa da Solidariedade”, do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo; a Medalha Cultural “Aluísio de Almeida”, e o Colar “Cruz do Alvarenga e dos Heróis Anônimos”, ambos oficializados pelo Governo do Estado de São Paulo e oferecidos pelo Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba; e do Comando de Policiamento do Interior Sete, recebeu o Colar do “Sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842; dentre muitas outras outorgas. Em certa altura de sua existência, descobriu que era portador de câncer de próstata e deu início ao tratamento, ocorrência que durou quatro anos, com muitos embaraços. Infelizmente, apareceram outras complicações, tendo sido internado no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, onde permaneceu por trinta dias, não conseguiu superar e veio a morrer de um infarto do miocárdio, no dia 22 de novembro de 2012. A gente paulista e brasileira, ficou empobrecida, mas orgulhosa de ter tido em seu meio esse grande expoente de nossa História e das Letras. A Academia de Letras de São Paulo teve o privilégio de ceder o

seu espaço para realizar o seu velório. Desse local, partiu no dia 23 de novembro, o séquito que o acompanhou até o cemitério Gethsemani no Morumbi, Zona Sul da Capital. Tinha 90 anos de idade e deixava a viúva e três filhos: Maria Cláudia, Maria Flávia e Antonio André e quatro netos, Bruno, Rodrigo, Fernanda e Natália.

Convivi muito com Hernani Donato e confiro as qualidades de que ele era portador. Seu patrono na Academia de História Militar Terrestre do Brasil AHIMTB, que presidi nas instalações do Centro de Formação de Oficiais da Reserva em São Paulo, foi o **Cel Diogo de Moraes Arouche Lara**, nome que reverenciei em 1977 em minha posse como sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para cuja Revista colaborei com artigos sobre a Revolução de 1932. Sempre o encontrávamos em Sorocaba, em seções do IHGGSorocaba. E numa desta ida retornarmos juntos com seu automóvel de Sorocaba a São Paulo, onde travamos uma animada conversa sobre História Militar. Muitas saudades tenho desde convívio cultural, cabendo destacar quanto me foi útil seu livro muito premiado **Dicionário das Batalhas Brasileiras** para produzir meu livro **Brasil Lutas Internas 1500-1916**, em parceria com o historiador Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Obra disponível no Google. Alguns de seus trabalhos foram transformados em filmes para cinema:

01. O seu livro **“Selva Trágica”**, conta a história de trabalhadores de uma plantação de erva-mate na fronteira Brasil-Paraguai, e em 1963, inspirou um filme homônimo dirigido por Roberto Farias, e estrelado por Reginaldo Farias.

02. Em 1979, escreveu o roteiro do filme **“O Caçador de Esmeraldas”**, que foi dirigido por Oswaldo de Oliveira.

03. O seu romance **“Chão Bruto”**, foi transformado em filme por duas vezes – 1958 e 1976, ambos dirigidos por Dionísio Azevedo.

Sobre a História de São Paulo produzimos na Revista do IHGSP os artigos **A Revolução de 1932, e a Contribuição paulista ao combate à Revolta na Armada 1893-1894 e a Guerra Civil 1893**, ambos disponíveis no livro digital **Meus Artigos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo** ....disponível para baixar em Livros e Plaquetas no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e no Google e, também no livro digital **Meus artigos na Military Review, Revista do IGHMB, Revista Cultura do Estado-Maior do Exército, na Revista Marítima Brasileira, na Revista do IHGGS Sorocaba** disponível em Livros e Plaquetas no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e no Google. P publicamos em São Paulo na **Revista Força Policial da PMSP** publicamos **A História Militar Terrestre Crítica** e a sua importância para a profissão **soldado** e, mais **Reflexões sobre a Doutrina Militar Terrestre Brasileira** E na **Revista do IHGGS Sorocaba** o original e pioneiro artigo **A participação militar de São Paulo na Guerra de Reconquista aos espanhóis do Rio Grande do Sul** disponível no Google.



**Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo.** Nasceu em Recife, 19 de agosto de 1849 e faleceu em Washington, 17 de janeiro de 1910. Aos 60 anos foi um político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista brasileiro formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Na data de seu nascimento, 19 de agosto, comemora-se o Dia Nacional do Historiador. Foi um dos grandes diplomatas do Império do Brasil (1822-1889), além de orador, poeta e memorialista. Além de O Abolicionismo, Minha Formação figura como uma importante obra de memórias, onde se percebe o paradoxo de quem foi educado por uma família escravocrata, mas optou pela luta em favor dos escravos. Nabuco diz sentir "saudade do escravo" pela generosidade deles, num contraponto ao egoísmo do senhor. "A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil", sentenciou.

"O verdadeiro patriotismo é o que concilia a pátria com a humanidade."

Nascido no Recife, Joaquim Nabuco era o quarto filho de Ana Benigna de Sá Barreto Nabuco de Araújo (irmã de Francisco Pais Barreto, marquês do Recife) com o jurista e político baiano José Tomás Nabuco de Araújo Filho, juiz dos rebeldes da Revolução Praieira. Era neto do senador José Tomás Nabuco de Araújo e sobrinho-bisneto de José Joaquim Nabuco de Araújo, barão de Itapuã. Seu pai era primo-irmão de Pedro Leopoldo de Araújo Nabuco, 2.º barão de Itabaiana. Seu nome foi escolhido em homenagem a São Joaquim, pois sua mãe o deu à luz no dia em que a Igreja Católica celebra a festa do santo. Sendo batizado em dezembro do mesmo ano, seu pai partindo para a corte imperial com o resto de sua família no mesmo dia, sendo deixado nos cuidados de sua madrinha Ana Rosa Falcão de Carvalho no engenho Massangana. Durante o começo de sua infância no Engenho Massangana, ele começou seus estudos, educação religiosa e teve os primeiros contatos com a escravidão. Em 1852, seus pais voltaram para cuidar dele, porém devido a insistência da madrinha continuou morando com ela até a morte dela em 1857. Ele foi profundamente influenciado pela religiosidade de sua madrinha e pelos escravos do engenho, mais tarde declarando que "meus moldes de ideias e de sentimentos datam quase todos dessa época." Após a morte da madrinha foi morar com seus pais no Rio de Janeiro, onde teve seu primeiro contato com o mundo político. Em 1859, conheceu José Hermann de Tautphoeus, barão de

Tautphoeus, que o influenciou por toda sua vida e foi estudar no Colégio Dom Pedro II, onde começou sua formação política e literária. Nessa época, seu pai havia mudado do Partido Conservador para o Partido Liberal<sup>l</sup> e havia boatos que havia sido nomeado para fazer parte do Gabinete do Império do Brasil e Nabuco guardou o dia que ouviu isso como um dos mais significantes da sua infância. Depois, tornou-se bacharel em Letras no ano de 1865. Ainda nessa época ele começou a trocar cartas com um amigo que teria até perto do fim de sua vida, Machado de Assis. Depois, em 1866, começou seus estudos em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, sendo colega dos futuros presidentes Rodrigues Alves e Afonso Pena, além do poeta Castro Alves e do jurista Ruy Barbosa com quem teria uma longa amizade, também escrevendo seu primeiro jornal na época, especificamente para atacar o então Presidente do Conselho de Ministros Zacarias de Góis. Em 1869 voltou para o Recife, onde completaria o curso de direito, nesse ano defendendo sozinho o escravo Tomás que havia sido condenado à morte pelo assassinato do seu dono e, após ter sido preso por causa disso, ter matado o guarda. Nabuco fez uma defesa eloquente conseguindo reduzir a pena para a prisão perpétua e escreve o livro "**A Escravidão**" que, embora só tenha sido publicado postumamente, começa sua longa carreira literária contra a escravidão. Formou-se em ciências sociais e jurídicas em 1870, recebendo o diploma no dia 28 de fevereiro, depois, em 1871 mudou-se para Rio de Janeiro e juntou se com o jornal liberal "A Reforma", fazendo defesas da monarquia e do abolicionismo. Na Questão religiosa, Nabuco ficou no lado dos maçons e durante seu tempo escrevendo no jornal ele ficou cada vez averso a Igreja Católica,] chegando a defender uma Igreja nacional independente, como Diogo Feijó defendia, e fazendo artigos se opondo a "teocracia, invasão ultramontana, conquista jesuíta!". Joaquim Nabuco em 1878, aos 29 anos. Nabuco, devido a influência do autor francês Ernesto Renan, abandonou a ortodoxia da Igreja Católica. Ainda acreditava em Deus e na visão renaniana de Jesus, ou seja, como um grande mestre intelectual, mas não como Deus e nem no filho de Deus, como a Igreja Católica acredita. Nessa época, 1872, também escreveu um livro em homenagem ao Ernesto Renan, "Le Droit du Meurtre" e outro em homenagem a Camões, "**Camões e os Lusíadas**". Depois, voltou a Recife, para visitar sua casa e receber sua parte da herança de sua madrinha, recursos que o permitiram viajar pela Europa,<sup>l</sup> chegando a visitar França, Inglaterra, Suíça e Itália. Conheceu famosas figuras como Ernest Renan, Hippolyte Taine, George Sand, Adolphe Thiers, Barthélemy de Saint-Hilaire, e até teve uma audiência privada com o Papa Pio IX, além de ter acompanhado alguns eventos históricos como a condenação por alta traição de Baizane, general francês, e a quase restauração da monarquia com Conde de Chambord como o Rei, chegando a referir-se ao Conde como "a mais nobre figura da Europa" na época. Voltou ao Brasil a pedido do próprio Imperador para fazer palestras sobre a Europa e publicou o livro "**Amour et Dieu**". Na juventude, Nabuco manteve um relacionamento amoroso durante 14 anos com a investidora

financeira e filantropa Eufrásia Teixeira Leite, detentora de uma das maiores fortunas do mundo à época. Eufrásia e sua irmã, Francisca Bernardina Teixeira Leite (1845-1899) herdaram, após a morte dos pais, em 1872, uma fortuna equivalente a 5% do valor das exportações brasileiras. No ano seguinte, as duas jovens decidiram morar em Paris. O romance com Nabuco teve início durante a viagem de navio para a Europa, em 1873, e duraria até 1887, quando Eufrásia remeteu sua última carta a Joaquim Nabuco. Dois anos depois, aos 38 anos, ele se casaria com Evelina Torres Soares Ribeiro. Eufrásia jamais se casou; Nabuco e Evelina se casaram na cidade do Rio de Janeiro, em 1889.<sup>1</sup> Ela era filha de José Antônio Soares Ribeiro, barão de Inoã, sobrinha de Maria Emília Torres Tovar de Lemos, condessa de Tovar, de Cândido José Rodrigues Torres, visconde de Torres, neta de Cândido José Rodrigues Torres, barão de Itambi, e sobrinha-neta de Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraá. Dessa união nasceram: Maurício, que foi diplomata e, como o pai, embaixador do Brasil nos Estados Unidos; Joaquim, que foi sacerdote da Igreja Católica, chegando a ser monsenhor e protonotário papal; Carolina, escritora de renome; Mariana e José Tomás, este casado com Maria do Carmo Alvim de Melo Franco Nabuco, filha de Afrânio de Melo Franco, primeiro Ministro das Relações Exteriores do governo de Getúlio Vargas; irmã do jurista, historiador, parlamentar, membro da Academia Brasileira de Letras e Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco, e neta de Cesário Alvim. Joaquim Nabuco se opôs de maneira veemente à escravidão, contra a qual lutou tanto por meio de suas atividades políticas e quanto de seus escritos. Fez campanha contra a escravidão na Câmara dos Deputados em 1878 (não foi reeleito em 1882), e em legislaturas posteriores, quando liderou a bancada abolicionista naquela Casa, e fundou a Sociedade Antiescravidão Brasileira, sendo responsável, em grande parte, pela abolição da escravidão no Brasil, em 1888. Após a derrubada da monarquia brasileira, Nabuco retirou-se da vida pública por algum tempo. Mais tarde serviria como embaixador nos Estados Unidos (1905-1910), onde se tornou um grande propagador dos **Lusíadas de Camões**, tendo pronunciado três conferências, em inglês, sobre o poema: *The Place of Camões in Literature*, *Camões: the lyric Poet*, e *The Lusiads as the Epic of Love*, mais tarde traduzidas para o português por Artur Bomilcar. Em 1908 recebeu o grau de doutor honoris causa em Letras pela Universidade Yale, tendo sido convidado a pronunciar o discurso oficial de encerramento do ano letivo, no dia da colação de grau da Universidade de Chicago, e também a um discurso na Universidade de Wisconsin. Passou muitos anos tanto na Inglaterra quanto na França, onde foi um forte proponente do pan-americanismo, presidindo a III Conferência Pan-americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906. Nabuco foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, tomando assento na cadeira que tem por patrono Maciel Monteiro. Entre os imortais, manteve uma grande amizade com o escritor Machado de Assis, que mantinha até mesmo um retrato de Nabuco pendurado na parede de sua residência, e com quem costumava trocar

correspondências, que acabaram publicadas. Nabuco padecia de uma doença hematológica conhecida como Policitemia vera, que lhe causaria a morte. Faleceu aos 60 anos de idade em Washington, Estados Unidos, sendo sepultado no Cemitério de Santo Amaro na sua cidade natal no Recife. Nabuco era um monarquista e conciliava essa posição política com sua postura abolicionista. Atribuía à escravidão a responsabilidade por grande parte dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira, defendendo, assim, que o trabalho servil fosse suprimido antes de qualquer mudança no âmbito político. A abolição da escravatura, no entanto, não deveria ser feita de maneira ruptórica, ou violenta, mas assentada numa consciência nacional dos benefícios que tal resultaria à sociedade brasileira. Também não creditava a movimentos civis externos ao parlamento o papel de conduzir a abolição. Esta só poderia se dar no parlamento, no seu entender. Fora desse âmbito cabia somente assentar valores humanitários que fundamentariam a abolição quando instaurada. Nabuco, ao lado de Ruy Barbosa, assumiu posição de destaque na luta pela liberdade religiosa no Brasil que, na época, tinha a religião católica como oficial, constituindo-se em um Estado confessional. Assim como Ruy Barbosa, Nabuco defendia a separação entre Estado e Religião, bem como a laicidade do ensino público. Em um discurso proferido em 15 de maio de 1879 que abrangia tanto o tema da educação pública, quanto o da separação entre Estado e Religião, a um aparte de vários deputados, responde:

Eu desejava concordar com os nobres deputados, em que se deveria deixar a liberdade a todas as seitas; mas, enquanto a Igreja Católica estiver, diante das outras seitas, em uma situação privilegiada (...), os nobres deputados não de admitir que (...) ela vai fazer ao próprio Estado, de cuja proteção se prevalece, uma concorrência poderosa no terreno verdadeiramente leigo e nacional do ensino superior. Se os nobres deputados querem conceder maiores franquezas, novos forais à Igreja Católica, então separem-na do Estado. Prossegue: "É a Igreja Católica que em toda a parte pede a liberdade do ensino superior. Essa liberdade não foi pedida em França pelos liberais; mas pela Igreja. (...) E porque reconheça que o ensino deva ser livre? Não. Aí está o Syllabus que fulmina de excomunhão quem o sustentar". O que ela pretendia é "a partilha do monopólio para, quando achar-se senhora exclusiva (...), fechar a porta à liberdade e à ciência.

Em um trecho memorável, expressa:

"A Igreja Católica foi grande no passado, quando era o cristianismo; quando nascia no meio de uma sociedade corrompida, quando tinha como esperança a conversão dos bárbaros, que se agitavam às portas do Império minado pelo egoísmo, corrompido pelo cesarismo, moralmente degradado pela escravidão. A Igreja Católica foi grande quando tinha que esconder-se nas catacumbas, quando era perseguida. Mas, desde que Constantino dividiu com

ela o império do mundo, desde que de perseguida ela passou a sentar-se no trono e a vestir a púrpura dos cézares, desde que, ao contrário das palavras do seu divino fundador, que disse: - O meu reino não é deste mundo, - ela não teve outra religião senão a política, outra ambição senão o governo, a Igreja tem sido a mais constante perseguidora do espírito de liberdade, a dominadora das consciências, até que se tornou inimiga irreconciliável da expansão científica e da liberdade intelectual do nosso século!"

E o orador termina com assegurar que não é inimigo do catolicismo-religião, e sim do "catolicismo-política":

"Não sou inimigo da Igreja Católica. Basta ter ela favorecido a expansão das artes, ter sido o fator que foi na história, ser a Igreja da grande maioria dos brasileiros e da nossa raça, para não me constituir em seu adversário. Quando o catolicismo se refugia na alma de cada um, eu o respeito; é uma religião da consciência, é um grande sentimento da humanidade. Mas do que sou inimigo é desse catolicismo político, desse catolicismo que se alia a todos os governos absolutos, é desse catolicismo que em toda a parte dá combate à civilização e quer fazê-la retroceder".

**Discurso posterior à conversão de fato ao catolicismo:** Essa postura mudará radicalmente após sua conversão ao catolicismo, fartamente comentada em sua autobiografia, na qual Nabuco não apenas enfatiza sua reconversão ao catolicismo, como renega seu passado distante da Igreja:

"Do que preciso fazer renúncia, em favor das traças que o consumiram, é de tudo o que nesses opúsculos escrevi em espírito de antagonismo à religião, com a mais soberba incompreensão de seu papel e da necessidade, superior a qualquer outra, de aumentar a sua influência, a sua ação formativa, reparadora, em todo o caso, consoladora, em nossa vida pública e em nossos costumes nacionais, no fundo transmissível da sociedade.

**Interpretação dinâmica da Constituição.** Nabuco, no meio, entre membros da diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (FDUSP), que dirigiu.

Em discurso pronunciado em 29 de abril de 1879 sobre a então debatida Reforma Constitucional, Nabuco expressou a sua visão dinâmica sobre a interpretação constitucional, algo extremamente avançado para a época, e que ainda nos dias de hoje provoca debates, nos seguintes termos:

...nossa constituição não é imagem dessas catedrais góticas edificadas a muito custo e que representam no meio da nossa civilização adiantada, no meio da atividade febril do nosso tempo, épocas de passividade e de inação; a nossa constituição é pelo contrário de formação natural, é uma dessas formações como a do solo onde camadas sucessivas se depositam; onde a vida penetra por toda a parte, sujeita ao eterno movimento, e onde os erros que passam ficam sepultados sob as verdades que nascem.

Após manifestações de outros deputados, prossegue:

...nossa constituição não é uma barreira levantada no nosso caminho, não são as tábuas da lei recebidas dos legislador divino e nas quais não se pode tocar porque estão protegidas pelos raios e trovões... Não, senhores.<sup>[28]</sup>

Após novos apartes de outros deputados, prossegue:

...nossa constituição é um grande maquinismo liberal, e um mecanismo servido de todos os órgãos de locomoção e de progresso, é um organismo vivo que caminha, e adapta-se às funções diversas que em cada época tem necessariamente que produzir.

Nabuco, membro do Partido Liberal, conclui:

Senhores, era o partido conservador que devia tomar as dores pela constituição e desejar que ela fosse o monumento de uma língua morta, uma espécie de Talmude, cujos artigos pudessem ser opostos uns aos outros pelos intérpretes oficiais.

**Camões e os Lusíadas (1872)**

**L'Amour est Dieu – poesias líricas (1874)**

**O Abolicionismo (1883)**

**Campanha abolicionista no Recife - 1885**

**O erro do Imperador – história (1886)**

**Escravos – poesia (1886)**

**Por que continuo a ser monarquista (1890)**

**Balmaceda - biografia (1895)**

**O dever dos monarquistas (1895)**

Frequentamos muito em Recife A Fundação Joaquim Nabuco da qual recebemos muito apoio para o desempenho de meissão militar recebida de coordenar o Projeto, Construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes, inaugurado em 19 de abril de 1971, pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici,

### LUIZ DA CÂMARA CASCUDO



Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) foi um folclorista, historiador, professor e jornalista brasileiro. Foi um dos mais importantes pesquisadores

das manifestações culturais brasileiras. Luís da Câmara Cascudo nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, no dia 30 de dezembro de 1898 onde faleceu aos 86 anos. Filho do coronel Francisco Justino de Oliveira Cascudo e de Ana Maria da Câmara Cascudo, foi uma criança precoce e com seis anos já sabia ler. Câmara Cascudo foi aluno do Atheneu Norte Rio-grandense. Na sua juventude viveu na chácara Villa Cascudo, no bairro do Tirol, onde presenciava as reuniões literárias que eram realizadas em sua casa. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, mas não concluiu o curso. Com 19 anos, Luís da Câmara Cascudo começou a trabalhar no jornal “**A Imprensa**”, de propriedade de seu pai, onde publicou sua primeira crônica “**O Tempo e Eu**”. Em 1920, escreveu a introdução e as notas na antologia poética de Lourival Açucena, intitulada Versos Reunidos. Em 1921 publicou seu primeiro livro **Alma Patrícia**, um estudo crítico e bibliográfico de 18 escritores e poetas norte rio-grandense e outros radicados no Estado. Entre 1924 e 1928 estudou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. No dia 21 de abril de 1929 casou-se com Dhália Freire, com quem teve dois filhos. Em 1934 torna-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escreveu diversos artigos para as revistas publicadas pelo instituto. Durante vários anos foi colaborador dos periódicos **A República** e do **Diário de Natal**. Em 1941, Luís da Câmara Cascudo fundou a “Sociedade Brasileira de Folclore”. Em 1943 foi convidado pelo poeta Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro, para redigir o “**Dicionário do Folclore Brasileiro**”, **publicado em 1954**. Entre os anos de 1950 e 1960 foi o responsável pela organização de diversas coletâneas de textos históricos etnográficos e sobre os mitos folclóricos brasileiros. Em 1961 assumiu o cargo de professor de Direito Internacional Público na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em 1963, durante uma viagem pela África, esteve em Angola, Guiné, Congo, São Tomé, Cabo Verde e Guiné-Bissau, quando coletou diversas informações que foram utilizadas para escrever os livros, “**A Cozinha Africana no Brasil**” (1964) e “História da Alimentação no Brasil”, publicada em dois volumes em 1967 e 1968. Luís da Câmara Cascudo faleceu em Natal, Rio Grande do Norte, no dia 30 de julho de 1986 com 96 anos. **Obras de Luís da Câmara Cascudo**

Vaqueiros e Cantadores: folclore poético do Sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (1939)

Antologia do Folclore Brasileiro (1943)

Geografia dos Mitos Brasileiros (1947)

**Os Holandeses no Rio Grande do Norte (1949)**

**História do Rio Grande do Norte (1955)**

Jangadas: Uma Pesquisa Etnográfica (1957)

Rede de Dormir (1959)

**História da República no Rio Grande do Norte (1965)**

Folclore do Brasil: Pesquisas e Notas (1967)

Coisas que o Povo Diz (1968)

A Vaquejada Nordestina e Suas Origens (1974)

Antologia da Alimentação no Brasil (1977)

Em 1971 ao lançarmos nosso primeiro livro **As Batalhas dos Guararapes descrição e análise militar** ( Disponível no Google e ja na 3ª edição dele recebemos o seguinte estímulo que colocamos na 4ª capa da 1ª edição em 1971

“...O Major Claudio Moreira Bento dedica-se a uma campanha de obstinação e patriotismo: divulgar os episódios históricos basilares de nossa personalidade coletiva na dimensão do Tempo; expor no turbilhão da hora presente (abril 1971), as raízes permanentes do Brasil real e vivo. Todos os elementos foram revisados pelo brilhante pesquisador (...) reassinalando os fundamento eternos do Povo Brasileiro. Não nos parecem suficientes as noções estudadas no curso ginasial e apagadas na maturidade. É indispensável que algumas datas e fatos sejam presenças em nossas memórias, como os nomes dos pais e o local de nascimento. De quem viemos e onde nos incorporamos à amada Terra do Brasil. Não uma leve referência, mas uma consciência alta e nobre de nossa existência nacional. Ninguém vive sem a emoção nacionalista ou nativista. Quando não ama a sua Pátria, devota-se à Pátria dos outros! Confiar no Brasil é uma mentalidade decorrente de raciocínio e verificação. Nós descendemos de seus construtores. O Major Cláudio Moreira Bento bate-se na extrema dessa linha ofensiva. Com as armas da inteligência e do comunicante amor. Com tenacidade, alegria, esperança! Na presente obra **As Batalhas dos Guararapes -Análise e descrição militar**, estuda, com exaltação intelectual, com vibração gaúcha a serviço da Unidade Nacional, as batalhas de 19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1949. Se essas batalhas fossem perdidas pelo General Francisco Barreto de Menezes, a História do Brasil seria completamente diversa. Guararapes vale Aljubarrota! (Luís da Câmara Cascudo, professor emérito da UFRGN, Grande Oficial do Mérito Militar. Transcrito da 4ª capa da 1ª edição desta obra)

### MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA



Marcos Carneiro de Mendonça Nasceu em Cataguases-MG e faleceu em 25 de dezembro de 1894 — Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1988 com 94 anos. Foi historiador, escritor, jogador de futebol como goleiro do Fluminense e presidente desta agremiação esportiva.. Ele foi o primeiro goleiro da Seleção

Brasileira e detém até os dias atuais o título de goleiro mais jovem a ser selecionado, pois tinha 19 anos quando de seu primeiro jogo, contra o Exeter City, da Inglaterra, em 21 de julho de 1914. Foi titular por nove anos, conquistando os campeonatos sul-americanos de 1919 e 1922. Marcos começou a sua carreira no time do Haddock Lobo, com a fusão com o America passou a defender o time rubro, onde foi campeão carioca de 1913. Tinha 1,87 m de altura. Estreou pelo seu primeiro clube, justamente contra o Fluminense, clube ao qual dedicaria grande parte de sua vida, ainda em 1910. Assim como dezenas de sócios e atletas do America, descontentes com a diretoria, Marcos se transferiu para o Fluminense em 1914, tendo sido seu goleiro titular até 1922. Em 127 jogos pelo Flu, sofreu 164 gols e foi tricampeão carioca 1917/1918/1919. Empresário que atuou à frente da Usina Esperança, passou pela Usina Queiroz Júnior e após encerrar a sua bem sucedida carreira empresarial, adquiriu a biblioteca e coleção de documentos que pertenceram a D. António de Almeida Soares Portugal (1699—1760), 4.º Conde de Avintes, filho do anterior. Foi feito Conde de Lavradio e mais tarde Marquês de Lavradio, passando a se dedicar à escrever e pesquisar. Pesquisador incansável, gostava de se apresentar não como historiador, mas como heurista. Foi presidente do Fluminense F.C. entre 1941 e 1943, conquistando como dirigente, o bicampeonato carioca em 1941, no famoso Fla-Flu da Lagoa. Casado com a poetisa Anna Amélia Carneiro de Mendonça, pai da crítica teatral Bárbara Heliodora, uma das maiores especialistas em Shakespeare do país, falecida em abril de 2015. Como historiador, Marcos Carneiro de Mendonça foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e criador do Centro de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS). Marcos dedicou parte de sua vida à pesquisa sobre o século XVIII no Brasil e especializou-se no período do Marquês de Pombal e seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado e as ligações destes com o Brasil. Sua biblioteca, com cerca de 11 mil volumes, incluía obras dos grandes viajantes Rugendas, Debret, Maximilian Von Wide, uma coleção Brasileira completa e ainda 7 mil documentos inéditos, adquiridos dos descendentes do marques de Lavradio, acervo que hoje se encontra na Academia Brasileira de Letras. Pesquisador reconhecido, publicou, entre outros, os seguintes títulos: O Intendente Câmara (1933), **O Marquês de Pombal e o Brasil (1960)**, **A Amazônia na era pombalina** (1963), Erário Régio (1968), **Raízes da formação administrativa do Brasil, séculos XVI – XVIII** (1972), Aula do Comércio (1982), A Independência e a Missão Rio Maior (1984), Rio Guaporé, Primeira fronteira definitiva do Brasil (1986), Século XVIII **Século Pombalino no Brasil (1988)**, pesquisas que desenvolveu em sua biblioteca, as últimas de 1982 a 1988, à frente de uma equipe patrocinada pela Xerox do Brasil, que tinha como coordenador o professor Elmer C. Corrêa Barbosa. Todas estas pesquisas resultaram em livros publicados com o selo da empresa patrocinadora e integram a coleção Biblioteca Reprográfica Xerox, todas as edições esgotadas. Foi membro também do Conimbricensis Institute, da

Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, dos Institutos Históricos de Minas Gerais, Petrópolis, Niterói e Guarujá e do Centro de Estudos da Marinha, de Portugal, tendo sido presidente da Sociedade Capistrano de Abreu. Convimos com Marcos Carneiro de Mendonça no IHGB de 1978/1980 e fomos por ele convidados a visitar o seu precioso Arquivo no Cosme Velho. E muito nos valeu a sua preciosa obra **A Amazônia na era Pombalina** para produzirmos no livro **Amazônia Brasileira Conquista., Consolidação , Manutenção História Militar Terrestre da Amazonia(1616-2917) 2 ed** Disponível em livros para baixar em Livros e Plaquetas no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e no Google . Lembro que ai ingressar no IHGB muito aprendi com o mestre Marcos Carneiro de Mendonça com sua original e entusiasmada participação na CEPHAS que ele criou, como mais tarde aproveitando sua idéia, tivemos a iniciativa de criar no IGHMB o NEPHIM Nucleo de Pesquisas de História Militar, quando a entidade foi presidida pel Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto e eramos o seu Bibliotecário.

### OSVALDO RODRIGUES CABRAL



**Osvaldo Rodrigues Cabral.** Nasceu em Laguna em 11 de outubro de 1903 e faleceu em Florianópolis em 17 de fevereiro de 1978 com 74 anos. Foi professor universitário, historiador e político brasileiro. Foi um dos mais destacados pesquisadores da história de Santa Catarina..Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1929.Foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Foi também membro das Academias de Letras do Paraná, Piauí e Santa Catarina.Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pela União Democrática Nacional (UDN), na 1.<sup>a</sup> legislatura (1947 — 1951), como suplente convocado, e na 2.<sup>a</sup> legislatura (1951 — 1955). Presidiu a Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1954. Em 1951, Cabral qualificou as ideias políticas e educacionais de Antonieta de Barros, primeira negra eleita para um cargo público no Brasil, como “intriga barata de senzala”. A declaração rendeu uma resposta da parlamentar em uma crônica no jornal O Estado. Foi sepultado no Cemitério do Hospital de Caridade de Florianópolis. O Museu Universitário da UFSC , leva o seu nome.

Obras selecionadas

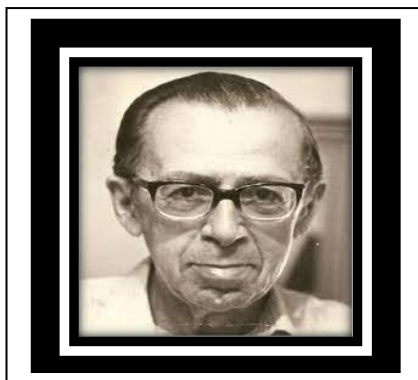
**As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.**

**Nossa Senhora do Desterro. Volume 1: Notícia. Volume 2: Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.**

**A História da Política em Santa Catarina Durante o Império. Edição em 4 volumes**, organizada por Sara Regina Poyares dos Reis. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

**A Medicina Teológica e as Benzeduras: Suas raízes na história e sua persistência no folclore.** Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: Dep. de Cultura, 1958. **História de Santa Catarina. 4.a Edição. Editora Lunardelli: Florianópolis, 1994.**

Recorremos a sua obra ao escrevermos o livro digital as Fortificações da ilha de Santa Catarina e tivemos a honra de prefaciaar o obra de sua parente a historiodora Sara Regina Poyares



**Nilo de Oliveira Pereira.**Nasceu RN, 11 de dezembro de 1909 e faleceu no Recife em 23 de janeiro de 1992 com 82 anos.Foi i um jornalista, esc ritor e historiador .e político. . Começou a escrever artigos para os jornais aos 15 anos de idade, em Natal.Iniciou o curso de Direito no Rio de Janeiro, transferindo-se durante o curso para o Recife, onde formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1932,Mmas exerceu a advocacia por pouco tempo.

Exerceu o jornalismo nos seguintes periódicos:: **Diário de Natal, A República, O Estado, O Poti e Tribuna do Norte em Natal; Folha da Manhã (foi redator-chefe), Jornal Pequeno, A Tribuna, Jornal do Commercio e Diario de Pernambuco, em Pernambuco, O Jornal e Jornal do Commercio**, no Rio de Janeiro, o **Liberal** no Pará e **A União** na Paraíba..Foi professor no : Ginásio Pernambucano, Colégio Nóbrega, Colégio Salesiano e Colégio Padre Félix.Foi fundador e professor catedrático da Universidade Católica de Pernambuco e diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco..Foi Secretário de Governo do Estado de Pernambuco,Deputado estadual de Pernambuco e Diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.Foi membro das seguintes instituições literárias e culturais:Academia Pernambucana de Letras<sup>[3]</sup> (Cadeira 16,)Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano,Academia Norte-Riograndense de Letras,Academia Paraibana de Letras<sup>¶</sup> (membro correspondente e Academia Brasileira de História Camões e Nabuco(1949).

Revisionismo e tradição (1950);

**Dom Vital e a questão religiosa no Brasil (1966);**

**Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil (1970);**

Espírito de província (1970);

Ensaio de história regional (1972);

Agamenon Magalhães: uma evocação pessoal (1973);

O tempo mágico (1975);

A Faculdade de Direito do Recife, 1927-1977 (1977);

Um tempo do Recife (1978);

Reflexões de um fim de século (1979);

**Igreja e Estado: relações difíceis (1982);**

Iniciação ao jornalismo: pesquisa histórica (1982);

A rosa verde: crônica quase romance (1982);

Pernambucanidade: alguns aspectos históricos (1983);

Gilberto Freyre visto de perto (1986);

Mauro Mota e o seu tempo (1987);

Profissionais de Pernambuco (1989);

**O Estado Novo em Pernambuco (1989);**

Conferência sobre a vida e a obra do abolicionista José Mariano (19

Convivemos bastante com Nilo Coelho por ocasião de nossa permanência no Recife como oficial do Estado-Maior do IV Exército no exercício de nossa missão militar de coordenar a o projeto , construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes e escreve o livro **As Batalhas dos Guararapes Descrição e Análise Militar** , e a Grande Festa dos Lanceiros , sobre a inauguração do Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório em Tramandai-R , ambos publicados pela UFPE Livros com foram motivo de seus estimulantes artigo **Notas Avulsas**.

## JOÃO SIMÕES LOPES NETO



**João Simões Lopes Neto.** Nasceu em Pelotas, em 9 de março de 1865 e faleceu em Pelotas, em 14 de junho de 1916 com 51 anos, foi um escritor ,

jornalista tradicionalista gaúcho e historiador Segundo estudiosos e críticos de literatura, foi o maior autor regionalista do Rio Grande do Sul, pois procurou em sua produção literária valorizar a história do gaúcho e suas tradições. Simões Lopes Neto só alcançou a glória literária postumamente, em especial após o lançamento da edição crítica de **Contos Gauchescos e Lendas do Sul**, em 1949, organizada para a Editora Globo, por Augusto Meyer e com o decisivo apoio do editor Henrique Bertaso e de Érico Veríssimo. Filho dos pelotenses Capitão Catão Bonifácio Simões Lopes e Teresa de Freitas Ramos, ele era neto paterno do visconde da Graça, João Simões Lopes, e de sua primeira esposa, Eufrásia Gonçalves Vitorino, e neto materno de Manuel José de Freitas Ramos e de Silvana Claudina da Silva. Nasceu em Pelotas, na estância da Graça, propriedade de seu avô paterno, o visconde da Graça. Era membro duma tradicional família pelotense, e possuía ancestrais portugueses, de origem tanto açoriana como continental, tendo ambos os seus antepassados emigrado para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Com treze anos de idade, Simões Lopes Neto foi ao Rio de Janeiro para estudar no famoso Colégio Abílio. Retornando ao Rio Grande do Sul, fixou-se em sua terra natal, Pelotas, uma cidade então rica e próspera pelas mais de cinquenta charqueadas que formavam a base de sua economia. Apesar de gostar da vida campeira, foi o prazer das palavras que mais atraiu Simões Lopes Neto. Começa a escrever a partir de 1888. Primeiro, no jornal **"A Pátria"**, atuando depois no **"Diário Popular"** (no qual escreveu **Balas de Estalo**, comentários satíricos sobre a sociedade pelotense em forma de versos) e, posteriormente, no **Correio Mercantil**. Foi, porém, um homem múltiplo também em seus projetos: envolveu-se em uma série de iniciativas de negócios que incluíram uma fábrica de vidros e uma destilaria, além de uma fábrica de fumos e cigarros. A marca dos produtos recebeu o nome de "Diabo", o que gerou protestos de religiosos e que cunhou o termo "marca-diabo" no linguajar gaúcho. Sua audácia empresarial levou-o também a montar uma firma para torrar e moer café e desenvolver uma fórmula à base de tabaco para combater sarna e carrapatos. Fundou ainda uma mineradora, para explorar prata em Santa Catarina. No dia 5 de maio de 1892, em Pelotas, Simões Lopes Neto casou-se com Francisca de Paula Meireles Leite, filha de Francisco Meireles Leite e Francisca Josefa Dias. Ele tinha vinte e sete anos de idade e ela, dezenove anos. Não tiveram filhos. Em 1893, quando eclodiu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Simões Lopes Neto alistou-se no 3º. Batalhão da Guarda Nacional. Entre 15 de outubro e 14 de dezembro de 1893, publica em forma de folhetim, **"A Mandinga"**, poema em prosa, no periódico **Correio Mercantil**. O texto é apresentado sob o nome de "Serafim Bemol" e em parceria com Sátiro Clemente e D. Salustiano. Entretanto, a existência destes coautores é questionada por historiadores, que consideram os autores uma criação do próprio escritor. O autor lança mão deste pseudônimo em suas próximas obras em que se lança como dramaturgo: **O Boato** (1893/1894), **Os Bacharéis** (1894), **Mixórdia** (1894/1895), **O Bicho** (1896), **A Viúva Pitorra** (versões de 1896 e 1898) e **A Fifina** (1899). Já empobrecido e alquebrado pelos fracassos empresariais, o escritor entra na década de 1910 em plena atividade intelectual, escrevendo conferências, dando aulas e viabilizando a publicação de seu primeiro projeto na recolha de folclore, o **Cancioneiro Guasca**. Para sobreviver, foi trabalhar como redator remunerado em jornais como **Correio Mercantil** e **A Opinião Pública**. É

quando publica suas obras maiores, em 1912 e 1913. Neste período, entretanto, sente as primeiras dores provocadas pela úlcera duodenal que viria ser a causa de sua morte, em junho de 1916, aos 51 anos. Considera-se que Simões Lopes Neto publicou apenas quatro livros em vida: **Cancioneiro Guasca (1910); Contos Gauchescos (1912), Lendas do Sul (1913); Casos do Romualdo (1914)**. Ao lançar a primeira edição de **Lendas do Sul**, seu autor anunciara que estavam "por sair" **Casos do Romualdo** (que viria a ser lançado em 1914), **Terra Gaúcha**, **Peona e Dona**, **Jango Jorge**, **Prata do Taió** e **Palavras Viajantes**. No entanto, dessas obras citadas, **Dona Velha** (como era conhecida a viúva do escritor) só encontrou o que seria o segundo volume de **Terra Gaúcha**. Dos demais, nada ela encontrou, levando a crer que, ao se referir a inéditos, Simões Lopes Neto tinha em mente obras que ainda planejava escrever. Assim, em 1955, a Editora Sulina de Porto Alegre publica, mesmo incompleto, um dos volumes da obra **Terra Gaúcha**, que levou o subtítulo de "**História Elementar do Rio Grande do Sul**". Em 2003, a editora Sulina publicou um volume com a obra completa de João Simões Lopes Neto, organizada por Paulo Bentancur, com ilustrações de Enio Squeff.. Como apreciador da História Militar desde com cerca de 8 anos quando com com a obra de Fernando Luiz Osório **Espirito das Armas Brasileiras**, a qual compulsei no escritório de meu pai e oferta do autor seu amigo, muito apreciei visão de Simões Lopes Neto, Capitão da Guarda Nacional Batalha do Passo do Rosario da qual ele assim a descreveu em conto que intitulei o **Anjo da Vitória o Marechal Jose de Abreu** que transcrevi em meu livro **História da 3ª Região Militar 1807-1889 e antecedentes** as p 193-199 (obra e disponível no Google), A atuação intrépida e legendária do Mar. José de Abreu e sua morte trágica e heróica em Passo do Rosário impressionaram por longos anos os gaúchos e entreteram muitas noites de rodas de galpão. O Capitão da Guarda Nacional J. Simões Lopes Neto assim colheu a versão, na Tradição, da batalha do Passo do Rosário, e a figura de José de Abreu, o Anjo da Vitória, que imortalizou entre os tradicionalistas gaúchos com muita veracidade histórica. Que comprovo em meu livro **2002 Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário** (Disponível no Google E assim a descreveu a Batalha, a maior batalha campal travada no Brasil.:

Foi depois da batalha de Ituzaingo, no Passo do Rosário, prá lá de São Gabriel, do outro lado do banhado de Inhatium. Vancê não sabe o que é inhatium? É mosquito: bem posto nome! Banhado de Inhatium...Virge Nossa Senhora!.mosquito, aí, fumaceira, no ar! Eu era gurizote: teria, o muito, uns dez anos; e andava na companhia do meu padrinho, que era capitão, para carregar os peçuelos e os avios do chimarrão. As coisas da peleia não sei, porque era menino e não guardava as conversas dos grandes; o que eu queria era haraganear; mas, se bem me lembro, o meu padrinho dizia que nós estávamos mal acampados, e estransilhados, pensando culatrear o inimigo, mas que este é que nos estava nos garrões; não havia bombeiros nem ordem, que o exército vinha num berzabum, e que o general que mandava tudo, que era um tal Barbacena, não passava de um presilha, que por andar um dia a cavalo já tinha que tomar banhos de salmoura e esfregar as assaduras com sebo... O meu padrinho era um gaúcho mui sorro e acostumado na guerra, desde o tempo das Missões, e que mesmo dormindo estava com meio ouvido, escutando, e meio olho, vendo...; mesmo ressonando não desgrudava pelo menos dois dedos dos copos da serpetina... Num escurecer, enquanto pelo

acampamento os soldados carneavam e outros tocavam viola e cantavam, ou dormiam ou chalravam, o que sei é que nesse escurecer o meu padrinho mandou pegar os nossos cavalos; e encilhamos até a cincha; e depois nos deitamos nos pelegos, com os pingos pela rédea, maneados: êle, armado, mateando; eu, enroscadito no meu bichará, e o ordenança, que era um chiru ombrudo, chamado Hilarião, pitando. Eu, como criança, peguei logo a cochilar. Amigo! Vancê creia: o coração às vezes, trepa, dentro da gente, o mesmo que jaguatirica por uma árvore acima!... Lá pelas tantas, ouviu-se cornetas e clarins e rufos de caixa...; mas o som dos toques andava ainda galopeando dentro do silêncio da noite quando desabou em cima de nós a castelhanada, a gritos, e já nos foi fumegando bala e bala!... Numa arrancada dessas é que o coração trepa, dentro da gente, como gato... - Desmaneia e monta! gritou o meu padrinho; êle que falava, eu e o chiru já estávamos enforquilhados nas garras. E por entre as barracas e ramadas; por entre os fogões meio apagados, onde ainda havia fincados espetos com restos de churrascos; por entre as carretas e as pontas de bois mansos e lotes de reiúnos; no lusofusco da madrugada, com uma cerraçãozita o quanto-quanto; por entre toques e ordens e chamados, e a choradeira do chinaredo e o vozerio do comércio, já no cheiro da pólvora, e em cima dos primeiros feridos, formou-se o entrevem dos atacantes e dos dormilões. E cantou o ferro., .e choveu bala!... O meu padrinho levantou na rédea o azulego: e de espada em punho, o chiru, com uma lança de meia-lua - e eu entre os dois, enroscadito no meu bichará - nos botamos ao grosso do redomoinho, para abrir caminho para o quartel-general do dito Barbacena. Como lá chegamos, não sei. A espada do meu padrinho estava torcida como um cipó, e vermelha, e o azulego tinha uns quantos lanhos na anca; o Hilarião tinha um corte de cima a baixo na japona, e eu levei um lançaço, que por sorte pegou no malote do poncho. Mas varamos. No quartel do Barbacena ninguém se entendia. A oficialada espumava, de raiva, e um cutuba, baixote, já velho, botava e tirava o boné e metia as unhas na calva, furioso, de raiar sangue!... Esse, era um tal General Abreu...um tal General José de Abreu, valente como as armas, guapo como um leão...que a gauchada daquele tempo - e que era torenada macotel - bautizou e chamava de - Anjo da Vitoriai Esse, o cavalo dele não dava de rédea para trás, não! Esse, quando havia fome, apertava o cinto, com os outros e ria-se! Esse, dormia como quero-quero, farejava como cervo e rastreava como índio...; esse, quando carregava, era como um ventarrão, abrindo claros num matagal. Com êsse...castelhanao se desguaritava por essas coxilhas o mesmo que bandada de nhandu, corrida a tiros de bolas!... Era o Anjo da Vitória, esse! Daí a pouco apareceu um outro oficial, mocetão bonito, que era major. Este chamava-se Bento Gonçalves, que depois foi meu general, nos farrapos. Os dois se conversaram, apalavrara os outros e tudo montou e tocou para rumos diferentes. No acampamento estrondeava a briga. Já tinha amanhecido. Eu andava colado ao meu padrinho, como carrapato em costela de novilho. Por onde ele andou, andei eu; passou, passei; carregava, eu carregava fazia caravolta, eu também. Naquelas correrias, o meu bicharázito, às vezes, enchia-se de vento, e voava, e batia aberto, que nem bandeira cinzenta... O Major Bento Gonçalves formando a cavalaria, aguentava como um taura as cargas do inimigo, para ir entretendo, e dar tempo à nossa gente de quadrar-se, unida. Os castelhanos, mui arditos, logo que aqueceu o sol tocaram fogo nos macegais onde estava o carretame; o vento ajudou, e enquanto eles carcheavam a seu gosto, uma fumaça braba

tapou tudo, do nosso lado! Então o General Abreu no alto do coxilhão formou os seus esquadrões: o meu padrinho comandava um deles. Formou, fez uma fala agente e carregou, êle, na frente, montado num tordilho salino, ressolhador. Oh! velho temerário! Firme nos estribos, com o boné levantado sobre o cocuruto da cabeça, a espada apontando como um dedo, faiscando, o velhito ponteou aquela tormenta, que se despenhou pelo lançante abaixo e afundeou-se e entranhou-se na massa cerrada do inimigo, como uma cunha de nhanduvai abrindo em dois um moirão grosso de guajuvira... E deixando uma estiva de estrompados, de mortos, de atarantados, de feridos e de morrentes - como quando rufa um rodeio xucro... vamcê já viu? - varou para o outro lado, mandou fazer - alto, cara-volta! - e mal que reformou os esquadrões, os homens chalrando e rindo, a cavalhada, de venta aberta, bufando ao faro do sangue e trocando orelhas, pelo alarido, o velho já se bancou outra vez na testa, gritou - Viva o Imperador! - e mandou - Carrega! E a tormenta da valentia rolou, outra vez, sobre o campo. Mas nesta hora maldita, a fumaça maldita nos rodeava e cegava; e mal íamos dando lance à carga - eu, folheirito, abanando no mais o meu bichará pra o Hilarião - rebentou na vanguarda e num flanco a fuzilaria, e vieram as baioneta... e uma colubrina, que nos tiroteavam donde não podia ser!... A nossa cavalaria se enrodilhou toda, fazendo uma enrascada de mil diabos... e enquanto o tiroteio nos estraçalhava, que os ginetes e os cavalos caíam, varados, e que, por fim, os próprios esquadrões já iam ruscando uns com os outros - aí, amigo, andei eu às pechadas! - enquanto isso... veio uma rajada forte de vento, que varreu a fumaça, limpou a vista de todos e mostrou que era a nossa infantaria que nos tinha feito aquela desgraça... Então, por cima dos mortos e dos feridos houve um silencio grande, de raiva e de pena... como de quem pede perdão, calado... ou de quem chora de saudade, baixinho... Lá longe, os castelhanos, enganados, tocaram a retirada. O nosso quartel general também tocou a retirada. Pegou a debandada; dispersava-se a gente por todos os lados, aos punhados, botando fora das perdeneiras, as patronas; muitos sotretas fugiram de cambulhada com o chinario... Metade de batalhões arrinconavam-se, outras encordoavam marcha. Os ajudantes galopavam conduzindo ordens...mas parecia que toda a força ia fugindo duma batalha perdida, que não era, porque tudo aquilo era da indisciplina, somente. O Anjo da Vitória lá ficou, onde era afrente dos seus esquadrões, crivado de balas, morto, e ainda segurando a espada, agora quebrada. Campeei o meu padrinho: morto, também, caído ao lado do azulego, arrebetado nas paletas por um tiro de peça; ali junto, apertando ainda a lança, toda lascada, estrebuchava o Hilarião, sem dar acordo, aiando, só aiando... Deitado sobre o pescoço do cavalo, comecei a chorar. Peguei a chamar: Padrinho! Padrinho! Hilarião! Meu padrinho! Apeei-me, vim me chegando e chamando - padrinho! Padrinho! e tomei-lhe a bênção, na mão, já fria... puxei na manga do chiru, que já nem bulia... Sem querer fiquei vendo as forças que iam-se movendo e se distanciando... e num tirão, quando ia montar de novo, sem saber pra quê...foi que vi que estava sozinho, abandonado, gaudério e gaúcho, sem ninguém para me cuidar!... Foi então que, sem saber como, já de a cavalo, enquanto sem eu sentir as lágrimas caíam-me e rolavam sobre o bichará, os olhos se me plantaram sobre o tordilho salino... sobre o coto da espada... sobre um boné galoado... E o cabelo me cresceu e fiquei de chora parado... e ouvi, patentemente, ouvi bem ouvido, o velho macota, o Anjo da Vitória, morto como estava, gritar ainda forte - Viva o Imperador! Carrega! O

meu bicharázito se empantufou de vento, desdobrou-se, batendo como umas asas... o mancarrão bufou, recuando, assustado... e quando dei por mim, andava enancado num lote de fujões... Comi do ruim... Vê vancê que eu era guri e já corria mundo..."

Simões Lopes Neto ingressou como tenente no 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Pelotas, em 1894, aos 29 anos, por ocasião da Guerra Civil de 1893/95 (Revolução de 93) combinada com a Revolta de 1/5 da Armada em 1893/94. Guerra Civil que teve o seu final em Pelotas, no ano seguinte, conforme abordamos em nosso livro **História da 3 Região Militar, 1889-1953** (Porto Alegre: 3 RM,1995) disponível no Google. Mas o seu batalhão não se envolveu nesta revolução. O historiador e tradicionalista Major Ângelo Pires Moreira, Delegado da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) em Pelotas-Delegacia Fernando Luiz Osório Filho e membro do Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS), fundado naquela cidade, na Escola Técnica Federal em 10 de setembro de 1986, sesquicentenário do combate do Seival, é um dos biógrafos do grande escritor regionalista gaúcho João Simões Lopes Neto (1865-1916) na obra **A outra face de J. Simões Lopes Neto** (Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.v.1) junto com Carlos Macedo Reverbel na obra **Capitão da Guarda Nacional - vida e obra de Simões Lopes Neto** (Porto Alegre: UCS/MartinsLivreiro,1981 .v. 1).

O Major Angelo produziu também original trabalho intitulado **O Civismo e o Espírito Militar de João Simões Lopes Neto** (Pelotas, Ed. Universitária, 1999), com o comentário, nas abas, do acadêmico da AHIMTB e 2º Presidente do citado IHTRGS, Osório Santana Figueiredo. Assim se definia o maior escritor regionalista do Rio Grande do Sul .“**Eu tive campos, vendi-os. Frequentei uma academia, não me formei. Mas, sem terras e sem diploma, continuo a ser um Capitão da Guarda Nacional.**” Em 2003 no Informativo o **Gaúcho** do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul publicamos trabalho sob o título **A Educação Cívica e o Espírito Militar na visão do Capitão da Guarda Nacional João Simões Lopes Neto** do qual reproduzimos os trechos comentados a seguir .

Em 14 de julho de 1904, Simões Lopes Neto, aos 39 anos, fez a sua primeira conferência sobre Educação Cívica, tendo como sub-título **Terra Gaúcha**. Não confundir com livro inacabado de sua autoria, publicado depois de sua morte. Seu pioneirismo em prol da Educação Cívica teve lugar depois de dois anos da fundação do Tiro Brasileiro em Rio Grande, pelo farmacêutico e mais tarde Cel Honorário do Exército Antônio Carlos Lopes, fato histórico que abordamos na **Revista do Exército** v.139, 2002 p. 20/22. E disponível no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) Pioneirismo que foi iniciado por Simões Lopes Neto 11 anos antes da atuação de Olavo Bilac, em 1915/16, em defesa da adoção do Serviço Militar obrigatório, do qual é hoje o patrono. Sua primeira conferência foi feita no ano da Revolta da Vacina Obrigatória na Escola Militar da Praia Vermelha. Fato histórico que provocou o retorno do profissionalismo militar até hoje em vigor, sufocado que fora pelo bacharelismo militar criado em 1874 pelo Regulamento de Ensino do Exército e potencializado com o Regulamento de

Ensino do Exército de 1890, baixado pelo Ministro da Guerra Ten Cel Professor Benjamin Constant e com um marcante vezo positivista. Reação ao bacharelismo militar liderado por oficiais veteranos, ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, que baixaram o **Regulamento de Ensino de 1905**, ponto de inflexão do bacharelismo militar para o profissionalismo militar e fechamento, seguido de extinção, da Escola Militar da Praia Vermelha, para ressurgir no ano seguinte no Casarão da Várzea, atual caserna do Colégio Militar de Porto Alegre, com o nome de Escola de Guerra para não deixar dúvidas, cuja História resgatamos em 2008, no livro **História do Casarão da Várzea 1885-2008** (disponível no Google) em parceria com o historiador Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Bacharelismo militar em grande parte responsável pela trágica Guerra Civil de 1893/95, e Revolta de 1/5 da Armada, 1893/94 e Guerra de Canudos em 1897 onde, por culpa, em grande parte, do bacharelismo dominante no Exército e descaso com o preparo para a defesa nacional, por vezes o Exército apresentou operacionalidade inferior aos revoltosos. E em Pelotas residira, exercendo ali muita influência, mesmo depois de falecer em 1879, um ícone do profissionalismo do Exército, o General Osório. Tema de meu livro em seu bicentenário **General Osório o maior líder e herói popular brasileiro**, (obra disponível do Google). Obra que lançamos na Câmara de Vereadores da Cidade de Pelotas. Cidade onde se conheceram, em 1839, o Tenente Osório e o Ten Cel Luiz Alves de Lima e Silva, futuros Marquês do Herval e Duque de Caxias, quando ali iniciaram uma sólida amizade, de notáveis reflexos para a segurança interna e externa do Brasil. Vale lembrar que Olavo Bilac teve em grande parte financiada a sua campanha com recursos da rica herdeira pelotense Alice Porciúncula, casada com Miguel Calmon e descendente de um oficial de Milícias, mais tarde coronel do Exército Pacificador da Banda Oriental em 1812, conforme informamos a Pedro Calmon e que o mestre fez constar de seu livro **Miguel Calmon, uma grande vida** (Brasília: INL, 1983), prefaciado por Afonso Arinos de Mello Franco. Como veículo notável de divulgação do Civismo e do Espírito Militar, Jogo Simões Lopes, em Pelotas, um ano antes de falecer, aos 50 anos, produziu, em 1915, a **Coleção Brasileira**, em 2 coleções de 25 postais cada, editadas pelo gráfico francês Eduardo Chapon, os quais o Major Angelo Pires Moreira reproduziu em seu livro, já citado. A primeira série foi de excelente qualidade gráfica e um exemplar até hoje me acompanha, depois de o admirar várias vezes no escritório de meu pai Conrado Ernani Bento, tabelião em Canguçu. Publicando em **Caxias e a Unidade Nacional**, em 2003 (obra disponível no Google) um equivocado brasão do Duque de Caxias, editado, mas não distribuído e que me foi cedido pelo saudoso e conhecido colecionador, em Pelotas, de cartões postais, Flávio Azambuja Kremer. Um ano antes de sua primeira conferência sobre Educação Cívica, a União Gaúcha, hoje **União Gaúcha Jogo Simões Lopes Neto**, foi fundada em Pelotas em 7 de setembro de 1903, a Sociedade de Tiro Brasileiro de Pelotas. E atuou muito nesta campanha vitoriosa J. Simões Lopes Neto. Em 12Out1908,

o agora Coronel Honorário Antônio Carlos Lopes, criador do Tiro Brasileiro, presidiu a instalação de Tiro Brasileiro de Pelotas que recebeu o nome de Tiro de Guerra 31, ao invés de como era esperado, Tiro de Guerra nº 2. Como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, 1985/91, lá localizamos os arquivos do Tiro de Guerra 31, com o qual tomamos conhecimento em Canguçu, como garoto, da vida militar, com as instruções a um grupo local, entre eles nosso irmão Ernani Moreira Bento. Foi o meu primeiro contato com instrução militar. Ao Tiro de Guerra 31, que seria presidido pelo grande escritor regionalista Capitão GN João Simões Lopes Neto, coube o privilégio de possuir a 1ª Linha de Tiro do Brasil, instalação hoje conhecida como Estande de Tiro. Foi nesta linha de Tiro que em 1950, como soldado da 3ª Cia de Comunicações acantonada no atual 9º BI Motorizado, e hoje 3ª Companhia de Comunicações Blindada em Santa Maria, que como soldado iniciei a minha instrução de tiro com fuzil Mauser 1908. Esta linha de Tiro existiu no local onde hoje se ergue a Vila Militar, em cujo Hotel de Trânsito com frequência me hospedei. Ao fazer entrega, em 9 Ago 1913, ao Exército, em sessão solene na Intendência de Pelotas, da 1ª turma de reservistas do TG 31, discursou o seu presidente o Capitão GN João Simões Lopes Neto. Em 1904, como referido, J. Simões Lopes Neto proferiu na Biblioteca Pública de Pelotas sua primeira conferência sobre Educação Cívica, a qual repetiu ampliada em 1906, neste mesmo local e nas guarnições militares de Bagé, S. Gabriel, S. Maria, Rio Grande e P. Alegre. A conferência, com 20 páginas impressas de João Simões Lopes Neto em 1906, possui os seguintes dados na capa, que reproduzimos na grafia da época:

**“João Simões Lopes Neto. EDUCAÇÃO CIVICA. Conferência realizada na Biblioteca Pública de Pelotas e repetida a convite, em outras cidades. Publicada sob o patrocínio das Sociedades União Gaúcha de Pelotas, Centro Gaúcho de Bagé e Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, para distribuição gratuita. Pelotas 1906.”** Simões Lopes Neto ofereceu e dedicou assim a sua conferência em plaqueta: **“O Autor em respeitoso testemunho de muita gratidão e sympathia oferece: À Biblioteca Pelotense e União Gaúcha de Pelotas. Ao Centro Gaúcho de Bagé e snrs Pedro Cunha, e A. Caminha e Humberto Arêas. À União Caíxeral, de São Gabriel e Snrs Dr Fernando Abbot, Ildefonso Vasconcellos e Francisco Farias. Ao Club Caixeral de Santa Maria e Snrs Dr Andrade Neves Netto e Henrique Ribeiro. Ao Grêmio Gaúcho e Club Caixeira! de Porto Alegre e Exmo Snr Dr Borges de Medeiros, digno presidente do Estado, e snrs Francelino E. Cordeiro e Ovídio Silveira Martins. Ao Clube Caixeiral de Rio Grande, e Snr. ACintra Jor, Rodolfo Emil e Vaz Dias Jor e a Imprensa das referidas Cidades”.** Conseguí obter um exemplar desta conferência na qual me baseie esta análise

Ao iniciar sua conferência procurou mostrar o quanto conhecia o Rio Grande do Sul, nos seus 40 anos.

**“Eu tenho cruzado o nosso Estado em caprichoso zig zag. Já senti as ardências das areias desoladas do litoral. Já me recreei nas encantadas**

ilhas da Lagoa Mirim. Já me fatiguei na extensão da Coxilha Geral de Santana. Já molhei as mãos na águas do soberbo Uruguai. Estremeci de medo nas ásperas penedias do Caverá. Já colhi malmequeres nas planícies do Saicã , oscilei sobre as águas grandes do Ibicuí e palmilhei os quatro ângulos da derrocada fortaleza de Santa Tecla.(em Bagé). Já pousei em São Gabriel, a forja rebrilhante onde tantas espadas valorosas se temperaram. Fui arrastado no turbilhão das máquinas possantes (locomotivas).Corri pelas paragens magníficas de Tupanciretã, o nome doce, que no lábio ingênuo dos caboclos quer dizer campos onde repousou a mãe de Deus.Saudei a graciosa Santa Maria, fagueira e tranqüila na encosta da serra. E emergindo do verde negro da montanha copada, o casario branco, como um fantástico algodoal em explosão de casulos.Subi aos extremos de Passo Fundo e deambulei para os cumes da Lagoa Vermelha e retrovim pela merencória Soledade, flor do deserto, alma risonha nos ecos do mundo e cortei por um formigueiro humano na zona colonial.Desta digressão (viagem) longa e demorada feita em etapas, em datas diferentes, meus olhos trazem ainda, a impressão vivaz e maravilhosa da grandeza, da uberdade e da hospitalidade do Estado.Eu vi a colméia e o curral. Vi o pomar e o rebanho. Vi a seara e as manufaturas. Vi a serra, os rios, a campina e as cidades. E das auroras de pássaros e rosto de crianças, dos sulcos dos arados, das águas e de tudo, esses pobres olhos meus condenados a morte e ao desaparecimento, guardarão na retina, até o último milésimo de luz, a lembrança da visão sublimada e consoladora. E o meu coração, quanto faltar a seu ritmo, arfará num último esto, para a raça que esta se formando, aquilate (julgue), ame e glorifique os lugares e os homens de nossos tempos heróicos, pela integração da Pátria comum, agora abençoada na paz.”

Ao lamentar não existir ainda nenhum monumento no Rio Grande do Sul estranhou o fato e escreveu assim:

**“Rio Grande do Sul, onde a cada passo em teu chão se acorda um eco, onde cada barranca de teus rios conhecem uma história, onde cada coxilha testemunhou um feito histórico e onde os muros de cada cidade abrigam um acontecimento”**

E prossegue: **“.E por todo este Rio Grande nenhum marco de relembração, nem um padrão votivo, nenhum granito cívico ensina aos contemporâneos que passam descuidados — aqui triunfou Rafael Pinto Bandeira, aqui jaz o Marechal José de Abreu, o anjo da Vitória, aqui se planejou uma Constituição (Alegrete), aqui nasceu Tamandaré. Sim, que na velha cidade do Rio Grande, o núcleo de nossa formação urbana onde troaram os canhões do Brigadeiro Silva Pais que ali houvesse um simples bloco de pedra a recordar seus feitos. E em Jaguarão, a primeira a declarar a forma republicana em 35 e Piratini, a arca do governo farroupilha. Bagé, a barreira contra a conquista espanhola. São Borja, a**

**sentinela destroçada e indomada da invasão paraguaia. São Luiz Gonzaga dos famosos templos do Império jesuítico. Rio Pardo, a muralha contra os choques do estrangeiro. A vetusta Viamão teto dos primeiros casais portugueses. E Seival, a ilha do Fanfa, Ponche Verde e rio Camaquã...”**

Aliás, frase histórica ~sublinhada, com a qual iniciávamos os encontros do Instituto de História e Tradições do RGS, que fundamos em Pelotas em 10 Set 1986, em concorrida sessão na Escola Técnica Federal de Pelotas, por nós presidida e coordenada pelo Major Angelo Pires Moreira e apoio da 8º Brigada de Infantaria Motorizada, comandada pelo Gen Bda Sadi Lisboa Filho e pelo **Diário Popular**, através do Dr Clayr Lobo Rochefort.

Na Biblioteca de Pelotas , o 2º andar, era usada para conferências concorridas. Lembro que era um salão enorme em que os assistentes se sentavam em cadeiras encostadas na parede e entre eles e a mesa diretora um enorme vazio. Mais tarde voltei ao local, então Câmara de Vereadores, onde em 20 de setembro de 1985, sesquicentenário da Revolução Farroupilha, proferimos palestra sobre este tema, atendendo a convite do Gen Bda Egeu Corrêa de Oliveira Freitas, comandante da 8º Brigada de Infantaria Motorizada, cuja história publicaríamos em 2001, com o patrocínio do GBOEx, tendo como parceiro o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e sob o título **8º Brigada de Infantaria Motorizada, Brigada Manoel Marques de Souza 1º**. (Disponível no Google) .No ano seguinte, em 18 de setembro de 1986, ali retornamos para recebermos homenagem do povo pelotense, por intermédio de sua Câmara de Vereadores, consistente na outorga, por Lei 2740, da honrosa **Comenda J. Simões Lopes Neto**. Fora nesta Biblioteca Pública que em janeiro de 1951, surpreso, conhecemos notícia de nossa aprovação para ingresso na Escola de Cadetes de Porto Alegre, ao ser informado por alguém que ali vira meu nome convocado para a EPPA.Como mandamentos cívicos básicos . Simões Lopes assinalou em sua primeira conferência:

**“O amor à Pátria sobre todas as coisas e se possuir espírito nacionalista inquebrantável, capaz de resistir a todas as tempestades”.**

E que destes mandamentos decorriam todas as leis e a ação educacional. Enfatizava:

**“Que o amor à Pátria se desenvolvia e se fortalecia com o conhecimento de seu passado e presente e com fé em seu futuro”.** E completava:

**“Nenhum povo pode ser grande sem o sentimento de amor a sua pátria. Nenhuma nação pode ser forte sem se apoiar no amor a ela de seus filhos. Por isso amar a Pátria é o mais sólido elo da nacionalidade e o maior estímulo dos cidadãos.”**

Assim J. Simões Lopes foi o pioneiro de ensino de Educação Cívica no Rio Grande do Sul e possivelmente no Brasil, antes que por ali passasse, 10 anos depois, Olavo Bilac, que visitou o seu túmulo e sobre ele colocou uma flor, numa reverência muda ao seu pioneirismo em defesa do ensino de Educação Cívica.

Simões Lopes revelava grande preocupação pelas causas que ameaçavam a Unidade Nacional assegurada no passado pela Religião Católica, pela língua portuguesa e pelo Trono. E a Guerra Civil de 1893-95, que teve seu fim físico, mas não o espiritual com a paz celebrada em Pelotas, e que dividira a família da Região Sul do Brasil, o preocupava muito. Revolução que passou a História como revolução Maldita, de Bárbaros e da Degola e foi procurado esquecê-la por 100 anos, até cicatrizar suas feridas, mas neste ínterim evocada nos lenços brancos dos governistas e no vermelho dos federalistas, ao invés dos lenços farrupilhas mandados fazer fora do Brasil por Bernardo Pires, o simbolista farrapo e bisavô do Major Angelo, conforme abordamos e o biografamos no livro **Autoria dos símbolos farrapos, subsídios para a sua revisão histórica, tradicionalista e legal** (Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1971). (Obra disponível no Google). Lenços vermelhos usados equivocadamente pelos personagens da minisérie **A casa das sete mulheres** e por muitos tradicionalistas sem saber o real significado político trágico dos mesmos. Em realidade lenços brancos e vermelhos manchados de sangue numa maldita e impiedosa luta fratricida, de republicanos em Rio Negro, então em Bagé e depois de federalistas em Boi Preto, em Palmeira das Missões. Que glória isto encerra, senão remorso e vergonha pela degola de irmãos inermes! De minha parte, o meu lenço de pescoço é a primeira bandeira farrapa idealizada por Bernardo Pires, com as pontas uma verde e outra amarela e em volta do pescoço o vermelho da República Rio Grandense. Mas cada um que fique com o que gosta, sem remorso e vergonha. Revolução que degolou as tradições farrapas de **Firmeza e Doçura** representada por dois amores perfeitos nos ângulos do losango do brasão farrapo, segundo simbologia maçônica. J. Simões Lopes Neto divulgava estes conceitos, entre outros: **“O homem morre, as gerações se sucedem, mas a Pátria fica, sobreviveseque adiante, e mais e sempre, ancorada na saudade dos que a construíram e já tombaram e nas esperanças dos que nascem. Nenhum povo pode ser grande sem esse sentimento. Nenhuma nação pode ser forte sem nele apoiar-se. E o amor a Pátria é o mais sólido elo da nacionalidade e o mais forte estímulo aos cidadãos.”** E sobre o ensino de História do Brasil: **Esse tudo não é somente descuidado, mas ele não existe e nunca existiu. E a sua consequência é a preferida ignorância em que vivemos da nossa história e estudando histórias alheias...** E mais adiante: **“Todo o ensino tem um fim, o da História do Brasil e dar-nos o conhecimento da noção exata da solidariedade nacional, da disciplina cívica, da liberdade obediente e com ela o amor ao Brasil”**. Diríamos que do estudo da História do Brasil faz nascer e se consolidar no cidadão a consciência da identidade e da perspectiva histórica nacionais. Do contrário ele se torna **uma nau sem bússola, à deriva na tempestade, que não sabe de onde veio, onde está e nem para onde é que está indo.** E mais adiante, a respeito de necessidade da Educação Cívica dos brasileiros defendia: **“E preciso promover em favor da educação**

**Cívica uma das mais necessárias reformas, qual seja a introdução do livro de leitura primária. Cumpre que ele seja brasileiro pelo assunto, pelos pontos que reproduz pela história, pela tradição e pelo sentimento nacional que anime o aluno e o faça amar a sua pátria**”. Acredito que o livro chamado **Seleta**, que existiu no meu Colégio N. S. Aparecida em Canguçu antes de eu lá ingressar em 1938, tenha atendido esta reforma preconizada por J. Simões Lopes Neto. E a ele devo o conhecimento da História de Canguçu, meu berço natal, através de sua **Revista do Centenário de Pelotas** n° 4, 1912, que produziu a convite de nosso avô, Cel GN Genes Gentil Bento, então intendente de Canguçu, no contexto dos festejos do centenário de Canguçu como freguesia e guardada zelosamente por 45 anos por nosso pai, que foi companheiro de quarto quando solteiro de João Simões Lopes, quando este foi hóspede de seu pai intendente de Canguçu morando no Palacete, local hoje do Clube Harmonis. Reviata que nos permitiu uma base de partida para ampliar esta história comunitária na nossa obra **Canguçu, reencontro com a História** (Porto Alegre: TEL, 1983) (Disponível no Google) prefaciada por Barbosa Lessa, outro ícone como Simões Lopes, do tradicionalismo e da literatura gauchesca e bisneto de Carlos Norberto Moreira, nosso avô e do Major Angelo Pires Moreira e foi quem orientou J. Simões Lopes Neto nesta pesquisa, fornecendo-lhe dados sobre a obra do primeiro historiador de Canguçu, o historiador filho de Canguçu Comendador Manoel José Gomes de Freitas, sobre a divisão territorial da então Capela Curada N.S. da Conceição, criada com a missão de ali barrar uma terceira invasão do Rio Grande do Sul, que foi barrada no corte do rio Jaguarão na Guerra de 1801. Referência sobre Carlos Norberto Moreira que J. Simões Lopes Neto referiu na citada Revista n° 4. Creio que J. Simões Lopes Neto foi o filósofo da Educação Cívica que provocou o culto do nativismo gaúcho e junto com ele o Ten Cel Cezimbra Jaques no início do século no Grêmio Gaúcho, no Casarão da Várzea, no atual Colégio Militar de Porto Alegre, na União Gaúcha em Pelotas e no Centro Gaúcho de Bagé. Creio ainda que Barbosa Lessa contribuiu para o renascimento deste sentimento nativista gaúcho, que passou a ser tratado de tradicionalismo gaúcho, e do qual foi seu filósofo e diríamos seu codificador com sua tese, apresentada e aprovada no 1º Congresso Tradicionalista Gaúcho em 1954, intitulada **O sentido e o valor do tradicionalismo**, conforme análise do historiador, tradicionalista e animador cultural canguçuense Caio Moreira Pinheiro em **O Gaúcho** n° 9, em 2002, de homenagem a Barbosa Lessa, em que prestamos nosso depoimento sobre ele em homenagem que lhe foi prestada pelo Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS). Em sua citada conferência sobre Educação Cívica na Biblioteca Pública de Pelotas em 14 Jul 1904, em que ele apresentou um projetado livro **Terra Gaúcha**, falou entre outras coisas: **“Sonho fazer um livro simples, saudável, cantante de alegria e carinhoso.... Um livro em que das águas e das selvas, surgissem e desfilassem ante a evocação das crianças brasileiras, os troços (bandeiras) atrevidos dos bandeirantes lendários,**

dos negros altivos de Palmares, dos famosos índios potiguares e guaranis adustos, da figura de índias amorosas em Lindóia, Paraguaçu, Moema, iguais em poema a Francisca Remini dos Cabelos de ouro!

Livro que abordasse nossas lutas (peleias) nunca perdidas, rasgos de generosidade iguais pelo menos, aos maiores de qualquer povo da terra: a Inconfidência Mineira; o rei Amador Bueno, desambicioso de São Paulo; a retirada da Laguna - rival da do historiador grego e, tantos outros esplendores pátrios: a abolição, a ciência e a arte brasileira e, por fim, a República, a resplandecente liberdade! Sonho fazer um livro assim que concretizasse a Tradição, a História, ensinamentos cívicos e as aspirações pátrias. A ele eu dedicaria o mais brilhante hausto de minha pobre vida, à terra rio - grandense, mãe de raça forte, túmulo de ossadas venerandas, berço de incomedido patriotismo.” Este livro não chegou a ser publicado. E lamentável! Sobre o jornalismo brasileiro no início do século referiu: “O nosso jornalismo, afora política e pequenas notícias pouco se ocupa do Brasil. Quantas vezes vamos encontrar nos jornais estrangeiros notícias de nossa pátria. Não possuímos uma única revista, variada, popular, barata que leve a todos os cantos do país os trabalhos de seus escritores, pensadores e artistas, as obras de construção no Brasil, feita por brasileiros, nem sobre os sucessos de seus filhos mais notáveis. No entanto nos maiores centros do Brasil medram (1904) jornais eróticos que a polícia tem de coibir.” Creio que esta situação hoje, depois de um período positivo, a mídia brasileira não dá espaço para seus historiadores, pois os assuntos devem ser curtos e os jornais do interior hoje publicam matérias assinadas por jornalistas nacionais, preterindo a prata da casa. Um dos últimos a dar espaço para artigos históricos fundamentais para o despertar e alimentar a consciência nos brasileiros de sua identidade e perspectiva históricas foi o **Diário Popular**, onde no nosso caso produzimos bastante e na Coluna Querência da União Gaúcha J. Simões Lopes Neto, com o apoio do Dr Clair Lobo Rochefort e intermediação do Major Angelo Pires Moreira. Manteve assim o **Diário Popular** até onde que pode uma tradição de dar espaço para artigos históricos conforme se constata da obra de Luis Fernando Luiz Osório e de outros intelectuais pelotenses. Mas tudo tem o seu fim! Outro jornal que resistiu foi o **Jornal do Comércio** do Rio de Janeiro. Enfim, para a atual mídia brasileira não tem sentido o que afirmou o grego Cícero de que “**A história é a mestra da vida e a mestra das vidas**”. Parece considerar a História com um casaco velho sem serventia e para ser colocado no lixo. E o que se vê são absurdos como na TV a novela **Quinto dos Infernos** e agora na mini-série **A casa das sete mulheres**, excelente como produção televisiva, mas que procedeu a satanização de heróicos personagens da História gaúcha, como os generais Bento Manoel Ribeiro e Davi Canabarro, que tiveram suas imagens linchadas injustamente. Sobre o ordenamento jurídico do Brasil em 1904 Simões Lopes mencionou: “**A nossa legislação é uma montanha de leis, de disposições, regulamentos, decretos, circulares, avisos que se chocam,**

se enovelam, se disputam, sendo opulentíssima e é difícil destrinchá-la. Nos vemos seguidamente nossos tribunais, alfândegas, comandos e repartições em conflitos, em atritos de atribuições e despejarem perguntas e consultas sobre assuntos que deveriam ser diferentes. Uma nevrose de desorientação lavra por todo o canto.” Sobre os parlamentares brasileiros: **“Os nossos parlamentares saem quase totalmente das profissões liberais... Sem ir mais longe, no atual Congresso Nacional com 212 deputados em exercício, há 90 advogados, 50 médicos, 40 engenheiros, 30 militares e 2 padres. E nenhum agricultor e criador (fazendeiro) de profissão, nenhum comerciante, industrial e armador! Isso é um mal ou um bem?** Felizmente a Internet esta dando oportunidade aos poucos e teimosos historiadores brasileiros que restaram de publicarem seus trabalhos. Vamos tentar através da Internet melhores dias para fortalecer a consciência da identidade e da perspectiva históricas dos brasileiros que neste particular “estão mais perdidos e confusos do que um cego no meio de um tiroteio” Creio que J. Simões Lopes Neto se vivo fosse diria que a Mídia nacional cometeu um grave erro neste particular, e que faltou ao seu dever. E como Mídia registro as editoras nacionais que não estimulam a produção de obras históricas com apoio em fontes históricas autênticas, integras e fidedignas e sim como tal, opiniões pessoais, depoimentos sem os requisitos das fontes confiáveis que dão um caráter de ciência à História. E algumas delas se limitam a reeditar obras históricas sem estimular novos trabalhos, para não se darem ao trabalho que exige uma nova obra. E justiça seja feita. Existem historiadores que não procuram atingir o povo e se mantém num isolamento completo valendo repetir uma classificação irônica de um comunicador bem sucedido. **“Não existem ciências ocultas e sim cientistas que ocultam as ciências, no caso a história.”**

Sobre a indiferença pela comemoração de feriados nacionais no Brasil escreveu:

**“Enquanto outros povos festejam solene e ruidosamente as suas grandes datas nacionais as do Brasil caem no olvido e no abandonô. Ainda não instituímos as grandes festas públicas, como as manobras militares e as civis de ginástica, de tiro, de remo a coincidirem com nossas festas nacionais... O nosso 21 de abril, o 7 de setembro, o 15 de novembro se diluem na memória do povo brasileiro. E não é por ingratidão que isso acontece, mas por falta de Educação Cívica.**

**Recordar é viver. E povo que fecha o coração e a memória, a comemoração das suas grandes datas históricas e digna de lástima.**

**E quem já assistiu a um 4 de julho nos EUA, a um 20 de setembro na Itália, pasmará contristado de nossa indiferença.”** Para Simões Lopes Neto o único remédio para os males que ameaçavam o sentimento nacionalista brasileiro era a Educação Cívica. E com esperança no desenvolvimento da Educação Cívica no Brasil escreveu: **“Há pouco começamos trazer nossos homens para o bronze da consagração... Agora um escritor José de Alencar já tem uma estátua em praça pública, Carlos Gomes emerge da grande saudade paulista. Bustos se erguem, modestas placas**

comemorativas estão sendo implantadas. Caxias e Osório hoje são exemplos permanentes para o povo. Florianópolis tem no seu túmulo um símbolo de peregrinação. Júlio de Castilhos terá seu monumento estímulo de méritos. Os monumentos de Tamandaré, Saldanha da Gama, Mauá, Silveira Martins, Benjamin Constant e outros se estão cimentando.

E não há como negar, já foi a aurora nova... só ela (a República) que trouxe este rejuvenescimento dos credos dos cidadãos." J. Simões Lopes Neto lamentava as faltas cometidas por ignorância ou falta de Educação Cívica contra os símbolos nacionais e escreveu: "**O Hino! O Hino Nacional! Vibração marcial e soberana, o clangor da vitória, a marcha para o progresso. Ele é como o aplauso de todo o peito, ou o tremendo rugido de um povo ferido, a espiritual, a solene e confortante presença de toda a pátria, liame do mar, da serra e da campina no momento e no local onde é executado... é o aroma da flor, o brilho da estrela, o canto da ave, o soluçar da fonte, o balar do gado pacífico da lavoura e o bramir da fera, que é uma fremente onda sonora, mas que é a Pátria...**" E sobre a bandeira referiu: "**Ela, em qualquer parte do mundo representa todos nós. Ela que é nossa glória e nossa honra...**" Se o hino e a voz, a bandeira é a face augusta da Pátria ... Ela não se abate diante de ninguém.... E a bandeira que segreda a um brasileiro: **resiste! A outro - protege-me! E a outro - vence!** É ela que soluça a benção maternal ao ouvido dos que morrem. É ela que diz ao ferido - tem fé! E ela que diz ao vencedor - **cumpriste o dever!** Varada pelas balas, negra de fumaça, úmida de lágrimas, salpicada de sangue, ela é sempre imaculada e pura, lúcida e bendita. E preciso que sintamos que quando ela se desdobra nó alto de um mastro, parece que é dentro do nosso coração que ela flutua!"

Quando jovem ginásiano do Ginásio Gonzaga 1945/48 em Pelotas, em companhia do saudoso amigo Dr. Lori da Rosa Krusser e já revelando notável sensibilidade e vocação para produzir literatura tradicionalista gaúcha, eu ouvia e lia as obras de Simões Lopes Neto **Contos gauchescos, Lendas do Sul e Cancioneiro Guasca**, enquanto tomávamos chimarrão no Hotel do Comércio, na rua 7 de Setembro, por falta de dinheiro para uma diversão mais cara. E não percebia ainda na qualidade de não militar, a forte ligação da obra de J. Simões Lopes Neto com o espírito militar, análise que seu biógrafo Major Angelo Pires Moreira fez na sua obra. E o interlocutor imaginário de seus contos, o Blau Nunes, creio tenha se inspirado no Tenente farrapo Manoel Alves da Silva Caldeira (1815-1900) que considero o maior cronista farrapo e que focalizamos no nosso **Canguçu, reencontro com a História**. (Porto Alegre: IEL, 1983), e na **Edição Histórica sobre a Revolução Farroupilha do Diário Popular de Pelotas, de 20 Set 1985** e no nosso livro **O Exército Farrapo e os seus chefes**, editado pela BIBLIEx em 1992. (Livros estes disponíveis no Google)

E só conferir o perfil de Blau Nunes com o de Caldeira. J. Simões Lopes Neto e Caldeira são patronos de cadeiras da Academia de Canguçuense de História (ACANDHIS). Simões Lopes por haver sido o segundo historiador de Canguçu, em seu centenário como freguesia e na **Revista do Centenário de Pelotas** n° 4, em 1912 e Caldeira por haver em Canguçu escrito cartas que permitiram a diversos historiadores da Revolução Farroupilha resgatarem o perfil militar dos líderes farrapos, com quem Caldeira privou. Angelo Pires Moreira identificou o palavreado castrense ou militar de Simões Lopes Neto nos contos **Trezentas Onças, O Negro Bonifacio, Manantial, Correr**

Eguada, Os Cabelos da China, Melancia - Côco Verde, Contrabandista, Jogo de Osso, Batendo Orelha. E como essencialmente militares: **Chasque do Imperador, Duelo de Farrapos e Anjo de Vitória**. Este o reproduzi na **História da 3a RM, 1808-1889 e Antecedentes** e na obra **2002 - os 175 anos de Passo do Rosário, ( ambos disponíveis no Google)** tendo ao final um Glossário de seus termos gauchescos, para que o texto seja entendido por não gaúchos. Como presidente da União Gaúcha, que hoje leva o seu nome, Simões Lopes Neto organizou na estância de Antônio Rodrigues Ribas, no Fragata, em Pelotas, um intenso programa tradicionalista, misto de práticas campeiras e militares, em homenagem a guarnição da canhoneira Pátria, doada a Portugal pela colônia portuguesa no Brasil e programa assim sintetizado: **“Exercício de guerrilha, reconhecimento de um reduto (fortim) artilhado. Ataque por um esquadrão de Cavalaria. Defesa de uma posição pela Infantaria. Tomada de uma peça de Artilharia, a laço, e defesa da mesma depois de capturada por um esquadrão.”** Isto fala com eloquência do espírito militar que ele possuía, o que é reforçado pelo seu grande orgulho de ser um capitão de Guarda Nacional, assunto que abordei em artigo do Diário Popular em 1º de Setembro de 1974. Circunstância muito bem explorada por outro grande biógrafo seu e com quem tive muito prazer de conviver e me corresponder, Carlos Reverbel e dele receber com amável dedicatória seu livro já citado, **Um capitão da Guarda Nacional - vida e obra de J. Simões Lopes Neto**. E em carta recebi a sua solidariedade a minha tese de localização da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, 1783/93, em Canguçu Velho, o que abordo a seguir. Um conferencista na Biblioteca Pública de Pelotas apresentou a equivocada tese de que em Canguçu Velho havia sido instalada pelo padre Roque Gonzales, o mártir de Caaró, a primeira missão jesuítica no Rio Grande do Sul. Isto por ter lido em algum lugar que esta missão fora fundada entre os rios Piratini e Icamaquã. Mas não percebeu que isto se referia aos citados rios afluentes do rio Uruguai e não aos rios Camaquã e Piratini, que desaguam respectivamente na Lagoa dos Patos e no Cana! São Gonçalo. E J. Simões Lopes escritor e jornalista, mas não historiador preciso, defendeu esta tese equivocada na citada **Revista, do Centenário de Pelotas** nº4 em 1912, quando em realidade, em Canguçu Velho funcionou a sede da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu (1783-1789), antes de ir para São Leopoldo. E as terras que haviam lhe pertencido foram adquiridas pelo Capitão Mor de Laguna Paulo Xavier Prates, que mais tarde adquiriu a ilha Canguçu, que passou a ser conhecida como ilha da Feitoria. Ou seja, ilha da estância Feitoria e não local onde tenha funcionado a Real Feitoria. Defendemos nossa tese documentalmente, com apoio em fontes primárias, depois de diversos e demorados ensaios neste livro. plaqueta: Em **Canguçu Velho Canguçu-RS** A sede da **Real Feitoria do linho-cânhamo do Rincão do Canguçu, 1783/89**.(Disponível no Google.)Tese que foi aprovada pelo Conselho de Cultura Estadual que opinou por nunca a Real Feitoria haver funcionado na ilha Canguçu, ou ilha da estância Feitoria. E a nossa carta àquele Conselho, a este respeito, foi publicada por Carlos de Souza Moraes em **Feitoria de Linho Cânhamo de São Leopoldo** (Porto Alegre: Parlenda, 1994 p. 58- 59 e 109-112). Antes de ser despertado para o fato de que havia existido em Canguçu Velho a Real Feitoria referências a ela se limitavam a poucas e desencontradas linhas, a localizando na ilha Canguçu, mais tarde Feitoria ou prudentemente

deixando a questão de localização no ar. Nesta abordagem em que recebemos a solidariedade de seu biógrafo Carlos Reverbel, não vai nenhum desrespeito à obra de Simões Lopes Neto, o 2º historiador de Canguçu e patrono de cadeira em sua Academia de História por nossa proposta e inaugurada ocupada por outro seu biógrafo, o Major Angelo Pires Moreira, com cuja ajuda comecei a escrever sobre História em 1971, na coluna da União Gaúcha Simões Lopes do **Diário Popular**. E mais, por ser um orgulhoso detentor da Comenda J. Simões Lopes Neto, a nós conferida pelo povo pelotense através de seus representantes na Câmara de Vereadores de Pelotas em 18 Set 1986. Mas história deve ser verdade e justiça. E foi o que fizemos. E não sem uma oposição amadora injusta, por sem apoio em fontes primárias e até irônica, mal educada e desleal algumas vezes.

Fica pois evidenciado, com apoio no trabalho do canguçuense Major Ângelo Pires Moreira que além do grande escritor regionalista e pioneiro tradicionalista que foi J. Simões Lopes, a sua face mais conhecida e só exaltada depois de morto, é que elè possuiu e cultivou acendrado espírito militar, revelado pelo orgulho de ser Capitão da Guarda Nacional e pela sua participação como presidente de Tiro de Guerra 31 que construiu a ia linha de Tiro do Brasil em Pelotas e pela programação da União Gaúcha onde cultuava tradições campeiras e militares gaúchas. E mais do que isto, foi um pioneiro entusiasta defensor do ensino de Educação Cívica no Brasil, atividade que iniciou em 1904 com conferência na Biblioteca Publica e ali repetida em 1906, cujo texto foi impresso sob o título **Educação Cívica**, sob o patrocínio das mais antigas agremiações tradicionalistas gaúchas. Sociedade União Gaúcha de Pelotas, Centro Gaúcho de Bagé e Grêmio Gaúcho de Porto Alegre. Este, fundado na Escola Militar de Porto Alegre pelo Ten Cel Cezimbra Jaques, atual patrono do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), por iniciativa do saudoso patrono em vida de cadeira na AHIMTB e 1º vice presidente do IHTRGS, Cel Hélio Moro Mariante e há pouco evocado pelo Cel Leonardo Araújo em plaqueta, **Homenagem a João Cezimbra Jaques, patrono do MTG e ex-professor do Velho Casarão da Várzea (CMPA)**. Porto Alegre: IHTRGS/AHIMTB, 2001. Tradicionalismo gaúcho então iniciado com um forte sentido militar, para tentar melhorar a delicada conjuntura da Defesa Nacional, decorrente do bacharelismo militar, 1874/ 1905, que relegou a um plano crítico os problemas de Segurança Nacional e abandonou a idéia do Serviço Militar Obrigatório depois de o Duque de Caxias deixar o Ministério da Guerra, onde começara a implementá-lo. Idéia que só voltaria a ser adotada 40 anos mais tarde, em 1916, com a implantação do 1º Sorteio Militar, em pleno curso da 1ª Guerra Mundial na Europa, assunto que evocamos em detalhes no artigo: Os 70 anos do 1ºo Sorteio Militar. **A Defesa Nacional**, nº 729, Jul/Ago1987. p.120/139 e disponível no Google ou no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br). Preservar e analisar esta conferência histórica foi um grande serviço à cultura militar, prestada pelo Major Angelo Pires Moreira, que ocupará a cadeira especial na Academia de História Militar Terrestre, Cap GN João Simões Lopes Neto, além de já terv figurado como seu Delegado, em Pelotas, da Delegacia Fernando Luiz Osório,(Filho), neto do General Osório, o historiador de Pelotas que em 1915, 1 ano antes da morte de J. Simões Lopes e 2 anos depois dela, em 1918, reforçou o espírito militar nacional com suas excelentes obras: **História do Gen Osório**, 2º volume,1915, **Tiro de Guerra** em 1916, e em 1918 **O espírito das armas brasileiras**. Obra esta que em criança, creio,

despertou minha vocação de historiador militar, ao compulsá-la no escritório de meu pai, ao admirar suas fotos. E depois publicaria várias obras de interesse militar terrestre sobre a Revolução Farroupilha em seu centenário em 1935 e o excelente **Sangue e alma do Rio Grande**, (Porto Alegre-Pelotas: Liv. Globo,1937), nesta, tratando do Rio Grande esquecido, Repelindo infâmias, Reparação a um Osório do primeiro Rio Grande e de seus leais comandados na Trincheira de Castilhos.. Trabalho em defesa da memória do Cel de Dragões Thomaz Luiz Osório, defensor em 1763 da Fortaleza de Santa Teresa no Uruguai atual, quando ela foi conquistada pelo General espanhol D.Pedro Cebalios. Defesa que continuou a fazer ao abordar trabalhos focalizando a atuação do Cel Thomaz Osório na Guerra Guaranítica, como comandante do Regimento de Dragões do Rio Grande. Tese que defendemos em 1976 no IHGB, da qual enviamos exemplar ao Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, cuja inauguração havíamos registrado no livro **A Grande festa dos lanceiros**.(Recife:UFPE, 1971, disponível no Google e lançado em 19 de abril) de 1971, na inauguração do Parque Histórico Nacional do Guararapes, de cujo projeto, construção e inauguração fomos o coordenador pelo então comando IV Exército atual Comando Militar do Nordeste em cujo Estado-Maior do Exército servimos e iniciamos nossa atividade como historiador militar do Exército,pois de longa data atuávamos no sentido de resgatar a perdida História de Canguçu . Assim Pelotas, através de J. Simões Lopes Neto e de Fernando Luiz Osório, prestaram notável concurso ao culto de nossa História Militar e à Educação Cívica do Rio Grande do Sul e sem esquecer, o saudoso historiador Major Angelo Pires Moreira nosso primoirmão com suas obras e a historiadora Heloísa Assunção do Nascimento, esposa de militar e correspondente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em seus 3 volumes sobre Pelotas: **Nossa cidade era assim** (1989.1999).

### JORDÃO EMERENCIANO



“ [...] Um metro e noventa, cento e tantos quilos, eciano de primeira, acadêmico, culto, afável, carismático, boêmio, exímio conversador, anfitrião e gastrônomo famoso, Jordão era estimadíssimo no Recife. Os jantares e saraus literários de sua casa, de excelente biblioteca, no Rosarinho, no pé da ponte da Avenida Norte que ele denominou "ponte do jacaré", marcaram época nesta província, com a presença constante dos inseparáveis Mauro Mota, Paulo do

Couto Malta e Marcel Morin, nosso cônsul da França, o popular Marcelo Amorim. [...]severino Jordão Emerenciano nasceu no município pernambucano de Catende, no dia 14 de fevereiro de 1919, filho de Afonso Elísio Emerenciano e Irene Jordão Emerenciano. Fez o curso secundário no Colégio Manuel da Nóbrega, no Recife, e o curso pré-vestibular no Ginásio Pernambucano, onde obteve o primeiro lugar geral. Cursos a Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 1944, como o aluno laureado e o orador da turma. Seu primeiro livro, **A retirada para o Brasil**, foi publicado no ano seguinte a sua formatura e, logo depois foi nomeado Promotor de Justiça em Recife. Bacharelou-se também em Biblioteconomia, em 1951, sendo aluno da primeira turma do Curso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cujo paraninfo foi o professor Edson Nery da Fonseca. Idealizador e um dos responsáveis pela criação do Arquivo Público Estadual estadual de Pernambuco – reestruturado na administração do governador José Neves Filho, em 1945 – foi seu primeiro diretor, ocupando o cargo com algumas interrupções, de 1945 a 1972, ano da sua morte. Exerceu alguns cargos políticos, entre os quais, o de Secretário Geral do governo de Fernando de Noronha; o de Juiz do Tribunal Eleitoral e o de Chefe da Casa Civil, do Governo Cid Sampaio. Foi também professor de História da Literatura Portuguesa, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, onde criou, em 1954, o Instituto de Estudos Portugueses. Membro da Academia Pernambucana de Letras foi secretário do órgão durante a gestão de Valdemar de Oliveira, que no seu livro de memórias Mundo submerso traz um trecho com o seguinte depoimento:[...] Não esqueço os muitos outros colaboradores que, em doze anos de Presidência, tive. Mas, se destaco Jordão Emerenciano é que nele encontrei, mais que um simples redator de atas e de ofícios, um grande animador de iniciativas culturais do mesmo modo que um lúcido Chefe de Cerimonial, de que, parece-me, deveriam prover-se todas as Academias, tão letradas devem elas ser quanto mundanas, seguindo a linha fidalga de Jordão. Escritor e jornalista, colaborador do **Jornal Pequeno**, Jordão Emerenciano é autor de vários livros e artigos de periódicos, entre os quais podem ser destacados: Livros e folhetos: **A retirada para o Brasil (1945); Apontamentos para a narrativa feliz da empresa da 2ª Batalha dos Guararapes (1949); Edgar Allan Poe o homem, o temperamento (1950); Jose Mariano ou o elogio da tribuna (1953); Silvino Lopes: o homem e a obra (1959); Três instrumentos de trabalho: fontes básicas para estudos portugueses (1965); A conjuntura açucareira em Pernambuco (1965); Contribuição bibliográfica para estudantes brasileiros de literatura portuguesa (1966); Artigos de revistas: Notas à margem da interpretação marxista da história (1946); Interpretação de Pernambuco flamengo (1947); Plano de altos estudos (1947); Vauthier no Arquivo Público (1948); Joaquim Nabuco e a igreja (1949); Centenário de Pereira da Costa (1952); Guararapes e a unidade brasileira (1971); Francisco do Rego Barros, Conde da Boa Vista (1972).** Foi agraciado com várias condecorações, entre as quais a de Comendador da Ordem Militar de

Cristo (Governo Português, 1948); a da Ordem do Mérito da Áustria (1950) e a Comenda do Mérito, concedida pelo governo argentino, em 1962. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e do Instituto de Cultura de Coimbra, Portugal. Jordão Emerenciano morreu no Recife, em 17 de fevereiro de 1972. Recebeu diversas homenagens póstumas, entre as quais da Prefeitura do Recife, que instituiu, em 1972, o Prêmio Jordão Emerenciano, destinado ao melhor livro de ensaio; o Instituto de Estudos Portugueses e o Arquivo Público Estadual de Pernambuco passaram a denominar-se Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano e Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. A turma de bacharéis em Direito da UFPE do ano de 1972, também foi denominada Turma Jordão Emerenciano. Fonte principal GASPARG, Lúcia. Jordão Emerenciano. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: dia mês ano. Ex: 6 ago. 2009.

Convivemos muito com Jordão Emerenciano no Recife, Ele solicitou ao Comandante do IV Exército um representante na Comissão Estadual das comemorações do IV Centenário da cidade de Goyana-PE de das Comemorações do Centenário do Término da Guerra do Paraguai e fomos o indicado na qualidade de Historiador. Ao recebermos a missão Militar de coordenarmos, O Projeto, Construção do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes e escrevermos o livro As batalhas dos Guararapes descrição e análise militar dele e do Arquivo Público de Pernambuco recebemos grande apoio e incentivo. E nos baseamos inclusive em seus livros sobre as Batalhas dos Guararapes, para escrevermos o nosso. Ao sermos transferidos para Brasília para O Estado-Maior do Exército e nele integrarmos sua Comissão de História, nos ofereceu em sua casa uma farta mesa de queijos e vinho. Publicamos no **Jornal do Comercio** de Recife Necrolóquio de Jordão Emerenciano. ao sabermos de seu falecimento. Ao fundarmos a Academia de História Militar Terrestre do Brasil em Resende-RJ em 1996 o consagramos como patrono de cadeira especial que foi inaugurada, na sede da Associação de Veteranos da FEB no Rio de Janeiro pelo historiador DR Adler Homero Fonseca de Castro, indicado pelo grande arqueólogo Marcos Cavalcanti, titular da cadeira especial Gilberto Freire. Lembro que recorremos ao seu Arquivo Público de Pernambuco para escrevermos no **Jornal do Comercio** do Recife artigo **A Guarnição Federal do Recife ha cem anos seu comandante 15 jun 1971**. Artigo que fui informado foi transcrito nos Anais da Câmara de Vereadores do Recife, por tratar-se de Emilio Mallet, o Patrono da Artilharia do Exército, Em meu livro digital **Recife 31 anos depois em 2002**. disponível no Google recorde Jordão Emerenciano Como contribuição ao centenário do término da Guerra do Paraguai publiquei livro digital **Evocação da Guerra do Paraguai no Centenario do seu término**, disponível no Google



**Foto da Revista Moinho do Recife nº9 onde aparecemos como autores de artigo sobre as Batalhas dos Guararapes**

### **JOSÉ FRANCISCO DE ROCHA POMBO**



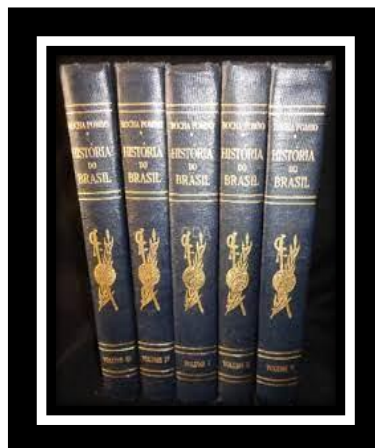
**José Francisco da Rocha Pombo** (Morretes, 4 de dezembro de 1857 e faleceu no Rio de Janeiro, 26 de junho de 1933) com 75 anos. Foi jornalista, advogado, professor, historiador, político e escritor brasileiro.

Filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica Pires da Rocha, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi um ardoroso abolicionista e republicano. Em 1892 foi diretor do "**Diário do Comércio**", do qual se tornaria proprietário, tendo fundado em Morretes, no ano de 1879, o jornal "**O Povo**" e mais tarde, na cidade de Castro, o jornal "**Eco dos Campos**" e nos dois periódicos divulgava as ideias que abraçara. Elegeu-se deputado à Assembleia Provincial em 1886 pelo Partido Liberal. Desiludido com os acontecimentos políticos decorrentes da Revolução Federalista, transfere-se para a Corte, no ano de 1897, onde logo se habilita para lecionar no Colégio Pedro II e na Escola Normal. Tentou, no Paraná, criar uma universidade, sem sucesso. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No Paraná, sua terra natal, é cultuado como um dos maiores expoentes na literatura do estado, recebendo ali diversas homenagens, tendo sua memória preservada e cultuada. Uma destas homenagens foi concedida pela Academia Paranaense de Letras como o "Fundador" da Cadeira N° 1 desta instituição.

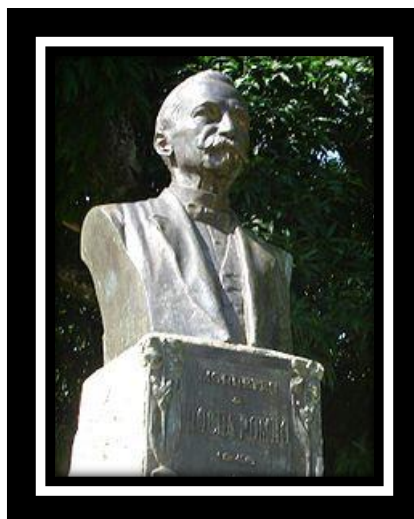
Publicações. Com destaque para "**No Hospício**", que beira a literatura fantástica, e "**Nossa Pátria**", que mereceu dezenas de edições, publicou:

- Honra do Barão, 1881;
- Dadá, 1882;
- A religião do belo, 1882;
- Petrucello, 1889;
- Nova crença, 1889;
- A supremacia do ideal, 1889;
- Visões, 1891;
- A Guairá, 1891;
- In excelsis, 1895;
- Marieta, 1896;
- História da América, 1900;
- **História do Brasil, 1905-1917;**
- **História de São Paulo.**
- **História do Paraná.**
- O Paraná no centenário, 1900;
- No hospício, 1905;
- Contos e pontos, 1911;
- Dicionário de sinônimos da Língua Portuguesa, 1914 ;
- Notas de viagem, 1918;
- História Universal, 1929.

Foi eleito em 16 de março de 1933 para ocupar a cadeira 39 da Academia, que tem por patrono Francisco Adolfo de Varnhagen, como seu terceiro ocupante, falecendo antes de ser empossado.

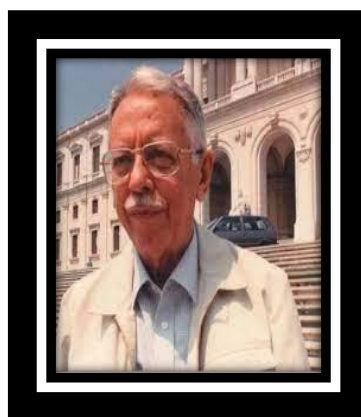


da História do Brasil de Rocha Pombo que meu pai possuía em seu escritório de Tabelião que menino só consegui contemplá-la contemplando suas ilustrações



**Monumento ao historiador Rocha Pombo em Morretes no Paraná , sua terra natal onde estão seus restos mortais**

### **JOSE ANTÔNIO GONÇALVES DE MELLO NETO**



Dois anos antes da publicação do Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, um jovem então com 31 anos, autodidata chamado José Antônio Gonçalves de Mello Neto, nascido no Recife em 16 de dezembro de 1916 e falecido na mesma cidade em 7 de janeiro de 2002, com 85 anos revelava ao público interessado no tema o mais completo estudo sobre o período holandês (1630-1654), quando do lançamento do seu livro **Tempo dos Flamengos – Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947. Prefácio de Gilberto Freyre. 328 p. il. (Coleção Documentos Brasileiros; 54). Como se respondesse aos anseios dos críticos de então, José Antônio Gonçalves de Mello veio revolucionar os estudos sobre o Brasil Holandês, apoiado em extensa bibliografia e na documentação reunida por José Hygino Duarte Pereira na segunda metade do século XIX em arquivos dos Países Baixos. No seu primeiro livro, aborda ele com maestria a influência dos holandeses na vida urbana e na vida rural, bem como sua atitude para com os negros e a escravidão, para com os índios e a catequese, para com os judeus e as religiões católica e israelita. A obra logo se transformou num clássico, mas sua segunda edição só veio acontecer em 1978, numa tiragem de 5.000 volumes (Coleção Pernambucana, v. 16),

seguindo-se de uma terceira edição em 1987, com uma tiragem de 3.000 volumes (Editora Massangana).

O autor do **Tempo dos Flamengos** veio se transformar, com o passar dos anos, no mais profundo conhecedor do período holandês, desenvolvendo ao longo da vida estudos vários, utilizando-se para isso dos conhecimentos posteriormente obtidos em pesquisas nos arquivos dos Países Baixos (1957-58 e 1962) e de suas constantes investigações em arquivos portugueses, ingleses e espanhóis (Simancas, Sevilha e Canárias).

No seu silêncio, sem fanfarras ou outros apelos à divulgação de sua obra, José Antônio Gonsalves de Mello continuou por toda uma vida trabalhando diuturnamente, no anonimato, sem o apoio e o incentivo que deveria merecer. Assim ele dedicou mais de meio século à pesquisa histórica, numa busca incessante das raízes de nossa pernambucanidade, revolvendo papéis de há muito esquecidos (considerados até desaparecidos), salvando tanto o perdido como o achado, corrigindo velhos textos, destruindo lendas e ficções, formando discípulos e orientando os mais novos. José Antônio Gonsalves de Mello se transformou assim numa lenda com seu nome inscrito no panteão dos Grandes de Pernambuco.

Convivemos com José Antonio no Recife e juntos estivemos na Comissão encarregada do Projeto, Construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes. O visitamos na sede do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Pernambuco e o visitamos em seu apartamento. Ele prestigiou com sua presença homenagem que recebi do Dr Airton Costa Carvalho, no interior da Igreja N.S Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes por haver conduzido a bom termo a Coordenação Projeto, Construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapee e em sua inauguração haver lançado o meu livro *As Batalhas dos Guararapes descrição e análise militar* publicado pela UFPE. Obra para cuja elaboração foi fundamental a consulta de suas obras publicadas pela UFPE **Restauradores de Pernambuco 1967** e **José Fernandes Vieira em 1967** e **Tempo dos Flamengos**. Este publicado no Rio de Janeiro pela Jose Olympio em 1947, cabendo destacar sua pesquisa sobre o Mestre de Campo Antônio Dias Cardoso, o qual, na vinha análise como militar, imergiu como a maior figura militar da vitoriosa Insurreição Pernambucana o o que demonstrei no meu citado livro sobre as Batalhas dos Guararapes e em *Guerras Holandesas* no Capítulo 2 que me coube redigir da **História do Exército Brasileiro Perfil Militar de um Povo** a convite do Chefe do Estado-Maior do Exército. Obra em 3 volumes, contribuição do Exército às comemorações do Bsesquicentenário da Independência Ao fundarmos em Resende-RJ a A Academima de História Militar Terrestre do Brasil AHIMTB criamos a cadeira especial Jose Antonio Gonçalvel de Mello Neto a qual foi inaugurada por seu sobrinho Pernabucano de Mello. Em nosso livro digital **Recife 31 anos depois em 2002** mrecordamos contatos que com ele e sua obra histórica sobre os holandeses, para escrevermos nosso livro **As batalhas dos Guarararapes descrição e análise militar e para levarmos a bom termo O projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes**.

**JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES**



**José Honório Rodrigues.** Nasceu no Riode Janeiro emem 20 de setembro de 1913 e faleceu no Rio de Janeiro, em 6 de abril de 1987, com 74 anos. Foi um advogado, historiador e escritor brasileiro. Notabilizou-se, sobretudo, pelas suas publicações acerca da história da historiografia brasileira. José Honório Rodrigues graduou-se no curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito (FND) vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano de 1937. O seu primeiro trabalho de relevância foi **Civilização Holandesa no Brasil**, publicado em 1940, em coautoria com Joaquim Ribeiro - livro que receberia o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras (ABL).<sup>1</sup> No biênio de 1943 e 1944, patrocinado com uma bolsa de estudos pela Fundação Rockefeller, residiu e pesquisou nos Estados Unidos, onde também frequentou cursos acadêmicos na Universidade Columbia Data desta época o seu interesse pelo estudo da história da historiografia brasileira, que o acompanharia ao longo de toda a sua trajetória profissional. Depois do seu retorno ao Brasil, ingressou nos quadros do Instituto Nacional do Livro.<sup>1</sup> Entre os ano de 1946 e 1958, foi diretor da Seção de Publicações e Obras Raras da Biblioteca Nacional do Brasil (BN). No ano de 1958, recebeu o cargo de diretor do Arquivo Nacional (AN), o qual ocuparia até 1964. Paralelamente a essas funções, exerceu ainda, entre os anos de 1948 de 1951, o cargo de diretor da Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco (IRBr). Ao longo da sua carreira, foi professor em diversas instituições de ensino superior e programas de pós-graduação no Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), professor de Pós-Graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF) e de Doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro.<sup>1</sup> Foi, professor visitante em diversas universidades estadunidenses. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Academia Portuguesa da História (APH), da American Historical Association (Estados Unidos), da Royal Academy of History (Inglaterra) e da Sociedade Histórica de Utrecht (Países Baixos. Na matéria do **Jornal do Brasil** sobre sua morte, recebeu elogios e lamentações de personalidades como Arnaldo Niskier, Israel Bloch, Celina Moreira Franco, Austregésilo de Athayde e Hélio Silva. Dada toda sua carreira, Rodrigues é considerado um dos mais conceituados historiadores brasileiros. Colaborou no Programa de História da América, promovido pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, de que resultaram três séries de publicações universitárias e um livro conjunto para o ensino de História da América. Participou dos debates de várias reuniões e sua colaboração está no livro **Brasil. Período colonial (1953)**. Foi conferencista em várias universidades brasileiras e norte-americanas e, entre 1956 e 1964, na Escola

Superior de Guerra, onde se graduou. Recebeu o Prêmio Clio de Historiografia da Academia Paulista de Letras (1980), Prêmio de História do Instituto Nacional do Livro (1980) e a Medalha do Congresso Nacional (1980). Suas obras:

**1940 - Civilização holandesa no Brasil**

**1949 - Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**

**1954 - O continente do Rio Grande**

**1962 - Aspirações Nacionais**

**1964 - Brasil e África: Outro Horizonte**

**1965 - Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural**

**1965 - História e historiadores do Brasil**

**1966 - Vida e história**

**1970 - História e historiografia**

**1976 - Independência: revolução e contra-revolução, 5 volumes.**

**1976 - História, corpo do tempo**

**1978 - O Conselho de Estado. O Quinto Poder?**

**1979 - História da História do Brasil. 1.ª Parte: A historiografia colonial.**

Foi o terceiro ocupante da cadeira 35, que tem como patrono Aureliano Tavares Bastos. Foi eleito em 4 de setembro de 1969, na sucessão de Rodrigo Otávio Filho. Integrei em 1971-1974, a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército como adjunto de seu Presidente Cel Francisco Ruas Santos, o qual mencionava crítica de José Honório Rodrigues de trabalhos históricos de militares do Exército que observavam uma Teoria de História do Exército até então inexistente. E nos dois trabalhamos com afinco e conseguimos publicar uma Teoria de História do Exército traduzida **Sistema de Classificação de assuntos de História das Forças Terrestres Brasileiras**, Manual que continha todos os casos de emprego de Forças Terrestres no Brasil. Em 1978 aos assumirmos a função de Indutor de História da Academia Militar das Agulhas Negras levamos pronto para publicação nosso manual **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro** o qual foi publicado como Manual pelo Estado-Maior do Exército em 1959 e 1999 e por ele distribuído a nossas Escolas Militares. Manual cuja 2ª edição acha-se disponível no Google. Nele simplificamos a Teoria de História das Forças Terrestres Brasileiras, Só colocando os casos de emprego da força militar. Para a partir do emprego procurar definir a Doutrina Militar utilizada em cada caso quanto a Organização Equipamento, Instrução e Motivação (O Porquê de lutar e morrer se preciso fosse). Teoria que se esta muito a dever as críticas de José Honório a trabalhos de militares.

**PEDRO CALMON**



**Pedro Calmon Moniz de Bittencourt**, conhecido como **Pedro Calmon**. Nasceu de Amargosa-BA e falecido 23 de dezembro de 1902 — Rio de Janeiro, 16 de junho de 1985 com 82 anos foi um professor, político, historiador, biógrafo, ensaísta e inspirado orador brasileiro.

Pedro Calmon nasceu no interior da Bahia na cidade de Amargosa, filho de Pedro Calmon Freire de Bittencourt e Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de Bittencourt. Sua origem vem de casamentos de famílias importantes, como era o costume da época, dos Nogueira da Gama, descendentes do Marquês de Baependi com famílias importantes da Bahia.

Em 1920 ingressou na Faculdade de Direito da Bahia, que cursou por dois anos. Em 1922 transferiu-se para o Rio de Janeiro, para secretariar a Comissão Promotora dos Congressos do Centenário da Independência, continuando seus estudos na Universidade do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diplomando-se em 1924.

Foi secretário particular do Ministro da Agricultura no governo Artur Bernardes, habilitando-se, em 1925, no concurso de provas para conservador do Museu Histórico Nacional, onde realizou ampla reforma administrativa, criando também a cadeira de História da Civilização Brasileira, para a qual escreveu um livro com o mesmo título.

Em 1926 estreou na tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como orador, na comemoração do terceiro centenário de emancipação da Bahia do domínio holandês, sendo eleito sócio efetivo em 1931, orador oficial de 1938 a 1968 e presidente a partir de 1968, tornando-se sócio grande-benemérito.

De 1927 a 1930, tendo ingressado na política como deputado estadual pela Bahia, em 1935 foi eleito deputado federal, voltando em 1950 como ministro da Educação e Saúde (1950 — 1951) no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra.

O seu primeiro trabalho jurídico data de 1926 – Direito de Propriedade, inicialmente destinado a tese de doutorado. Em 1933, publicou os livros sobre **D. Pedro I, Gomes Carneiro e Marques de Abrantes**; em 1935 publicou o 1º tomo da História Social do Brasil - obras que o habilitaram a candidatar-se para a Academia Brasileira de Letras, sendo premiado pela Academia em 1929 pela obra O Romance de Belchior – romance histórico.

Foi candidato a deputado em 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte, obtendo porém apenas a 13ª suplência do cargo pela legenda "A

Baía ainda é a Baía". Em 1934 tornou-se, por concurso, livre docente de Direito Público Constitucional na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1939 catedrático da mesma Faculdade de que também foi diretor por 10 anos (1938 — 1948). Em 1948 ascendeu à Reitoria da Universidade do Brasil, de que esteve à frente por dois períodos: 1948 — 1950 e 1951 — 1966. Em 1935 regeu a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade do Distrito Federal. Foi também professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro desde a sua fundação em 1940, e da Faculdade de Filosofia da Universidade Santa Úrsula no Rio de Janeiro. Conquistou em 1955 a cátedra de História do Brasil do Colégio Pedro II com uma tese de concurso sobre a análise da documentação inédita acerca das minas de prata.

Pela atividade no magistério superior, recebeu o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutor honoris causa das Universidades de Coimbra, Quito, Nova York, San Marcos e da Universidade Nacional de México; e professor honorário da Universidade da Bahia.

Foi orador oficial do Instituto dos Advogados do Brasil, em dois períodos, representante do Equador na Conferência Pan-Americana de Geografia e História, realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 1932; delegado do Brasil à conferência Interamericana do México em 1945 e a Conferência Interacadêmica para o Acordo Ortográfico em Lisboa, em 1945.

Pedro Calmon foi membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e dos Institutos Históricos de vários estados brasileiros; membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa de História; sócio honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Real Academia Espanhola e da Real Academia de História da Espanha e sócio correspondente de sociedades culturais e históricas de vários países da América Latina. Foi membro do Conselho Federal de Cultura, do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército e diretor do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, no Liceu Literário Português, desde 1947.

A partir de 1923 Pedro Calmon publicou, conforme a Academia Brasileira de Letras, cerca de 50 obras, nas áreas de Biografia e Literatura Histórica; História e Direito. São encontradas também contribuições suas na Revista da Academia Brasileira de Letras e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de crônicas na Revista O Cruzeiro.

A 24 de Agosto de 1945 foi feito Grande-Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, a 17 de Maio de 1958 foi feito Grande-Oficial da Ordem da Instrução Pública, a 28 de Fevereiro de 1961 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, a 19 de Agosto de 1968 foi elevado a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública, a 26 de Fevereiro de 1971 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, a 26 de Julho de 1972 foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Benemerência de Portugal e a 19 de Fevereiro de 1978 foi elevado a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada de Portugal.

Eleito em 16 de abril de 1936 para a cadeira 16, cujo patrono é Gregório de Matos, da qual foi o terceiro ocupante. Foi saudado por Gustavo Barroso, em 10 de outubro de 1936. Ocupou a presidência da Casa, em 1945.

Pedro Calmon teve farta produção literária, sobretudo no campo da história. Além das obras listadas abaixo, deixou abundante contribuição nas revistas da academia e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

#### **Biografias e historiografias**

**Princesa Isabel, a Redentora (1914);**  
**Anchieta, o santo do Brasil (1930);**  
**O crime de Antonio Vieira (1931);**  
**Por Brasil e Portugal. Sermões do Padre Vieira, anotados (1933);**  
**O Marquês de Abrantes (1933);**  
**Gomes Carneiro, o general da República (1933);**  
**O rei cavaleiro: Vida de D. Pedro I (1933);**  
**O rei do Brasil: Vida de D. João VI (1935);**  
**Vida e amores de Castro Alves (1935);**  
**O rei filósofo: A vida de D. Pedro II (1938);**  
**História do Brasil na poesia do povo (1941);**  
**A vida de Castro Alves (1947);**  
**A bala de ouro- História de um crime romântico (1947);**  
**História da literatura baiana (1949);**  
**Castro Alves: o homem e a obra (1973);**  
**• Para melhor conhecer Castro Alves (1974).**

#### Literatura

**Pedras d'armas, contos (1923);**  
**O tesouro de Belchior, novela (1929);**  
**Malês, A Insurreição das Senzalas, romance libertário histórico;**  
**Figuras de azulejo, crônicas (1939);**  
**Estados Unidos de leste a oeste, crônicas (1942);**

#### História

**A conquista: história das bandeiras baianas (1926);**  
**História da Bahia (1927);**  
**História da Independência do Brasil, separata da Revista do Instituto Histórico (1929);**  
**História da civilização brasileira (1932);**  
**História social do Brasil, 1º vol.: Espírito da sociedade colonial (1935); 2º vol.: Espírito da sociedade imperial (1937); 3º vol.: A época republicana (1939);**  
**História da Casa da Torre (1939);**  
**História do Brasil, 1º vol.: As origens (1939); 2º vol.: A formação (1941); 3º vol.: A organização (1943); 4º vol.: O Império (1947); 5º vol.: A República (1955);**  
**História diplomática do Brasil (1941);**  
**Brasil e América: História de uma política (1941);**  
**História da fundação da Bahia (1949);**  
**O segredo das minas de prata, tese de concurso (1950);**  
**Brasil, com Jaime Cortesão (1956);**  
**História do Brasil, 7 vols., ilustrados (1959);**  
**Brasília, catedral do Brasil: história da Igreja no Brasil (1970);**  
**História do Ministério da Justiça 1822-1922 (1972);**  
**História de D. Pedro II. 5 vols., ilustrados (1975);**  
**Franklin Dória, Barão de Loreto (1981).**  
**A Maçonaria, o Socialismo e o Futuro do Brasil (1983);**

#### Jurídicos

**Direito de propriedade (1926);**  
**Reforma constitucional da Bahia (1929);**  
**A federação e o Brasil, tese para a docência (1933);**  
**Intervenção federal, tese para a cátedra (1939);**  
**Curso de Direito Constitucional (1937);**  
**Curso de Teoria Geral do Estado (1941);**  
**O Estado e o Direito nos "Lusíadas" (1945);**  
**História das idéias políticas (1954).**

Conhecemos Pedro Calmon em em 1954 como conferencista a convite da Academia Militar da Academia Militar das Agulhas na abertura do ano do ano letivo de 1954 quando ingressávamos no 2º ano desta Academia. Como revelando historiador militar potencial fomos motivados como cultor de nossa História Militar do Brasil. Em 1970 decorridos 26 anos **tivemos** o estímulo de Pedro Calmon ao publicarmos nossos livros **As Batalhas dos Guararapes descrição e análise militar** e a **Grande Festa do Lanceiros**, ambas disponíveis no Google e publicadas pela UFPE que mereceram de Pedro Calmon comentários estimulantes em correspondência com ele mantida desde então. Em 1978 fomos eleito socios do IHGB por ele presidido e por ele encarregados em 1979 e 1980 de levar a Espada de Campanha do Duque de Caxias a AMAN, com toda a pompa e circunstância no comando de uma Guarda de Honra e Segurança de Cadetes ,para as comemorações dos centenários de falecimento do Duque de Caxias e do General Osorio. Sendo que em 1980 fomos encarregados de zelar por sua saúde já motivo de cuidados especial e como orador oficial de conferência sobre o Duque de Caxias, sendo ao final aplaudido de pé pelos oficiais e cadetes. Mais tarde em 1985 na Direção do Arquivo Histórico do Exército o acompanhamos e ao General Jonas Correia em exposição realizada no prédio onde o Príncipe D. Pedro proclamou o Dia do Fico. Foi a última vez que o vi. E ao ele falecer participamos de seu velório na Academia Brasileira de Letras. No centenário de morte do Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes fomos convidados por Pedro Calmon para sermos o orador de homenagem ao Comandante da FEB pelo IHGB. Carta de Pedro Calmon sobre meu livros as Batalhas do Guararapes 1971.

“la mandar-lhe parabéns pelo feliz sucesso que foi a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, ao qual deu o melhor de seu primoroso senso patriótico e histórico, quando me chegaram seus trabalhos, todos magistrais **As batalhas dos Guararapes - análise e descrição militar** e mais **A grande festa dos Lanceiros** (de Cavalaria do Exército).

Envio-lhe com prazer, não somente o louvor de que é digno, como a palavra cordial de estímulo, para que prossiga neste útil afã.

Considero que já ninguém neste país poderia versar o tema batalhas dos Guararapes, sem lhe bater as portas, pedir-lhe contribuição e beber suas fontes de verdade, sobre o terreno das batalhas, inspirar-se nas suas indicações, abonar os seus critérios analíticos e concluir segundo sua clara e douta lição. Não seria tudo cercar a área, erigir o Parque Histórico dos Guararapes, como lugar sagrado. Também se fazia mister iluminar com a luz forte da História este campo santo, o que o senhor fez com sabedoria e amor que honram a cultura e o Exército Nacional” (Dr. Pedro Calmon, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras. Carta Rio de Janeiro, 17 maio de 1971 (há 47 anos).

Desejo congratular-me, por intermédio de V. Exa., com o IV Exército por essa realização, que honra não só a cultura brasileira, como o espírito cívico das Forças Armadas, em comunhão com as glórias autênticas da Pátria. Fazemos votos para que a inauguração se faça com o esplendor adequado. Seria de de-sejar que houvesse indicações de natureza didática para que, em visita ao campo dos Guararapes, a juventude escolar aprenda no terreno a lição mais bela dos antepassados, na defesa do chão natal. Queremos crer que o Parque trará os maiores benefícios à educação moral dos jovens brasileiros, reatando ao mesmo tempo o culto da tradição, sempre tão viva em Pernambuco. Para qualquer colaboração que desejem os organizadores, esta velha Casa se põe inteiramente à disposição. Antecipamos a V. Exa. os aplausos com que o plenário do Instituto tomará conhecimento do que nos informa; e nos servimos do ensejo para enviar-lhe, e à Coordenação incumbida dos trabalhos, atenciosos cumprimentos. Pedro Calmon.

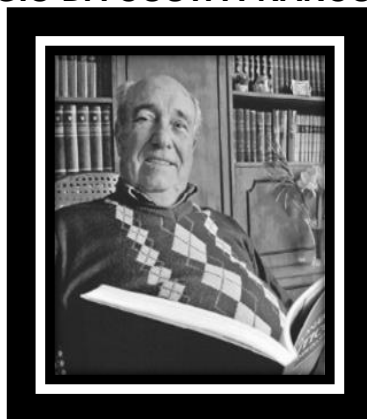
Dou por recebida a sua importante comunicação de 10 do corrente. Muito nos alegrou que participasse do Concurso Nacional para a escolha do monumento a ser erigido nos Guararapes o nosso companheiro Jordão Emerenciano, ao lado de José Antonio Gonsalves de Mello. Sem duvida, e com muito prazer, a Revista Instituto se ocupa do tema que o Parque Histórico sugere e, neste sentido, aguardamos ansiosos o resultado das pesquisas de campo, que trarão sempre novos subsídios à conhecida verdade documental, quero, outrossim, cumprimentá-lo pelo brilhante estudo sobre o Gaúcho Primitivo. Junto ao seu precioso estudo sobre as batalhas dos Guararapes, recomenda o seu nome ao respeito dos especialistas da História pátria, a quem contenta falando das glórias do Norte e do Sul do Brasil, tal o serviço que tem prestado às letras históricas Pernambuco, sem deixar ao abandono as tradições do seu admirável rincão rio-grandense. Formulamos sinceros votos pela prosperidade de seus trabalhos, sobretudo pela beleza da inauguração do Parque, obra pioneira, que atendendo à história militar, sensibiliza a consciência cívica dos brasileiros. Acabo de vir da Bahia, onde o Governador Luiz Viana inaugurou a 8 de março outro Parque dessa espécie, também preconizado pelo Presidente Médiçi, o de Castro Alves. Fi-cou muito bom, na sua simplicidade. Constitui desde logo um modelo, para a comemoração de personagens ilustres do Passado. Já o dos Guararapes, nas suas vastas proporções, representa a gratidão dos Brasileiros pelas três raças que ali se arregimentaram para manter íntegro o país. Oxalá que a inauguração corresponda a esta expectativa, satisfazendo a quantos nela se empenharem, na primeira linha o Major Cláudio Moreira Bento, Coordenador Assistente da Construção. Queira aceitar as minhas renovadas congratulações e cumprimentos cordiais.

Rogo ver na minha História do Brasil, edição José Olímpio em 7 tomos, os capítulos alusivos aos Guararapes, pois os considero ótimas tentativas de restauração da verdade, quanto a indumentária e a topografia, os desenhos de Watch Rodrigues que a ilustram...'

No seu ítem 5, Pedro Calmon respondeu positivamente ao nosso resgate da figura heróica de Antônio Dias Cardoso, hoje consagrado patrono das Forças Especiais do Exército Brasileiro e que não figurava, injustamente, talvez por ser nascido em Portugal, ao lado dos heróis de Guararapes João Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão. Mas que continua ainda in-justiçado em algumas interpretações teimosas e

autoritárias e sem base na História. E escreveu o mestre Pedro Calmon: "5 - Não teria dúvida em incluir Antônio Dias Cardoso entre os heróis da Insurreição Pernambucana". Deste modo, confirmava o que sobre o assunto me havia escrito o mestre Câmara Cascudo e que reproduzo: "... Parabéns pela útil exaltação de Dias Cardoso, Soldado do Rei em serviço do Brasil, numa legitimidade heroica na tarefa inesquecível. O louvou muito bem quando os profissionais de História o esqueceram".

### SERGIO DA COSTA FRANCO



**Sérgio da Costa Franco.** Nasceu em Jaguarão, em 12 de junho de 1928 e faleceu em Porto Alegre em 13 de outubro de 2022 aos 93 anos. Foi um historiador, advogado e jornalista brasileiro. Filho do juiz Álvaro da Costa Franco e de Gilda Werneck da Costa Franco, ainda na infância mudou-se para Porto Alegre, onde concluiu o curso secundário em 1945, no Colégio Anchieta. Formou-se em Geografia e História pela UFRGS em 1948 e em seguida em Direito, pela mesma universidade, em 1954. Foi professor de ensino médio de 1947 a 1968, e chefe de comunicação regional do IBGE entre 1949 e 1952. Neste ano fez concurso para o Banco do Brasil, onde trabalhou como escriturário até 1957. A partir daí fez carreira no Ministério Público do Rio Grande do Sul. Foi Promotor de justiça nas cidades gaúchas de Encantado, Quaraí, Soledade, Erechim e Porto Alegre, promovido a Procurador de Justiça em 1976 e aposentado em setembro de 1977. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, foi seu presidente de 1996 a 1998. Também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Jornalista desde 1949, publicou crônicas e textos históricos em diversos jornais. Autor de diversos livros, alguns reunindo crônicas, mas a maior parte dedicados à pesquisa histórica, principalmente à memória de Porto Alegre. Em 2005 sua obra "Os viajantes olham Porto Alegre" recebeu da Secretaria Municipal de Cultura o Prêmio Açorianos de Livro do ano. Em 2009, Sérgio da Costa Franco, pelo conjunto da obra, recebeu o Prêmio Joaquim Felizardo como destaque na área de Memória Cultural. Em 2012 recebeu o Troféu Guri, iniciativa do Grupo RBS que a cada ano homenageia "10 personalidades que contribuíram para a história do Rio Grande do Sul." Principais obras

**1955: "Biografia de José Bonifácio" (ed. Globo)**

**1967: "Júlio de Castilhos e sua época" (ed. Globo)**

**1975: "Quarta página" (crônicas, ed. Movimento) <sup>[10]</sup>**

**1975: "Soledade na história" (ed. CORAG)**

**1977: "Ruas mortas" (crônicas, ed. Movimento)**

- 1980: "Origens de Jaguarão, 1790-1833" (ed. Universidade de Caxias do Sul)**
- 1981: "Achados e perdidos" (crônicas, Martins Livreiro Editor)
- 1983: "Porto Alegre e seu comércio" (Ed. Associação Comercial de Porto Alegre)
- 1988: "Porto Alegre: guia histórico" (ed. UFRGS)
- 1990: "Em paz com a vida" (crônicas, ed. ARI / CORAG)
- 1993: "A guerra civil de 1893" (ed. UFRGS)**
- 1996: "A pacificação de 1923: as negociações de Bagé" (ed. UFRGS)**
- 1998: "Getúlio Vargas e outros ensaios" (ed. UFRGS)**
- 1998: "História ilustrada do Rio Grande do Sul" (co-org. com Arno Kern, ed. Zero Hora)
- 2000: "Gente e espaços de Porto Alegre" (ed. UFRGS)
- 2000: "Porto Alegre sitiada" (ed. Sulina)**
- 2001: "Gente e coisas da fronteira sul" (ensaios históricos, ed. Sulina)**
- 2003: "Santa Casa, 200 anos" (com Ivo Stigger, ed. Santa Casa)**
- 2004: "Os 170 anos do parlamento gaúcho - crônicas históricas" (Assembléia Legislativa do RS) <sup>[11]</sup>
- 2004: "Os viajantes olham Porto Alegre" (com Valter Antonio Noal Filho, ed. Anatterra)
- 2006: "As californias do Chico Pedro" (ed. Evangraf)**
- 2006: "Maragatos - o Partido Federalista Rio-grandense" (Secretaria da Cultura)**
- 2008: "A velha Porto Alegre" (crônicas e ensaios, ed. Canadá)
- 2008: "Memórias de um escritor de província" (ed. Evangraf)
- 2010: "Dicionário político do Rio Grande do Sul" (ed. Suliani)
- 2012: "Criminosos e suspeitos perante a Junta de Justiça" (ed. Evangraf)
- 2013: "Ensaio de história política" (ed. Pradense)
- 2013: "Porto Alegre ano a ano: uma cronologia histórica, 1932-1950" (ed. Letra & Vida)**

Publicamos nosso livro **Porto Alegre Memórias dos sítios farrapos e da administração de Caxias** (disponível para baixar em Livros e Plaquetas, no meu site [www.ahimtb.or.br](http://www.ahimtb.or.br) e no Google e o apresentamos em Palestra no IHGRGS, na qual o Dr Sérgio estava presente e num comentário ao final da minha palestra ele disse que era um livro que ele desejava ter escrito. Em 2000 ele publicara seu livro **Porto Alegre sitiada** . uma visão do sítio do ponto de vista imperial, ao contrário do nosso que era a minha visão do ponto farroupilha. Em 2001 ele publicou **2001: "Gente e coisas da fronteira sul" (ensaios históricos, ed. Sulina)**. no qual ele focaliza a pacificação em Jaguarão , por meu vô Cel GN Genes Gentil Bento, então chefe de Polícia daquela área de duas correntes políticas se degladiando. **Em 1993 ele publica : "A guerra civil de 1893" (ed. UFRGS)**. Obra na qual ele destaca o bom trabalho de Pacificador do Ministro da Guerra General Fernando Setembrino de Carvalho. Personagem que considero o Pacificador do Século XX, por haver pacificado o Ceará em 1910, o Contestado em 1912/1915 e a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul . Personagem que o consagramos como patrono da Delegacia da Academia de História Militar Terrestre do Brasil AHIMTB em Uruguaiana, sua terra natal e o estudamos em nosso livro **A**

**Revolta do Contestado(1912-1916) nas Memórias e Ensinamentos de seu Pacificador .Resende:FAHIMTB/IHTRGS,2013** disponível para baixar em Livros e Plaquetas no meu site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e no Google. Muito conversamos no IHGRGS sobre os arquivos do do Presidente do Estado Dr Borges de Medeiros sobre a correspondencia dele trocada com meu avô Cel Genes Gentil Bento quando este foi Indendente de Canguçu (1905-1916) .E a seguir seu vice Chefe de Policia ,Chefe de Policia e seu Secretario.Este trabalho estou reliando no dia de seu falecimento para incluir em meu livro que já hania concluido Historiadores Civis que contribuíram para a História Militar do Brasil.

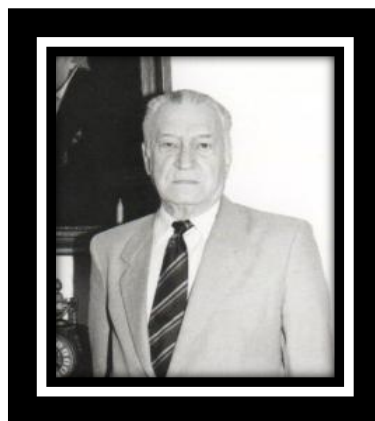
### TARCISIO TABORDA



**Tarcísio Antônio Costa Taborda.** Nasceu em Bagé, 13 de julho de 1928 local onde faleceu em 13 demarço de 1994ao 65 anos vítima de um acidente Foi um historiador, professor universitário e magistrado brasileiro. Como historiador liderou os longos anos Encontros de Microhistória ao tempo em que lideravamos encontros no Rio Grande do Sul do Instituto de História e Tradições no Rio Grande do Sul. Filho de Attila Taborda e Dona Júlia Costa Taborda. Seus estudos primários foram feitos com sua mãe, e o secundário no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Bagé. Entre 1951 e 1955, exerceu o magistério secundário nos Ginásios Espírito Santo e Professora Melanie Granier, e na Escola Técnica de Comércio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, lecionando História do Brasil, Elementos de Economia Política, Português e Latim. Em 1952, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, advogando até 1955 . A partir daí, passa a Magistrado. Exerceu o magistério superior nas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras e de Direito, integrante das Faculdades Unidas de Bagé (FUnBA) – Fundação Attila Taborda. Proferiu conferências e palestras para organizações civis, educacionais e militares de diversas regiões do país e promoveu cursos de História do Rio Grande do Sul e História de Bagé, em 1965, 1969, 1970 e 1984. Foi colaborador dos jornais **Correio do Povo** (Porto Alegre), **Correio do Sul** (Bagé) e **Revista Militar Brasileira**, do Rio de Janeiro.Tarcísio fundou o Museu Dom Diogo de Souza, onde conseguiu reunir um importante acervo sobre a gente e sobre os fatos históricos da nossa região. Também tratou de preservar as fundações do Forte de Santa Tecla, e ali ele criou outro museu, para recolher as peças, que eram encontradas nas escavações que pessoalmente orientava.Pelo seu trabalho constante, desenvolvido no campo histórico e na área intelectual, foi

conduzido ao Conselho Estadual de Cultura. Ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, à Academia Rio-Grandense de Letras, e à Academia de Letras de Curitiba. Também recebeu as seguintes condecorações: Medalha Cultural Imperatriz Leopoldina, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Medalha Mérito Santos Dumont, do Ministério da Aeronáutica; e a Medalha do Pacificador, do Ministério do Exército. Em 1994, Taborda foi admitido pelo presidente Itamar Franco à Ordem do Mérito Militar no grau de Oficial especial. Tarcísio morreu em um acidente de automóvel na BR-293 em 13 de março de 1994, aos 66 anos, quando ele e sua esposa, Neusa Vaz Silveira, voltavam de sua fazenda. Ele é o patrono do Núcleo de Pesquisas Históricas e do Arquivo Público Municipal de Bagé. Levam o seu nome o Diretório Acadêmico do Curso de Direito e o Grupo de Arte e Pesquisa Gaúcha da Universidade da Região da Campanha, o Complexo Cultural onde se localiza o Arquivo Público Municipal de Bagé, e o Núcleo de Pesquisas Históricas localizado no Museu Dom Diogo de Souza. Tarcísio Taborda foi homenageado em 18 de dezembro de 2008, no Museu Histórico Nacional, com a Medalha do Mérito Museológico, recebida por sua filha Maria Bartira. O consagramos como Patrono de cadeira especial da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, por nos fundada. Ele organizou em Bagé em 1983 um concorrido Congresso do Centenário da Revolução de 1933, do qual também participamos. Assunto sobre o qual muito produzimos inclusive na **Revista do IHGB** o artigo **O Massacre Federalista do Rio Negro em Bagé**, em 28 de Novembro de 1893154(378):55-88, jan/mar 1993. Disponível no Google.

#### VICENTE TAPAJÓZ



Nasceu em Petrópolis, RJ, em 20 de fevereiro de 1916, e faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1998 com 82 anos incompletos. Filho do jornalista, professor, historiador e poeta Luciano de Miranda Reis Tapajós e Noêmia Costa Santos Tapajós. Vicente Costa Santos Tapajós fez os estudos no Colégio Pedro II, no Ginásio N. Sr<sup>a</sup> do Rosário, de Porto Alegre, e no Colégio Rezende (RJ). Formou-se em História, na primeira e única turma diplomada pela Universidade do Distrito Federal, fundada por Anísio Teixeira (1937), depois Faculdade de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Tem o Curso Superior da Escola Superior de Guerra (1967). Lecionou 55 anos, sem interrupção, em estabelecimentos particulares e no Colégio Pedro II, Instituto de Educação do Rio de Janeiro, do qual foi catedrático por concurso de provas e títulos, com defesa de tese (O regime de capitâneas

hereditárias), na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nos Cursos de Mestrado de História e Filosofia da UFRJ lecionou Historiografia e Estudo de Problemas Brasileiros. Professor titular de História das Relações Exteriores do Brasil do Instituto Rio Branco (1969-1974) e de História Moderna e Contemporânea da Universidade Santa Úrsula (1956/1982) e da Universidade Gama Filho (1969/1977). Tem dado cursos de Extensão Universitária na Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio). Fez parte do Conselho Universitário da USU e do Conselho Técnico-Administrativo. Orientador e examinador de dissertações de mestrado. Examinou em concursos à cátedra e à livre-docência na UFRJ, na UERJ e na USU. Diretor do Departamento de Educação Técnico-Secundário do antigo Estado da Guanabara e do Curso Normal do Instituto de Educação. Chefe do Departamento de História da USU e da ADESG. Coordenador de História da América na UFRJ (1969/1980). Para o Ministério da Educação, deu cursos e participou de seminários em quase todos os Estados do Brasil. Examinador da ECEMAR. Convidado pela Universidade Hebraica de Jerusalém para dar curso de pós-graduação, não pôde atender, por motivo de saúde. Jornalista, desde 1932 (sucursal no RJ do Diário de Notícias, de Porto Alegre). Conferencista no Brasil e em Portugal. Pesquisou em arquivos portugueses a convite do Instituto de Alta Cultura, de Lisboa. Dirigiu a revista *Histórica* (1972). Coordenador, para o DASP/FUNCEP, da História Administrativa do Brasil, prevista para 40 vols. Possui a Medalha do Pacificador e o título de Colaborador Emérito do Exército. Tem artigos publicados nas Revistas do Clube Militar, Clube Naval, Segurança e Desenvolvimento, Vida, Cultura Brasileira, A Ordem, Studia, Escola Secundária, Vamos Ler, Convergência Lusíada, Atualidades Pedagógicas, P & R, Panorama (de Lisboa) e outras, além das revistas do IHGB, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico de Petrópolis. Pertenceu à Academia Portuguesa da História (Acadêmico de Mérito), aos IHGERJ (benemérito) e IHG/RN, ao IGH/AM, ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, aos Institutos Históricos de Petrópolis e Niterói e ao PEN Clube do Brasil. Integra o Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação e o Conselho Editorial da Bibliex. Sócio honorário do IHGB (1981), passou a efetivo em 1983. Secretariou a CEPHAS (1986/1987). Foi primeiro-secretário do IHGB desde 1988. Neste cargo, orgulha-se de haver atualizado a RIHGB, atrasada de 16 números e publicado outras 18 obras. Vencedor do concurso de rádio-teatro, promovido em 1947 pela Rádio MEC, no centenário de Castro Alves, com a peça *Mocidade e Morte*, é autor de 32 rádio-peças sobre a História Sentimental dos Grandes Compositores (Rádio Roquette Pinto, 1949). Assessor de História em programas da TV Educativa (RJ) e da antiga TV Rio. Coordenador e professor do “Curso do Artigo 91” (Rádio Roquette Pinto). Deu aulas de História no Colégio do Ar (Rádio MEC). Recebeu o título de “Catedrático do Ano” (Assembleia Legislativa, 1969) e o diploma de “Cidadão Carioca”. Além de 13 obras didáticas de História e Desenho, publicou os livros: **História do Brasil**. SP: CEN, 1944; 12ª ed., 1964. – **História da América**. SP: CEN, 1954; 7ª ed. Forense Univ., 1979. – **Em Torno da Tragédia do Coruripe (Aspectos do governo de D. Duarte da Costa)**. RJ: Simões, 1956. – **Duarte Coelho, fundador de Pernambuco**. RJ: DASP, 1956. – **O regime de Capitânias Hereditárias**. SP: CEN, 1962. – **Breve História do Brasil**. Porto Ed., 1960. – **A política administrativa de D. João III e Organização Política e Administrativa do Império**, vols. 2 e 9 da História Administrativa do Brasil, para

a qual escreveu também, com Américo Jacobina Lacombe, Organização e administração do Ministério da Justiça no Império, BR, Funcep, 1983-1984 (vol. 12) – Didática da História. RJ: MEC, 1961, em colaboração. – História do Desenvolvimento Econômico do Brasil. RJ: Casa do Livro, 1967, com Mircea Buescu. – A Amazônia no Século XIX. RJ: Fund. Cult. do Amazonas (em colaboração), 1979. Em obras coletivas: Enciclopédia Delta Larousse, RJ, 1960 (da qual foi o coordenador da seção de História Geral) – Dicionário e Enciclopédia Koogan-Larousse, RJ, 1971 – Iberoamerica, una comunidad. Madrid: I.C.I., 1989. – História General de America, Gov. da Venezuela – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 150 anos, 1988 – **Cem Anos de Abolição da Escravidão**. Petrópolis: Museu Imperial, 1988.

Dos 27 artigos de Vicente Tapojoz as paginas 830/831 da Revista do IHGB 157(400);643-844,jul/set 1998, destaco os seguintes de interesse da História Militar do Brasil:

**O Brigadeiro Francisco de Lima e Silva**

**O Marechal Barão de Miranda Reis**

**Palavras em homenagem ao General Jonas de Moraes Correia Filho**

### WALTER SPALDING



**Walter Spalding.** Nasceu em São Jerônimo e faleceu em Porto Alegre em 5 de junho de 1976), foi um historiador, poeta, jornalista e escritor brasileiro e muito dedicado ao resgate da Revolução Farroupilha .Filho de Carlos Jorge Hermann Spalding, natural da Alemanha e Idalina Schreiner Spalding. Iniciou os estudos na cidade natal e, depois, no Instituto São José, em Canoas, de 1911 a 1919.Foi bibliotecário no Arquivo Municipal de Porto Alegre, de 1937 a 1938. Em 1939 assumiu o cargo de diretor do Arquivo e Biblioteca Pública de Porto Alegre, onde aposentou-se em 1963.Colaborou no jornal **Correio do Povo** e jornais cariocas e também em revistas especializadas de história, geografia e folclore, nacionais e estrangeiras. Foi organizador do Pavilhão Cultural da Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha em Porto Alegre, em 1935. Foi membro da Academia Rio-Grandense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) e do Instituto Brasileiro de Genealogia.Com mais de duzentas obras publicadas, entre livros e artigos, Walter Spalding foi um dos intelectuais e historiadores mais influentes de sua geração no estado. Foi diretor da imprensa oficial da Prefeitura de Porto Alegre entre 1939 e 1943, manteve ligações com grupos tradicionalistas e participou da formação

de uma mitologia sobre o gaúcho e dos debates sobre a identidade regional. Foi um dos principais debatedores no processo de definição da data oficial de fundação de Porto Alegre, de cuja história era grande conhecedor. Dizia que o historiador deveria manter-se fiel aos fatos e aos documentos autênticos, mas ele próprio criou interpretações grandiloquentes e politicamente engajadas. Apresentou uma visão nova da Guerra do Paraguai, baseando-se em fontes primárias inéditas. No entanto, alinhado à corrente oficial e nacionalista, buscou glorificar a intervenção brasileira como heroica, humanitária e civilizadora, e nela, enfatizar a decisiva contribuição gaúcha. Para Luciano Aronne de Abreu, nas obras de Spalding: "...pode-se perceber com clareza o sentido nacionalista e patriótico que os historiadores da matriz lusa conferiam aos seus estudos, exaltando os valores e os heróis do passado farroupilha, mas sempre com a clara preocupação de reafirmar seu caráter de brasilidade. No presente, dado o sentido pragmático que eles conferiam à história, pode-se dizer que seus estudos foram também produzidos com a intenção de, a partir deste passado heroico, fundamentar e legitimar as pretensões de afirmação do poder regional e de ascensão nacional das elites políticas gaúchas". Por outro lado, com seu vasto conhecimento da história e da cultura do estado, contribuiu para distinguir melhor as especificidades das origens militares e campeiras do estado em relação às da Argentina e Uruguai, que compartilhavam de antigos laços em comum com o Brasil. Mas, segundo Francisco das Neves Alves, recaiu nas mesmas tendências de exaltar demasiado as qualidades dos locais, mostrando o gaúcho como um exemplo de bravura e patriotismo, e de atribuir a formação da cultura estadual apenas à contribuição lusa. Seu discurso, em plena afinidade com o nacionalismo da Era Vargas, permaneceu influente por décadas. Em 1978 foi homenageado como patrono da Feira do Livro de Porto Alegre. Seu nome batiza uma rua na cidade. A Biblioteca Walter Spalding do Museu Joaquim José Felizardo preserva sua coleção de livros. Seu principais livros

**Farrapos (1931/1932)**

**Poesia do povo (1934)**

**Manuscrito nacional (1936)**

**A revolução farroupilha (1939)**

**"El sistema lacustre sud-riograndense-oriental" (1939)**

**Esboço histórico do município de Porto Alegre (1940)**

**A invasão paraguaia no Brasil (1940)**

**Farroupilha e Caramurus - a brasilidade dos farrapos (1944)**

**Pecuária, charque e charqueadas no Rio Grande do Sul (1944)**

**O Brasil na cartografia e na lenda (1945)**

**"O cruzeiro do sul - contos infantis" (1947)**

**Gênese do Brasil-Sul (1953)**

**"A grande mestra: Ana Aurora do Amaral Lisboa" (1953)**

**Tradições e superstições do Brasil-Sul (1955)**

**"Farrapos" - 2ª edição ampliada (1957)**

**A história e a lenda (1957)**

**Epopéia Farroupilha (1958)**

**Dois Vultos da História Gaúcha: Xavier Ferreira e Onofre Pires (1958)**

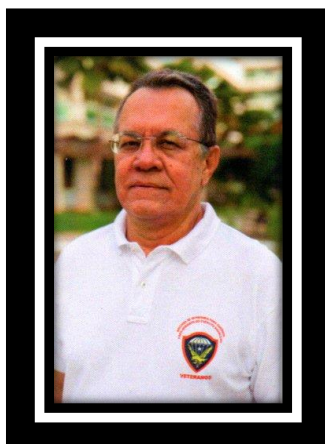
**A Epopéia Farroupilha (1963)**

**Pequena história de Porto Alegre (1967)**

**Construtores do Rio Grande (1969)**

**Uruguaios no Rio Grande do Sul**  
**"Revolução farroupilha: biografias" (1987)**

**POSFÁCIO**



**Luiz Fernando Fagundes**

Pela enésima vez o Coronel *Cláudio Moreira Bento* brindou-nos com uma obra de peso sobre os mais de trinta historiadores militares brasileiros, dessa feita os civis já falecidos, segmento que ajuda muito num entendimento mais diverso, amplo e muitas vezes sob outras óticas, dos fatos militares acontecidos em suas respectivas épocas.

Os historiadores, sejam eles da história militar, econômica, social, etc., têm um papel fundamental de investigar e esclarecer os fatos, mediante a pesquisa em documentos históricos, bem como em vestígios arqueológicos, quadros, pinturas, fotos, vídeos, etc., produzidos pelos seres humanos no período estudado.

Do trabalho do Cel *Bento*, na presente obra, podemos destacar aqueles historiadores militares civis de maior renome no Brasil, entre os quais, *Roberto Freire, Barão do Rio Branco, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Luiz da Câmara Cascudo, José Francisco da Rocha Pombo e Pedro Calmon*.

Para *Marc Bloch*, historiador francês famoso pela obra “*Annales d’Histoire Économique et Sociale*”, de meados dos anos 20 do século passado,

**“A História não é a ciência do passado, mas sim, a ciência dos homens no tempo”.**

Assim, que fique bem registrado o resumo biográfico - feito pelo ilustre Cel *Cláudio Moreira Bento* - dos Historiadores Militares Brasileiros, civis já falecidos, que tão relevantes serviços prestaram e continuam prestando ao Brasil.

Vale a pena a leitura dessa obra tão bem produzida!

## CURRÍCULO CULTURAL SINTÉTICO DO AUTOR



### **Veterano Cel Eng e de Estado-Maior Claudio Moreira Bento Historiador e pensador militar. Memorialista e Jornalista**

(X) Coronel Claudio Moreira Bento nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na Republica Argentina. Integrou como adjunto do Presidente, a Comissão de História do Exército do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército escreveu o artigo **As Guerras Holandesas, da História do Exército perfil Militar de um Povo**. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras 1978/1980 Academia sobre a qual escreveu 4 livros sobre sua História, além de diversos artigos Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980. E autor de mais de 12010 obras (Álbuns livros publicados e digitais e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e no Google, além de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no citado site . Seu último livro foi sobre **Marechal José Pessoa e seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército**. Foi o idealizador e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul constante de 24 livros, dos quais 21 em 1ed e 3 em 2ed, tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Presidiu como Diretor do Arquivo Histórico do Exército , comissão para estudar e propor a localização do Museu do Exército, a qual indicou o Forte de Copacabana. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá 1982-1982. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas. Trabalhou de 1957/59 e 1961/66 em Bento Gonçalves RS , na construção do Tronco Ferroviário Sul, considerado serviço de natureza nacional relevante. Fundou e presidiu as Academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaense de História. É sócio dos Institutos históricos e geográficos do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e de Sorocaba, Petrópolis, Pelotas do CIPEL, em Porto Alegre e do IEV no Vale do Paraíba correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembléias legislativas de Goiás e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. E cidadão itajubense, itatiaense e resendense. Tem sido considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária. Foi palestrante sobre História do Exército nas ESG, ECEME, IME, EsAO, AMAN, ESA e Escola de Instrução Especializada e nos CPOR de Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e no NPOR de

Pelotas ,e Itajuba e Colégios Militares de Porto Alegre,Rio de Janeiro, Recife e Campo Grande. Desenvolveu, em parceria com o historiador militar Luiz Fagundes, para ser lançado neste ano de 2022, Bicentenário da Independência, a obra **Os 78 anos da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1944-2021**. E ainda para o Bicentenário da Independência, a Biblioteca do Exército lançará seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército e a Unidade Nacional**, como contribuição do Exército às comemorações do Bicentenário da Independência. Este ano completará 91 anos de idade .Se Deus quiser!.Em seu site e no Google pode ser acessado seu livro digital **Meu legado historiográfico civil e militar não vivi em vão!** Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170.Site [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br). E-mail [bento1931@gmail.com](mailto:bento1931@gmail.com) Celular 24/999247757.